

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

EDIMILSON ROSA BEZERRA

O GRÃO E O CASCO:
representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira
metade do século XIX.

**GOIÂNIA-GO
Novembro de 2010**

EDIMILSON ROSA BEZERRA

O GRÃO E O CASCO:
representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira
metade do século XIX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como exigência para obtenção do grau de mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante

GOIÂNIA-GO
Novembro de 2010

EDIMILSON ROSA BEZERRA

O GRÃO E O CASCO:

representações e práticas da colonização no sul do Maranhão na primeira metade do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História como exigência para obtenção do grau de mestre em História.

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante
(Orientadora – PPGH/PUC - GO)

Prof.^a Dr.^a Terezinha Aparecida Mendes Marra
(Professora examinadora)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Oliveira
(Professora examinadora)

À minha família

AGRADECIMENTOS

Custaram-me tempo e esforço considerável cada linha da dissertação, porém o tempo e os esforços seriam o dobro do empreendido se durante o correr da pesquisa e mesmo antes dela, não contasse com o apoio e incentivo de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desse trabalho, a começar pela minha primeira orientadora, Adriana Vaz e, num segundo momento, para concluí-lo a Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, com sua praticidade e experiência, ao propor intervenções, que no meu entender, levaram a uma maior objetividade no texto, mas que sempre me deixou livre para buscar os caminhos para a construção do trabalho.

Agradeço ainda aos companheiros do grupo de pesquisa sobre a Colônia que me auxiliaram com seu convívio a crescer intelectualmente e a solucionar diversos problemas da dissertação.

Assim, agradeço a Adalberto Franklin, a Jozeane Cunha de Matos que digitalizou o presente trabalho; a Ribamar Silva, que leu parte dos originais, e me auxiliou com a formatação final do texto, bem como a encontrar um padrão para realizar as muitas referências documentais do trabalho; a José Siney Ferraz, com quem discuti os planos de redação da dissertação e que me auxiliou a ter acesso a alguns livros raros citados no texto; e com quem conversei por diversas ocasiões sobre o comércio do Maranhão no final do século XVIII, início do XIX e sobre a colonização do rio Parnaíba.

Agradeço ainda aos professores do Mestrado em História da PUC-GO, que me auxiliaram a compreender outros referenciais.

À Camilla, secretária do mestrado, que sempre atendeu com préstimo e simpatia a todas as minhas necessidades burocráticas, representadas em uma série de declarações para os mais diversos fins.

Sou ainda grato a todos aqueles que, de alguma forma, facilitaram o meu trabalho, a Jessé Gonçalves, com quem, por dois anos, tive muitas discussões importantes sobre a história do Maranhão no século XIX.

Por fim, agradeço a minha família, que durante dois anos me ouviu falar sobre representações da produção do espaço, sul do Maranhão.

A todos, minha gratidão.

RESUMO

Neste estudo se procurou verificar, no processo de colonização do Maranhão, na primeira metade do século XIX, de que modo práticas e representações do mundo social – por sua lógica interna – foram negociadas no sentido de influenciar as escolhas, no que diz respeito ao amoldamento, do sistema político da Província. Estudou-se a formação do Norte e do Sul maranhense, quando a questão separatista esteve estreitamente mais articulada, naquele momento, em dois episódios: nas lutas da Independência e na Balaiada, como solução dos problemas decisivos na conformação da realidade social do sul do Estado. Para efetuar este estudo utilizou-se como aporte teórico as abordagens das representações, que foram desenvolvidas por historiadores (as), sociólogos (as) e psicólogos (as) que ressaltam a articulação entre elementos da subjetividade dos atores e as estruturas sociais. Neste sentido, o estudo permitiu chegar a uma conclusão de que a postura separatista, durante aquele período analisado, só conformam significados no momento em que são examinadas no interior de uma rede de representações e práticas compartilhadas entre Sociedade e o Estado, aflorada pelo conjunto das relações que se estabeleceram e vigoraram entre eles.

Palavras chave: Representações. Colonização. Maranhão.

ABSTRACT

this study tried to verify, the process of colonization of Maranhão, in the first half of the 19th century, how practices and representations of the social world – by its internal logic – have been negotiated to influence the choices as regards the model of, the political system of the province. Studied the formation of North and South Maranhão, when the issue was closely more separatist articulated at that moment in two episodes: in the struggles of independence and Balaiada, as troubleshooting decisive in shaping social reality from southern state. To perform this study used as theoretical contribution of representations, approaches that were developed by historians, sociologists and psychologists who underscore the articulation between elements of subjectivity of actors and social structures. In this sense, the study has come to a conclusion that the separatist stance, during that period, only make meanings when they are examined within a network of representations and practices shared between Society and State, touched by all the relationships that are established and operated between them.

Keywords: Representations. Colonization. Maranhão.

LISTA DOS MAPAS E CARTOGRAMAS

Figura 1:	Localização aproximada do Sul do Maranhão.....	36
Figura 2:	Localização aproximada das tribos do norte	43
Figura 3:	Cidades, vilas e povoados do maranhão em 1822.....	49
Figura 4:	Vilas e Rotas comerciais do século XIX.....	77
Figura 5:	Localização aproximada das tribos do Sul	89
Figura 6:	O sentido da expansão pastoril.....	132

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 MARANHÃO: REPRESENTAÇÕES DA SUA COLONIZAÇÃO	16
1.1 Fontes documentais que contribuíram para a construção do referencial teórico	35
1.2 Sociedade no início do século XIX	48
1.3 Entre a tutela e a liberdade	58
1.4 O norte e sua rede mercantil	63
1.5 O sul e sua rede mercantil	77
1.6 A vida no sertão	83
2 DEUS É GRANDE, MAS O MATO É MAIOR	87
2.1 Entre flechas, bordunas e bacamartes	88
2.2 O roteiro de um português no limite do sertão maranhense	96
2.3 Fronteiras e espaços	105
3 A DESORDEM DAS VERDADES NUMA FESTA SANGRENTA	110
3.1 A Balaiada	124
3.2 Configuração da política regional	132
3.3 A botija da guerra	149
3.4 A confluência das redes	157
3.4.1 Relações e poder	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS	176

INTRODUÇÃO

O que impõe relevância social e histórica ao estudo do processo colonizador, por esta pesquisa, no tempo presente, é buscar a lógica interna da luta separatista entre o Norte e o sul maranhense, perscrutando os valores e as crenças que a orientam. No ano de 2007 a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou um projeto de decreto legislativo para a realização de um plebiscito visando à criação de um novo Estado, dividindo o atual território do Maranhão em dois: o Norte e o Sul. Isto tem levado a sociedade, de alguma forma, a renovar seu posicionamento, uma vez que a luta separatista tem raízes históricas que a moldam desde os tempos coloniais.

Textos de 1770 e publicados em 1814 pelo jornal *O Patriota* já sugerem, naquela época, a idéia de separação, propondo a criação de uma nova Capitania envolvendo o sul do Maranhão e o sul do Pará, como informa Abreu (1988). Logo após a Independência, em 1828, no rasto das lutas separatistas do Nordeste e de movimentos anteriores é proclamada, no sul do Maranhão, à República de Pastos Bons.

É do entendimento popular que as raízes do propósito separatista em curso no Maranhão, sejam algo mais profundo do que aparece na contingência midiática político-partidária. Desta feita, as vozes do debate em questão fizeram ressurgir uma antiga discussão sobre o processo de colonização da região que se arrasta, por mais de dois séculos, entre os que conquistaram o litoral e os que conquistaram o sertão. A estas duas principais frentes, embora sejam as duas linhas de forças principais na formação da sociedade, Franklin (2005) sutura outras duas frentes de menores proporções, que juntas, deram os contornos e a formação da sociedade maranhense.

Nesse âmbito, a história maranhense até muito recentemente, em que pese a sua contribuição, manteve-se centrada em torno de uma visão arquivista de temas como as Invasões francesa/holandesa, história político-administrativa, a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará e outros temas correlatos, mas todos vinculados à frente colonizadora vinda pelo litoral, como registram os trabalhos clássicos de Carlos Lima, João Francisco Lisboa e Mário Meireles. Esses historiadores procuraram construir a identidade histórica do Maranhão tomando como sua gênese apenas os colonizadores que ocuparam o litoral e, a partir do

mesmo, homogeneizaram uma visão da história maranhense, cujo discurso historiográfico buscou tão somente uniformizar os diferentes espaços historicamente constituídos.

O envolvimento com o tema surgiu há vários anos (1994) quando se pesquisou o papel das correntes migratórias na ocupação e povoamento do Sul do Estado, para uma monografia da graduação. Datam desta época as várias trilhas que a pesquisa relacionou com o processo de colonização da região. Por outra, acredita-se ser este um momento oportuno para passar a limpo o que vem se arrastando ora de maneira velada, como estratégia, ora explosiva (a luta pela Independência 1822, a guerra civil da Balaiada, 1838-1841) ao que se apresenta atualmente na forma de uma política institucionalizada. Indagar as razões de ordem relacional que já se arrastam por dois séculos e tamanhos desconfortos para o que a historiografia chama de “frente litorânea” e “frente pastoril”, nos parece ser – a pesquisa – um instrumento de aprofundamento histórico do debate separatista.

Em relação às frentes, a primeira caracterizada por fortificações, açúcar, invasões, arroz e algodão, a outra, marcada por fazendas de gado, largas pastagens naturais e numerosos rebanhos. Tamanha controvérsia está vinculada a vários momentos das lutas que foram travadas, ao longo do tempo, entre as diferentes forças sociais que objetivam impor outros modelos de organização do Estado e por outra estabelecer diferentes relações deste com a Sociedade.

Retomar o tema da colonização, no meio acadêmico, parece ser uma oportunidade de a academia revitalizar a pesquisa e dar sua contribuição ao debate perante a sociedade, examinando o assunto à luz de teorias mais recentes e dando-lhe novas abordagens, procurando entendê-lo enquanto realidade, dentro de um contexto mais amplo que se distancie de um conjunto de imagens e enunciados recorrentes, que a historiografia maranhense tem inventado e sustentado por certos dispositivos que, na sua grande maioria, se compõem de relações de poder e de saber.

Esse regionalismo assim exposto parece ser muito mais que uma ideologia de uma dada região que se apóia em práticas circunscritas a esse espaço na produção de sensibilidades que são levadas a efeito e incorporadas nas várias camadas da população.

Ao propor-se uma pesquisa que analise as representações e o cruzamento de diversas práticas dentro de um recorte espacial e das relações de poder, no sul maranhense, é igualmente para demarcar posição em relação ao modelo de

“História regional das frentes”, que tem sido a história do que aconteceu na região. A pesquisa busca ainda identificar a mundivivência dos principais protagonistas do debate e seus contextos, examinando as condições históricas e sociais nas quais os debates se inserem.

A pergunta mais elementar é saber qual a gênese relacional desse desencontro e em que bases e formas ele está apoiado? Em que, a diferença tem se nutrido por mais de dois séculos? As representações e práticas da época dão conta de ampliar o horizonte histórico da divergência em sua compreensão? Buscou-se desvendar as “estruturas estruturantes”, da cultura política dos litigantes e a conexão desta com suas práticas distintas, como afirma Bourdieu (1987), ou tudo não passa de recorrência das forças de permanência das velhas forças oligárquicas locais insepultas, de modo a não romper com o feixe de um passado sempre presente, realimentando o poder que os introduziu como tal? Recolocar a questão da colonização nestes termos é se afastar do modo como a historiografia regional tem abordado tal assunto.

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise das representações e práticas de um período da colonização maranhense, tendo como epicentro as duas “frentes”, tanto a litorânea, quanto a que veio pelo interior – com ênfase nesta última que, ao relacionar-se com aquela, se mostrou portadora de um dinamismo autônomo, cujo interior se mostrava carregado de uma potencialidade autônoma de dentro para fora que, ao relacionar-se, desenvolve modos históricos de lidar com a realidade.

Procurou-se conduzir a investigação a partir de um referencial teórico que estabelecesse a interdependência entre as práticas e as representações que as frentes construíram sobre o mundo social e assim, como expõe Chartier (1994, p. 109) “ligar a construção do social e a construção social do discurso”.

Por outro lado, nos dias atuais, a questão separatista é recolocada, mas de outra maneira, não mirando mais tão somente a autonomia administrativa da região, busca também apropriar-se novamente dos recursos naturais de solo e subsolo e de um novo surto de desenvolvimento que vem ocorrendo nas últimas duas décadas envolvendo o espaço referido, o que o aproxima de maneira muito forte com o centro sul do país mediante os grandes empreendimentos particulares e de projetos do governo federal que estão sendo implantados.

O foco e núcleo central da discussão como é atualmente colocada e que faz com que o passado esteja sempre presente, está voltado para a avassaladora

transformação que ali está se processando desde o último quartel do século XX aos dias atuais, pelo rastro terrível da total e vertiginosa destruição das condições naturais da região pelos grandes projetos que ali estão se instalando, indo desde os complexos siderúrgicos até a formidável produção de soja no centro-sul do Estado, o que tem levado à perda definitiva do que era a visão morna do sertão, ou seja, à perda de todo um universo simbólico que se havia agregado ao manto da modernidade no entorno das questões ecológicas, algo como um trágico capital simbólico, gravitando sobre o empuxo da penetração violenta das transformações materiais nos moldes que tanto já se conhece no Brasil.

As mesmas forças que no passado empurraram a frente pastoril chegam agora novamente em novas ondas, como se fossem tsunamis, destruindo de uma outra maneira, terras, bichos, gentes, mentes e tudo que na forma mais nativa se apresenta.

Assim, pesquisar o processo colonizador do Maranhão - só faz sentido se for para tentar compreendê-lo para além das concepções de “frentes de ocupação” - é aprofundar mesmo esse elemento enquanto formação, trazendo para o presente outras visões do firmamento desse passado.

Logo, se busca dissecar o que o termo tem no seu interior enquanto elemento relacional, uma vez que as explicações-tampões existentes parecem não dar conta do entendimento necessário que o tempo presente exige nesta discussão separatista sem fim, mas permanente, no Maranhão contemporâneo.

Procurar superar as visões geradas ainda no período colonial, por elas fazerem parte da construção de uma realidade de disputa de poder, é reabrir essa mesma realidade para o jogo de disputa separatista em curso.

A pesquisa se revestiu de um caráter bibliográfico e histórico. Foram coletados em periódicos e em livros as informações e os dados necessários à construção do referencial teórico como também os elementos necessários ao desempenho do seu desenvolvimento, a fim de se ter um retrato do ambiente social, econômico e político, reunindo e compondo o material de análise para a interpretação dos discursos representacionais e das práticas dos atores.

Os discursos selecionados dos atores foram coletados a partir de fontes primárias e secundárias, procurando sempre fazer uso destas, quando remetiam aos originais. Registre-se que a fala dos atores sobre o conjunto do pensamento social constitutivo do período foi analisada tendo como parâmetro as sugestões oferecidas pela bibliografia consultada.

O processo de seleção dos escritos, representativos de uma a outra parte levou em conta a demarcação regional dos contemporâneos destes e mais ainda da historiografia. Por parte do Norte maranhense se escolheu os escritos de Francisco de Paula Ribeiro amplamente conhecido como o maior conhecedor daqueles sertões; da outra parte, o município de Grajaú, na figura de Militão Bandeira, pela liderança e participação nos eventos da região, citado largamente, cujo discurso seria merecedor de apreciação, pela liderança que exerceu na região. Um e outro tiveram capacidade efetiva de influir no modo de pensar e nas decisões da elite dirigente em suas respectivas áreas durante décadas por aqueles sertões.

Neste estudo, ocupou-se com a investigação das representações hegemônicas, abarcando somente a elite política. Este se constituiu como um fator limitador, porque não dá amplitude a uma análise bem mais acurada destes conflitos, envolvendo outros grupos representacionais no contexto da engenharia institucional do período. Entende-se que esta lacuna (a questão indígena) não prejudicou a substância do que foi pesquisado já que o papel decisivo do poder ficava diretamente ligado às referidas forças organizativas do processo colonizador.

Vale ressaltar que por “elite política”, considerou-se um restrito grupo de pessoas investidas de cargos e habilitadas a tomar decisões pertinentes à manutenção e construção do Estado na região, como demonstra Carvalho (1996, p. 43). A qual afirma que no caso maranhense, “pelas pessoas que ocupavam os cargos públicos”.

Pelo fato de ser o Maranhão era independente do Brasil até 1774 e que a máxima fonte para o período colonial maranhense é a primeira metade do século XIX sejam os arquivos de Portugal; junto ao Conselho Ultramarino e que também não se pode compulsar toda a documentação relativa ao tema e por ser a região Sul do Estado, o espaço o menos ainda documentado, são vistas as dificuldades de alinhamentos das fontes somadas às limitações do acadêmico pela difícil leitura (algumas exigem treinamento paleográfico), se constituíram em embaraço que limitou a pesquisa por gerar vários obstáculos à elaboração do trabalho.

Em São Luís, trabalhou-se por duas semanas, na Biblioteca Pública Benedito Leite e outras duas no Arquivo Público do Estado (APEM). Da Biblioteca Pública, entre os documentos consultados envolvendo relatos de viagens memoriais e livros, selecionou-se a coleção de jornais do Maranhão do início do século XIX naquilo que se referia ao Norte e ao Sul do Estado, notadamente sobre a região de Pastos Bons e Grajaú, mas pouco se fez uso da documentação, pois no mês seguinte a biblioteca

foi fechada para reforma e permanece inacessível até a presente data. Assim, deteve-se basicamente no material que já tinha sido coletado. Entre o material tipografado e escriturado que se recolheu se fez mais uso do primeiro, pois parte daqueles escritos manualmente só pode ser lida com a ajuda da paleografia.

No Arquivo Público, selecionou-se, entre outros livros de correspondência oficiais, a respeito do devassamento da região e a promoção da expansão de ocupação, o Relatório do Tenente Coronel Militão Bandeira ao Presidente da Província, de 26.04.1847. Um dos documentos que se tomou – em meio de muito material manuscrito - como ponto de referência da pesquisa, por ser bastante ilustrativo e de foro pessoal, o único documento sertanejo que se pesquisou para fins de análise das representações e práticas referente ao sul do Maranhão.

A outra parte da análise na mesma linha do relatório de Militão Bandeira, (como já foi citado), trata-se de três documentos de Francisco de Paula Ribeiro: Um Roteiro de Viagem, de 1815; uma Descrição do território de Pastos Bons, nos Sertões do Maranhão, 1819 e por fim, uma Memória sobre as nações gentias desta mesma data. Os três textos várias vezes publicados em diversas editoras.

Recorre-se ainda ao documento de Joaquim José Sabino do final do século XVIII (1798), Memória Político-econômica sobre o Maranhão, por apresentar um discurso em transição para as novas idéias econômicas, publicado por Milton Torres. Igualmente arrola-se, com o mesmo propósito, outros textos já publicados no período: Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavoura do Maranhão de Raimundo José de Sousa Gaioso, escrito por volta de 1798, mas somente publicado em 1818; Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro de Sebastião Gomes da Silva Berford, com data de 1810 e a Memória de Domingo José Gonçalves de Magalhães sobre a Revolução da Província do Maranhão no período de 1839-1840. Ainda se fez uso dos Relatórios, não manuscritos, das Falas e mensagens dos Presidentes da Província.

Em viagem pela região sul do Estado por quase duas semanas, visitando três dos municípios mais antigos, Caxias, Pastos Bons e Grajaú, na busca de conversas e documentos seja em Arquivo, Cartórios ou núcleos religiosos, percebemos haver uma quantidade razoável de documentação que direta ou indiretamente poderia contribuir com a pesquisa, no entanto pela falta de domínio paleográfico não utilizamos esta documentação, ficando demarcado apenas o testemunho de gente muito antiga que adora falar das memórias de suas famílias e do que era corrente ouvir falar sobre as lutas do sertão, porém essas longas conversas não foram

incluída nesta pesquisa.

Percorreu-se 1970 km. Uma das descobertas mais interessantes foi a que narra sobre os “quiribas”, um agrupamento de famílias que se deslocava da baixada maranhense para viver nos altos sertões do sul do Maranhão. Muitas destas famílias e pequenos povoados ainda são denominados por essa alcunha. Crê-se que o assunto resultaria em boa pesquisa, pela condição isolada destas famílias.

Basicamente os procedimentos metodológicos adotados, com o material coletado nos vários tipos de registros, consistiram em retirá-los do contexto em que se encontravam premidos pela condição histórica/teórica/metodológica do seu tempo, inquiri-los às novas condições fundacionais e recolocá-los no âmbito de uma nova ordem que contemplasse as hipóteses do tempo presente colocadas por esta pesquisa.

No capítulo 1 discutiu-se e examinou-se o papel das representações e práticas de dois movimentos de colonização, como elas compõem a formação das crenças políticas, e por outro lado, toda a exploração econômica e, como se compreende nos estudos desenvolvidos, a ligação deste sistema ao conjunto das estruturas sociais.

No capítulo 2, busca-se investigar a gênese das duas representações sobre o mundo social sempre as relacionando com o que foi escolhido pelas respectivas regiões ao longo do período estudado naquilo que visavam promover, como seja, a ocupação, a administração, bem como toda a exploração econômica das duas regiões, tomando como representacionais as normas e instituições, discursos, imagens e ritos.

O Capítulo 3 compôs-se do conflito marcado entre os grupos a respeito da organização do Governo, tomando como foco a Independência e a Balaiada; analisou-se os arranjos de poder e fronteiras de interesses locais/regional/nacional, e igualmente as linhas de continuidade e rupturas entre o poder público e o privado.

Pela perspectiva das representações sociais, a pesquisa procurou visualizar os fatos da época como viam os próprios atores políticos de seu tempo, deixando-os falar.

1 MARANHÃO: REPRESENTAÇÕES DA COLONIZAÇÃO

Três elementos merecem atenção na revisão de literatura: as representações sociais, as práticas e a colonização do sul do Maranhão. No que diz respeito às duas primeiras, os trabalhos conclusivos são, para muitos, considerados ganhos de páginas viradas. No entanto, ainda são marcados em muitos meios como reticentes. Para o último, no que tange à inter-relação entre os dois sistemas produtivos, ou seja, a pecuária sertaneja e a *plantation*, aquela se ressentia ainda de estudos mais palpáveis, mesmo por já se saber caracterizada por mecanismos de circulação de renda, favorecendo e subsidiando os setores mais agressivos dos exportadores, em detrimento do mercado interno.

Mesmo assim, em meio a profundas divergências teóricas, a influência das crenças e de um conjunto de valores coletivos no que diz respeito às preferências e escolhas institucionais, já de longe são reconhecidas por cientistas sociais e filósofos, muito embora não seja consensual o modo pelo qual são formadas estas crenças e valores e, principalmente, como estes se articulam com as práticas dos vários sujeitos políticos. Eagleton (1996) afirma que Karl Marx fora um marco na construção desse debate ao formular o conceito de ideologia, e que muito da escolha atual da história cultural prescinde do avanço do debate formulado por Marx.

Se num primeiro momento o termo foi designado como falsa compreensão da realidade, resultante do processo produtivo e que visava legitimar a exploração das relações sociais capitalistas, num segundo momento, ao fazer um exame da forma fetichista do mercado, Marx concluía que essa aparência da realidade não poderia por si só, instrumentalizar-se como elemento de ruptura para superar a máscara ideológica.

Acrescenta Eagleton (1996, p. 196-199) que Gramsci, bem mais adiante aprofunda a possibilidade deixada por Marx, e para tanto examina o ativo das crenças e valores coletivos, ao mostrar que a visão consensual era resultante de um esforço dirigido á internalização de crença e valores da classe dominante “por meio de igrejas, meios de comunicação, escolas e sistema de representação política”. Essa percepção avança no sentido de que em qualquer formação social concreta o sistema de crença é parte integrante da estrutura orientadora da vivência cotidiana.

Centrada apenas na dimensão lógico-formal e por critérios verdade/falsidade

pouco contribuiria no esclarecimento da ideologia, como afirma Boudon & Bourricaud (1993) pelas várias dificuldades de natureza operacionais e epistemológicas tanto em aporia e ambigüidade do conceito.

Bourdieu (1987, p. 39), muito embora herdeiro do marxismo e também do estruturalismo, criticou a orientação cristalizada pelo objetivismo, pois segundo ele transforma “em enteléquias os objetos construídos pela ciência – classes sociais, estruturas, cultura, modo de produção – impingindo-lhes uma eficácia social que dispensa os sujeitos concretos responsáveis pelas ações históricas”. Como medida conciliadora propõe uma mediação entre estruturas e práticas, uma “estrutura estruturante predisposta a funcionar como estrutura estruturante”, ou seja, propôs o conceito de *habitus* como princípio capaz de fundamentar práticas e representações que possibilitassem ajuste em situações, dando ao indivíduo margem de liberdade de intervenção sobre o mundo social, visto “sempre como relação de poder”.

Perpassando o conjunto de “utensílios mentais” arrolados pela noção de “mentalidade”, a Escola dos Annales ergue o nível cultural e sua importância na conformação ao conjunto das práticas sociais e a envolve na continuidade e na longa duração. O que foi motivo de crítica por ter ficado a meio caminho e ainda dependente do econômico e também do social, como comenta Chartier (1991, p. 177), tateando uma ruptura com as amarras do marxismo e somando-se a várias vozes contestantes com uma proposta de elaborar um “pensar os funcionamentos sociais fora de uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades (econômicas, sociais, culturais, políticas) e sem que fosse dada primazia a um conjunto particular de determinações”.

Este autor, juntamente com vários historiadores franceses, lança mão de um já antigo conceito de representações meio abandonado no século XX formulado por Emile Durkheim, adaptando-o à realização de estudos de temas nitidamente culturais. Daí por diante as representações são tomadas como esquemas mentais que recebem influências da posição ocupada em meio a diferentes agrupamentos da ordem social, moldando aquilo que cada grupo pensa que a ordem social é ou deveria ser, e nessa tensão extrema equilibra-se em coesão de si diferenciando-se dos outros grupos. Em sendo assim, diz o manual, o mundo social torna-se gerador de representações modeladas “através das séries de discursos que a apreendem e o estruturam”, afirma (CHARTIER, 1991, p. 177).

Vale incluir a contribuição da psicologia, para cuja área de concentração do

saber, as representações são impostas pela necessidade sentida por grupos ou indivíduos ao se esforçarem em seus ajustes e resolverem os problemas impostos pelo mundo social. Afirma Jodelet (2001, p. 27-31), que as representações de toda maneira ligam o sujeito a um objeto, tenha ele natureza social, material ou mesmo ideal, possibilitando desta forma “orientar e organizar as condutas e as comunicações sociais”, alargando-se a interferir diretamente “nos processos de difusão e assimilação de conhecimentos, de desenvolvimento individual e coletivo, de definição das identidades pessoais e sociais”.

Valem ainda capturar em complemento ao que disse Jodelet, as sugestões de Jean-Claude Abric (2003, p. 26). Para ele as representações devem sempre ser estudadas como um sistema, em cujo interior se articulam um núcleo central e um periférico. O primeiro se apresenta resistente a mudanças e é formado em geral por elementos sócio-históricos e ideológicos. Já no segundo, que é o periférico, ocorre a adaptação da parte central às condições do ambiente, “que promovendo a interface entre a realidade concreta e o sistema central, atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas e de outra forma consensuais deste último”, dado ser a representação social uma atividade de plena criação simbólica.

No caso específico deste estudo relacional que trata das práticas e representações compostas pelo processo colonizador do Norte e Sul do Maranhão, ou seja, o conjunto das decisões relacionadas à formação social do Estado, importou investigar o pensamento social e político, na forma de amostragens de pessoas responsáveis pelas decisões, e nesse contexto as condições vazadas de equilíbrio e/ou ruptura que possibilitaram a formação determinada de um conjunto de valores e crenças pelos quais os grupos procuram compreender e interagir sobre o mundo social.

A estas representações dos grupos, construídas durante o largo processo de luta de afirmação, onde procuraram por meio da imposição estabelecer sua autoridade sobre a sociedade e que foram estudadas a partir de vários discursos entre alguns destes indivíduos, naquilo que eles produziram e difundiram, cujo conteúdo expressou sua visão de mundo onde inseriam as coisas e pessoas no âmbito do sistema de relações, relações estas que davam ao mundo um sentido e ao mesmo tempo um significado compartilhado com seus pares.

Quanto à colonização do Sul do Maranhão, bem como de toda a fronteira ocidental do Nordeste, que teve por ocupação a expansão da pecuária, é

marcadamente região de pouca atenção em estudos, tanto da historiografia maranhense quanto da historiografia brasileira. O foco dos estudos ao longo do tempo tem se voltado e, de certa forma, privilegiado o imenso litoral por ser região agro-exportadora, ficando a região interiorana negligenciada por ser parte de uma economia voltada para o mercado externo. Este sentimento foi registrado por Passos Guimarães (1981, p. 71), o qual diz que “a importância da pecuária para o crescimento econômico de nosso país é geralmente subestimada por muitos historiadores atentos a outros acontecimentos”. Lá pelos anos de 1887, pouco antes de Guimarães, o historiador, Capistrano de Abreu (1982, p. 7) comenta numa carta a Rio Branco que “ainda gosto muito dele” se referindo ao século XVI e acrescenta “mas, agora o que me seduz mais é o século XVII” e justifica “Vejo nele tantas questões e sobretudo tanta obscuridade”. Na mesma carta, conclui Abreu (1982, p. 7) o que lhe aflige:

Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher estas lacunas é, portanto, o interesse principal desta pesquisa. Para o Estado do Maranhão, o problema não é difícil; mas para o resto, sem crônicas e apenas com documentos oficiais, parece tarefa árdua.

É de supor que Capistrano de Abreu, já por aquele tempo dispunha do texto *Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí*, cujo autor e data se desconheciam. Por analogia foi atribuída a data de 1770 ao documento, e o próprio Capistrano de Abreu atribui tal texto a João Pereira Caldas¹, cujo texto foi publicado somente em 1814 pelo jornal *O patriota*.

Trinta anos depois, o pensamento de Abreu (1882, p. 19) ainda está voltado ao intuito de decifrar o que lhe parece abismal, quando escreve, em 1916 a João Lúcio de Azevedo, afirmando que “não há questão mais importante que a ruptura da grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia”. Para o autor, como demonstra a citação acima, as ações que envergaram a vertical de Tordesilhas, não poderiam ser capturadas nos limites dos documentos oficiais, por isso, buscava roteiros escritos por aqueles que trilhavam essas fronteiras do sertão, com o fito de

¹ Cf. LIMA (2006, p. 497), João Pereira Caldas foi Governador e capitão-general do Maranhão. Tomou posse em Belém do Pará em 21 de novembro de 1772, e governou no período de 1772-1780. Conta Marques (1970, p.345) que “De tal modo andavam as coisas. Que este governador partiu para a Corte levando todos os papéis do seu tempo, afim de que da sua vida e feitos não ficassem documentos e nem registros”.

arranjar um jeito de redescobrir o Brasil, não mais trilhando a história com feição político-administrativa.

Seu grande tema, sua grande síntese, afirma Reis (2001, p. 95-104) “foi o da ocupação do território, a sua conquista pelo novo povo brasileiro” e acrescenta “é a mais viva e condensada história colonial do Brasil. [...] As elites saem da história, entra o povo brasileiro, conquistando o sertão, vivendo longe do rei. O sertanejo é aquele que vive distante do rei: autônomo, soberano, orgulhoso”. Foi assim “Capristrano”, um historiador da descontinuidade e da mudança onde o futuro do Brasil seria brasileiro, é o que afirma Reis.

Igualmente reclamando desse quadro historiográfico sobre os sertões escreve Basílio Magalhães (1935, p. 182): “Quanta página brilhante não se perdeu na espessura dos sertões do Norte, durante essa pujante expansão de nossa pátria” disse isso no livro *Expansão geográfica do Brasil Colonial*, onde também forneceu novos elementos sobre a temática. Seu escrito foi publicado em 1917, a obra aprofunda os contornos da cartografia.

Duas décadas depois, Pedro Calmon (1958), trabalhando com a documentação oficial escreveria “*A história da Casa da Torre*”, documento que narra o avanço da frente pastoril baiana como atividade econômica, resultante da conquista de um amplo território empreendido por aquela Casa.

Nos tempos atuais, quase setenta anos (2007) depois, da obra de Calmon, esse passado ainda presente é procurado. O professor Muniz Bandeira (2007), publica *O Feudo*, um profundo estudo documental da mesma Casa da Torre de Garcia d’Ávila, na forma de romance histórico, possibilitando maior compreensão do sistema fundiário, e desse caso emblemático do Brasil, abarcando desde a chegada de Tomé de Sousa, onde por sucessivas gerações deste mesmo núcleo familiar desbravou os sertões do Nordeste, mantendo o domínio de largo território conquistado, seja econômico, militar e político, até meados do século XIX.

Sem ser uma obra no atacado, mas trabalho de varejo, publicada em 1946, Barbosa Lima Sobrinho escreveu um texto com o título, *O devassamento do Piauí*, onde registra a influência baiana e pernambucana na região em que trouxe novas informações sobre a conquista destes sertões. Obra mais regionalista que não procura grande síntese, mas destoa da sintonia das grandes explicações sumárias sobre a pecuária, pois estas tornavam relevantes apenas aspectos desta atividade.

Dez anos antes de Sobrinho, Sérgio Buarque de Holanda (1995) publica

Raízes do Brasil, recolocando preocupações, ao modo de Capistrano em suas cartas, por entender que as representações de tudo do o que se é não se referem à realidade do que verdadeiramente se é. Percebe que a história do Brasil havia ficado sujeita à feição litorânea em sua forma político-administrativa e que havia uma defasagem abissal entre o conhecimento do Brasil e a realidade brasileira. No entanto, resvala em toda a sua obra para o futuro. Seu tema é, na realidade, a democracia, advinda da multidão. Para tanto apalpa o ritmo das rebeliões e revoltas do final do século XVIII até a independência, tornando-se, portanto, um texto otimista. Diz lamentando, José Carlos Reis que “um texto sofisticado, erudito, pouco acessível, embora pareça fácil, [...] tenha repercutido pouco por suas virtudes [...] e que apesar delas, o livro manteve a distância, do que criticava” e o próprio Sérgio considerava seu livro “superado e plenamente datado”.

Num intervalo de três anos e ainda no mesmo período em que escreveu *Sobrinho*, Caio Prado Júnior (2004) lança *Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil*, material que traz uma nova perspectiva teórico-metodológica com base no materialismo histórico, renovando e interpretando a formação social brasileira. Empenhado nos aspectos estruturais, no propósito de desvendar o significado da colonização e seus componentes, o autor faz um esforço em definir o papel da pecuária no interior da economia colonial, mas o capítulo que trata da pecuária e o seu progresso no Nordeste é meramente descritivo. Prado Júnior (2004, p. 117) na *Súmula geral econômica* do fim da era colonial escreve o seguinte: “Há que se distinguir, em primeiro lugar, dois setores: o externo e o interno”, num todo, afirma o autor, os “traços essenciais do comércio colonial” estariam ancorados em três setores: marinha, sertão e minas, porém, Caio Prado não estabelece a inter-relação entre estes mesmos setores. Sobre o sertão, Prado Júnior (2004, p. 117) escreve o seguinte:

O que realmente merece destaque neste terreno é o comércio de gado. Este sim tem um certo vulto no intercâmbio interno da colônia. E seu papel na formação do Brasil é considerável, pois se estende sobre uma área muito extensa, como vimos, contribuiu grandemente para ligar entre si as diferentes partes do território brasileiro e seus núcleos de povoamento que de outra forma ter-se-iam conservado em segmentos estanque e sem possibilidade talvez de se unirem num bloco coeso, num único país, como se deu.

Se estiver correta a leitura de Prado Júnior (2004), fica em aberta a intra-relação entre o externo e o interno. Neste ponto, a intra-relação é apenas adjetivada

por “considerável” e daí por diante volta para a extensa área ocupada por essa atividade com ralos núcleos e que foram interligados pela a atividade.

Dos clássicos, abarcando Capistrano, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Celso Furtado e Werneck Sodré, divulgou-se muito de que no sertão havia predominado a mão-de-obra indígena. Este debate tomou vulto pela discordância de autores como Jacob Gorender (1985), que defende posição contrária. Para este autor a presença do escravo negro foi superior ao trabalho indígena, e que esteve – muito embora em grau variável – em todas as regiões pecuaristas. O calcanhar de Aquiles neste debate parece se reportar na razão direta de suas teses para não cair no contraditório da teoria.

Outra questão igualmente marcada pela discussão foi a do absenteísmo dos proprietários das fazendas, posição defendida por muitos historiadores, entre eles, Gorender, Caio Prado Júnior e Maurício Vinhais. Nos trabalhos, de Luiz Mott (1985) fica claro que esta característica se prendia somente ao começo da pecuária, e com isto, desobstruindo muito o aspecto relacional da pecuária por aquele período.

De todos os clássicos citados neste trabalho, em que pese a inestimável contribuição em pensar o período colonial, por outro lado, gerou-se então uma barreira que fora construída ao se tentar apreender tamanha multiplicidade contida na própria sociedade colonial, seja ela de natureza étnica, econômica, religiosa e social. Para dar conta destas várias interfaces a historiografia moldou-se em tradições interpretativas, seja pelo ângulo do olhar do historiador ou pelas as opções feitas das correntes teóricas, retorna-se quase sempre na busca dos elementos formadores da realidade do período social colonial, que se pode dizer, é acontecimental e não relacional.

Mesmo trabalhando nesse último campo no intuito de compreender o jogo de poder dado pelo sertão pecuarista e o setor exportador, observa-se novamente as questões postas por Capistrano de Abreu, pois diante dos sertões do sul maranhense tem-se que recorrer às mesmas fontes e publicações: crônicas, relatos de viagens, memórias que são testemunhais da vida sertaneja.

A publicação mais antiga sobre a região sul do Estado é o *Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí*, texto anônimo possivelmente produzido por volta de 1770, do qual Capistrano fez uso. O documento é na realidade um projeto contendo uma estratégia de povoamento, produzido em um momento em que o Estado do Maranhão começa a despontar como destaque econômico no

interior das ações de colonização ultramarina, movido por Marquês de Pombal. Momento de reconhecimento e, portanto, de representação deste espaço, marcadamente para garantir a demarcação e defesa no cenário internacional da tão envergada Tordesilhas.

Em essência, os roteiros são relatos de atribuição de nomes às coisas, traduzirem espaços em palavras e estas em linhas de mapas, e com isto abrem-se em cenários novas representações das terras distantes. O roteiro do Maranhão não só propõe uma rota alternativa, como também sugere a criação de três povoações no sertão no espaço entre os rios Parnaíba e o Tocantins como forma de isolar os gentios, cercando-os e estabelecendo uma rota comercial capaz de tornar o empreendimento lucrativo. Diz o Anônimo (1900, p. 89):

Para reduzir-se a prática o referido projecto nada mais seria necessário, do que o estabelecimento de Trez Arraiaes. O primeiro e o segundo, pela Capitania do Maranhão nas margens do Rio Parnahiba e Miarim. O terceiro pela Capitania do Pará, nas margens do rio Tocantins; com a força de oitenta até cem homens, compreendendo-se no mesmo número aquella parte da tropa, que se julgasse necessária para se fazer respeitados, e obedecidos os chefes de huns corpos, que forçosamente serão compostos de Indios, sem disciplina alguma militar, ou de Paisanos libertinos e vadios.

Consta ainda, entre os vários objetivos do projeto, o plano de criação de uma nova Capitania numa área compreendendo parte do Maranhão e sul do Pará. Na prática o projeto drenava para si o que já ali estava estabelecido. Vale ressaltar que o que estava por trás disto era dividir para dominar, sejam os índios, seja o sertão em sua pecuária.

É interessante observar que a ideia de separar-se pelo menos no que está representada, partiu do próprio governo instalado no litoral. É formulada exatamente pelos que viviam da administração e do comércio de exportação e percebiam com certa estranheza a atividade pastoril, visto que não constava como lucro líquido e certo nos manuais econômico da coroa. Viam o sertão, ao sul do Estado como fardo e que a sua importância estava como fator de povoamento e de onde seria possível o Erário real extrair um significativo imposto, tornando a atividade em fonte de renda.

Como expõe Novais (1983, p. 117), quase três décadas depois do roteiro anônimo, parece que se fez eco em Lisboa tais representações ou por outra, o que parece mais convincente, a leitura que se fazia da conjuntura, do final do século XVIII, que reunia um conjunto de problemas novos e antigos diante da crise que

rondava o país em face das condições internacionais.

Fato é que o mais notável estadista da Corte, D. Rodrigo de Souza Coutinho, reuniu, em 1797, a junta de ministros e outras pessoas de talento para debaterem um vasto plano de exploração e fomento para o Brasil, cujas ideias já estavam condensadas no livro: *Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua Majestade na América*. Em vista disso no ano seguinte, uma Carta Régia de 12 de março de 1798 exigia a localização exata do rio Tocantins pela parte maranhense e determinava a ocupação e exploração do Sul da Capitania do Maranhão, episódio que só se sucedeu onze anos mais tarde e ao que parece, por força de conveniência.

Assim, onze anos depois da Carta Régia, 1809, por ordem do governo do Maranhão, Sebastião Gomes da Silva Berford se lança à jornada de mais de meio ano e escreve o *Roteiro e Mapa da Viagem da Cidade de S. Luiz do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*, material ao estilo militar, não se detém à riqueza dos detalhes da paisagem e nem no homem da região. Oferece uma cartografia seca do seu itinerário. Em tal registro, diz Berford (2008, p. 43), “no qual se declaram os nomes e distâncias das cidades, vilas, arraiais, freguesias, fazendas, rios, ribeirões, riachos e córregos; assim também a qualidade dos caminhos e dos pastos”, como consta no frontispício do documento. Até dezembro registra o trajeto com moldura maior, detalha de forma mais completa até o fim os caminhos do Maranhão. De Goiás em diante sua escrita enxuta, telegrafa.

Mesmo assim, não se tem registro de nenhuma ação concreta por parte do governo, ensejada pela a aventura de quase sete meses, bancada com seus próprios recursos, já que tal roteiro resultou em promoções militares e abriu caminho para outros cargos públicos.

Cinco anos depois do texto de Berford se tem conhecimento do roteiro de viagem do Capitão Francisco de Paula Ribeiro. O roteiro de viagem feito sobre o sul maranhense, publicado em 1815. Quatro anos depois ele publica mais dois textos em 1819. Trata-se de uma descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão e uma memória sobre as nações gentias que habitam o mesmo Estado.

A historiografia aponta estes textos como sendo os mais completos em informações do sul do Maranhão, e por outra o Capitão permaneceu por mais de duas décadas na região, o que reforça o crédito de seus textos. Registra-se que em 1800 foi indicado para o comando de um Destacamento Militar sediado em Pastos

Bons e dois anos depois já como tenente comandava o Destacamento de Aldeias Altas.

Não se reconhece como coincidência o fato de que as primeiras referências que se tem de Paula Ribeiro no Estado, seja em documentos de registro de oficiais como o Alferes como registra a Chancelaria de D. Maria I em 29 de março de 1793². Por travessuras domésticas se encontra preso em Lisboa, em 1795, aguardando navio para cumprir pena na Índia. Pela falta de navios foi encaminhado ao Maranhão³. Aqui chegando, segundo Pachêco Filho (2010), foi transferido para São Paulo e no seu retorno foi designado pelo governo do Maranhão para uma comissão de oficiais em 1798, destinada a cumprir missão no Estado do Pará, portanto, dois anos depois do ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho ter articulado o plano de aceleração da exploração do Brasil.

Destacou-se no cenário da Capitania, pelo *Auto da Demarcação*, dos limites entre o Maranhão e Goiás, quando nomeado em 1815, como comissário oficial da missão maranhense. Notabilizou-se pela eficiência, conseguindo assinar o acordo em nove de julho de 1819, porém a questão se tornou litigiosa entre as partes, arrastando-se por três décadas e meia até ser definitivamente fixada pelo Decreto 773 de agosto de 1854.

Seus textos, pela qualidade e amplo conhecimento da região, levou a Capistrano de Abreu declarar ser Paula Ribeiro, a pessoa que certamente mais conhecimento detinha sobre o sertão do Maranhão. O governador da Capitania Bernardo da Silveira nutria pelo militar elevada estima e conceito e declara que:

Pela sua inteligência, zelo e atividade tem sido sumamente útil nesta Capitania, sendo encarregado de muitas diligências importantes no interior e nos sertões dos quais tem maior conhecimento do que qualquer outro e é talvez o único que me tem dado informações exatas e inteligentes do interior da Capitania (MA, Secretaria de Governo/Registro de correspondência, 1816, Doc. 16)⁴.

Em 18 de julho de 1818 foi graduado ao posto de sargento-mor, o que desagradou até ao mesmo governador citado, que o havia indicado para graduação inferior a este posto.

² ANTT, Livro da Chancelaria de D. Maria I, n. 22, 1787, (1784-1799).

³ AHU – MARANHÃO, cx. 86, doc. 07183.

⁴ Secretaria de Governo/Registro de correspondência, 1816, Doc. 16) – Arquivo Público do Estado do Maranhão - APEM.

No *Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás, no ano de 1815, em serviço de S. M. Fidelíssima*, a primeira obra de sua lavra, composta basicamente em duas partes, faz propositadamente uma ampla visão desta parte do Estado, intercalando aspectos diversos da sua especificidade; descreve a jornada na forma de diário; na segunda parte intitulada: observações, esta organizada por ordem alfabética em um mesmo bloco, mas que se reportam em forma de chamadas distribuídas por todo o texto da primeira parte.

Nesta, não se limitam a descrever os trechos da viagem de sua missão. Começa fazendo uma geografia de toda a Capitania, explora um primeiro trecho, abarcando a área mais conhecida (São Luís e Caxias) descrevendo suas fazendas e os campos de Perizes e as qualidades das matas e seu povoamento. No outro trecho que vai de Caxias ao rio Tocantins, detalha todo o universo natural e social, dando um primeiro quadro preciso, e corrigindo várias distorções das informações até então disponível pelo Estado.

Em março de 1819 apresentou sua segunda obra, *“Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão, propriedades de seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado atual dos seus estabelecimentos”*. Assim como no roteiro continua dando um enfoque sobre a divisão da Capitania. Nesta descrição a visão é mais incisiva no tocante à diferença e propõem duas Comarcas, uma para dar sintonia à lavoura de exportação, a outra abarcaria a região pecuarista, tendo a povoação de Caxias como o ponto de ligação entre as duas partes. Obra mais densa, em que aprofunda ao seu tempo o perfil geográfico, social e econômico da região caracterizando suas diferenças.

Escreveu ainda Paula Ribeiro uma *Memória sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão: análise de algumas tribos mais conhecidas, processo de suas hostilidades sobre os habitantes, causas que lhes têm dificultado a redução, e o único método do que seriamente poderá reduzi-las*. Trabalho organizado em cinco partes. Na primeira, faz observações gerais sobre os “selvagens” da Capitania, dá suas localizações e comenta, num breve histórico, seu grau de relacionamento; na segunda, trata da importância dos gentios, abordando dois aspectos: a de que escravos fugidos possam organizá-los e partirem para tomarem de assalto a Capitania e que eles são importante como força para em trabalhos produzirem alguma cultura ou para o uso dos nas guerras internas contra

os próprios gentios; na terceira faz uma análise do porquê das expedições não conseguirem reduzir pelas armas as povoações gentias; na quarta enumera as dificuldades de deslocamento e a desordem do Estado para mantê-los reunidos; por fim, na quinta, propõe um método que segundo ele já foi testado em outras Capitanias com que se tem reduzidos os índios à condição de domésticos e civis e, para tanto propõe: manutenção, exata administração, generosidade, assiduidade, etc.

O autor ainda elaborou dois outros documentos: um mapa, e um texto da *Viagem ao rio Tocantins pelos sertões do Maranhão no anno de 1815, por Francisco de Paula Ribeiro, 1818 (manuscripto)*. O mapa e texto se encontram na Biblioteca Nacional. O mapa foi produzido para atender a questão demarcatória dos limites entre o Maranhão e Goiás. Almeida (2007, p. 236-239) em seu livro *A Carolina*, publicou uma cópia do texto da *Viagem ao rio Tocantins*.

Em 1848 Domingos José Gonçalves de Magalhães pública, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. Trata-se da guerra da Balaiada ocorrida entre 1838-1841, sangrento episódio regional que envolveu a região central e todo o sul do Estado. Magalhães esteve no Maranhão acompanhando o coronel Luís Alves de Lima como seu secretário, por todo o período da sua luta até a data que entregou a presidência da Província em maio de 1841 para o Dr. João Antonio de Miranda.

São 36 capítulos, construídos apoiados na documentação que passou por suas mãos. Os quatros primeiros capítulos expõem o estado da Província no plano econômico e social no qual relata os usos e costumes e a contingência da oposição aos atos do governo, mas que pesando e medindo tudo é resultado do caráter transitório do tempo e da quase perda da fé no futuro, dado o caráter estrangeiro das instituições brasileiras. Para Magalhães (2001, p. 15) estas eram “avessas aos nossos costumes e naturais tendências [...] a quem se apresentam os fatos desligados de suas verdadeiras causas, supondo assim outras” e culpa a perversa política dos partidos gerada em cabeças ambiciosas e dominadas pelo espírito efêmero da época rumo ao desfiladeiro das rebeliões. Expõe a falha de dois governos por negligenciarem o desenvolvimento da rebelião; daí em diante faz por mais cinco capítulos um histórico dos vários combates e a conjuntura da guerra. Nas divergências entre o governo e comandante das forças daí em diante até os 16

capítulos. Todos os demais capítulos estão voltados para narrar o novo Ministério de Luís Alves de Lima e as derrotas sistemáticas das forças rebeldes.

Por mérito, é o livro a história oficial dos que venceram, detratando todas as razões dos regionais. Mesmo se propondo imparcial observador, seu olhar registra seletivamente a enorme teia dos fatos deste acontecimento, procurando moldá-lo para além da Província dentro da era das revoluções.

De fato, desde as lutas da Independência lideradas por liberais e democratas da Capital e com mais vigor do interior que formavam o partido dos independentes como se autodenominavam, estes reconhecem a demora no preparo para concluir a luta entrando triunfalmente na capital, fato que possibilitou serem pegos de surpresa por uma manobra da junta Governativa que até então combatia a independência. Essa junta proclamou, de súbito, a sua adesão em 28 de julho de 1823. Esse fato alterou a correlação de força e desmobilizou o amplo movimento interiorano.

Foi grande a decepção por parte dos líderes independentes por não fazerem parte da composição do novo governo, que se mostrara repressivo, conservador e despótico. O descontentamento foi destilado e se fez sentir formatado cinco anos depois no sertão com o ato de lançamento do manifesto da República de Pastos Bons, em 1828. Sonho exaurido, as cicatrizes da luta anterior ainda estavam abertas. Era tempo de espera. Dez anos depois, em protesto armado a uma lei provincial que violava a Constituição e que ficou conhecido como *Lei dos Prefeitos*, somado depois, à astúcia de como se passou a usar esta lei, explode a tensão extrema das contradições que põe tudo novamente em movimento. Rompe a violência, é a guerra da Balaiada.

Meio século depois, aproximadamente, Parsondas de Carvalho publica entre janeiro de 1902 a fevereiro de 1903 no jornal *A Pacotilha* de São Luís e no mesmo período é lançado no Rio de Janeiro por meio do *Jornal do Brasil*, com o título: *O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX*.

A obra visa descrever cem anos do espólio político do sertão do Maranhão. Expõe a conexão política entre duas gerações, e constrói com minúcia o teatro da violência e da trama e luta pelo poder da segunda geração, cujos atores foram Araújo Costa e Leão Leda. O primeiro se diz herdeiro político de Militão, comenta o autor. Militão, liberal declara, em relatório, ter sofrido atentado de morte por várias vezes planejadas pelos Moreira, na pessoa de João Bento Moreira, tio por parte de mãe de Leda. Bento José Moreira, avô, comerciante vindo de São Paulo, legalista,

combateu os liberais bem-te-vis que participaram da Balaiada. A derrota desta levou Bento ao poder no sertão. Uma vez aliado do governo da Província, começando a inevitável perseguição aos liberais tenha eles ou não participado do protesto armado.

Em 1887, o jovem Leão Leda chefe da família Moreira, assume o governo da região, afirma Parsondas, “inexperiente como todo moço, acreditava na força do direito e persuadia-se que a resistência a ordens ilegais era lícita e praticável.” Cedo cairia nas malhas inextricáveis de Araújo Costa. Abre-se uma fenda pela segunda vez na blindada e aguerrida formação política do sul do Maranhão. Livro único, pelo enredo e trama e por ser capaz de mostrar toda a maneira de sentir e de pensar as ações do vasto território conhecido como os altos sertões maranhenses. E de como, um século depois, o Estado manejava para fracionar e assim manter com punhos de ferro o domínio do sertão rebelde.

Consta que os Parsondas emigraram para o Maranhão seguindo a trilha do gado e de gente. Vieram da Bahia, fixando-se nas proximidades de Porto da Chapada em 1827, no lugar por nome de Campo Largo, região divulgada pela sua pecuária e isolada da presença do Estado, local estratégico para muitos continuarem a ter uma vida independente depois de muitas lutas perdidas pela Bahia e Pernambuco. Sálvio Dino escrevendo a genealogia dos Carvalho, afirma que o avô de Parsondas, José Joaquim de Carvalho, era filho de uma misteriosa francesa nobre desterrada de alguma parte da França por volta de 1791, e que era uma pessoa culta que depois de vários fracassos pelo rio São Francisco, libertou seus escravos e passou a viver com o que ganhava lecionando em casas de famílias. Este era um costume habitual pelos sertões onde conhecera um lusitano seu admirador por nome de José Marques de Carvalho e com o qual teve três filhos. O último filho de José Marques, José Joaquim, fora o que migrara para o Maranhão. Um dos filhos deste, por nome de Miguel Olímpio de Carvalho, era o pai de Parsondas e de Carlota de Carvalho.

Conta ainda o mesmo autor que em visitação por diferentes cidades do sul do Estado, ouvia saudosamente comentário valorativo de que “O Parsondas era tão macho e corajoso que amarrou o cabresto de seu cavalo na porta dos jornais cariocas que noticiaram as desgraças da nossa gente”. Este comentário se reporta a uma viagem feita a cavalo até o Rio de Janeiro para publicar seu relato do conflito também pela capital do país como estratégia para sensibilizar o governo federal

sobre a tragédia que ocorria no Maranhão. Rotas que no passado já haviam sido trilhadas por outras pessoas do Maranhão na busca de se fazerem ouvir e solucionar diferentes questões maranhenses.

Vinte anos depois da publicação do seu *Grajaú*, e dois antes de sua morte, na fazenda Regalo nos “belos sertões de Montes Altos”, sua irmã, Carlota de Carvalho (2000) publica em 1924, no Rio de Janeiro, o livro mais completo sobre a região: *O Sertão, subsídios para a História e a Geografia do Brasil*. Obra polêmica, por sua autoria – alguns na atualidade consideram o livro, obra de Parsondas. Dividida em duas partes, o norte de seu livro dá, na última página, tomando para si uma citação de Fustel de Coulanges em Cidade Antiga, com a imagem do saber: “Aprendia-se unicamente pelo gosto e pelo interesse de saber. Quem estudava visava o lucro de enriquecer-se de conhecimentos exatos e não proveitos pessoais como uma especulação industrial.” (CARVALHO, 2000, p. 254). A primeira parte da obra nos interessa, sobretudo por se reportar à história do sertão “de outrora”, especialmente o processo de formação social do sertão, onde inclui a questão da independência e a Balaiada. Vista pelo prisma da sociedade pecuarista daquele início de século.

Na segunda parte, de maneira descritiva, narra o manejo de ocupação feita pelos próprios moradores do sertão; esse movimento está vitalmente ligado ao conjunto de relações circunstanciadas pelo espaço – apresentando também suas dificuldades.

A obra traduz um discurso de pertença do lugar de onde se fala e historiciza-se em um espaço em que até a metade do século XIX os limites geográficos eram fluídos e indefinidos, para a ilustração portuguesa da época, não o sendo para o código do sertanejo que a região desbravou. Gorender (1985) em sua obra *O escravismo colonial*, acidamente critica a todos que lhe antecederam por haverem construído uma historiografia sobre o período colonial, justamente por terem escrito numa perspectiva de fora para dentro, para fazerem uma síntese do seu tempo. Para inverter tal situação, tomou como categoria central o escravo como o explicador e não o explicando.

Os irmãos Carvalho, em o *Grajaú* e em *O sertão*, alcançam, em seus textos, uma perspectiva inversa da metodologia do seu tempo, ou seja, explicam o sertão, também de dentro para fora, relegando suavemente a documentação oficial e buscando no povo sertanejo uma outra perspectiva.

Os Carvalhos produziram obras curtas, circunstanciadas, e por isso mesmo

obras abertas e que muito têm das proposições defendidas por Capistrano que, no correr da sua vida como pensador da realidade brasileira, teve um único objetivo que era entender o contraste entre o litoral e o sertão, questão que – para ele – estava sendo encoberta pela excessiva significação dada ao litoral. Parece perspectiva de um ideal de uma história sertaneja, não concluída. Se Capistrano publica seus *Capítulos da História Colonial* em 1907, portanto, cinco anos depois de Euclides da Cunha, este igualmente publicara *Os Sertões* em 1902, cinco anos depois da guerra terminada em 1897. Essa “Bíblia da nacionalidade” faz a denúncia de um crime e exalta de forma erudita as vítimas.

No início da obra e no final da nota preliminar Euclides da Cunha (2008) faz uma citação de Taine para mostrar a bússola de sua obra, onde fica evidente sua identidade, o lugar da fala, e o laço que unia Euclides, Capistrano e possivelmente os irmãos Carvalho.

Ele (o historiador) se irrita contra as meias-verdades que são meias-mentiras; contra os autores que não alteram uma data, uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes; que conservam o desenho dos acontecimentos, mas lhes modificam a cor; que retratam os fatos, mas lhes desfiguram a alma; entre os bárbaros, é necessário pensar como um bárbaro, e entre os antigos, como um antigo (CUNHA, 2008, p. 20).

Erudito, Euclides buscou de fora o topo da ciência em antropologia, biologia, etnologia e sociologia para fundamentar teórica e metodologicamente sua obra; os demais citados despiram-se deste manto para pensar como bárbara a contingência histórica da colonização promovida pelos tabaréus nutridos de *sentimentos* e *costumes* de suas vivências tarjados pelas cores da região.

A autora de *O Sertão*, Carlota de Carvalho é essa professora do sertão, mulher de um livro só, que descreve a sensibilidade de um tempo, que não visava o lucro, mas o exato conhecimento de uma região sem o manto da visão litorânea, sempre unilateral e homogeneizadora.

Um promotor público designado em 1888, para a Comarca de Barra do Corda, pelo Presidente da Província, com a finalidade de ser a fonte segura de informações para as ações do Presidente, ainda para tratar da violência que se arrastava por quase um século, escreve um livro sobre estes conflitos com um título sintético: *A esfinge de Grajaú*. O Promotor Dunshee de Abranches cercara com esta obra o mesmo objeto descrito por Parsondas. Abranches, membro de família

tradicional da capital da Província, escritor e jornalista, escreveu a *esfinge* em 1940, obra publicada somente em 1959. Obra que testemunha um outro olhar. Um olhar que nutria outra interpretação dos fatos e de entendimento daquele povo, distinto do olhar dos litorâneos. Perfil que Abranches (1993, p. 178) censurou por não ser testemunha daquela realidade: “cristaliza-se um juízo profundamente errôneo e injusto sobre os seus habitantes, devido aos escarcéus escandalosos feitos nos jornais e na tribuna parlamentar pelos exploradores políticos”.

Um membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Eloy Coelho Neto, duas décadas depois (1979), escreve novamente sobre a região, procurando fornecer uma visão, segundo ele, mais definitiva do sertão no século XX, explorando aspectos sociais e políticos das comunidades sertanejas. O autor nasceu no mesmo ano em que Carlota de Carvalho publicou seu único livro em 1924, no vilarejo encravado na região chamada de Alto Parnaíba, nas margens do rio Balsas, antigo porto das caraíbas que passara a ser conhecido como Distrito de Santo Antonio de Balsas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Eloy Coelho Neto, dedicou-se por toda a vida ao magistério e à advocacia, e colaborou em vários jornais da época com publicação variada no campo do direito e história.

Seu livro, *História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos*, obra multivariada que reúne muito do que já havia sido publicado de forma esparsa sobre a região, arrola também vários documentos inéditos pesquisados em arquivos da Bahia. A obra não está dividida por capítulos – e ele justifica – que de início era apenas um estudo, um roteiro para os outros que se tornara uma pesquisa séria e apaixonada por ter sido a sua vida sempre voltada para a terra onde nascera.

Assim, escreve por tópicos, percorrendo sobre temas variados, procurando alinhá-los na ordem comum da história do Brasil: Colônia, Império e República. Da um destaque especial a este último período, pelo grau de envolvimento desta população em ansiedade expressa na figura do chefe do Clube Republicano, o ilustrado “vaqueiro de Loreto” Izaac Martins fundador e diretor do jornal “*O Norte*” que lutava pela queda da Monarquia. Conta Coelho Neto que o vaqueiro estava a caminho do Rio de Janeiro, mas que não chegara a tempo; no dia 15 de novembro ainda em Recife a República fora Proclamada - o sertão só tomara conhecimento no dia 20, mas que eletrizou toda a população onde a ideia de república já era inspiração desde 1828.

O livro traz importante contribuição para se entender a transição política

marcada pela violência das armas na chapada, em luta pelo poder, para uma disputa nos moldes institucionais, compondo outra fase de se jogar o jogo do poder no sertão - como estava escrito no cabeçalho do jornal “O Norte” em janeiro de 1888: “Aperfeiçoai o coração e dai-lhe a posse do bem” (COELHO NETO, 1979, p. 209). Portanto, a luta pela dominação da política e da economia, transmudou-se do plano da guerra campal para o âmbito institucional regulado pela legislação estatal, mas, em muitos casos, retornando às antigas práticas.

Treze anos (1992) mais tarde é publicada uma pesquisa acadêmica, tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo, sob o título *Caminhos do Gado*, de autoria de Maria do Socorro Coelho Cabral. Trabalho de larga pesquisa com pretensões de síntese da história maranhense e sua identidade, as quais somente podem ser apreendidas por um estudo do duplo movimento povoador. Um marcadamente litorâneo e o outro oriundo do interior, mas que a historiografia tem privilegiado, por força da tradição apenas a litorânea, ficando a vida continental pouco registrada, portanto, pouco valorizada.

Filha de Balsas (1946), Maria do Socorro Coelho Cabral, como também o era Eloy Coelho Neto, licenciada em história, com mestrado em educação e doutorado em história, foi professora do curso de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e pesquisadora dedicada à pesquisa nestas duas áreas e com uma vasta publicação. Falecera em dezembro de 2002.

Sua obra se constitui como marco de referência por abrir o debate dialogando sobre as visões que foram erguidas sobre o Maranhão, principalmente sobre a história político-administrativa que tem sido repertório de uma longa tradição arquivista de historiadores da capital do Estado.

A tese central de sua pesquisa aponta para um Maranhão colonizado por duas distintas frentes de ocupação com diferenças na origem, que para Cabral (2008, p. 149), “A recuperação desses dois amplos movimentos povoadores representa contribuição significativa ao conhecimento histórico sobre o Maranhão, superando a visão homogeneizadora sobre o processo colonizador até agora predominante”.

Seu objetivo é apreender, da frente pastoril, os marcos iniciais da sua colonização. O livro é composto por três capítulos: o primeiro, narra sobre a frente de expansão litorânea, fazendo um histórico da ação portuguesa e como suas ações se espalharam pela costa e pelo interior e os limites desta pela exploração

econômica das terras com a presença do Estado. O segundo e o terceiro são dedicados à frente que adentrou pelo sul; seu devassamento e violência na sua ocupação. Escreve sobre as fazendas, sua economia e das relações comerciais dos pecuaristas. Nesta parte procurou ressaltar os traços culturais distintos da frente interiorana.

A teoria das frentes como frisa a autora impõe um marco dual para a história maranhense, o que abarcaria uma visão para além do perfil político-administrativo e exigiria pesquisa para compor uma narrativa que suturasse as duas partes; a outra parte, como se viu em páginas passadas, era o dilema de Capistrano, os feitos do povo brasileiro – algo quase sem registro que exigiria novas metodologias para capturá-los.

Prosseguir a pesquisa de onde deixou Cabral exige fazer escolha, demarcar posições e caçar pontas neste processo, que este trabalho entende se encontrar no conjunto das relações estabelecidas pelas frentes, em um jogo jogado na disputa pelo empoderamento. É buscar compreender as estratégias lançadas no interior de um jogo de forças caracterizadas por “traços sociais e culturais distintos” como frisa a autora.

Como entender essa frente pastoril, que vem desde a Casa da Torre, fundada por Garcia d’Ávila, e que se espalhou e evoluiu pelo interior do Nordeste, somando força para envergar a Tordesilhas, estimada por Bandeira (2007) em 300.000 km²? Que tipo de relações, questiona Weber (1979, p. 301-302), entre “homem de consciência” versus “homem de honra” tecia essa organização, social política e econômica que se formou nesta vasta região quase a revelia do Estado estendida por mais de 400 léguas (2640 km) da Bahia ao Maranhão? A isto Capistrano chamou de “civilização do couro”.

Comenta a Dra. Regina Helena ao prefaciar a 2^a edição da autora Cabral (2008, p. 17), que consciente das muitas questões levantadas pela concepção das frentes de expansão, diz ter apenas aberto caminhos para novas pesquisas, e que muito contribuiriam estudos voltados para a conquista da região central do Estado, “onde se *fundem* as frentes de expansão litorânea e pecuária” (CABRAL, 2008, p. 17).

O ato de fundição das frentes proposto pela autora foi, não a lacuna, mas o princípio norteador e indicativo deste trabalho, tomando o ato de fundição à luta relacional dada no amoldamento encetado por “traços sociais e culturais distintos”, mas significativos para a compreensão do objeto pesquisado, complexo em sua constituição e dividido arbitrariamente em duas realidades distintas pela visão oficial, o que culminou no sentimento separatista que tem sua gênese no século XVIII e que permanece na atualidade como possibilidade de emancipação política, econômica e cultural do Sul do Maranhão.

1.1 Fontes documentais que contribuíram para a construção do referencial teórico

Todo o Estado do Maranhão⁵ se configura como área de transição entre o Nordeste e o Norte do Brasil, comportam a ele, características biogeográficas destas duas regiões; a leste se tem o fim do cerrado do Nordeste numa estreita faixa por toda a divisa com o Piauí. Em área contínua e no mesmo sentido uma ampla floresta equatorial aberta (mata dos cocais) e por fim, tem o grande portal da floresta equatorial densa, por toda a divisa com o Pará. Estas duas florestas formam até os tempos atuais gigantescas barreiras naturais. Quem chega ao planalto do grande cerrado no Sul do Estado advindo da Bahia e Pernambuco maravilha-se com a paisagem do ambiente, pela sua vegetação, hidrografia, pelo clima tropical e equatorial. A esse ecossistema os sertanejos denominaram “Pastos Bons”.

Tal denominação deve-se à presença de fartas pastagens naturais compostas por capim agreste, característico do bioma Cerrado que se inicia no Brasil central e se encaminha rumo ao norte, paisagem bem diferente da secura do bioma Caatinga prevalente no Nordeste brasileiro. Os pastos bons, pela fartura de massa verde e

⁵ O estado Colonial do Maranhão foi criado em 1621 para assegurar o domínio da parte norte da colônia portuguesa nas Américas. Formado por capitânias hereditárias e capitânias reais, começada no cabo de São Roque, no atual Rio Grande do Norte, estendendo até o atual Estado do Amazonas. Inicialmente, a sede do governo foi instalada na cidade de São Luís do Maranhão. Mais tarde, foi denominado Estado do Maranhão e Grão-Pará; do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém, no período pombalino; do Maranhão e Piauí, novamente com sede em São Luís, de 1772 a 1811, quando retornou à primeira denominação, restringindo-se desde então à área que será província (a partir de 1815) e, depois estado do Maranhão (após a proclamação da República). É a esta circunscrição territorial que nos referimos quando falamos Maranhão. Cf. MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 4. ed. Imperatriz, Ma: Ética, 2008.

pela abundância de águas, apresentavam-se aos pioneiros colonizadores do sul do Maranhão, como verdadeiro oásis.

A colonização do sul, então, se fez não meramente por gosto de aventuras, como a busca de idealizados metais e pedrarias preciosos, mas pela necessidade de seguir os “caminhos do gado” que se deslocava em busca de alimento, a partir da margem esquerda do rio Parnaíba rumo ao interior da província, caminhos muitas vezes entravados pela presença do homem nativo, visto que o colonizador, ao chegar ao sul do Maranhão, não encontrou um vazio humano.

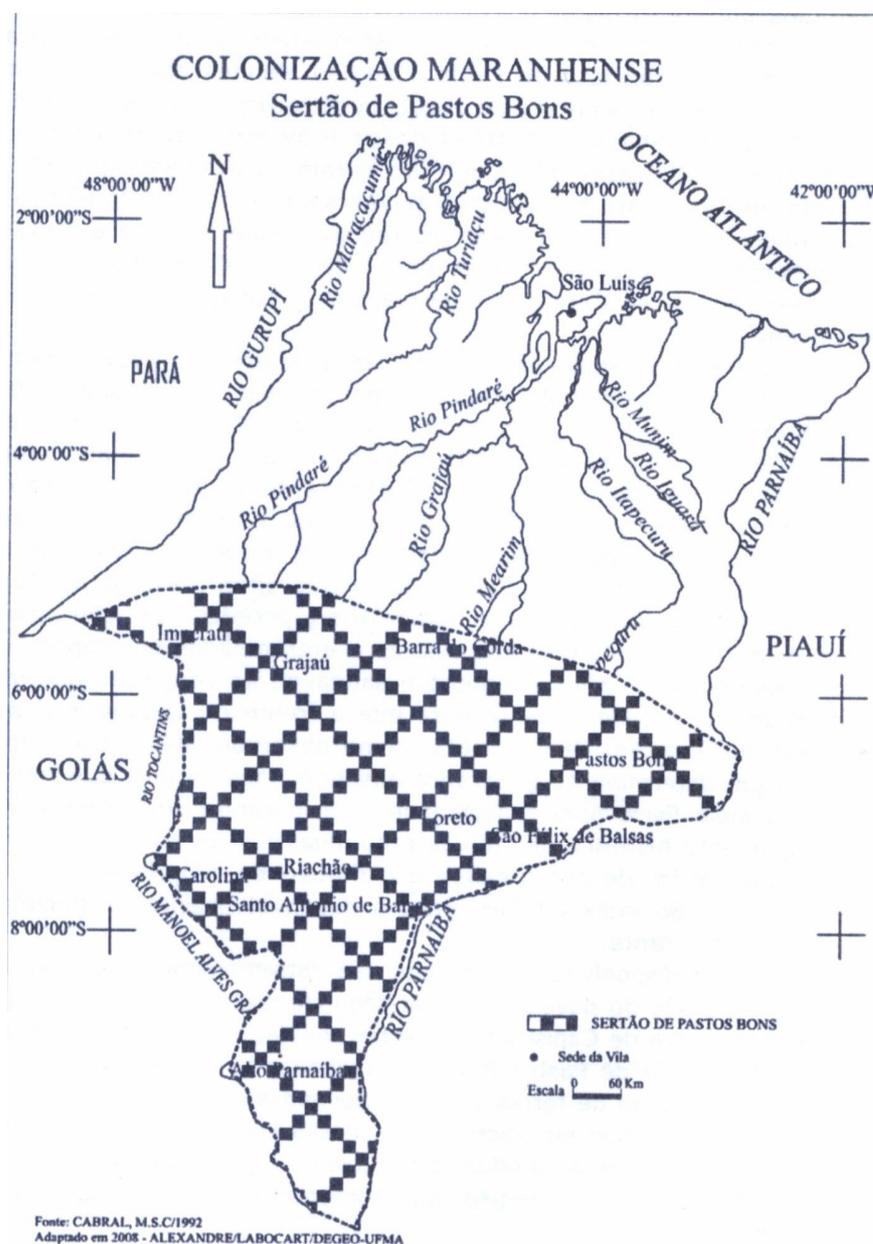


Figura 01: Localização aproximada do Sul do Maranhão
Fonte: Cabral (2008, p. 96).

Sua história requer um tempo desigual. O século XVII foi um século perdido no contexto político-administrativo, destituindo a Capitania autônoma e criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará em agosto de 1654; alegando elemento administrativo, em agosto de 1753, cria o Estado do Grão-Pará e Maranhão e em 1772, reparte novamente a região em dois Estados autônomos, o do Grão-Pará e o do Maranhão, somando-se ainda a desordem da União Ibérica (1580-1640).

Esse tempo no Maranhão foi igualmente vazado por cinco guerras que foram travadas no curto espaço de tempo de 147 anos, no período de 1612-1684: a primeira entre Franceses e Portugueses (1615), a segunda entre Holandeses e Portugueses (1644), a terceira, as chamadas “guerras justas” que duraram, aproximadamente, meio século, de 1691, quando a Casa da Torre foi autorizada a dirigir, segundo Calmon (1958, p. 112), “a caça aos bárbaros confederados no Itapecuru e Mearim”, até 1732, quando o Provedor-Mor do Estado do Maranhão reconheceu que a Capitania e *seus arredores* já estavam tão “desinfetadas de gentios” que já não se justificava continuar as hostilidades contra eles (SOBRINHO, 1946, p. 125).

Frisa-se “os arredores” porque a paz assinada na junta das Missões em março de 1726, se referia a uma área insignificante que muito pouco se afastava do litoral, compreendia as áreas circundante ao golfão maranhense e aos baixos da foz do Itapecuru e do Mearim. A matança e a escravidão continuaram no restante do Estado, autorizadas pela ordenação de 1707; a quarta guerra, conhecida como a Revolta de Beckman (1684); e a quinta, por ser uma guerra ideológica durou cem anos envolvendo os índios, o povo, os Jesuítas e o governo Português (1653-1759). Neste período de guerras, os Jesuítas foram expulsos por três vezes do Maranhão: 1661, 1684 e 1759.

À revelia do poder, das normas e das instituições a guerra indígena durou dois séculos (1615-1815), data em que o Capitão Paula Ribeiro ainda registra esta violência no extremo sul da região.

Na guerra, a organização e volume é um elemento fundamental para seu êxito e Portugal não descuidou em matéria das forças armadas. Registra-se em 1616, Viveiros (1954), que as forças militares do Maranhão eram compostas de 513 soldados, número muito superior ao efetivo militar da sede do Estado do Brasil. Na época Salvador contava somente com 140 soldados e Pernambuco com 100 militares. Tal discrepância evidencia o caráter da conquista da região.

Vale ainda acrescentar que as colisões dos povos não sujeitos ao tratado de paz de 1707 que se deslocaram para o sudoeste aprofundou a guerra de relações interétnicas entre os povos indígenas que para ali haviam se deslocado em busca de sossego longe da mão impiedosa do branco europeu. Sossego, afinal, não encontrado, pois, empurrados para o interior pelo colonizador, tiveram que lutar pela permanência em terras já ocupadas por outras populações autóctones. A guerra entre estes povos, conflito que funcionava como mecanismo de reequilíbrio simbólico e de coesão social passa a incorporar elementos da violência colonizadora.

O centro destes conflitos entre os colonizadores, nas duas primeiras guerras, estava na disputa pelo poder político e material da região. As outras duas tinham como epicentro a disputa pela mão-de-obra indígena. Neste ínterim somente os jesuítas e poucos moradores tinham alcançado êxito econômico, o Estado fracassara em dois projetos de condução econômica e social: o “Estanco da Fazenda Real” em 1678, não durou muito e dois anos foi o suficiente para o governo constatar e reconhecer o seu fracasso. Foi abolido pelo Conselho Ultramarino, em 1680.

Por meio de trapaça e suborno, o novo governador Sá de Meneses implanta um empreendimento particular, fundado em fevereiro de 1682 com o nome de Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará para negociar no prazo de doze anos. A revolta dos lavradores liderada pelos irmãos Beckman, dois anos depois, ajuíza o êxito da Companhia. Outra empreitada com o mesmo propósito de alcance econômico e social somente vai surgir três décadas depois, em meados do século XVIII, executado pela família do Marquês de Pombal, com o nome de Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada pelo alvará de sete de agosto de 1755.

Assim foram os primeiros 150 anos da ação colonizadora do Estado Português no litoral maranhense. Enquanto os militares ciscavam no litoral, sem incursões maiores ao interior do continente, ficando a maior parte do Maranhão, quase que desconhecida, os criadores devassavam toda a parte interior do sertão da Bahia e Pernambuco, alcançando Pastos Bons no sul do Maranhão, um pouco antes da instalação da Companhia.

Como explica Jerônimo de Viveiros (1954, p. 36), “A verdade, porém é que com todas essas dificuldades e sobressaltos, o nativo acabou se tornando a mais

rendosa mercadoria da Colônia”, uma vez que se constituiu como mão de obra escrava para o incremento da lavoura do Norte. Assim, o sangue do nativo comandou a vida, como fica demonstrado por Vieira (1999, p. 73).

No estado do Maranhão, Senhor, não há outro ouro nem prata mais que o sangue e suor dos índios: o sangue se vende nos que cativam e o suor se transforma no tabaco, no açúcar e nas demais drogas que os ditos índios se lavram e se fabricam. Com este sangue e suor se medeia a necessidade dos moradores; e com este sangue e com este suor se enche e enriquece a cobiça insaciável dos que lá vão governar [...] Desde o princípio do Mundo, entrando o tempo dos Neros e Deoclecianos, se não executaram em toda Europa tantas injustiças, crueldades e tiranias como executar a cobiça e a impunidade dos chamados conquistadores do Maranhão, nos bens, no suor, no sangue, na liberdade, nas mulheres, nos filhos, nas vidas e sobretudo nas almas dos miseráveis índios.

Vieira, do alto do púlpito, denuncia moradores, conquistadores e os que governavam a Província. Seu discurso está voltado para o Rei, em súplica contra a violência imposta aos silvícolas. O que ele deseja implantar enquanto processo produtivo, em substituição ao que ali vinha sendo praticado e para salvação das almas é um modelo de missões para os indígenas. Em substituição à escravização do índio, sugere a escravidão do negro. Ou seja, nos sermões do religioso, não há exatamente a defesa do humano, mas a sugestão da troca de almas: protege-se a alma vermelha do nativo e escravisa-se a alma boçal do negro africano.

As almas seriam educadas gradualmente pela catequese e por um longo e lento processo de adaptação do modo Europeu. Mas, neste mesmo instrumento de denúncia não está incorporado claramente o que de fato poderá substituir - fica implícito esse desejo. Sua cobiça se esconde no combate aos demais segmentos da sociedade, mas por trás, como todos, pretende possuir o controle da tão desejada mercadoria, razão de boa parte do conflito de interesses. É o que expressa o seu exórdio discurso.

Por outros caminhos e por meio de relatos dos próprios jesuítas se podem alcançar as suas práticas em exercícios com os índios. Pode-se retirar uma amostragem destas ações nos encaminhamentos dados por Vieira para lidar com os próprios Tenetehara ao longo do Rio Pindaré, como se pode sentir. Antônio Vieira envia em 1653 os Jesuítas José Soares e Francisco Veloso para iniciarem a catequese entre os Tenetehara, do Alto Pindaré e sobre essa situação, diz escreve Veloso (apud LEITE, 1943, p. 185-186, grifo nosso) sobre essas gentes:

Os que lá vivem, junto às cabeceiras do Rio Pindaré, que é um dos muitos que desembocam neste Maranhão, e também aqui têm duas Aldeias, uma pequenas como são todas, e outra menor que pequena. Pela comunicação destas Aldeias, haverá dois anos que se desceu do sertão, parte dos índios que lá haviam, e assentou em um sítio do mesmo rio, chamado Itaqui, distante como dizia sessenta léguas desta cidade. Em todo estes dois anos não houve quem desse notícia alguma de nossa fé, a estes pobres, *havendo porém, quem os fosse ensinar a trabalhar, e aproveitar-se, segundo dizem, de seus trabalhos*: morriam muitos à fome e sem baptismo, miseráveis no corpo e muito mais miseráveis na alma.

O índio nativo, não se promoveu a proteção. Se o índio foi procurado pelo branco, não o foi por sua condição de humano e mesmo de senhor da terra brasileira, mas pela condição potencial de mão de obra gratuita. Da condição de abandono, Veloso (apud LEITE, 1943, p. 185-186) ressalta que não faltou *“quem os fosse ensinar a trabalhar e aproveitar segundo dizem, de seus trabalhos”*. Um quarto de século depois Felipe Bettendorf (apud CONSIGLIO, 1997, p. 80, grifo nosso). Ao se reportar à Missão do Pe. Antonio Pereira, em 1678, informa sobre os Tenetehara do Pindaré:

(desceram mais de 500 “ovelhas”...) Diminuiu o fruto da pesca. Nos três anos passados, ele plantou 2000 cacaoseiros, dos quais mil e mais são agora árvores que dão fruto [...] dez dão uma arroba por ano; mil dão cem, por um valor de mais de mil cruzados. Então planeja plantar este ano seis mil árvores *para sustentar a missão*.

Fica visível, mesmo que indiretamente, que a virulência do discurso de Vieira tinha como fim último a disputa da mão-de-obra destes povos, questão que não aparecia evidenciada. Seu desejo ia além de capturar a alma, queria também a matéria que suportava tal espírito.

Outro elo institucional igualmente reagia. Revidava o governador do Estado do Maranhão por volta de 1754, ao reclamar dos jesuítas aos seus superiores, lamentando que “com o sistema dos jesuítas eram impossíveis as relações sociais, a propagação da fé, a administração da justiça, a agricultura, o comércio, ou coisa alguma que aproveitasse à Religião Católica e à Mãe Pátria” (SILVA, 1912, p. 146).

Estes argumentos exorbitados e conclusivos bem demarcavam o limite das negociações e jogos de força no interior das relações do processo colonizador, presente em todos os seguimentos da sociedade. Essa disputa pela principal mercadoria inicialmente necessária ao colonizador culminou na desordem das

verdades numa festa sangrenta.

Esse contundente fragmento do discurso humanitário do missionário jesuíta Antonio Vieira, é questionado seriamente por um dos seus maiores biógrafos e historiador maranhense, contemporâneo do período da pesquisa, viveu entre 1812 e 1863. João Francisco Lisboa, autor de uma extensa obra e clássico da historiografia do Maranhão, escreveu também *Vida do padre Antonio Vieira*. Para o autor este era o trunfo de Vieira para montar o império jesuíta em exploração dos mesmos povos no Maranhão e que tal elemento discursivo se constituía numa ferramenta de luta pelo poder na Capitania entre a elite local e sua Companhia onde ele era o grande líder, pois na realidade – esclarece João Lisboa (2007, p. 201) que:

O Pe. Antonio Vieira era em verdade um grande ambicioso, que, para fazer o seu caminho, nem sempre olhava aos meios [...] a estes cálculos sórdidos, a essa previsão e avidez cruel de mercador negreiro, a essa idéia ignóbil da propagação dos escravos, ousava Antônio Vieira ajuntar idéias e considerações piedosas e humanas sobre a liberdade, conversão e salvação dos indígenas! [...] Seja como for, o certo é que aberrações tão incríveis não podem recomendar o grande orador à estima e admiração da posteridade.

A violência da guerra é consubstanciada em êxtase. Esses arrebatamentos íntimos qualificam-se indomáveis e passam a ser rapidamente redirecionados para o único capital abundante neste território: a população indígena, - e para tanto, o governo constrói a “política dos descimentos”, adaptando uma prática popular de escravidão dos índios⁶. Sobre isso, conclui o historiador Meireles (2008, p. 187) que:

Todos negociavam, [afirma Mário Meireles] todos abusavam, todos escravizavam, todos queriam enriquecer rápida e facilmente, que para isso se tina atirado à perigosa aventura no além-mar; e ninguém dava ouvidos a um ou outro missionário sinceramente a serviço da Fé. O nosso primeiro bispo, d. Gregório dos Anjos, com fama de sábio e teólogo, feito o presidente da Junta das Missões, a primeira coisa que fez foi, na partilha dos indígenas, atribuir-se nela mil cativos para empregar na lavoura do cravo, a cujo comércio se atirou desenfreadamente, em hostil concorrência ao governador Coelho da Silva.

A situação indigenista maranhense no período colonial é singular e pode ser entendida basicamente dividindo-a em duas fases, utilizando-se do modelo de interpretação regional que emergiu no início do século XIX, caracterizada por

⁶ Essa política consistia em arrastar para os aldeamentos e também para o litoral, os índios que eram capturados nos sertões e nas florestas para serem vendidos como escravo ou usá-los como mão-de-obra em proveito próprio.

Almeida (1983, p. 49-54) como a “periodização ortodoxa”, onde:

Um pequeno grupo de intelectuais, ligados à grande lavoura ou à administração colonial, tentou refletir sobre os problemas que enfrentavam os lavradores naquela época, destacando-se Raimundo José de Sousa Gaioso (1818) e Garcia d’Abranches (1822), com seus clássicos tratados sobre a agricultura [...] na qual sucedem-se a ‘antiga barbaridade’ (o período anterior a 1756), a época do ouro da ‘prosperidade’ (o período até a década de 1810), e a atualidade, caracterizada por diversos ‘males’ que afligiam os lavradores (ASSUNÇÃO, 2010, p. 145-46).

Tal visão centra-se tão somente na produção. Assunção entende que essa ortodoxia não dá conta de explicar tal período por força de não abarcar a interiorização, ou seja, as estruturas internas. Favorável ao pensamento de Assunção, a questão indígena se ajusta ao amoldamento destas estruturas internas. Assim a fase primeira vai do início da colonização até a expulsão dos jesuítas em 1755, pelo Marquês de Pombal. A segunda é marcada pela implantação dos “Diretórios” até o Império.

As duas fases se caracterizavam pela escravidão indígena. Demarcam-se essas fases para sinalizar que com a introdução maciça de escravos negros pela Companhia Pombalina, já então tais práticas generalizadas. Por toda a Capitania, passam a ser, menos no litoral que era seu principal foco, uma vez que no sul, os criadores preferiam matá-los a escravizá-los, dado o seu interesse por limpar as áreas de pastagem para sua criação, e pelo pouco uso que se fazia do índio nas fazendas de gado. Com isso, apenas se substituía uma violência por outra. Trocava-se a supressão da liberdade pela supressão da vida.

Outro fator que relaxou a guerra e refrigerou as relações sociais, foi ainda decorrente da execução de Pombal de uma nova geopolítica que visava não mais exterminar os indígenas. Nesse projeto buscava-se transformá-los em elemento povoador dos grandes “vazios”.

Falta conhecimento etnográfico e arqueológico suficientes para tratar do primeiro complexo cultural da região sul maranhense, mas acredita-se ser possível uma abordagem dos estágios dos aldeamentos desta determinada área cultural apoiado em mapas antigos e contemporâneos, documentos escritos, relatos feitos pelos colonizadores e documentos de concessões de terras sobre a região em estudo.

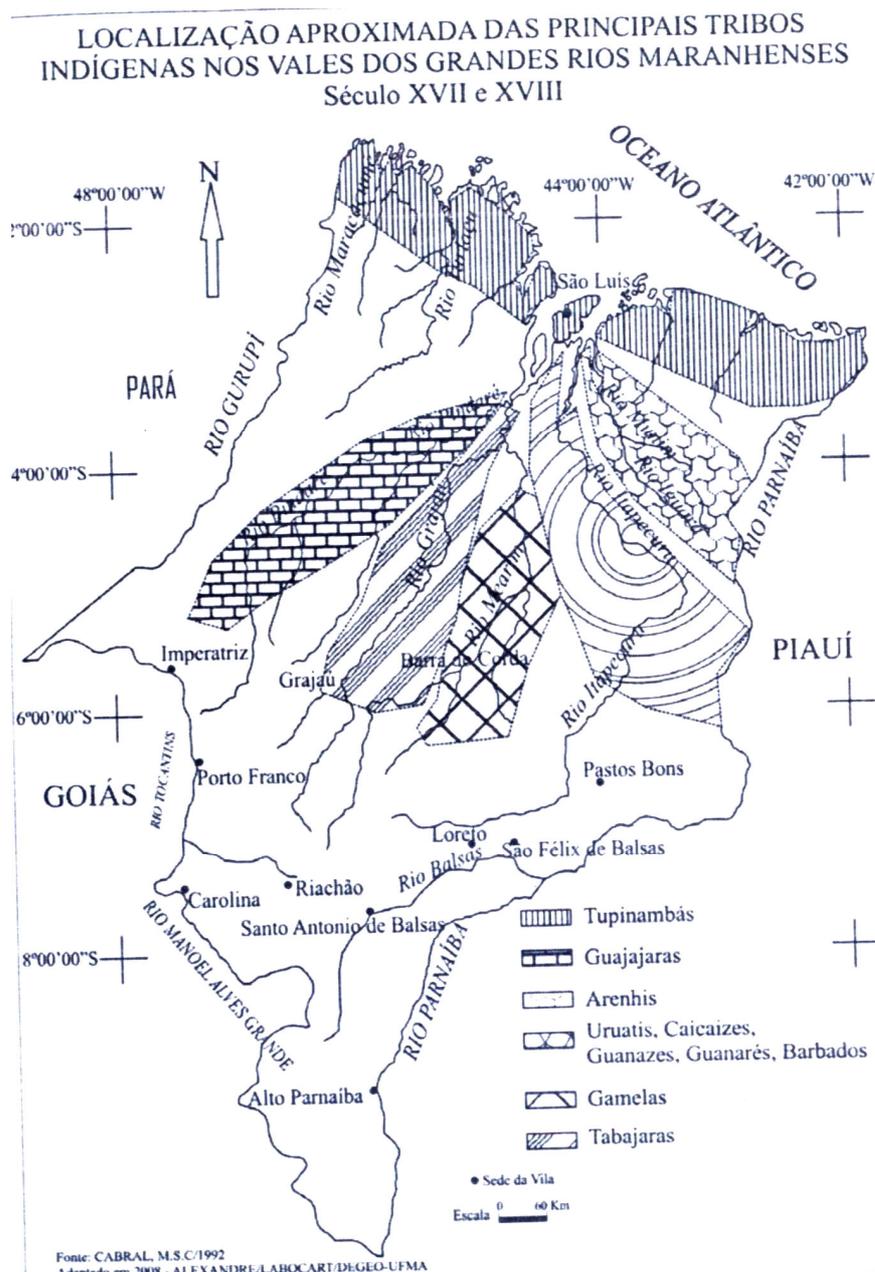


Figura 02: Localização aproximada das tribos do norte
Fonte: Cabral (2008, p. 56).

Atualmente os alunos dos primeiros anos escolares ao estudarem a história e a geografia maranhense, mais de dois séculos depois, vêem nos mapas atuais as marcas dos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores⁷, desde os tempos coloniais aos dias de hoje. Das doze áreas demarcadas como terras

⁷ Ver os livros de história e geografia dirigidas ao ensino fundamental, publicado recentemente pela pedagoga e Técnica em Planejamento da Secretaria do Estado da Educação do Maranhão, Maria Nadir Nascimento: História do Maranhão e Geografia do Maranhão, pela Editora FTD, São Paulo, 2001, PP.28-29 e respectivas páginas 40-41.

indígenas, dez ficam ao sul do Estado e as outras duas a oeste fronteiro ao Pará. Todo o oeste do Maranhão faz fronteira com o Estado do Pará, região marcada como área de transição entre o cerrado, matas dos cocais e floresta amazônica. Portanto, os povos indígenas do Maranhão hoje estão circunscritos a uma área que ficou conhecida como Pré-Amazônia Maranhense.

Ao cruzar os mapas da pedagoga Nascimento (2001) com o mapa de Paula Ribeiro (1819), é visível a grande redução de áreas indígenas resultante de uma cadeia de eventos complexos do ato colonizador durante os últimos três séculos, e que ainda está em curso. Esses eventos ainda não se encerraram. O mapa de Paula Ribeiro está repleto das iniciais “NB” demarcando todo o terreno “inculto” e despovoado por razão da presença de numerosas “*Nações Bárbaras indomésticas*”. Em sua *Memória sobre as nações gentias*, o autor duplica o número em relação aos dados atuais, de povos que compunham a paisagem cultural do sul do Estado.

Segundo Rodrigues (1964), restam no Maranhão somente oito povos distribuídos por dois troncos lingüísticos: tupi e macro-jê. Fazem parte do tronco Tupi os Guajajara, os Urubu-Kaapor, os Tembê e os Guajá; os que fazem parte do tronco Jê são os Canela, Timbira da Geralda, Gavião e Krikati. O desaparecimento de vários povos indígenas foi assinalado por Francisco de Paula Ribeiro em sua Memória escrita em 1819. Esses povos foram exterminados pelos objetivos dos grupos coloniais desejosos de escravizar e destruir estas sociedades indígenas e desta forma ocupar os territórios incultos e despovoados e, para tanto recorriam a inúmeras expedições armadas destinadas ao extermínio dos núcleos indígenas e aniquilar fisicamente sua população, utilizando-os para vários fins. Tal processo se modificou ao longo do período, dada a forma institucionalizada que o Estado utilizava em suas ações de colonização.

Em linhas gerais a geopolítica se configurava pela legislação que tutelava em aldeamento, escravidão e *aculturação* que ficou conhecida por caboclicização, acomodação entre índios e roceiros, vaqueiros e os demais segmentos regionais. Essa coexistência levou lentamente alguns povos indígenas a abrir mão de suas práticas e absorver de forma crescente os elementos culturais dos regionais, (caso do bairro guajajara na sede do município de Grajaú, no morrinho da estrada da serra negra) aonde a língua e a religião vão sendo esquecidas, favorecendo a perda de sua identidade que aos poucos vai sendo diluída pela sociedade sertaneja.

Um caso bastante ilustrativo e que exemplifica bem estas mudanças são os Tenetehara do Pindaré (MA) que,

Embora o grupo mantenha sua unidade tribal e possa ser distinguido da população cabocla por uma configuração cultural diferente, são evidentes, os sinais de desgaste da cultura tradicional e os de substituição de valores tribais por outros, brasileiros, resultantes do impacto de trezentos anos de convívio com nossa sociedade rural (GALVÃO, 1979, p. 130).

O deslocamento desse complexo cultural para esta região de fronteira entre o cerrado e a floresta amazônica deveu-se à luta sem trégua imposta pelos colonizadores desde a segunda metade do século XVI, quando Garcia d'Ávila construiu a Casa da Torre na Bahia, e montou inúmeras expedições de apreamento e extinção desses povos visando a instalação de fazendas de gado conduzidas por vaqueiros e meieiros. O cercamento feito a esses povos que iniciara no litoral cobria toda a costa do Nordeste, da Bahia ao Maranhão. Esse processo os fez atravessarem todos os cerrados até o limite das grandes florestas tropicais da Amazônia. Na região do Piauí e Maranhão se encontraram as frentes oriundas da Bahia, de Pernambuco e a do litoral Maranhense. Heterogenia em sua composição, por ser formada de populares, fazendeiros, garimpeiros e tropas do governo, tornaram essas entradas ainda mais violentas.

A legislação que serviu de base e justificar as *guerras justas* tem data de 1611, *Ley sobre a Liberdade do Gentio da Terra, e a Guerra que se lhe Pode Fazer*. Esta lei embora declarasse livres os povos indígenas, baixava norma que permitia a sua escravização. A forma de *aldeamento* já estava em curso e somente foi complementada pela Carta Régia de 1696 através da lei que disciplinou as práticas, ou seja, o uso da força de trabalho dos povos fixados por aldeamentos; pagamentos irrisórios, na verdade, feito por fazendeiros ou pela Coroa, sob o controle dos diretores.

Os aldeamentos, como se sabe, foram criações do Estado, cujo resultado pela ordem geográfica de seus núcleos em todo o Estado, visava mais o controle defensivo e não havia intenção de povoar. Basta ver que em todo o sul da Província havia apenas um posto militar na cabeça da região, em Pastos Bons, uma vez que a ocupação oitocentista da Província se restringia a uma franja litorânea e a alguns

poucos portos da rede fluvial sem alcançar a região pastoril do Sul da Colônia. As linhas vermelhas do mapa de Paula Ribeiro dão conta desse traçado da geopolítica até então praticada., o que demonstra o pouco conhecimento que o colonizador tinha, àquele momento, da nova terra.

Essa política no Maranhão somente se altera na segunda metade do século XVIII e mesmo assim fica restrita ao âmbito da Companhia de Comércio montada pelo Marques de Pombal, ou seja, permanecendo nas áreas produtivas próxima ao litoral para atender o mercado exportador. Mas, no papel, Pombal se lança a fazer uma ampla reforma do Estado inspirado pelas concepções iluministas, como forma de superar a inferioridade de Portugal no cenário internacional e de atender as exigências de um tratado comercial com os ingleses.

A engenharia política e econômica para laicizar o Estado substituindo a elite religiosa proposta por Pombal era barrada por forte resistência da Companhia de Jesus que controlava as missões e os aldeamentos e por setores da nobreza. Nesse contexto os espaços “vazios” e não demarcados recoloca a questão do povoamento nos moldes como é vista pelo Duque de Silva-Tarouca, intelectual iluminista que atribui um novo papel aos povos indígenas distintos do que havia sido moldado até então. O índio, para ele, naquele novo contexto seria um fator de aceleração no processo de povoamento, e para tanto sugeria, escrevendo para Pombal em 1752, em carta reproduzida por Maxwell (1996, p. 54) onde faz uma síntese do lugar do índio na nova política do governo:

Os reis de Portugal podem vir a ter no Brasil um império como a China. Mouros, brancos, negros, mulatos ou mestiços, todos servirão, todos são homens e são bons, se bem governados. A população é tudo, muitos milhares de léguas de desertos são inúteis.

No esforço acelerado de implantar seu projeto no vasto território brasileiro, Pombal reuniu um seleto grupo de homens de sua confiança e os colocou em postos-chave, ou seja, escolheu e nomeou os governadores das principais Províncias para executar a obra idealizada, embora de difícil execução dadas as dificuldades de diversas ordens, dentre elas, a oposição do homem nativo e as condições ambientais adversas. Pela fragilidade do extremo Norte, Pombal lançou mão de seu próprio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado e o nomeou

governador do Grão-Pará e Maranhão, para cumprir resumidamente as seguintes instruções endereçadas aos seus governadores:

O espírito [...] pode ser reduzido a três pontos principais: primeiro, defender as fronteiras; segundo, povoá-las para que possam defender-se por si mesmas, e terceiro, tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descoberto nesse vasto continente (MAXWELL, 1996, p. 127).

Seguindo pragmaticamente este espírito e em especial o primeiro, a sede do governo é transferida para Belém e o Maranhão passa a ser uma Capitania subalterna e governada pelo Coronel Vasconcelos Lobo. Para cumprir a segunda instrução, Furtado, mesmo que a contragosto toma medidas para transformar os indígenas em fator de povoamento. Começa a ser valorizado o índio vivo, pois já não fazia sentido sua extinção sem outros humanos que ocupassem a terra deserta. Furtado visava povoar acabando com a escravidão, e em seu lugar, estabelecendo paróquias nos aldeamentos e com o progresso as torná-las vilas.

Assim, em 1754, libertou os índios da tutela dos padres jesuítas – para tanto fez publicar o documento: *“Diretórios que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão”*. Na prática, a lei resvalava no complexo cultural destes povos sujeitos, que uma vez livres tratavam de viver muito dos costumes de sua cultura, portanto não dando certo a continuidade de autogestão (como havia projetado o governo) do processo produtivo já existente nos aldeamentos. O indígena atende ao apela de sua cultura e contrapõe-se ao rigor da lei. Ao se deparar com esse efeito, escrevia Furtado, conforme a carta transcrita por Maxwell (1996, p. 59):

Na qualidade de alguém que lidou com eles (a população indígena) no dia-a-dia e que viveram em seus povoados durante dois anos, as mais piedosas intenções de Sua Majestade serão frustradas se a esses rústicos ignorantes e miseráveis for dado o completo controle de seus próprios negócios [...] e como não é possível passar de um extremo ao outro sem buscar algum meio pelo qual seja possível alcançar o objetivo (da legislação), não vejo medida mais apropriada do que nomear para cada povoado um homem com o título de Diretor.

Dessa forma muito que rapidamente, se mudou de tutela religiosa para a tutela laica, aumentando a violência sem acabar com a condição de excluído, embora o documento propusesse escolas públicas para os jovens, proibia outras

línguas e adotava o português como única língua; incentivava a miscigenação e doava terras para o estabelecimento de brancos em terras indígenas.

1.2 Sociedade no início do século XIX

A presença de branco em terras dos índios contribuiu decisivamente para o recrudescimento da violência e provocou a expulsão dos mesmos das áreas de aldeamentos, o que indica o nível de resistência do índio à submissão à condição de escravidão e incorporação da cultura exógena introduzida pelos colonizadores europeus.

O início deste século é sentido no Maranhão com inquietude, por força das transformações que vinha ocorrendo nas relações de trabalho. Visto que em todo o Brasil, a escravidão correspondia, em média, um terço da população, no Maranhão chega-se a um pico de tensão extrema, uma vez que a escravidão avançara para mais da metade da população. Por dados colhidos das desobrigas Gaioso estima em trinta mil almas a povoação da capital, sendo seus habitantes divididos em várias classes: a mais poderosa sendo a dos filhos do reino por ocuparem os primeiros empregos e entre eles se acha dividido todo o peso do controle e da administração da Capitania.

Os descendentes destes, os nacionais, formam a segunda classe. Muitos destes nacionais por serem descendentes diretos dos conquistadores, ou de famílias distinta do reino possuem grandes riquezas; já a grande maioria destes por “impossibilidade de ocupar aquelles empregos principaes, e distincões que o coração humano sempre cobiça, abatem nelles de tal sorte toda a actividade, que a maior parte delles vive retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas. [...] são huns meros disfructadores de huma pequena parte do producto de sua lavoura (GAIOSO, 1970, p.115-116).

Comenta o autor que a terceira classe é composta de uma “geração misturada” que chamam de *mulatos* e *mestiços*, “porem talvez que a lascidão dos costumes, e a ardência do clima fossem os motivos principaes que produzirão esta classe de habitantes”. Acrescenta ainda que os negros formam a quarta classe “desta desgraçada espécie humana”, e, por fim, confirma que os índios formam a

quinta e última classe, que no princípio da colonização foram escravizados, “porém graças às luzes da razão, e da humanidade de certos tempos, os índios têm melhorado de condição”, justifica, “se não fosse a sua natural indolência e pouca ambição.

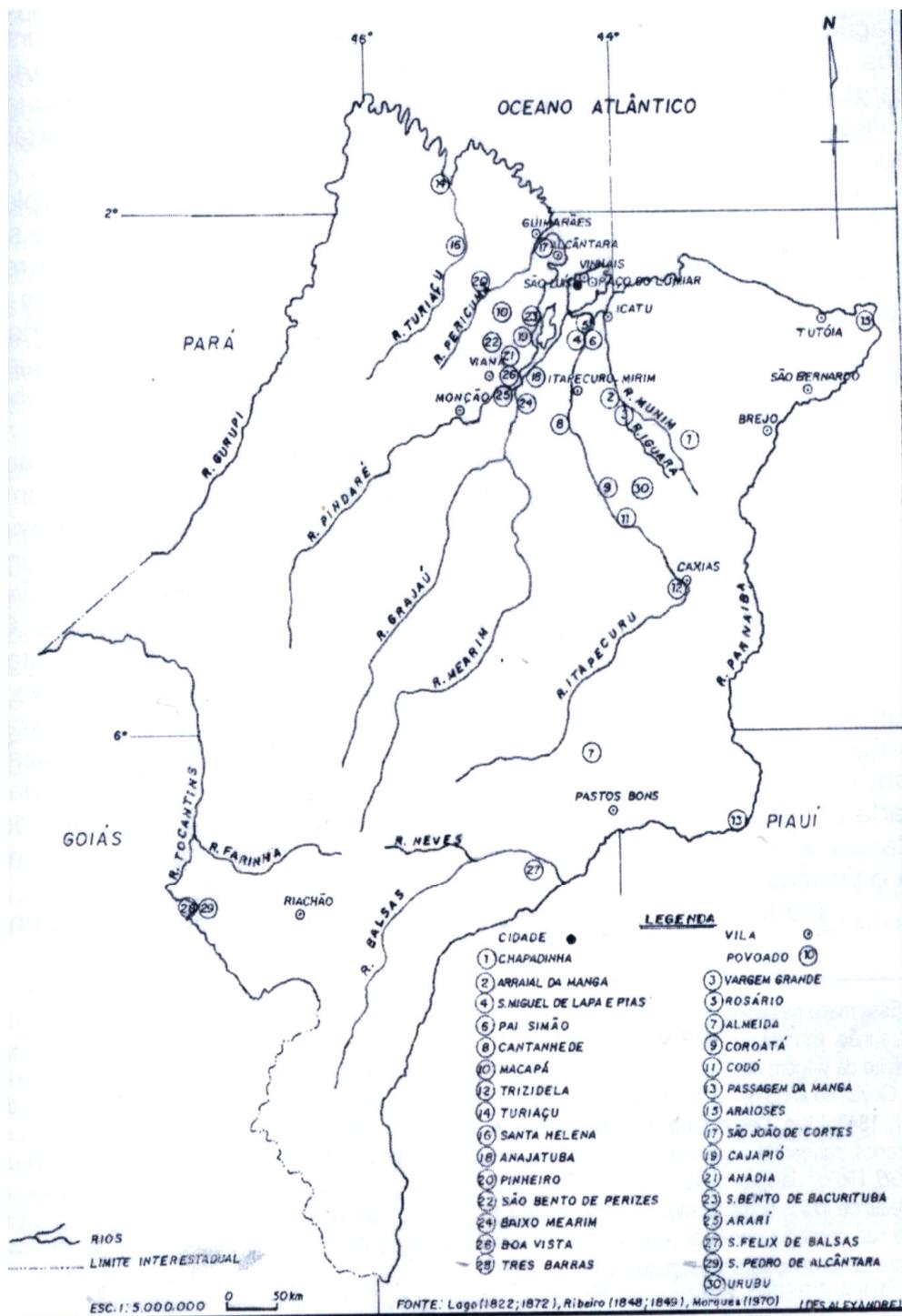


Figura 03: Cidades, vilas e povoados do maranhão em 1822

Fonte: Faria (2005, p. 239).

Depois de classificar os segmentos sociais e comentá-los, o autor tece um juízo sobre as três últimas classes, afirmando serem as mesmas corrompidas em seus costumes em ambos os sexos. E alega que nem a religião:

tem podido pôr-lhes hum freio contra a incontinençia, pois que esta paixão he superior nelles, em um clima tão cálido, a todos os preceitos evangélicos. A maior parte destas três espécies vive em huma mancebia continuada, e o mais hé que há brancos que preferem esta amizade illicita com uma mulata, negra ou índia, ao mais ajustado cazamento. Outros há que já ligados ao estado matrimonial, abandonão huma mulher formosa, e que muitas vezes fez a sua fortuna, por uma negra, ou mestiça, que certamente não merecia a menor predileção, ao negro mais feio da costa de Africa. Se se lhe perguntasse de donde procedia hum gosto tão extravagante, ficariam estacados.

Enquanto aos brancos nacionaes, talvez que por serem tratados, e aleitados na sua infância por essas escravas, elles conservem depois de adultos as mesmas inclinações. Não acho razão alguma, que possa desculpar os brancos do reino. Toda essa gente ordinária não anda calçada na maior parte, e he cousa digna de notar-se encontrar-se pela rua huma India, mestiça, ou negra, ricamente vestida, e carregada de huma tabuleta de ourives de ouro ao pescoço, correndo as ruas da cidade sem sapatos. Outras há que nem comiza úzão, e apenas por compostura deitão a camiza que he curta, a quem chamão cabeção, a roda do pescoço.

A modéstia já se não offende de ver estes objetos, tanto elles são familiares! (GAIOSO, 1970, p.122-123).

Essa percepção e apreensão do real configuram a representação de Gaioso e determina o lugar social de sua elaboração. Gaioso (1970) havia chegado ao Maranhão para cumprir pena de degredo (crime de falsidade) em 1787, acusado de ter praticado irregularidades no Erário por ser escrivão-ajudante de seu pai tesoureiro-mor, que foi demitido, tratando-se, portanto, de gente da elite, que mesmo em degredo a Rainha encaminhou em aviso específico recomendação de absoluto respeito à sua integridade física e moral de funcionários do Erário.

Seu texto, encaminhado por D. Fernando Antonio de Noronha, em 1798 para a Côrte, é publicado somente em 1818, com uma observação de D. Fernando: “descrição feita por um dos lavradores desta capitania” que ele julgou ser “o mais inteligente”. Pelas contas, mais de uma década já havia transcorrido do degredo do autor no Maranhão. Gaioso foi reabilitado e desde 1806 passou a gozar “de todas as honras, privilégios, liberdades e franquezas” como consta em sua carta-patente (AN – Registro Geral das Mercês – Livro 2/p. 33). Faleceu em 1813.

Da sua exposição, destaca-se a divisão da primeira classe, onde os filhos do reino eram os beneficiados pelo sistema e tinham o total controle do comércio com as Capitánias vizinhas e com a Europa e que, portanto ficam praticamente com

todos os lucros e os melhores cargos do governo, enquanto os “nacionais” e mesmo os do reino que não dispõem de capital para participar do comércio e menos ainda acesso aos cargos principais, e que são maiorias, ressentidos, afastam-se para desbravarem a fronteira da província. Assim, por risco e conta, se empenham em montar fazendas e desfrutar dos produtos de suas lavouras e vivendo ali por muitos anos. De igual modo, ali estabelecido e tendo êxito os ressentimentos resvalam sutilmente, para muitos, em rivalidade.

A terceira classe afirma Gaioso (1970, p. 118) é “uma geração misturada” composta de mulatos e mestiços, resultantes da lassidão dos costumes e ardência do clima; a introdução “desta desgraçada parte da espécie humana”, os negros, forma a quarta classe. Por fim, a quinta e última classe, os índios em sua “natural indolência e sem nenhuma ambição”.

Mesmo em degrado, Gaioso (1970) fala de algum lugar do sistema colonizador, seu discurso é um ato de súdito “histórico-político” sobre seus vinte e cinco anos de Maranhão como grande lavrador. Tendo uma visão pautada pelo etnocentrismo direcionado pela cultura européia, os negros e índios eram tomados como aberrações; os negros como seres embrutecidos, vivendo uma encruzilhada entre animalidade e a racionalidade, sem a noção doméstica do sistema. Maldade e feiúra, “toda essa gente ordinária”, seja “índia, mestiça ou negra, não anda calçada”.

Onde estava Gaioso no sistema agropexportador? As características da estrutura montada no Maranhão moldam um tipo específico de acumulação que reúne três elementos: o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, coordenado pela dinâmica do primeiro (FARIA, 2005). Organizava-se ali a grande e escravista produção mercantil direcionada ao mercado internacional, reunindo a grande lavoura e matérias-primas. Destacavam-se, por esse período, dois produtos: o arroz que atendia somente o mercado interno foi direcionado à exportação em substituição ao trigo que estava em falta em Portugal e o algodão, com a finalidade de atender a demanda da indústria têxtil por força da Revolução Industrial.

Gaioso, grande produtor de arroz e algodão se encontrava instalado na próspera Ribeira do Itapecuru onde foi promovido a Tenente Coronel do regimento de Infantaria de Milícias da mesma Ribeira. Daquele lugar social em suas práticas percebia a rivalidade dos que não estavam na órbita do capital mercantil. Para o lavrador mercantil, lançar-se na fronteira do sertão para empreender fazendas por

conta própria era uma atitude de alto risco, era virar as costas inicialmente ao Estado, era por distância entre si e a mão invisível que não os acolhia, porém os oprimia pelo contraste entre a opulência de uns e a miséria de larga maioria de filhos do reino e nacionais; era afastar-se de uma elite que os excluía. Por assim dizer, era lançar-se numa aventura quase sem volta; era a partir de então, poder contar somente com a sorte, engenho próprio e experiência, ao inventar seus arranjos de improvisos para atender as circunstâncias e contingências que as relações interpessoais propiciassem em espaços geográficos indefinidos.

Foi nesses espaços distantes que se passou uma outra história da colonização. Longe, muito longe de tudo, sem igrejas, sem justiças, sem núcleos administrativos estes aventureiros fugitivos lançavam a sua sorte e seu destino ambicioso de prosperar. O que parecia suicídio para a elite, se constituía como um projeto visionário altamente estratégico para os sem-nada materialmente, pela liberdade de ajuizar a seu favor. Essa tempestade e contingência fizeram surgir outros conjuntos originais de variados convívios íntimos, distanciando-se do processo formal europeu. Para realizar esse mergulho pelos sertões “incultos e vazios” eram necessárias práticas que desconstruíssem o verniz dos hábitos adquiridos no reino.

O laboratório destas mudanças e requintes de violência se dera nas várias guerras enfrentadas no Maranhão, na forma de guerrilhas em que se atacava de surpresa e movia-se rapidamente pela mata – ações estas que fugiam totalmente aos moldes de guerra na Europa. Para realizar tais manobras se adotou prontamente os hábitos cotidianos dos povos indígenas. Somam-se a isto as demoradas bandeiras e entradas que terminaram por tornar esse homem tão adestrado, a ponto de Jerônimo de Albuquerque, comandante de uma dessa experiências, declarar sintetizando estas transformações, conforme cita Souza (1997, p. 46): “um punhado de farinha e um pedaço de cobra bastavam” como estratégia de sobrevivência, uma vez que muito dos hábitos tributários dos povos naturais foram incorporados, por processo analógico, dada a grande participação dos índios nas guerras. Com isso estava moldada a grande massa da segunda classe composta por brasileiros chamados de nacionais e muitos dos que eram filhos de Portugal.

Como um teatro de defesa do litoral essa frente pouco se expandiu em virtude das guerras, das disputas com os jesuítas e da farsa da implantação em 1682, da Companhia de Comércio do Maranhão, que resultou na revolta de Beckman em

1684. Essa contingência excepcional que perdurou por séculos terminou por se tornar uma forma de sobrevivência na região, marcadamente vivida pela segunda classe; não sendo alcançada pela visão de Gaioso, essa experiência histórica de colonização da região, uma vez que sua vinda para o Maranhão ocorreu quando já se encontrava instalado o projeto pombalino.

Holanda (1995, p. 44), em *Raízes do Brasil*, também enxerga estes homens, e sobre eles escreve:

Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. [...] Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura.

Praticando uma ética do trabalho o autor somente atribui valor moral e positivo ao conjunto de ações que deseja e que sente ânimo de praticar, passando a considerar como detestáveis e imorais a audácia, instabilidade, imprevidência dos sertanejos que muitas vezes improvisavam sua subsistência, como diz Souza (1997, p. 47), “passando com o que dava a espingarda” desenvolvendo hábitos compósitos da multiplicidade dos estoques culturais presentes na conquista do Maranhão.

Nesta visão do início do século XIX, como bem ilustra a discussão, o Estado se confundia com a Companhia e sendo por ela orquestrado, o líquido e certo estabelecido era a exportação, e as regras por ela praticadas, não havendo espaço no sistema para as demais classes consideradas inferiores que eram concebidas como ameaças para a agroexportação. Portando-se tolerante apenas com os pecuaristas nacionais e portugueses de poucos recursos que, no dizer de Gaioso (1970, p. 116-117). “vive retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas [...] são huns meros disfructadores de huma pequena parte do producto da sua lavoura”.

A estrutura paramilitar mantida para conter e evitar a ameaça dos homens livres e pobres, escravos e índios era paga pelos senhores, mas gerenciada pelo Estado. Para controle dos negros, dispunha de Juizes de paz que assistidos por soldados e guarda carcerária acionavam e controlavam os capitães-do-mato e seus auxiliares em ações de caça e repressão aos fugitivos e insurgentes contra a ordem

escravista. Em ações maiores em combate aos quilombos, o governo autorizava “subscrições voluntárias” para o pagamento de tropas.

A região de divisa com o Pará, Pindaré até o Mearim, os quilombos foram quase que permanentes, constituindo-se preocupação constante para os produtores (GOMES, 1997). Turiçu foi caso emblemático, tendo por diversas vezes financiado o combate com o objeto de “rebater, dispersar e perseguir os quilombos de escravos fugidos, que tem engrossado diariamente e têm tomado um aspecto ameaçador, tendo cometido roubos e insultos em alguns estabelecimentos” (MARANHÃO, 1833, p. 06)

Nenhuma política foi traçado sobre os índios, desde 1798, quando foi revogada a Lei de 1757, criando um “vazio legal”, como afirma Manuela Cunha, ao analisar a política indigenista de meados do século XIX. Já não se podia praticar a escravidão. Para os que já estavam misturados com a população dos povoados basicamente eram considerados por estes como livres, porém escravizados veladamente. Os que não haviam se integrado eram constantemente caçados por entradas e bandeiras respaldadas por Cartas Régias que autorizavam escravizar por 10 anos, o que geralmente se tornava escravidão perpétua e muitas aconteciam à revelia da justiça.

Porto da Chapada, no rio Grajaú em 1815 quando foi atacado pelos Piocobgé e os Sacramekran reagiram com tamanha violência caçando-os e ferrando com marca de cativo no pulso direito, sendo boa parte distribuída como prêmio aos particulares que ajudaram na guerra justa e outros vendidos ao Pará, pelo rio Tocantins, como fora presenciado por Paula Ribeiro quando esteve na chapada em embaixada oficial, muito embora as orientações do governo fossem de usar meios brandos para atraí-los. No entanto, todos eram representados como bárbaros selvagens e inaptos ao trabalho agrícola. Como testemunho deste fato, registrou Ribeiro (2002, p. 77), em seu Roteiro de viagem:

Não é o interesse de cultivar as novas terras, nem o de defender as já cultivadas, o primeiro fim que tem feito armar contra os desgraçados índios desta capitania; porém sim o da ambição de lhes escravizar os filhos, nunca para os educar, não para os empregar utilmente seus serviços durante o tempo que nas circunstâncias acima a lei prescreve, ou deles formar os homens pretendidos; mas para os vender em público mercado na qualidade de uma escravidão perpétua, como tantas vezes já tem acontecido (RIBEIRO, 2002, p. 77).

A lei era um firmamento pouco expressivo resultante da peleja do método de guerra praticado no Maranhão. Fora do círculo da lavoura de exportação, quase tudo era resolvido pelo espírito da guerra. Debaixo dos arranjos dos Diretórios, tudo se praticava. Posto em liberdade pela sobredita lei em substituição da escravidão, lamenta Sabino (apud TORRES, 2006, p. 245, passim): “agora, ninguém chora sobre eles, quando sobre eles todos governavam”, reclamava Joaquim José Sabino, pois “Naquele tempo, pelo interesse pessoal, tinha em seus senhores que os curasse e lhes adoçasse as tarefas por não perderem um escravo, procurando, pelo mesmo motivo, a sua procriação”. Pelo lado do governo em atender as elites, a preocupação maior era conter ou exterminar os índios e garantir a qualquer custo a expansão da lavoura e criatórios e a boa estabilidade para fluir o mercado de produtos e escravos negros. Da segunda classe em diante o desejo era manter a escravidão indígena uma vez que não dispunha de recursos para aquisição de negros, dado o seu alto valor na praça.

Bem atesta isto o mesmo Sabino em sua *Memória político-econômica sobre o Maranhão*, manuscrito do final do século XVIII, ao mostrar que todos os seguimentos, inclusive o Estado, participavam da escravidão e do desvio dos recursos de assistência aos índios:

Aldeados pela extensão daquela Capitania, a que foram pessoalmente os governadores Gonçalo Pereira Caldas (1772-1780) e, depois Joaquim de Melo Póvoas (1775-1779), cada uma povoação foi trabalhando sobre si, mantendo o rendimento no Cofre Geral, donde saíam as despesas, e o restante a juros, para a mão de particulares [...] Porém, como há muito tempo não entra nada nos cofres, e o juro deste dinheiro repartido pelas mãos de particulares, com que alguns se têm enriquecido, lapidando-o outros.

Os índios, em vez de trabalharem pela ordem do seu Diretório, habitando nas suas povoações, vivem, ao contrário, uns no serviço caseiro do particular, pois raro é a pessoa que não peça, e tenha um índio; outro grande número nas roças do valido, morrendo continuamente à fome e ao trabalho; inumeráveis no serviço do dizimeiro, carregando, como bestas, seis e oito léguas pela terra dentro; bastante chamados ao Serviço Real que, às vezes, tem esse nome sem o ser; e, finalmente, outra grande porção misturada com o outro povo por diversos lugares, fugindo da miséria da povoação, do despotismo do diretor, da crueldade dos amos e, às vezes, da do Real Serviço (TORRES, 2006, p. 245-248).

Ao governo central interessava acima de tudo, a posse do território o que o obrigava o governo a acionar e direcionar sua força em duas direções: sendo a primeira e principal, garantir a conquista no teatro internacional, e para tanto, teria

que garantir um mínimo de espaço no litoral, o que o fazia abrir uma segunda frente de seus atos que consistia numa “ação civilizadora” junto aos povos naturais da região representados por “índios selvagens”, seres semi-rationais, bárbaros que “hostilizavam” a reconstrução do espaço pela forma colonizadora. Quando não, domados, pelo menos deveriam ser mantidos a distância para não atrapalhar o avanço da civilização.

Para alcançar este objetivo Portugal usou do recurso infalível de sua maior tecnologia: a força dos arcabuzes, sempre implacáveis e díspares em relação às armas rudimentares dos nativos. Acresce a isso, a experiência adquirida nas longas lutas e as artimanhas aplicadas nas relações com os povos indígenas. Internamente, depois da guerra de “extermínio” para manter sua base no litoral, o governo central deu prioridade apenas na garantia internacional; por resta razão repassava somente escassos recursos à província para medidas paliativas do confronto inter-ético.

Prado Júnior (1999), ao analisar a sociedade colonial afirma que entre os senhores e escravos, que são categorias definidas, comprime-se um segmento por ele denominado de “desclassificados”, indivíduos livres pobres compostos dos “não principais” da segunda classe e setores da “geração misturada”, conforme a classificação de Gaioso, cuja maneira de viver por si só se constituía numa rivalidade que incomodava e veladamente ameaçava as ilhas de prosperidade, por ser visivelmente sentida a grande maioria.

Isto provocava na minoria dominante um mal-estar, angústia e medo por esta avalanche social a qualquer momento, possam desabar sobre a sua prosperidade, não lhe sendo possível viver plenamente o seu *status* de felicidade material e espiritual – uma vez que o Estado por ela “bancado” se mostrava limitado em cumprir o seu papel. Em guarda, a elite convivia desconfiada e com forte preconceito dessa camada heterogênea.

Estes, filhos das guerras, híbridos culturalmente por hábito compositório da cultura portuguesa e indígena, testados a ferro e fogo, já tão autônomos pelo que já havia selecionado na cultura adventícia em harmonia com sua cultura original, sujeito de si e para si com invejável senso topográfico adquirido pela imanência do espaço. Pobres livres resvalados do modelo escravista sem acesso à propriedade de terra e sem inserção no processo produtivo colonial, que construiu a si próprio dispensando o Estado, quase sempre ausente.

Prado Júnior (1999, p. 281), ainda caracteriza estes “desclassificados” em três situações distintas:

- a) Os tapuias, como sendo os que “deixaram de ser silvícolas, sem passar a ser colonos” e caboclos “índios puros ou quase puros”; quilombolas, negros pardos e brancos livres “mantendo-se ao deus-dará” excluídos ou fugidos da sociedade, tidos como moralmente degradados;
- b) Os que recebiam baixa proteção, mas que ainda utilitário ao todo poderoso proprietário, ou aos que possuíam altos cargos na administração, como seja: moradores, agregados e homens de ganho de qualquer natureza – e por fim;
- c) A última, “é a casta numerosa dos vadios” que vivem nas cidades ou campos arrastando-se na ociosidade por longos períodos, seja contratada por chefes locais como milícias ou práticas criminosas, ou mesmo vivendo por atropelos de roubos e assaltos.

O autor, afirma que esta camada foi gerada pelo modelo escravista que os fez reagir a compulsoriedade do trabalho e que também os marginalizou, pondo impedimento ao acesso da terra e não lhes permitindo às benesses do Estado e menos ainda inserção no processo produtivo.

No Maranhão essa concepção geral talvez mereça suave reparo pelo fato de que nos primeiros 150 anos o Estado vivera desassistido de uma intervenção mercantil aos moldes de seu tempo. As guerras, a sobrevivência por um longo período de 150 anos, tendo como parceiro os índios, induz a crer que o grau de tão figurativa antropofagia em dar uma continuidade máxima com a vítima, pressupõe impedir que ela possa devolver uma imagem e nos remeter em identidade. Afirma Castro (1984, p. 83-84). que “é destruir a representação, quebrar o espelho da função imaginária. [...] devorar o inimigo, não é tampouco identificar-se a ele. É projetar-se na alteridade, passar para o outro lado, devir outro”. Por sua vez, diz Bosi (1992, p. 377) que:

A colonização é um processo ao mesmo tempo material e simbólico: as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim aos seus desejos e esperanças. [...] não há condição colonial sem um enlace de trabalhos, de cultos, de ideologias e de culturas.

Denominá-los de “desclassificados” talvez seja perder-se em “fórmulas cerebrinas”, pois a “semeaduras e novos transplantes nem sempre os enxertos são bem logrados”, nesse caso, a colonização maranhense, nem sempre as escolhas se abriram em várias direções. Na guerra, - como foi longamente o caso - a escolha

claramente se comprime. “Então o múltiplo se reduz a um imperioso ou *isto ou aquilo*”. (BOSI, 1992, p. 378).

Assim o juízo que os classifica em “desclassificados” o faz em razão de uma proposição positiva, em relação ao ato compulsório operante no interior do escravismo colonial. Se esse olhar os desclassifica pela negatividade ao orbitarem na periferia do mercado internacional, é igualmente possível configurá-lo na órbita da formação do mercado interno, ou melhor, no aproveitamento das rendas dos arranjos improvisados na intersecção destes mercados. É possível inferir que a gênese desta camada esteja marcada pela absorção das culturas adventícias, pela abundância da natureza, pela guerra e pelo campo de força do sistema colonial.

1.3 Entre a tutela e a liberdade

O Maranhão foi o berço deste laboratório, pois quatro anos depois (1758) o modelo de *Diretório* passa a ser estendido para o resto do país, sendo exportada assim a experiência de Belém e Maranhão. Trinta anos depois, em 1798 D. Maria I, com uma Carta Régia prescreve o *Diretório* e com ele a tutela dos diretores, agravando-se mais a condição indígena, uma vez que eles foram entregues à guarda particular de quem os desejasse organizá-los em colônias, desde que pudesse instruí-los e pagá-los.

Dessa forma, afirmam Cunha et al (1998) os índios saíam da alçada das autoridades centrais e passavam para as locais, no que aumentava a escravidão e arbitrariedades, pois os aldeamentos ficavam muito distantes e quase sempre eram nomeados juízes de órfãos como administradores que usavam do cargo para atender seus interesses imediatos. Eram *escravos incompletos* nas palavras de Gorender (1988), explorados pela coletividade da vizinhança local.

Passada a desordem do período mariano-joanino (1778-1822) em que a política indigenista esteve mais voltada para os arranjos sobre a terra e índios como estratégia do povoamento das regiões “vazias”, o que conferiu pequeno surto de valorização da terra em algumas regiões. No Maranhão a ação indigenista do governo somente se articula na metade do século XIX, com a criação das Colônias

Indígenas e das Diretorias Parciais, conforme o Decreto de 1845 que somente foi regulamentado em 1854 e pela Lei Provincial de 1870. Ao todo eram sete Colônias e vinte e cinco Diretorias.

O efeito legal da lei era pequeno, visto que numa vasta região, inexistia a presença do Estado. Os Relatórios e “falas” dos Presidentes da Província desde 1862, dão notícia do uso dos índios na construção de obras públicas; e na grande maioria, os Relatórios demonstram desânimo para com a política das Colônias e Diretorias, dados os conflitos permanentes entre os índios e os moradores que viviam próximo às aldeias e apontam as causas da falência da Política Indigenista da Província, (Relatório de 1867) decorrentes dos abusos dos Diretores, uma vez que os poucos que se candidatavam, e ao aceitarem o cargo, o faziam no intuito de lucrar usando o trabalho dos índios em benefício próprio.

Esta desordem das Colônias e Diretórios vai durar por meio século, pois esses órgãos serão abolidos somente em 1889 e daí por diante tudo fica à deriva por mais vinte anos.

Com a criação em julho de 1910 do “*Serviço de proteção aos índios e Localização de trabalhadores nacionais*”, órgão do governo federal, o título é altamente sugestivo, na parte complementar ao tratar da (localização de trabalhadores nacionais?). Imediatamente, no ano seguinte, (1911), é criado no Maranhão o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Este órgão seguiu o trágico destino dos anteriores, o volume de denúncias, com repercussão internacional de violação de direitos, massacre e corrupção.

Esse órgão terminou por durar pouco mais de meio século, sendo extinto, pouco depois do golpe militar, em 1967, e em ato seguinte, foi criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão que traduzia de forma autoritária o que ficou conhecido como “milagre econômico” dentro de um grande projeto de integração e colonização da Amazônia, resultando na lendária Transamazônica, enalhada até os dias atuais. A FUNAI, cujas práticas no Maranhão pouco se distanciam das experiências passadas, tem a seu favor o fato de ter largamente se empenhado na luta demarcatória das terras indígenas. Algo substantivo para o que resta destas comunidades.

Resultou do longo processo colonizador, a quase total destribalização dos indígenas maranhenses que haviam se concentrado na ocidental da Província, extremo desarranjo de suas comunidades, cultural e territorialmente. Os indígenas

maranhenses, como afirma Zannoni (1999, p. 21),

ocupam basicamente hoje a Pré-Amazônia do Estado, território abrangido pelos rios Mearim, Grajaú, Gurupi e Pindaré, perfazendo um total de 16 áreas espalhadas pelos municípios de Grajaú, Barra do Corda, Amarante, Montes Altos, Bom Jardim, Zé Doca e Carutapera. Nos últimos cinco anos foi indenizado os fazendeiros das áreas dos Krikati e Guajá e definitivamente demarcada suas terras. Lavradores e criadores do Gurupi, Pindaré, Imperatriz e Paragominas continuam a invadindo as áreas do Alto Turiaçu, Caru e Araribóia.

Em relação à questão demarcatória, desde o princípio o Estado Português conduzia de maneira aleatória (pelo conjunto de leis circunstanciadas) e por conveniência, o uso do espaço, a tal ponto que no século XVIII a estrutura fundiária brasileira, até então estabelecida com o sistema de sesmarias, entrara em profunda crise e completa desordem. Dado esse quadro caótico, donatários, arrendatários e posseiros, praticavam todo tipo de irregularidades, uma vez que a regularidade não contemplava a dinâmica do conjunto de relações que fluía no processo de ocupação.

Por conta disso, na primeira metade do século XIX, mais propriamente em 1822 é baixada uma Resolução suspendendo as doações de novas sesmarias e três décadas depois, em 1850, se tem novamente uma lei geral de terras. Esse vazio colaborou ainda mais na liberdade de apropriação do solo, possibilitando inclusive, por toda a fronteira a pura e simples ocupação – no caso do Sul maranhense – sob pretexto de descobrir e conquistar os gentios.

Para Capistrano de Abreu (1988), a documentação oficial não dava conta de historicizar as ações da vertical de Tordesilhas por força de que o jogo predominante nesta região, no geral, pouco há de registro – como já foi frizado. Sendo, por tanto os registros oficiais apenas uma mirada, encenações nas bordas do grande palco da colonização. Para Portugal, encenar esse teatro de defesa e povoamento fazia parte do seu desejo e cobiça pelo espaço negociado no contexto internacional, para garantir estrategicamente a orla marítima do Maranhão e do Pará.

Assim, por modesto que fosse o papel escrito por alguém que esteve na ribalta dos acontecimentos, ou mesmo o “script” de um ator no largo enredo da colonização distante do litoral, era por certo muito valioso. Pelo que se busca quase sempre no texto é a lógica clandestina contido no discurso. Capistrano buscava um material que contivesse a outra lógica clandestina dos que estavam no centro da

outra colonização para além do teatro litorâneo das Cortes.

Prova disto é o valor que se atribui ao *Roteiro do Maranhão e Goiaz pela Capitania do Piauhy*. Texto anônimo, com data incerta, mas que se presume escrito por volta de 1770. Mesmo escrito da ribalta, interessava ao historiador pelas paisagens dos complexos culturais do ambiente, traduzindo espaço em palavras, ao atribuir nomes, cria-se imagens, imagens de quase tudo, imagens que criam espaços, imagens que criam mapas. Texto voltado para uma política de povoamento, superando o propósito de extermínio dos índios, mas adotando fórmula de reutilizá-los no processo de ocupação. O importante roteiro se torna mais significativo por anteceder por 50 anos os escritos do Major Francisco de Paula Ribeiro. O Roteiro (1900, p. 87) diz no seu primeiro tópico:

Capítulo 1º

Em que se propõe hum novo estabelecimento de Povoação, que se comunique pelo interior do Paiz, do Rio Parnaiba da Capitania do Maranhão ao rio Tocantins da Capitania do Pará, como projeto interessante à redução de Nações silvestres a povoação e cultura das referidas Capitánias. [...] O meio mais fácil de reduzir grande parte das ditas Nações a huma firme e útil sugeição, He procurar do Maranhão dilatar as Povoações de Pastos Bons, buscando o Rio Tocantins, e fazer o mesmo das margens do dito Tocantins por aquella altura mais coveniente ao fim de se unirem e comunicarem as referidas povoações (ANÔNIMO, 1900, p. 86). Para reduzir-se a prática o referido projecto, nada mais seria necessário, do que o estabelecimento de Trez Arraiaes. O primeiro e segundo, pela Capitania do Maranhão nas margens do Rio Parnahiba e Miirim. O terceiro pela Capitania do Pará, nas margens do Rio Tocantins; com a força de oitenta até cem homens, compreendendo-se no mesmo número aquella parte da tropa, que se julgasse necessária para se fazer respeitados, e obedecidos os chefes de huns corpos, que forçosamente serão compostos de Indios, sem disciplina alguma militar, ou de paisanos libertinos e vadios (Idem, 1900, p. 89).

Isto posto, he fácil de conhecer, que cortado todo este Paiz, com uma linha de Povoações nossas, desde os Sertões da Parnaiba até Tocantins, as Nações, que ficassem ao Norte, vendo que nós por toda parte as cercávamos; não só virão com mais facilidade à nossa sugeição, mas sem as largas despesas e funestas enfermidades que padecem os índios nos seus descimentos, ou novos estabelecimentos se poderão conservar no seu mesmo Paiz Natural, aproveitando-nos nós também delles mesmos para continuarmos a cultura das margens dos Rios Miirim, Pindaré, e dos mais que descem por esta parte as referidas Capitánias do Maranhão.

O cerco definitivo aos povos indígenas e o povoamento da região, idealizado pelo projeto do autor anônimo se perdera, jamais se efetivou, nem as estradas e menos ainda o povoamento fora feito por mãos dos governos durante o Império. Paula Ribeiro, cinqüenta anos depois reclamava praticamente das mesmas

providências. Tudo se fazia mesmo que precariamente pelas mãos dos criadores sertanejos – caminhos e povoamento eram tocados pela imanência de seus atos.

Somente em 1958, se efetiva o cercamento destes povos, com a construção da rodovia Belém-Brasília. Portanto quase dois séculos depois da sugestão de cercamento proposto pelo *Roteiro* de 1770, mas que a essência, em linhas gerais era a mesma, visto que com a Belém-Brasília visava o governo, continuar o processo de integração dos espaços considerados “vazios”. Essa linha de força era a mesma que vinha desde os tempos coloniais e que continua pulsando ainda nos tempos atuais.

Ficava assim por completo, encurralado o conflito colocado pelo Roteiro e que permanece até os dias atuais. Todas as práticas exercitadas para lidar com a diferença dos povos naturais que se viu até aqui, constantes nos roteiros dos viajantes, missionários, filósofos e juristas, resultaram quase sempre das diferentes articulações sobre o que era considerada uma aberração e por isso mesmo se procurava ordenar o que não se entendia por intermédio de esquema classificatório sob o efeito dos critérios etnocêntricos, a serem conhecidos como modelo de verdade superior por assim lhes parecer racional.

Essa noção de verdade, como sentido de identidade, também se encontra no interior dos povos naturais. Os Tenetehara, conhecidos como Guajajara (os donos do cocar) circunscrito na região do Município de Grajaú e Barra do Corda, área delimitada da pesquisa, tem no seu nome este sentido. Tenetehara = Tem (ser) ete (verdadeiro, real) hara (nós): “nós somos o povo verdadeiro”. Este nome – Guajajara - lhes foi atribuído pelos Tupinambás ficando assim sendo chamados pelos moradores regionais que se instalavam nas proximidades de suas moradas.

O acúmulo de diferentes grupos num curto espaço de tempo numa mesma região premidos pela violência dos colonizadores que os cercavam tanto pelo litoral quanto pelo sertão fez com que a região fosse palco desse conflito social por um longo período, de encontro e de desencontro de lutas étnicas e sociais cujas temporalidades históricas fizeram um tempo desigual, mas que, no entanto estão juntos na complexidade, somando uma distância, de vários tempos históricos compostos e mediados por um conjunto de relações.

Certo é que a política indigenista da primeira metade do século XIX comporta várias interfaces. A maior das práticas foi a que sintonizava o Estado e a população da Província por meio das guerras justas, descimentos e limpeza das áreas pelo

extermínio executado por grandes proprietários produtores, fazendeiros e populares. Embora o Estado e a Igreja justificassem tais ocorrências com a pretensão de salvação das almas e um pouco mais tarde pretendiam permitirem-lhes a ascensão na escala evolutiva pelo viés da ideologia positivista do estágio do primitivo ao civilizado para depois, no final de tão longo extermínio concluir com a metáfora irônica: “matar nunca, morrer se preciso for” (ZANONI, 1999, p. 25 et seq.).

Se estas práticas foram inspiradas e idealizadas sempre a partir de aportes teóricos cristãos ou racionalistas, cimentados nos arquivos eurocêntricos, não parece ser tão autodestrutiva a idéia apontada por Bhabha (2001, p. 43), de que “a teoria é necessariamente a linguagem de elite, dos que são privilegiados social e culturalmente”. Estes, afirma o autor, “são tidos como eternamente isolados das exigências e tragédias históricas dos condenados da terra”.

Como se percebe, teoria e prática nem sempre estão em concordância. Se a empiria, a realidade, só ser manifesta pela voz de uma teoria, a teoria, quase sempre arbitrariamente, só deixa se manifestar o que de fato lhe interessa, o que interessa à elite racionalista que a tudo submete à lógica de sua teorização e racionalização.

1.4 O norte e sua rede mercantil

A colonização do Maranhão foi muito dificultada pela falta da produção de bens comercializáveis por longo tempo. Para Cabral (2008, p. 60), “Malgrado as iniciativas oficiais, a economia maranhense manteve seu caráter dominante de subsistência até meados do século XVIII. Sua fragilidade era claramente evidenciada através das frágeis ligações com a Metrópole.” Esta constatação de Cabral evidencia o tempo desigual do Maranhão em relação ao restante das demais províncias da colônia.

Esta visão coloca a subsistência como algo menor, cuja visibilidade é constatada pela quase nenhuma aproximação comercial com a Metrópole. Essa ainda é parte da visão tradicional da historiografia maranhense por marcar uma representação confeccionada de pruridos do contraste entre a economia desta Capitania e a economia de algumas das demais Capitânicas, construída no tempo do

governo de Mendonça Furtado.

A leitura da realidade que endossava o projeto de Pombal pode ser extraída das palavras de seu próprio irmão, que ao ser nomeado governador geral da Província (1751 – 1759), escrevia a Pombal: “Este estado, e principalmente esta capitania, se acha reduzida a extrema miséria”. (Apud LIMA, 2008, p. 578). Essa leitura tão negativa estava já ancorada por uma visão que se fundamentava no comércio como mola propulsora de enriquecimento dos povos e em contrapartida tornava poderosas as monarquias. Abreu (1988) descreve que por esse tempo (1751) a Capitania contava com oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas de gado espalhadas entre o litoral e o sertão, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas.

No lapso de tempo de cento e cinqüenta anos entre a guerra com os franceses e a implantação da Companhia Geral do Comercio do Grão-Pará e Maranhão, os arranjos improvisados pela sociedade estavam marcados pela subsistência e pela predominância da pecuária como fator de estabilidade. Os algarismos de Capistrano de Abreu mostram bem o abismo entre o comercio mercantil e a base de sustentação da sociedade, cujo firmamento da pecuária e da agricultura garantia a sua existência. O volume da pecuária e da agricultura dá margem a indagar: Que redes de sobrevivência e de comercio interno – que embora lenta – garantiriam o longo tempo de espera até a instalação da Companhia? Qual a dinâmica que garantiu lucros no interior deste processo produtivo?

A revolta de 1684, que ficou conhecida como a revolta de Beckman, foi fruto de conciliábulos entre vários segmentos. Manuel bequimão, abastado lavrador revoltado com a injustiça que sofrera por se opor à nomeação de Vital Maciel Parente para Capitão-mor do Maranhão, fora punido com dois anos de exílio no Gurupá e ao retornar sentiu ser impossível restabelecer seu engenho Vera Cruz no baixo Mearim, e fez-se imediatamente chefe da revolta, segundo Lima (2008, p. 365). “Seguiram-no os prejudicados, que eram muitos, e todo o povo instigado por franciscanos e carmelitas e o clero secular, e por ficarem à margem do negócio dos índios, portanto inimizados com os jesuítas”. Como se pode deduzir, mesmo pequeno o volume mercantil, fora possível organizar uma revolta neste centro, cujo objetivo era desobstruir o fluxo do pouco comércio dos males do estanco e dos negócios públicos.

Registra-se com a revolta que o pouco de atividades comerciais existentes

nos dois estancos – mesmo assim estas estavam trapaceadas pelo poder público. A agricultura de subsistência e a criação de gado eram atividades mais autônomas e por isso mesmo conseguiam – à revelia das guerras e da disputa do poder – fluir e prosperar. O Estado colonial, além de não contribuir para o progresso da província com algum tipo de incentivo, por conta de questões de ordem política e das disputas pelo poder, terminava até por atrapalhar as atividades produtivas.

Pelo que afirma Abreu (1988), compreende-se que tanto a frente litorânea quanto a frente do sertão muito tinham em comum nos 150 anos iniciais pelo fato de ambas serem, até aqueles momentos compostas de criadores de gado. O sertão (Aldeias Altas e Pastos Bons) somava 79 fazendas, o restante, 122 fazendas, espalhadas no entorno de São Luís pelas seis freguesias restantes. A relação entre cinco engenhos e mais de duzentas fazendas bem demonstra a predominância destas sobre os engenhos.

As informações sobre os engenhos e sobre o gado podem ser bem realçadas em sua evolução pelo que nos informa o historiador Meireles (2001, p. 192):

“Em 1620 e 1621, porém, chegaram 240 casais de açorianos e com eles iniciou-se a indústria do açúcar, cujo primeiro engenho foi instalado no Itapecuru. Entre parênteses lembremos que as primeiras novilhas nos chegaram no governo de Muniz Barreiros (1622 – 1626)”.

Ao cruzar os dados e a data (1751) de Capistrano com os de Ribeiro do Amaral, pois este afirmara que o Maranhão em 1662 tinha, conforme Amaral (1900, p. 13), “dois engenhos na ilha, três no Mearim, dois em Tapuitapera e seis no Itapecuru”, fica clara a regressão na indústria do açúcar, pois 89 anos depois o Estado contava somente com cinco engenhos, e, ao que é permitido supor, houve diminuição na produção de muitos outros produtos.

“O Brasil é um dom do açúcar”. Essa frase atribuída ao jesuíta Antonil quando esteve no Brasil por volta do século XVI, não se coaduna com o Maranhão desse período. Um tempo desigual, pois, “O grande surto do açúcar maranhense veio a partir de 1846, no governo de Joaquim Franco de Sá, assim mesmo retardado pela eclosão da Balaiada” (LIMA, 2008, p. 400) pelo menos é isso o que informa Carlos de Lima.

Ressaltam-se esses pontos para dar visibilidade ao descompasso entre o que ocorria no Maranhão e Pará, sublinhando o Maranhão no período de 1615 – 1755.

Nesse período o Norte e o Sul se identificavam uma vez que as fazendas estavam distribuídas de Norte a Sul. Se tal era o panorama, a fazenda de gado definiu o caráter de povoamento, a forma de ocupação do solo e se pode acrescentar que a grande propriedade onde se assentava a fazenda se constituiu o modelo dominante de todo o território maranhense.

A expansão da pecuária no Nordeste impulsionada pelo mercado consumidor da mineração terminou por se constituir na força que integrava os diversos centros econômicos brasileiros da época, pois era a única atividade voltada para o mercado interno. Serviu também para amenizar as disputas surgidas no seio da própria classe dominante, pois um senhor de engenho falido sempre tinha a possibilidade de se tornar fazendeiro de gado. Nas horas de maior dificuldade buscava apoio e soluções extra-econômicas junto ao governo para fugir da impenhorabilidade do engenho, ou por fora disso, recorria aos parentes ricos. No sertão esse homem vira fazendeiro ou empenha-se em outras atividades comerciais.

Os problemas estruturais da economia interferiam e explodiam diretamente na vida cotidiana das famílias. A instalação do engenho, o plantio da cana, a contratação de pessoas qualificadas para beneficiar o açúcar, a reposição da escravatura cujos preços eram por demais altos.

As despesas não paravam por aí. Estendia-se à conservação do material do engenho, à construção e conservação de barcos e barcaças, corte e transporte de lenha para o combustível, estocagem de cobre para as fornalhas. Uma vez os produtos acabados seguiam-se as despesas de encaixotamento, fretes, armazenagem no porto, impostos e, frequentemente, juros sobre o capital adiantado pelos comerciantes.

Essa atividade de alta complexidade que é o sistema agroexportador requer o predomínio do Estado sobre o grande produtor para garantir que o capital mercantil organize a produção voltada para o mercado internacional. Tal sistema blindado pelo Estado, não lhe permite grande mobilidade social, seu fluxo se reduz a gravitar em um movimento de expansão e crise no âmbito do próprio sistema produtivo.

A agricultura praticada no Estado desde o seu início não se inflexionou com a pecuária. Pelo contrário, juntas, moldaram um tipo de sociedade pela dinâmica relacional de seu modo de produzir. O engenho, iniciado pelos açorianos são praticamente da mesma data da chegada das primeiras novilhas vindas para o Maranhão, as quais rapidamente se multiplicaram pela região até então ocupada no

norte e igualmente no sul. O engenho, pelo contrário, dependente do Estado, arrastava-se, por falta de uma política do mesmo Estado, ou sejas, de uma política pública que em vez de desobstruir, obstruía o seu processo. O caso Bequimão bem exemplifica esta especificidade.

O engenho açucareiro hibernou por dois séculos e meio, no Maranhão, entre 1620 até 1860 quando o sistema agroexportador buscava solução momentânea para a crise algodoeira, em meados dos oitocentos, quando muitos fazendeiros do algodão num jogo rápido transferiram mão-de-obra escrava e capital para a agroindústria açucareira.

Mas, para que tal ocorresse, informa Lima (2008, p. 256-257) que o Estado havia tomado uma série de medidas que incrementava as possibilidades para estas ações, quando administrou a Província, Joaquim Franco de Sá, de 1846 a 1848:

Acudiu de imediato à situação econômica do Estado, tornada crítica com a crise do mercado de algodão, introduzindo melhoramentos na cultura de cana e na indústria do açúcar e incentivando a fundação de novos engenhos. [...] Taxou o açúcar produzido em outras Províncias para manter o preço do nosso em alta. O jornal *O progresso* iniciou uma intensa campanha a favor da substituição da força animal pela máquina a vapor nos engenhos e instituiu um prêmio de 30 contos de réis aos lavradores que produzissem mais de 1.000 arrobas de açúcar, passando a distribuir mudas de cana de superior qualidade, vinda da Caiena.

Talvez o procedimento tomado pelo senhor de engenho que endividado retirou-se para o sertão, deixando seu filho em apuros em meio ao caos financeiro e administrativo do engenho, tenha sido o destino de muitos ao longo dos dois séculos e meio em que o açúcar não tinha a cobertura devida do Estado para ser produzido e exportado. Quando muito, o engenho apelava para a aguardente, é o que atesta Lago (1822, p. 48) ao apontar que ainda em 1822, os “engenhos de açúcar eram ainda em número de sete”, enquanto os “engenhos de aguardente”, por exigir pouco capital já contavam em cento e quinze.

A literatura é simbólica neste sentido. O romance de José Américo *A bagaceira*, narra a saga de reintegração no engenho Marzagão, de Lúcio, filho de Dagoberto dono do engenho, cujo lema para tocar a vida é breve, claro, conciso e prático: “O que está na terra é da terra”, e esta é dele. Lúcio se ressentia da direção de um ímpeto mais criador, a gleba inesgotável era aviltada por esta prostração econômica:

Tinha a intuição dos reformadores; tentava assimilar os melhores estímulos da luta pela vida. Mas seu instinto de ação ainda era inutilizado pelas sentimentalidades emolientes. Visões exageradas deformavam-lhes o equilíbrio das relações imediatas. Noções confusas, projetos imprecisos resultavam na incapacidade de realizar, no desastre das tentativas. Goravam as concepções práticas (ALMEIDA, 2004, p. 80).

A formação desta visão disfórica está na imanência do processo produtivo, capturado pela economia mercantil, representações recorrentes que se afirmam sempre e gravitam entre o movimento da expansão e crise da economia. Representações estas menos sentidas na passagem do sistema agroexportador ao agroindustrial. Mais especificamente na passagem do algodão ao açúcar, onde já havia sido consolidada a experiência da exportação.

Para este estudo interessa a ruptura ocorrida entre a estrutura ganadeira com mais de 150 anos de consolidação e espalhada por toda a região norte e sul do estado, e a estrutura agroexportadora que viria a ser montada por Pombal por intermédio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada pelo alvará de agosto de 1755.

Assevera Meireles (2001), apoiado nos escritos de Hélio Viana, de que a idéia original que resultara na Companhia, fora uma proposta aprovada na Câmara de São Luís, em 1752 que visava tão-somente formar uma sociedade para explorar o comércio de importação de escravos negros, uma vez que o Estado não supria esse abastecimento e, mesmo a experiência do alvará de fevereiro de 1682, resultara – pela forma como foi feita – no endividamento dos moradores das três maiores “e mais rica” cidades, São Luís, Belém e Tapuitapera, como informa Jerônimo de Viveiros (1954, p. 128).

Tal idéia declara Viveiros (1954) se consubstanciava na malograda experiência da Companhia de Comercio de Pascual Jansen que descumpria um contrato de introduzir dez mil escravos, sendo 500 por ano ao preço de Rs. 100\$000 por peça. Preço muito acima do contrato feito pela Coroa poucos anos antes, que estipulava para cada escravo o preço de Rs. 60\$000 para um contrato de 600 africanos.

Pela falta de estatística, pode-se concluir, quanto à quantidade, numa projeção do antes e do depois da Companhia com o balanço do censo de 1779 em *Escravidão africana no Brasil* de Maurício Goulart, ao estimar a existência de 31.772 pretos, acrescido de 18.573 cafuzos no Maranhão e estima que antes de 1755, no

máximo teria no Estado “uns 3.000 escravos” e pelos vinte e um anos da Companhia (1756-1777) se teria entre 12.000 a 115.000 até o fim do século XVIII.

Fazendo um contraste, recorre-se ainda ao registro de Viveiros (1954, p. 74) do início do século XVIII: “em 1720, a cidade de São Luís, capital do Estado, ainda tinha 854 vizinhos; a vila de Santo Antônio de Alcântara, 332; a vila de Santa Maria do Icatu, 54; o rio Mearim, 64; e o Itapecuru, 74. Ao todo 1.378 habitantes”. Por outro lado, Rocha Pita (apud MEIRELES, 2001) registra como tendo a capital três mil, em sua *História da América Portuguesa*.

Mesmo com toda a variação e insegurança dos números entre Viveiros e Rocha Pita, comporta certa anormalidade entre este público e o intento da Companhia Geral do Comércio, haja vista que o Estado tinha profundo conhecimento da realidade maranhense, mas, mantinha-se rígido em manter este litoral como posto avançado de defesa da costa, tão somente.

É pouco provável como quer sugerir Meireles (2001), que a idéia de importar negros para vendê-los no Maranhão partira daqui e que somente havia sido ampliada pela visão de conjuntura da Corte. Notadamente, quer parecer que o pano de fundo tenha sido o Tratado de Madri (1750), pois no ano seguinte já chegava a Belém, Mendonça Furtado, tomando posse do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Trouxe em mãos ordens expressas da Coroa sobre um sistema de segurança e um plano para intervir definitivamente visando assegurar seu território na América, como atesta as instruções Régias recebidas e as cartas do mesmo Mendonça Furtado. O parágrafo 28º da orientação Régia instrui que:

Fareis o exame possível onde puderdes chegar, e encarregueis ao Governador do Maranhão, que, no seu distrito, faça a mesma diligência para examinar as fortalezas e repará-las, quando for possível, como, também, para o estabelecimento de outras [...] se hão de fazer de forma e modo que não parece receio de nossos conflitantes (FURTADO apud MENDONÇA, 1963, 36).

Em fevereiro de 1752 Mendonça viaja para cumprir a diligência e sua primeira jornada foi Macapá, em cuja viagem é descrita com minúcia os equipamentos fixos. Na parte da Capitania do Maranhão, por não se configurar como ponto nervoso, acidentalmente o diagnóstico antecede ao de Macapá, pelo fato de seu navio encalhar num lugar chamado baixo do meio, sendo socorrido pela cidade. O perigo foi tão eminente que ele decide ir por terra para Belém. É de lá que ele se reporta às

condições do Maranhão com realismo:

Naquela Capitania (Maranhão) não há mais fortalezas no sertão que a do Itapecuru; as duas que nem o são, nem o parecem, chamadas a Casa Forte de Iguará, e Casa Forte do Mearim, as quais me constam não passam de duas choupanas, onde se manda entrar de guarda, parece-me que 6 soldados em cada uma. [...] Tem junto à cidade a chamada Fortaleza de São Mendonça, que não tem mais obra de terra, cuja terra se aplainou aonde se montarem as peças, e fazerem-lhe para dentro os quartéis para os soldados. [...] A fortaleza da Barra, que sendo nova e feita com custo, está totalmente arruinada, e só se conserva um pedaço em pé, e nela não entra guarda [...]. Como naquela Capitania não se destaca tanta gente para guardar as Fortalezas dos sertões, como nesta; nem também tem vizinhos que confinam como esta, me parece que se poderá muito bem fazer o serviço ordinário com 300 homens (FURTADO apud MENDONÇA, 1963, 171).

De fato, o que estava em jogo era a garantia das fronteiras, algo que já perdurava desde a guerra com os franceses como lógica colonial, somado com o tráfico internacional de escravo e com a oferta produtiva das oportunidades oferecidas pelo mercado mundial. A montagem de um sistema agroexportador prescindia destas unidades fortificadas, como se viu, durante todo o período colonial. Esse teatro atuava fundamentalmente sobre a visão de mundo que a população e o Estado realizavam sobre o território ocupado, assinalando um *modus vivendi* do mundo colonial.

Esses lugares, na sua grande maioria, se viram representando, em suas práticas, atos de marcação de poder e marco de definição de identidade. A bem da verdade era por intermédio e através destes espaços-furos que o colonizador português se defrontava com as várias culturas indígenas e mais, com o vasto mundo mutante da fronteira, que o seduzia.

Essa rede de lugares foi por muito tempo, modelo de portão do “sertão”, do desconhecido, do não possível de controle. Ou seja, lugar em que “*A alma semibárbara só é alma pela violência dos instintos. Interpretá-la com sobriedade artificial seria tirar-lhe a alma*”, escreveu Almeida (2004, p. 3) no frontispício do romance *A bagaceira*.

Esse sistema implantado pelo Estado por intermédio da Companhia Geral do Comércio colidiu profundamente com as redes que ali haviam sido tecidas no curso de 150 anos. Seja com referência às missões ou à formação social que culturalmente vinha se estabelecendo. Se reportando sobre o espaço da

transformação e comentando sobre as missões o governador Mendonça Furtado comenta em sua carta para Pombal em 21 de novembro de 1751, o seguinte:

Tem o sistema presente produzido tão contrários efeitos, que com grande mágoa assento e provo que não só se não tem convertido o gentio da terra, mas que contrariamente, muitos cristãos têm não só tomado os costumes dos gentios, mas ainda têm seguido os seus ritos, sendo maior lástima que até tenha entrado neste número muitos eclesiásticos (FURTADO apud MENDONÇA, 1963, 64).

Fato bem sentido, uma vez que a força gravitacional do mundo ali vivido sofria o empuxo das multidões de povos que ali viviam. A vida fluía mais fácil e adaptável dentro deste complexo cultural, e igualmente porque mesmo como estratégia de jogar o jogo, significava orbitar na intersecção de dois mundos, o global e o local. Converter-se ali era estar numa outra rede, consciente ou inconscientemente construída. Era improvisar a vida, única oportunidade para os que estavam fora da blindagem do Estado, ou mesmo atraídos pelo magneto da vida de outra identidade profundamente imanente ao manto da natureza.

Estas visões e depoimentos constantes da historiografia e da literatura da época dão conta de uma realidade adversa à conquista do território e da permanência do homem branco nesse território, tendo em vista uma realidade outra, cujas representações e relações que hibernaram por séculos configuradas por uma linguagem tupinambá, como afirma Abranches em *O Cativo* (1992, p. 75):

Até o começo do século passado (XVII), a agricultura no Maranhão era nula. Desconhecido quase completamente o idioma português, *os próprios missionários usavam no púlpito do tupinambá*. Raros se contavam os navios que visitavam São Luís. A lavoura do algodão era pequena. Os colonos mantinham a escravidão dos índios, aos quais chamavam seus *administrados*. [...] o Governo de D. José resolveu libertar esses infelizes indígenas e criar a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta fornecia à lavoura ferramentas, alimentos e até dinheiro; e, possuindo um fundo de um milhão e quatrocentos mil cruzados, vendia aos lavradores escravos com a importação dos negros da Costa d'África. (grifo nosso)

Em Abranches a agricultura “era nula” em relação ao que? Ao comércio de exportação? Em relação a uma receita de lucros? Ou em relação à liberdade dos índios? O que se produzia ali mantinha de pé todo um universo social do qual os testemunhos apenas litigam uma ordem social perturbada.

De certo que por alvará de 7 de junho ou agosto de 1755, conforme a

historiografia clássica foi criada a Companhia. Dessa forma, construíram-se navios e “aplicando-os inclusive no tráfico de escravos negros para a colônia, promovendo a cultura do arroz e do algodão em grande escala”, como expõe Lima (2006, p. 454). Disse ainda Viveiros (1954, p. 74) que a

Companhia de Comércio transformou a nossa penúria em fartura, a nossa pobreza em riqueza. Deve-lhe o Maranhão o surto de progresso que desfrutou nos últimos anos do período colonial e que todos os historiadores consideram verdadeiramente notável

Os números que intoxicaram a todos foram aritmeticamente de que entre 1760 a 1771 zarparam do Maranhão para Portugal não menos que 71 navios levando 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 de gengibre, 398 de cacau, 249.780 couros curtidos, 255 alqueires de tapioca, 439 pães de cera, 23 peças de lona de algodão, 3.933 quartos de óleo de copaíba, 138 toros de madeira fina, 1.564 hastes de paineira, 5.350 velas de sebo, 1.599 madeiras para navio, cravo, fumo, café, sola, anil, seda em rama, âmbar, tartaruga.

Lima (2006, p. 54) questiona e indaga: “Aonde foi toda esta produção da terra maranhense, nosso cacau, nosso café, nossa seda, que não favoreceu convenientemente a melhoria de vida do povo?”. A sociedade constituída sobre essas bases se sabe hierarquizada e escravagista, bem conhece Lima, e que a riqueza se restringia a um pequeno grupo de comerciantes e latifundiários e a classe média era de pouca monta por ser inexpressiva. Se por volta de 1685 a capital abrigava pouco mais de mil habitantes, morando em rústicas casas de madeira, palha ou adobe.

Como que respondendo ao historiador Lima, se pode afirmar que toda essa produção seguiu para o exterior, e com ela foi-se também a riqueza drenada em lucros e juros com o mesmo destino das mercadorias, pois das 1200 ações da Companhia somente 17 delas estavam em poder dos três únicos maranhenses que participaram como acionistas: Pereira Lobato, Domingos Antunes e Lourenço Belfort, todos os demais eram de Lisboa.

A agroexportação da Companhia Geral do Comércio do Maranhão Grão-Pará. Isso repercutiu no perfil da capital, tornando-a a cidade dos belos casarões, mas, pouco avançou a ação colonizadora na conquista do território.

O leque da produção tinha no Itapecuru no trecho até Caxias, antiga Aldeias Altas (60 léguas), a área mais explorada na produção do algodão e arroz. Pelo rio Munim, o alcance foi até a Freguesia de Nossa Senhora das Dores, atual Chapadinha (42 léguas); pelos rios Mearim e Pindaré o devassamento foi até Vitória do Mearim (30 léguas) e Monção (41 léguas). Tudo era considerado daí pra frente região ocupada por tribos selvagens e bravias, portanto, apresentava toda sorte de dificuldades de acesso, inclusive por se localizar para além dos limites de navegabilidade dos rios.

É de se registrar que o percurso litorâneo desde a freguesia de São Francisco Xavier de Turiaçu (80 léguas, extrema com o Pará) até Araiões (78 léguas), no interior do delta do Parnaíba, estava serpenteado de pecuária e fazendas agrícolas. Ocorreu, portanto, apenas a segmentação das áreas exploradas numa região já devassada e ocupada no período que antecede a instalação da Companhia, numa área até aonde era possível o transporte por água e da vizinhança apoiado por animais de cargas. Isso ocasionou o deslocamento da criação de gado para regiões mais afastadas, provocando, portanto, um surto de expansão da pecuária, o que vai resultar, mais tarde na aproximação da frente pastoril com a frente litorânea.

Tudo isso significa, que a despeito de possíveis esforços da Coroa portuguesa, a colonização do norte do Maranhão, até o século XVIII, restringiu-se, salvo, possíveis exceções, às proximidades da linha litorânea, pouco se aventurando o interior do continente, povoado por perigos reais ou imaginários. Isso, naturalmente entrou não apenas o processo de povoamento pelo branco, mas também a produção agrícola.

Tal situação é fácil de ser constatada na representação de Valério Xavier Campelo, abastado agricultor e pecuarista maranhense, quando escreve ao Rei e testemunha aos Deputados da Junta do Grão-Pará e Maranhão em 1770, que indagado sobre o que tem embaraçado e impedido o pleno desenvolvimento da agricultura no Maranhão, respondeu Valério, que aquilo que tem embaraçando a agricultura, tem sido a forma de doação dos sesmos, distribuídos sem nenhum critério previamente estabelecido, uma vez que muitos dos detentores de posse de sesmarias, pouco ou nada fizeram para torná-las produtivas:

Pedir-se uma Sesmaria de 3 léguas de terra (q' são as ordinárias) com o fundamento de serem campos apropriados p.a criação de gados: e acontece dentro deste Continente não se achar tudo Campos em q'seja inteirada toda aquela Data, porq' Se topa com terras de mattas virgens, donde há madeyra Reaes q' são de V. Mag.de, e não serve para gados pastar, mais do q'para se cultivarem Lavouras. E sem mais nova mercê, concedida por V.Mag.e são inteirados os sezmeiros daquellas Datas, em q' pedem Campos, pelas ditas mattas dentro, sem o dono daquella Sesmaria, Lavrar a dita terra de matto, e nem precisar della para o benéfico do Gado; ficando assim inútil, q'devia fabricar-se com proveito dos frutos p.a o uso das Gentes, e menos as querem arrendar, ou aforar a quem as pode cultivar. E por este modo ficarão as ditas terras incultas, porq'não há quem as queiras pedir novamente, por ver estão toleradas debaixo daquella Data, e demarcação daquelle Sesmeyro.

Este inconveniente se evitará mandando V. Mag.e expressamente aos Provedores da Fazenda Real, sob pena de nullidade do procedimento contrario, q'do dia depois de advertidos em diante, nunca já mais demarquem Campos ao Sesmeiro, q'pedir mato, e nem mato ao q'pedir Camo, ainda q'hum, e outro, se encontre dentro dos Limites da mesma Sesmaria pedida.

(manuscrito número "v(847)", caixa 22 dos documentos relativos ao Maranhão, ano de 1770, subtitulada "Expos. Hist. Docum. Luso-Brasileira, número de cat.-209" Arquivo Histórico Ultramarino.

Bem visto que a forma tradicional de distribuição dos sesmos havia se tornado um obstáculo, ao impedir o aproveitamento de toda a região de mata. O dono da sesmaria que não estivesse incorporado ao movimento da Companhia não via motivos para ceder suas matas. Indicador disto é que entre 1756 e 1777, portanto durante os primeiros 21 anos, somente foram emitidos 50 títulos de terras.

A explosão da primeira grande questão fundiária e que, vai ser de fato motivo da expansão vai ocorrer entre 1792-1798. Neste intervalo foram doados 450 títulos. Muitos preferiam seguir a imanência de sua tradição cuja identidade social havia sido construída com base na tradição, autoridade e influência. Ou por outra, não sediam seus sesmos por força da rivalidade velada que existia entre os nacionais, ou descendentes dos Europeus estabelecidos no Maranhão e os filhos do reino, pois a estes os governos sempre conferiam os melhores postos da administração e da mesma forma a estes cabiam as ofertas de oportunidades de negócios possibilitados pelo Estado.

Como se pode perceber, o progresso econômico do Maranhão colonial não pode ser efetivado, por diversos motivos, dentre eles, porque os cidadãos eram tratados pelo próprio Estado como muito diferentes entre si em termos de *status*, o que certamente concorreu para alimentar rivalidades e despeitos entre os nacionais e os provenientes do reino. Os últimos, que gozavam diretamente da proteção da

Coroa, se sentiam superiores. Os primeiros, embora desprezados e desprestigiados, não se sentiam inferiores. É bem possível que se sentissem como os verdadeiros donos da terra.

Os demais, os desprivilegiados, como disse Gaioso (1970, p. 116), formavam uma espécie de segunda classe que ressentida “a maior parte delles vive retirada huma grande porção do anno nas suas fazendas”. Em sendo assim, se consideram os não membros da “boa sociedade” que ocupam posições de prestígio e poder. Por isso mesmo são desclassificados e estigmatizados por diferentes atributos ligados a violência, desintegração, facínoras, indolentes. Como posto por Gaioso (1970, p. 116), ao falar daqueles que se retiraram para suas fazendas, uma vez que a “impossibilidade de occupar aquelles empregos principaes, e distincões que o coração humano sempre cobiça, abatem nelles de tal sorte toda a actividade” e por esse motivo – supõe o autor – “parte delles vive retirada [...] nas suas fazendas”.

A aceleração econômica provocado pela Companhia transforma o perfil da capital tornando-a numa “ilha social”, deslocada subitamente em uma outra auto-imagem muito diferente daquele vilarejo de origem, arrastado pelas fantasias grupais de grandeza que o surto econômico suscitou. Esse surto de progresso notado na ilha de São Luís foi o primeiro, mas certamente não o último. Historicamente, pelo menos de tempos em tempos, São Luís se manifesta como uma ilha de prosperidade, como testemunham seus casarões e chaminés de indústrias carcomidas pelo desgaste do tempo, e mesmo as modernas indústrias que ali se instalaram em tempos recentes. No entanto, esse ato comercial asséptico terminou como começou. Encolheu-se na razão direta das forças exteriores que o gerou como comenta Arruda (1980, p. 53):

O algodão, primeiro produto de exportação, declina consideravelmente com a retomada da produção estadunidense que se beneficia de larga produção com mão-de-obra escrava abundante. O arroz, segunda riqueza do Maranhão, sofre concorrência do arroz da Carolina que reassume sua posição anterior às Guerras Napoleônicas. Os couros ressentem-se da concorrência da Bacia do Prata.

Ou seja, os mais importantes produtos do Maranhão, que por algum tempo tinham encontrado espaço no mercado internacional, começaram a enfrentar problemas de difícil superação. Ao se referir ao movimento de importação e

exportação que ocorreu após a extinção da Companhia, Pombo (1953, p. 220) comenta:

Extinta a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão em 1777, o comércio teve liberdade de importar diretamente da Metrópole as mercadorias de que precisasse. Não quiseram, porém, os negociantes expor-se ao risco [...]. Criaram por isso um novo sistema mercantil, em que não havia propriamente comerciantes, mas simples comissários [...]. *Por conta própria, poucos negociavam; José Gonçalves da Silva, Meireles, Ferreira & Cia. e mais uns dois* [...]. Era um processo que não fazia progredir o comércio. (grifo nosso).

De forma que a ação colonizadora na historiografia regional ficou demarcada por dois momentos distintos no Maranhão. Ao primeiro se atribuiu uma pobreza endêmica (1616-1755), e o outro foi exaltado por uma prosperidade evidente (1755-1778). Assim, se impõe uma visão positiva eufórica para o segundo período, e uma disfórica para o primeiro. Tais representações, tomadas não como descrições “naturais” da realidade do espaço, mais como narrativa, produto da voz dos artífices cultos no esforço de abarcar o real das determinações do tempo presente, não exatamente nos limites da do real, mas muitas vezes do ideal.

Por diversos motivos, inclusive alguns de ordem ideológica, o real apresentado pelas *narrativas* históricas, por vezes apresenta-se transfigurado e ajustado a um desejo de grandeza que de fato não se atualizou como realidade, se não na mente e na pena dos cronistas.

Como já se frisou anteriormente, os vinte anos da Companhia pouco ampliou a rede mercantil interna existente na colônia, quando muito, reformou-a, dentro de seus propósitos para a produção do algodão e arroz. Quanto às conexões atlânticas, as maiores rotas alinhavam Bissau, Cacheu, Cabo Verde, Costa da Mina, Angola, e Alta Guiné. Todas com alto volume comercial de mercadoria para serem trocadas por escravatura. As companhias de navegação Southampton & Maranham Company e Maranham Shipping Company, de transporte marítimo, que faziam o transporte do algodão da Geórgia e Alabama passaram a cobrir o eixo São Luís – Londres transportando toda a produção comercializada da Baixa maranhense até Aldeias Altas. O algodão em geral atendia aos Ingleses; significativa parte do arroz aportava também em Londres, Roterdã, Gênova e Marselha. É dessa época, portanto que brota a representação de um norte agroexportador e de um sul pecuarista.

1.5 O sul e sua rede mercantil

Bem antes de se implantar o sistema agroexportador (1755), a frente de expansão que partia do litoral processava-se com lentidão e por isso mesmo não havia penetrado muito no continente. Suas duas vilas e pequenas povoações com engenhos e fazendas ficavam em locais não muito afastados do litoral, como descreve Berredo (1988, p. 31-33).

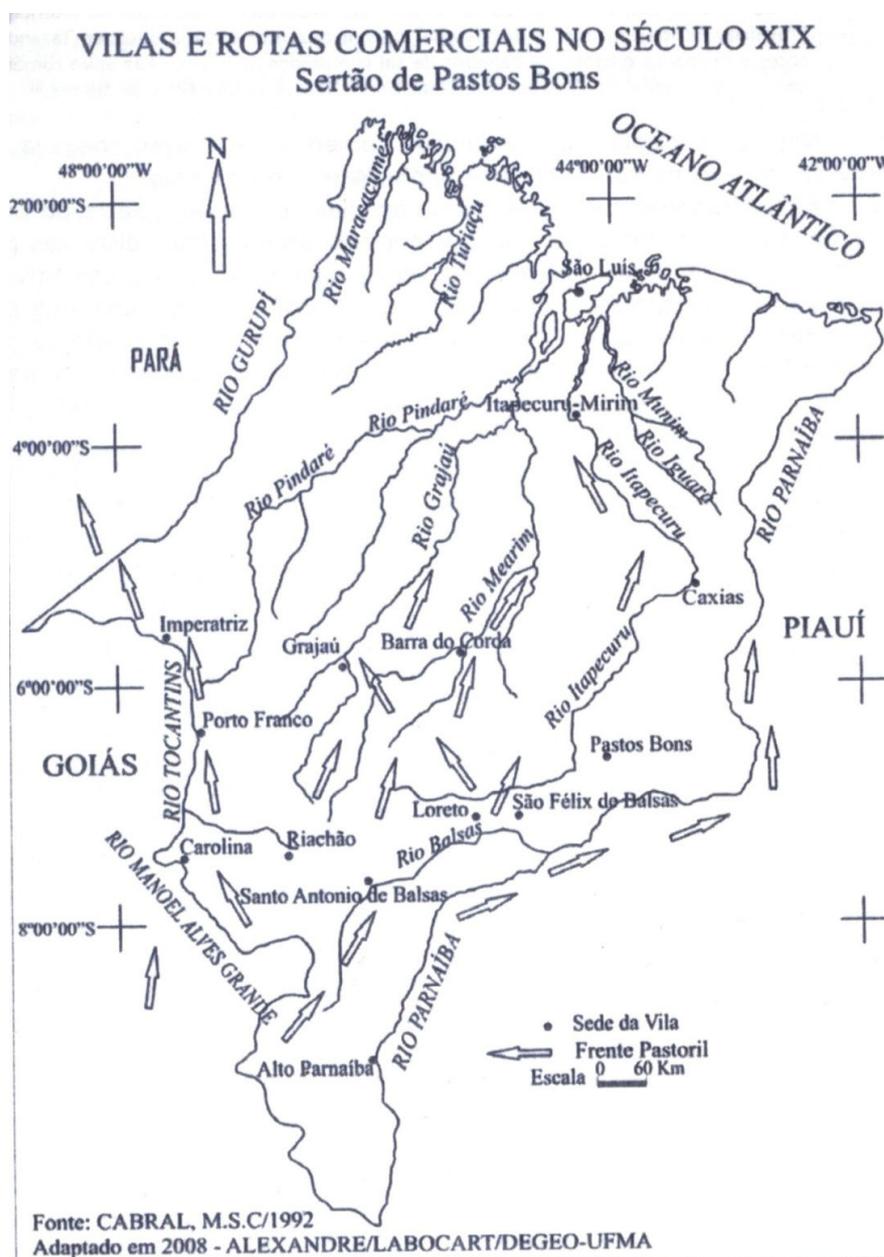


Figura 04: Vilas e Rotas comerciais do século XIX
Fonte: Cabral (2008, p. 56).

Pelo que descreve este autor em sua obra publicada em 1749, até por esta época as atividades produtivas do norte se assemelhavam com as do sul do Estado. Basicamente o norte ainda sem a implantação do sistema agroexportador vivia da pequena agricultura, pesca, muitas fazendas de gado e esparsos engenhos, o que muito se igualava ao conjunto das atividades que vinha avançando pelo sul, exceto em suas relações de poder, haja vista que no sul não havia a “rede governativa” que mantivesse controle sobre a região.

Prova disto são os cinco livros antigos de Testamentos de moradores de São Luís, entre 1676 e 1825 constante no Senado da Câmara daquela cidade. Um espólio de 1754 de Manoel Paes, natural da ribeira do rio Mearim, transcrito e digitado por Antonia da Silva Mota (2000, p. 91) apresenta, por exemplo, o perfil patrimonial do sertanejo de médias posses:

Declaro que the o prezente pessuo vinte e quatro cabeças de gado vacum alto e (ilegível) // [...] dous cavallos de sella e mais duas egoas solteyras e huma poldra de três annos [...] hum boy de carro, possuo mais hum carro e mais duas canoas huma de trinta palmos ambas em bom uso possuo mais homa negra por nome Antonia, do gentio da terra (ilegível), possuo mais duas armas de fogo huma de sinco palmos outra de seis palmos mais duas foices grande, e dois cavadores e duas enxadas mais duas exós de canoa e huma de martelo, e juntamente vários ferrinhos aqueles que se acharem; pessuo mais huma frasqueyra com dous frascos mais duas redes de varandas novas, mais huma sella bastarda já uszada com estribos de bronze possuo mais duas cangalhas, mais hum crucifixo de metal e assim mais huma caxa que está em poder de Manoel Fernandes Pesstana para acabar, possuo mais humas cazas em q' vivo com huma portão e duas janellas, e mais um taxo pequeno de cobre, e mais hum freyo e hum par de esporas e hum bofete já uzados.

Pelo exposto acima, a fazenda se desenvolvia de forma autosuficiente, os proprietários tinham todas as tralhas instrumentais e a mão-de-obra da família “tocava” a fazenda, composta de terras, casas, ferramentas, utensílios e o principal: certa quantidade de gado.

Como já se afirmou anteriormente, ao sul, em pleno alto sertão do Maranhão, outra frente de expansão penetrava em direção ao norte, como prolongamento da frente pastoril baiana que oriunda do Vale do São Francisco transpôs o rio Parnaíba ao atravessar o sertão piauiense iniciando o devassamento do sul do Estado, a região conhecida como Pastos Bons. O historiador Flávio Reis em sua dissertação (1992, p. 33) esclarece que:

A região sertaneja, por sua vez, quase não foi diretamente tocada pela cultura portuguesa. Ela já chegava filtrada, através dos baianos, pernambucanos, cearenses e piauienses. O contato permanente com a natureza, a rudeza da vida provocada pelo fato de se viver em uma área de fronteira e em permanente conflito com os índios, tornou a ligação com a cultura 'civilizada' muito frágil. Isso possibilitou aos sertanejos um outro olhar, levando-os a estabelecer relações de solidariedade que não eram determinantes na Baixada, região dominada e controlada pela capital, e dependentes dos grandes comerciantes portugueses de São Luís. O segundo elemento diz respeito à economia, que definidora não só do uso do espaço, mas também dos valores agregados a essa utilização. Na região devassada pela frente litorânea predominou a agroexportação; conseqüentemente os valores agregados foram aqueles do mundo mercantil europeu, de acumulação a qualquer preço. No entanto, o sertão foi ocupado para fins de produção interna. A predominância da pecuária possibilitou aos sertanejos estabelecer não só relações de produção diferentes da região monocultora, mas, acima de tudo, ***interligar-se através de uma rede viária às diversas regiões interioranas e litorâneas do Norte-Nordeste, que sofriam com a carência de gado para alimentação e como força motriz.***

Por um longo tempo, o Alto Sertão maranhense manteve-se mais ligado economicamente a outras províncias do que à própria capital. Sua produção era comercializada principalmente com o Pará, Pernambuco e Bahia. O gado saía das pastagens direto para essas províncias, o que de certa forma impossibilitava a arrecadação de tributos na origem. A distância dificultava a presença mais efetiva do aparato jurídico, político e fiscal do Estado (grifo nosso).

O distanciamento do sul em relação ao norte da província estava condicionado aos empreendimentos das fazendas e das redes de negócios dessas empresas que as mantinha vinculadas à sua retaguarda. Tocar fazendas, manejar rebanhos e realizar negócios em feiras distantes, eram atividades de uma cadeia produtiva que exigia adiestramento e alta tecnologia de gado. Empreendimento e transações que em sua execução podiam levar meses e muitas delas, era de costume levar um ano todo.

Em um artigo que procurava caracterizar as relações sociais e mercantis do Antigo Regime em que se transformou o complexo mosaico da formação do império Português, a historiadora Maria de Fátima Gouvêa et al. (2000, p. 71-72) trataram da ação das redes na dinâmica do sistema colonial de Portugal. Em sua definição, "uma rede é compreendida enquanto um conjunto de conexões recorrentes, capaz de alterar ou definir estratégias, bem como o curso dos acontecimentos num dado lugar e época".

Certamente as redes de sociabilidade tecidas pela população ganadeira (sem a presença da rede governativa) em níveis locais influía na honra de todos aqueles que nela se inseriam. De fato, foi nestes espaços abertos em regiões distantes que

demoradamente se passou boa parte do ato de colonização, longe da influência européia situada na costa, ali se constituíam diferentes formas de convívio que se diferenciavam das formas estabelecidas pela civilização européia. Esclarece Souza (1997, p. 46) que os:

Hábitos cotidianos desenvolvidos pelos sertanistas [...] num primeiro momento, distancia-se dos trazidos da mãe-pátria européia e adotam os próprios às populações indígenas da região; em seguida começam a desenvolver hábitos compósitos, nos quais a mescla repousa, sobretudo [...] na cultura adventícia, os elementos que se harmonizam melhor com a cultura original.

Para viver no meio hostil das matas e campinas no interior do continente, a faina sertaneja desenvolveu hábitos próprios, tributário dos indígenas e aprendeu a improvisar a subsistência “com o que dava a espingarda”, bem como o senso topográfico destes povos, e suas línguas. Autonomia, liderança de manejar a malícia e a astúcia da guerrilha por conta própria lhes garantia a vida nas contingências adversas do sertão.

Gaioso (1970, grifo nosso) afirmou que os ressentidos da “constelação dos poderes”, sem “honra, graças, franquezas, liberdades, privilégios, isenções ou foro militar” embrenhavam-se no sertão. Muitos deles, os “nacionais” lançavam-se por conta e risco no intuito de prosperar, retornar e alcançar mercê, títulos e honrarias, ou quando não, um perdão, uma tença, uma comutação de pena, um privilégio qualquer ou até mesmo um cargo dentro da “rede governativa”.

Muitas gerações posteriores adotaram aquele viver distante do arrocho do Estado e com liberdade quase total de seus atos como forma ideal e autêntica de se viver. Pois afinal, afirma Hughes Lamarche (1993, p. 17 e 22):

Todo explorador projeta para o futuro uma determinada imagem de sua exploração; ele organiza suas estratégias e toma suas decisões segundo uma orientação que tende sempre, mais ou menos, em direção a essa situação esperada. (Dessa maneira), “a exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio”.

A ambição e a estratégia dos colonizadores que iam chegando à fronteira da frente pastoril, após a expulsão do gado no litoral, para se apropriar dos recursos

naturais, resultou na generalização do sistema de arrendamento, como forma encontrada, a revelia da Coroa, para a apropriação e monopolização precoce das terras. Nessa “situação” grandes partes dos colonos estavam assim, forçados a esse regime de dependência em relação ao sesmeiros. Esse era o destino da grande maioria que almejasse sua inserção e se tornarem produtores rurais. Em sendo assim, estas relações de produção constituem-se, portanto, na rede mercantil pastoril, consignada pelo sistema de arrendamento. Afirma Silva (1997, p. 120) que:

Tal facilidade em se obter terras praticamente desconhecidas acaba por gerar uma forte tensão social. Conforme a frente pioneira avançava, encontrava, muitas vezes, as terras já apossadas juridicamente, com base nas doações feitas em Salvador. Assim, aqueles que, após duras fainas, chegavam às novas áreas deveriam se contentar em arrendar terras aos grandes sesmeiros, que de Salvador, controlavam através de mecanismos políticos e argumentos legais toda a fronteira.

O auge das disputas se dá em torno de 1714 quando o ouvidor geral do Maranhão, mais próximo dos interesses dos novos homens da fronteira, declara devolutas todas as sesmarias do Piauí. Os interesses dos antigos sesmeiros são defendidos, em Salvador, pelo Marquês de Angeja, vice-rei do Brasil (1714-18). A Coroa, por Alvará de 11 de janeiro de 1715 reafirma a validade das sesmarias mas, transfere o Piauí para a jurisdição do Maranhão, tornando, assim, a justiça mais acessível aos homens da fronteira e menos manipulável pelos politicamente poderosos em Salvador da Bahia.

Esse mundo interiorano e informal foi por muito tempo taxado pelos ortodoxos da história econômica do Brasil de formas “decadentes”, “economia doméstica” ou quando muito, uma “economia de subsistência”. Basta ver que Caio Prado Jr. (2004) e outros se apoiava no conceito de economia de subsistência, e nesta categoria incluía tudo que era produzido para o consumo próprio, como igualmente a produção para mercados locais e regionais.

Portanto, pesquisas empíricas recentes, por exemplo, de Castro (1987); Silva (1990) e Fragoso (1998) vêm progressivamente contribuindo para superar o debate econômico entre as interpretações “dependentistas” para explicar o atraso na economia brasileira do século XIX e os que rebatem esta visão, argumentando que o explicador desta questão não se encontra no setor de exportação, e sim que foram as “estruturas internas” as únicas responsáveis, como aponta Matthias Rohrig Assunção (2010, p. 143).

No contexto destas “estruturas internas”, a ocupação e povoamento do sul do Maranhão está relacionado com o caso emblemático da Casa da Torre fundada por

Garcia d'Ávila desde o tempo de Tomé de Sousa na Bahia. Consta que tanto Garcia quanto as gerações seguintes de sua família, desbravaram os sertões do Nordeste onde conquistaram e mantiveram grande parte das terras sob seu domínio econômico, (pelos arrendamentos) político e militar até meados do século XIX, em detrimento do raquitismo do Estado.

Calcula Muniz Bandeira (2007) que sua vasta possessão territorial abarcava cerca de 300.000 km², cobrindo da Bahia ao Maranhão numa extensão de mais de 400 léguas. (2.640 km). Nesse território, afirma o autor (2007, p. 49) que a autoridade:

Foi, em geral, exercida de pessoa para pessoa. [...] sem maior controle direto ou mesmo indireto do Estado, o sesmeiro administrava a justiça, ao seu bel-prazer, fora de quaisquer normas jurídicas; coletava multas e taxas locais; organizava forças militares. [...] **cujo interesses dos d'Ávilas, consistia, sobretudo, em proceder à mineração, por trás das manadas de bois, longe das vistas do governo** (grifo nosso).

A vasta rede de fazendas espalhadas no interior destes 300.000 km² do continente, por força da abertura das fronteiras, em parte resultante da expulsão do gado do litoral lá pelo fim do século XVII e que moldou a estrutura fundiária da região foi a mesma que igualmente moldou também a estrutura fundiária da *plantation* em todo o litoral. As duas tiveram uma base comum: as sesmarias, enormes faixas de terras sem limites conhecidos doadas por mercê de serviços prestados – como já se demonstrou.

Dentre os 300.000 km² de expansão da frente pastoril estimados por Muniz Bandeira, destes, 145.293 km², como afirma Ferreira (2007), se encontrava dentro do território maranhense, visto ser o Sul do Maranhão a parte mais profunda do devassamento. Sua expansão foi barrada não por questões de ordem geopolítica, mais sim pela impenetrável barreira natural da floresta amazônica a oeste do Maranhão, pois os chamados “campos naturais” terminam a sudoeste, na região do município de Porto Franco (1835) e de Imperatriz (1856), esse último faz divisa com o Pará. Os últimos currais da rede pastoril foram instalados nessa região.

Vê-se, portanto, que a área maranhense ocupa pouco menos que a metade da área estipulada por Muniz Bandeira e que no sentido Leste-Oeste foi devassada no período de menos de um século e meio (1730-1856), como afirmou Cândido Mendes de Almeida (2007, p. LIX) que: “se acaso os sertões dessa Província não

recebessem colonos pelo Piauí, desde 1730, que ocuparam sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins, talvez ainda hoje não fossem conhecidos [...] a colonização do litoral como a dos sertões vieram encontrar-se em Caxias, a antiga Aldeias Altas, de 1730 em diante”.

Entre outros fatores adversos que as secas se faz assinalar que dada a confusão e conflito pelo total descontrolo da demarcação dos sesmos a Coroa emite a Carta Régia de 17 de dezembro de 1695 que diminuía o tamanho das sesmarias para quatro léguas por uma e logo em seguida em 1697 o sesmo foi novamente reduzido para três léguas por uma e em 1769 é estabelecida a Lei da Boa Razão que consolida o apossamento como costume, ou seja, a posse da terra passa a ter aceitação judicialmente.

As ondas que se deslocam em ocupações que são assinaladas por Cândido Mendes, na citação acima a partir de 1730, se constitui como a força que põe a lei em movimento até a Proclamação da Independência, quando as doações de sesmarias foram suspensas – atitudes tardias, pois desde muito longe o caos já estava instalado, basta lembrar o Alvará de 1715 para se perceber o tamanho do conflito agrário entre os d'Ávila e a Província do Maranhão. Daí então desde 1822 a 1850 não houve legislação fundiária. Afirma Silva (2004, p. 20) que nesses 32 anos vigorou a total desordem que “na vacância de legislação fundiária, fomentou-se a anarquia no campo, com o abuso do apossamento de terras para especulação ou para fins de herança, ou simplesmente para acumulação”. Pois ser senhor de terras era um título que todos muitos aspiravam.

1.6 A vida no sertão

O arrendamento, no entanto foi a forma de posse predominante à revelia da Coroa. Esse sistema se manteve por todo o sertão, beirando a universalidade no interior do continente. Registra-se que a maioria dos que possuíam terras no Piauí viviam em cidades ou vilas afastadas das propriedades ou em geral em Salvador. Resulta daí a autonomia política dos arrendatários da Capitania, ou como já se viu, no conflito, a Coroa procurou vincular essa região à Capitania do Maranhão.

Do ponto de vista dos estudos das “estruturas internas”, uma das maiores contribuições que começou a desvendar o mito romântico do trabalho nas fazendas de gado do sertão, foi feita por Luís Mott (1985), ao comprovar a participação dominante da escravidão na faina das fazendas do sertão, bem como os traços determinantes do cotidiano sertanejo, em detrimento de toda a historiografia tradicional. Em se tratando da terra, afirma Silva (1997, p. 126) que:

Podemos delinear, assim, quatro grandes formas de posse e uso da terra na área de dominância da pecuária sertaneja: a. a grande propriedade, de origem sesmarial, com exploração direta e trabalho escravo; b. sítios e situações, terras arrendadas por um foro contratual, com gerência do foreiro e trabalho escravo; c. terras indivisas ou *comuns*, de propriedade comum – não são terras devolutas, nem da Coroa–, exploração direta, com caráter de pequena produção escravista ou familiar, muitas vezes dedicada à criação de gado de pequeno porte; d. áreas de uso coletivo, como malhadas e pastos comunais, utilizados pelos grandes criadores e pelas comunas rurais.

Tamanha diversificação das formas uso e posse da terra resulta num grau heterogêneo e dinâmico das relações de produção e base dos conflitos e violência do sertão. Essa diversificação no seu conjunto gera uma grande circulação de recursos, tais como animais, sorte (partilha do gado), dinheiro e crédito na empresa sertaneja. É possível ver ainda no rastro dessa atividade manejos menores, pois quase sempre os fazendeiros e sesmeiros de maneira geral não exerciam controle na “miúnça” (criação miúda) galinhas, porcos e cabras eram criadas livremente e comercializadas, até mesmo cavalos burros e outros animais de cargas ou montarias. Ou seja, os proprietários da terra, naquele momento, por motivos diversos, inclusive talvez, por considerarem o trabalho aviltante, não cuidavam da administração de suas posses. É ainda Silva (1997, p. 31) ao comentar, concluir:

Certo, mesmo, é que a pecuária exigiu muito trabalho: nem sempre são corretas as associações entre criação e ócio, pecuária e fazendeiro absenteísta, gado e estagnação técnica. Apesar de o serviço direto não recair sobre o fazendeiro, cabia ao vaqueiro campear por vastas extensões, dominar muitas técnicas enfrentando uma natureza hostil e incerta. Por isso, nas regiões de pecuária seu ofício deu a base para criar muitas lendas. [...] O vaqueiro é o gerente das atividades econômicas da fazenda de criação e, nesta condição é, ainda capataz. É pago através do sistema de partilha ou sorte [...] neste sentido, o sistema de sorte representava quase um arrendamento do gado do fazendeiro [...] possui ainda o direito de criar seu gado, com livre acesso aos recursos naturais ou não da fazenda.

Nesse contexto, de qualquer forma, o mundo da empresa sertaneja apresenta-se mais aberto e socialmente menos hierarquizado e menos rígido, no entanto os códigos de honra e de ofensa se apresentam à flor da pele.

Em geral a fazenda dispunha de um aglomerado como sua clientela, reunia-se ali em espaços de léguas, meeiros, rendeiros, moradores, agregados, vaqueiros, cabras cujos laços representavam muito, pois a fazenda não controlava o processo produtivo, seu ritmo era definido pelo ciclo da natureza nas estações, inverno e verão, onde tudo se misturava.

Enquanto pastos brotavam, vacas pariam e agregados produziam, o fazendeiro só corrigia. Essa produção por dons da natureza, como mágica, combinava-se com o sistema de negócios, associando comércio e extração, surgindo daí o empresário da mata, produtor aventureiro, o rentista da selva sugando os recursos com que a natureza dotara o meio e que o domínio privado permitia transformar no benefício próprio que foi a fazenda. Mas, porteira afora tudo mudava de figura, e o fazendeiro procurava preço para seu gado, buscava com titubeio e paciência os cruzamentos de raças mais produtivos e maior rentabilidade nas vendas. Os registros de compras e vendas nas contas-correntes das fazendas mostram como eles procuravam organizar aquele caos, conseguir lucros, economizar no que podiam, ganhar nas beiradas dos prazos e nos descontos dos juros (RIBEIRO, 1998, p. 141).

No curral, negociante e senhor tornavam-se a mesma pessoa: um fazendeiro. Na apartação de gado de descarte, em seleção para invernadas, nos negócios de meação de boiada, por cima das réguas de peroba, no batente de cancelas, corrigindo a faina dos vaqueiros, regulando o gado que sai ou fica e, principalmente, negociando a boiada, o fazendeiro fez no curral a síntese das diferenças. Para entender a fazenda do Nordeste não basta ter uma das imagens, mas as duas, negócio e não-negócio; e só é possível compreender sua lógica percebendo a importância das relações que estabelecia com o meio físico, pois foi a partir dele que os homens e o mercado criaram essas relações específicas.

Por a venda uma boiada, era uma tarefa que requeria experiência e exigia paciência e confiança no comprador por ser transação vagarosa e enovelada. O manejo dos negócios era travado uns com os outros misturados de tal sorte que não se resolviam facilmente. Davam-se os negócios de gado no varejo e no atacado por aqueles tortuosos acertos. O empenho determinante dos compradores de gado, que eram conhecidos como os boiadeiros, regavam essas transações com pagamentos vasqueiros e parcelados e na maioria das vezes demorados.

A comprar na “perna” – quer dizer, avaliando “no olho” o peso era costume do boiadeiro. Raras fazendas produziam continuamente grandes boiadas. Por isso era prática comum os fazendeiros negociarem uns com os outros, para formarem lotes maiores para passarem a outros fazendeiros, e formarem grandes manadas. De tal forma, concluíam uma grande rede de vendas afunilando os negócios com os boiadeiros.

Os serviços da viagem de gado eram muitos. O ritmo da viagem destes animais de início era essencial, para não correr o risco da estropia, pois uma vez forçando a marcha a manada estropia, e aí ela não anda; o segredo era “fazer o casco” do gado logo de saída, com os primeiros dias de marcha vagarosa, partindo nas madrugadas e parando antes do meio dia e só retomando no quebrar da tarde duas ou três curtas horas, para o casco endurecer.

A fazenda, em fim, e suas variações – para Silva (1997) era o ponto nodal de uma paisagem aberta que sem cercas predominava os campos tabuleiros e a caatinga onde a inter-relação entre esse sistema produtivo e a *plantation*, concretizava-se por meios da circulação da renda que ia subsidiando e favorecendo os setores exportadores.

A autonomia e violência do regime de arrendamento e sua rede mercantil entra em conflito com a “rede governativa” no momento do seu amoldamento à rede governamental que se impunha a cooptar e administrar o sertão. Isso exigiria um complexo equilíbrio entre os poderes e entre as duas redes, um claro espaço de negociação entre as partes – no caso – entre os sertanejos e sua rede e as autoridades metropolitanas, entre o poder local e poder central.

No entanto, as práticas militares moldadas pelas guerras e o surto econômico provocado pela Companhia do Comércio no Maranhão na segunda metade do século XVIII, obstruiu o equilíbrio necessário às relações sociais das elites coloniais reduzindo a complexa rede de alianças do espaço negociado.

2 DEUS É GRANDE, MAS O MATO É MAIOR

Reportando-se a acontecimentos, de qualquer tipo, Braudel (1993, p. 10) afirma que de maneira geral “simples fatos podem ser os indicadores de uma realidade de grande dimensão e uma estrutura”.

A afirmação do português no Maranhão se deu com a batalha de guaxenduba, onde definitivamente derrotou os franceses depois de uma tentativa fracassada, dado a inadequação das formas europeias de fazer a guerra. O sargento-mor Diogo de Campos Moreno coadjuvante do comandante Jerônimo registrou esse acontecimento, ao escrever a *Jornada do Maranhão* (1647).

Moreno, um oficial português versado em guerras europeia foi dessa vez convocado como auxiliar, uma vez que o comandante foi o mameluco Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o herói dessa guerra que pelo feito, foi confirmado governador da colônia e seu primeiro Capitão-mor. Jerônimo (filho de pai europeu e de mãe índia) foi indicado, afirma Moreno (2001, p.33),

Por ser experimentado nas coisas do Sertão e dos índios, como por ser grande truxamante ou língua entre eles e, com nome de seu benfeitor e parente, ser mui aceito e conhecido em toda aquela costa, nas quais qualidades parece que consistiu o maior peso da expedição, que sem índios era impossível fazer-se.

Esta pequena escolha parece que alterou o resultado do acontecimento e foi o indicativo que dimensionou a realidade maranhense como apontou Braudel sobre os “simples fatos”. De certo que o mameluco pernambucano Jerônimo de Albuquerque, um conquistador dos sertões, em inúmeras guerras, familiarizado, sobretudo com as matas e índios, sobrevivendo conforme dava a espingarda, como já se afirmou em momento anterior utilizando-se de táticas e estratégias de guerras diferenciadas incompatíveis com o conhecimento de Diogo de Campos, terminou por vencer os franceses e os expulsar do Maranhão. Em complemento a este simples fato, Lacroix (2006, p.558-559) acrescenta que:

Assim foi colonizado o Brasil, com ações bélicas que adequavam as regras do sistema militar europeu à situação colonial. [...] Foi premido pelas carências militares, de um lado, e as condições difíceis do sistema ecológico, por outro, que se desenvolveu a forma de ‘guerra do Brasil’.

A dimensão dessa experiência resultou numa “estrutura” que durou por mais de dois séculos. Foi no interior deste sistema ecológico que se desenvolveram novos hábitos em homens capazes de penetrar todas as matas, todos os sertões e continuamente improvisar seu sustento de caça, bichos, cobras e lagartos, raízes de vários paus e fruta brava, consagrando, dessa maneira, uma forma específica de mover-se e se manter nas matas. Pois afinal, afirma Laranjeira (apud HOLANDA, 1995, p. 54), “o fruto segue a condição do ventre”. Ou seja, o ventre que gera o fruto, também lhe confere conformação, o molda e *determina*, pelo menos do ponto de vista das características físicas.

2.1 Entre flechas, bordunas e bacamartes

Examina-se a seguir, o *Roteiro*, a *Memória* e a *Descrição do Território de Pastos Bons* de Francisco de Paula Ribeiro. Estas três obras escritas entre 1815 e 1820 expressam bem as visões e práticas do Estado em relação à região sul do Maranhão no começo do século XIX. Concebendo que aquilo que está ali é sua percepção da realidade e que, durante os mais de vinte anos vividos nos sertões maranhenses, sua existência foi pautada por esta matriz geradora de sua conduta e práticas sociais. Examinar por intermédio da representação não é restabelecer uma verdade de um tempo ido, uma vez que a representação, afirma Pesavento (2008, p. 40):

É, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente [...] é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é de ordem do mimético ou da transparência [...] não é uma cópia da real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.

Por quase duas décadas, o major foi quase o único representante do Estado Português na região sul dos sertões maranhenses, na confluência do conflito entre os povos naturais da região e as três correntes de ocupação e povoamento que disputavam os domínios do espaço. Esta noção de espacialidade, na verdade, foi se alargando juntamente com o desenvolvimento da historiografia do século XX, moldando o espaço físico ao social e ao político, gerando o subjetivo. Afirma

Bourdieu (1998) que o real é um campo de forças que faz convergir, por vezes, diversos elementos que concorrem para a formação de estruturas imagéticas e discursivas, simples e complexas.

É daí que emerge, numa combinação com a Geografia e outras categorias como a de “paisagem”, de “território” e de “região”, que rapidamente os historiadores vêm utilizando para seus próprios fins. Inspirados nestas categorias e por meio das representações do século XIX procura-se decifrar a realidade do passado, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas com as quais os autores da região disputaram e expressaram a si próprios e ao mundo, naquele momento.

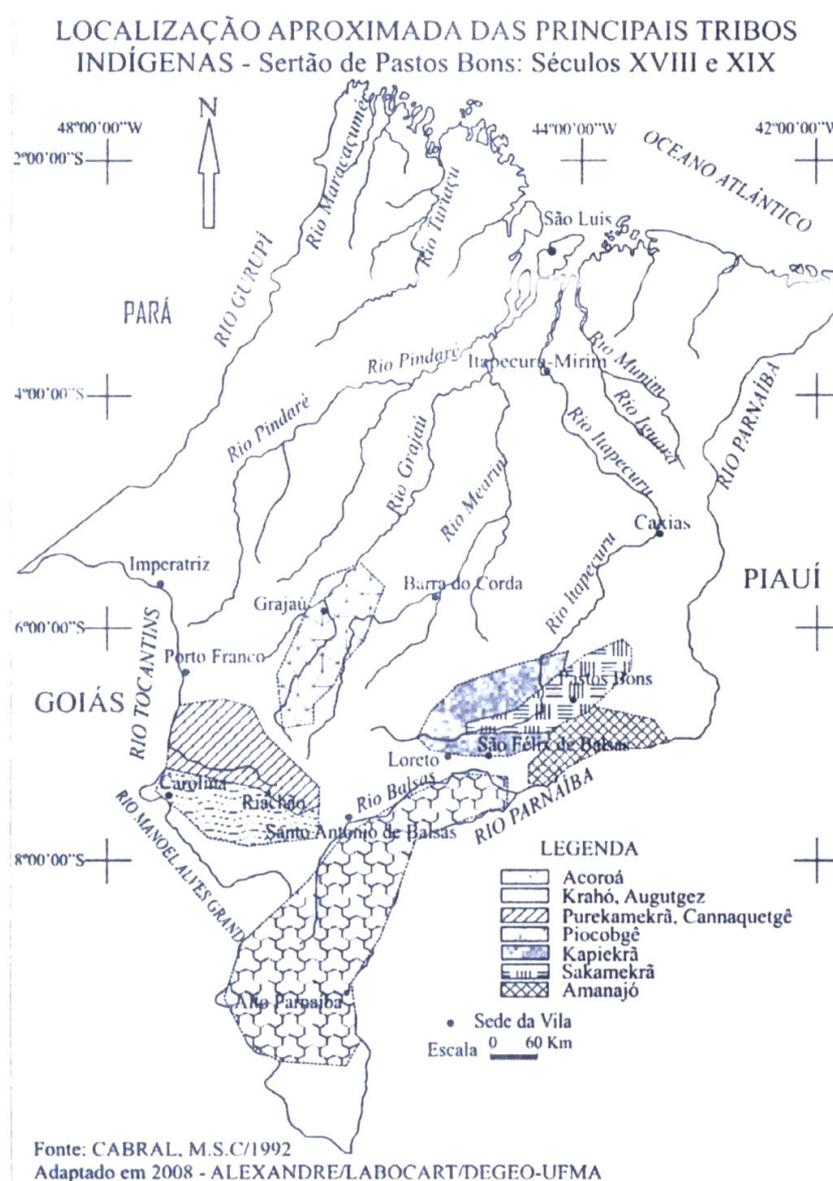


Figura 05: Localização aproximada das tribos do Sul
Fonte: Cabral (2008, p. 96).

Fazendo a aproximação do roteiro de viagem de Francisco de Paula Ribeiro, fontes arquivistas (APEM, Códice 19, doc. 191) relata em ofício do governador do Maranhão, datado de cinco de março de 1798, que o pedido do então Alferes Francisco de Paula Ribeiro, bem como “por se fazer preciso ao real serviço” foi o mesmo enviado por “travessuras domesticas” para São Luís, São Paulo, Belém para colaborar com os militares portugueses, retornando ao Maranhão em 1798.

Outro historiador e editor Franklin (2005) expõem que a patente do alferes somente foi alcançada em abril de 1795. Portanto, três anos antes da sua nomeação para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, num esforço do então governador e Capitão-general Francisco Maurício de Souza Coutinho (1790-1803) de reforçar as tropas, em decorrência da tensão nas fronteiras com a França e a Espanha. O posto de alferes, segundo este autor, foi resultado da indicação do segundo duque de Lafões e sancionado pela rainha D. Maria I.

Embora Francisco de Paula Ribeiro seja o patrono da cadeira nº. 12 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e suas obras tenham sido publicadas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no nº. 3 em 1841/42, nº. 10 de 1848 e nº. 12 de 1849, seu trabalho permaneceu longe do grande público até muito recente. Teve nova edição somente em 2002 pela Editora Siciliano, São Paulo (Coleção Maranhão Sempre), e outra pela Editora Ética de Imperatriz do Maranhão. Esse grande distanciamento entre as edições, praticamente, justifica a razão do atraso na pesquisa sobre sua origem e provavelmente também a falta de documentação.

Importante ressaltar que parte significativa de estudiosos, por falta de informações, aponta que Paula Ribeiro foi um português de nascimento que migrou ainda na juventude para a fração setentrional da colônia portuguesa na América. Para Pachêco Filho (2010, p. 138) ele veio “por acaso [...] quando se encontrava preso num quartel em Lisboa, por ‘travessuras domesticas’, à espera de um navio que o conduzisse às Índias para cumprir pena”. Portanto, veio com as tropas efetivas que eram constantemente deslocadas para a defesa da Colônia. Todavia outros apontam que sua carreira militar se deu por completo na Capitania do Maranhão, como informa nestas três hipóteses, o historiador Ribeiro (2002).

Dois anos depois de sua indicação para a terra paraense, a Portaria do governador da Província, datada de fevereiro de 1800, destaca o Alferes para comandar o destacamento de Pastos Bons, ponto em que começam suas incursões

pelo sertão maranhense por mais de vinte anos, e contando, dentro do possível, não apenas com o apoio oficial, mas também dos naturais da terra, como se percebe da citação abaixo:

Todas as pessoas com jurisdição civil ou militar [...] prestam o possível auxilio que lhe for requerido pelo Alferes Francisco de Paula Ribeiro para comodidade de seu transito para Pastos Bons onde vai comandar o destacamento que ali se acha ficando todas as supraditas (sic) pessoas a quem esta minha portaria for apresentada na intelligência de que são responsáveis pela omissão que tiveram ao dito respeito. Palácio de São Luís do Maranhão 6 de fevereiro de 1800. Com a rubrica de sua Excelência (APEM, Objetos Diversos: 1798-1800. Códice 20. Doc. 440).

Dezessete dias após essa rubrica e três da portaria da Junta de Real Fazenda, em expediente para a compra de animais, parte o Capitão para realizar a parte navegável de 118 léguas do rio Itapecuru até a Vila de Caxias, como descreve o próprio Capitão Ribeiro (2002, p. 29):

[...] aos vinte e três dias do mês de fevereiro de mil e oitocentos e quinze embarquei no porto da cidade do Maranhão, metrópole desta capitania (A), encarregado de ir fazer, como primeiro comissário por parte do seu governador e capitão-general, a sua divisão limítrofe central com a Capitania de Goiás, a que El-Rei nosso senhor mandou proceder pelo seu régio aviso de 11 de agosto de 1813.

O Roteiro de Paula Ribeiro é a primeira embaixada de reconhecimento e demarcação dos limites do sul do Maranhão, delimitação esta, que data de 1815. Esta região, conforme Cabral (2008, p. 77),

foi uma área de povoamento espontâneo, proveniente de forças distintas, não oficiais, em que o nordestino pernambucano e de maneira mais forte, o baiano adentrou novos territórios à procura de pastos e liberdade para si e para suas boiadas, no que atravessaram para além do rio Parnaíba. Nesse período, a região caracterizava-se pela pecuária e quase não foi influenciada pela cultura portuguesa do litoral.

A sua fundação se deu a partir de 1740, por força de baianos, pernambucanos, cearenses e piauienses que já chegavam ali na forma de uma geração moldada pelas influências do sertão, que, por viver em uma área de fronteira em conflito permanente com os índios, possibilitou aos homens do lugar, ou

sertanejos, “construir um outro olhar”, tornando “a ligação com a cultura civilizada” muito frágil. Além disso, mesmo do ponto de vista comercial, a ligação do homem do alto sertão com o litoral, sempre foi precária, de sorte que suas relações muitas vezes se estabeleciam com outras províncias como afirma Ferreira (2005, p. 336):

O Alto Sertão maranhense manteve-se mais ligado economicamente a outras províncias do que a própria Capital. Sua produção era comercializada principalmente com as províncias de suas origens. [...] A presença crescente de tentáculo do poder Central no sertão acabou por gerar mais tensão, pois os sertanejos, embora reivindicassem uma maior atração do governo, não queria perder a sua autonomia e liberdade.

Infere-se, portanto, que o Roteiro é regionalmente um destes tentáculos do governo da Província que de forma tardia procurava institucionalizar política e economicamente a região. Essa aproximação tardia do governo de uma região que há mais de um século já tinha, de forma autônoma, delineado os contornos de uma organização profundamente vinculada ao mercado interno, tendo nas atividades pastoris o seu principal produto - implicava desconstruir a região, uma vez que a configuração do que estava ali era resultante da imanência dos laços mantidos desta sociedade com seu espaço de origem.

Nesse contexto, nenhuma região é natural no sentido de ter limites impostos por aspectos físicos – geográficos - pelo contrário, toda região o é, a partir de uma visão que por longo tempo passa a ser reconhecida como natural, afirma Bourdieu (1998). É neste entendimento que as três visões procuram dar contornos ao espaço em questão: a frente sertaneja pastoril em expansão; a frente lusitana do Estado Português e anterior a estas duas, as várias nações indígenas que disputavam o espaço, acossadas e encurraladas por paraenses, maranhenses e baianos, o que terminou por confirmar a definição de região cunhada por Foucault (1984, p. 49), o qual afirma que “A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço [...] assim, a região é o botim de uma guerra”.

Paula Ribeiro (2002) bem contextualiza este cenário das primeiras guerras em disputa dos “litigantes” (índios x índios x criadores) por este espaço, muito antes da sua presença na região. Em 1819, quando escreve uma “Memória sobre as nações gentias”, em suas “observações gerais sobre os selvagens da Capitania do Maranhão”, comentário de introdução da dita Memória, assim se expressa:

Depositam-se geralmente todas as referidas povoações pela latitude do lado oeste da mesma capitania, entre os rios Itapecuru e Tocantins; recolhendo-se ali desde que, acossados pelos primeiros povoadores do Maranhão, deixaram totalmente esta beira-mar, e foram com outras, que ao depois dos descobridores dos sertões da Bahia, Pernambuco e Piauí lançaram também para o sudoeste e oeste do mesmo Itapecuru e do Parnaíba, a engrossar aqueles que lá se estabeleciam, fazendo destes terrenos uma segunda guarida, que presentemente nos esconde o seu maior número de almas, e os nomes particulares de muitas das mesmas povoações, sendo apenas por nós mais conhecidas aquelas que ourelam as nossas fronteiras pelo dito lado oeste, e que entre si, por extremas que defendem, se confinam da forma que diremos nos diferentes períodos deste papel (RIBEIRO, 2002, p. 157-158).

Muito pouco tempo durou o “aproveitamento estratégico” deste espaço pelos povos indígenas em virtude da pressão das três frentes colonizadora: uma formada pelos paraenses, atuando no sentido norte-sul e duas pelos maranhenses, oriundas uma do Norte e outra do Sul, as duas atuando no sentido Sudoeste. Guerreando entre si para não ter que transpor as grandes muralhas naturais da floresta amazônica, estes povos foram por eles mesmos renomeados.

Os Guajajara, como lhes chamavam os colonizadores, não assistiram de forma apática e passiva o avanço do colonizador por seus domínios, antes ilimitados e agora devassado e restrito pela presença do gentio. Acossado, algumas vezes por ameaças que avançavam de diversas frentes, o indígena armou-se do que dispunha e opôs resistência. Guerra, sem dúvida desigual, mas cada avanço do colonizador branco era conseguido à custa de enorme sacrifício.

O indígena, renitente, aproveitou-se o quanto pode do conhecimento da terra, da camuflagem da floresta e dos recursos que lhe permitiam sobreviver em situações adversas, como foi o caso dos continuados ataques do colonizador, até a perda do domínio do espaço e, por vezes, até a perda da vida.

Mas, retornando à trilha do comissário, o ofício gestor do roteiro de Paula Ribeiro foi um ato de nomeação de 15 de janeiro de 1815 do Governador (1811-1819) do Maranhão Paulo José da Silva Gama (1811-1819), vice-almirante da Armada Real e Comendador da Ordem de São Bento de Avís, por força da Alteza Real em aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Europa de 11 de agosto de 1813 em reforço de Carta Régia de 12 de maio de 1798. O ato nomeava o Capitão pelo Estado do Maranhão para que juntamente com outros oficiais nomeados pelo governo de Goiás fixassem os “limites entre estas duas Capitanias”:

A sua comissão, portanto é marchar com a maior brevidade possível até a raia limítrofe desta capitania com a de Goiás nas extremas de Pastos Bons cabeceira do Tocantins; lugar por vossa Mercê já conhecido.

.....
 Em toda a sua marcha e intervalos de sua estada comissionaria ou ainda na ação dela aproveitará todas as ocasiões oportunas para explorar ou mandar explorar todo o terreno dos limites desta capitania próximo ao Tocantins (por onde se diz descer com brevidade ao Pará) a fim de se conhecer a direção e capacidade do rio, a sua diversidade de braços que se intrometem por aquele sertão, os rios que se comunica e onde estes vêm desembocar. A qualidade dos terrenos, as provações que descobrirem todos os vestígios notáveis de antigas povoações e caminhos.

.....
 Vossa Mercê mandará pelo piloto extrair mapas não só de divisões das duas capitanias mas também do rio Tocantins e todos que neles se deságüem marcando os rumos com todas as mais declarações necessárias para tudo ser presente à Sua Alteza Real.

.....
 Em todos os mais casos que aqui lhes não vão designados se deve regular pela analogia e conforme as Leis formando a base de todos os seus procedimentos a prudência, a honra e o fiel desempenho de todos os deveres que devem autenticar o digno caráter de um oficial militar no serviço do seu Soberano sem o qual jamais se poderá fazer merecedor da sua real confiança (APEM, Objetos Diversos: 1814-1816, (Código 05, Doc. 755).

Observe-se que o ato de nomeação em 1815 do Capitão para execução da Carta Régia de 1798, somente vai ocorrer 17 anos depois, ficando esta ordem Régia sem o seu cumprimento por esse tempo – período pelo qual transcorreu o mandato de cinco Governadores. Entre as várias razões apontadas para justificar essa demora, uma merece destaque: a vinda da família real para o Brasil e com isto a reorganização política e econômica do Estado.

O ofício contém 18 parágrafos instruindo o Capitão da embaixada e da estratégia adotada, a analogia e os conformes da lei para pautar sua prática. Como também arrola o processo demarcatório dos limites como objetivo da missão, a cartografia, a exploração dos terrenos, a direção e a capacidade dos rios, a diversidade de braços intrometida na região, os rios que se comunicam e onde estes desembocam, as povoações, os caminhos e as navegações mais apropriadas para a capital.

Esse pragmatismo expresso nas instruções é resultado do declínio do monopólio jesuítico que havia começado ainda sob o reinado de dom João (1706-1750) e o surgimento de novas orientações provenientes dos padres oratorianos e teatinos, cujas instruções não eram incompatíveis com a filosofia moderna. Em virtude disto a Academia Real das Ciências de Lisboa é fundada (1779). Conforme

Wehling (1994, p. 151), esta veio dar “importantes contribuições para vários campos dos conhecimentos, preocupando-se com sua aplicação prática, através da combinação de influências mercantilistas, liberais e fisiocráticas”.

É com este espírito, portanto, que Portugal se abre aos influxos da Ilustração europeia, comportando, assimilando e praticando na medida em que ia se adequando ao novo amoldamento das Luzes, onde pressupostos científicistas e pragmáticos percorriam os esforços de todos, elaborando novas representações, como mostra o discurso preliminar de 1789 contido nas Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, no primeiro volume à página VII: “O primeiro passo de uma Nação” [acresce] “é conhecer as terras que habita o que em si encerram, o que de si produzem, e o de que são capazes”. (NOVAIS, 1983, p. 225).

Esses princípios de conhecimento ilustrado que moldaram as já referidas “representações” que minuciosamente vão sendo feitas e todo um levantamento das condições naturais e econômicas do Reino e de suas colônias, fruto desse novo modelo, fizeram emergir um surto de memórias regionais, roteiros e reflexões sobre as condições da colônia. O documento como se leu, tem seu firmamento no pensamento erudito do século XVIII. Portanto, esta narrativa que o historiador Eduardo Quadros (2008, p. 27) chamou de “esquizofrenia da percepção”, resvalou sempre ao chocar-se com o complexo cultural existente na região.

O historiador primou para que não descuidasse dessa ilusão aparente, indicando outro caminho para o estudo do processo de lugarização, ou seja, a produção dos “lugares”. E, argumenta Quadros (2008, p. 27): “Pelo termo lugar compreendemos as *correlações semânticas* entre um campo *espacial e um sujeito interpretante*” e essa arte de inventar nomes ‘convoca’ por sua vez, “os traços identitários de *um grupo*”. (Grifo nosso).

Essa prática de demarcar lugares é cobrir com um novo manto simbolizador os não-lugares para si como sujeito interpretante? Qual a ordem das coisas que reúne a Alteza Real, o Governador da província e o Capitão Paula Ribeiro na territorialização dominial? Como se sabe, é o Estado o grande patrocinador das cartas geográficas onde o terreno é visualizado para melhor controle estratégico. Diz Revel (apud QUADROS, 2008, p. 37) que a imagem cartográfica é “indissociável da afirmação do poder monárquico” e que no ato de destrinchar as linhas em letras, se

percebe que nomear é lugarizar. O Estado ao lugarizar uma região, a institucionaliza, afirma este autor.

A missão de Paula Ribeiro no Roteiro, engendra elementos que vão além da questão pura e simples do limite físico. A imagem cartográfica do território é um ato de empoderamento expresso em um discurso em linhas que condensam o real, o qual, nas palavras de Quadros (2008, *passim*) “caracteriza a produção de uma ordem, a seleção, classificação e interpretação dos elementos de uma paisagem” e muito sutil anuncia “a presença do desejo”, uma vez que “na representação territorial, o Estado pretende assumir em si e para si as significações atribuíveis, impedindo qualquer lugarização alternativa”. No discurso espacial constituído, o Estado, *“ele quer ser a única palavra”*.

Assim o roteiro e o mapa produzidos pelo Capitão são visões descritivas transpostas para os dois documentos da forte vontade circunstanciada de verdade e como tal, ser instituidora de novas práticas, afirma Quadros (2008, p. 30): “nesta cadeia dialética, a atuação nos lugares irá, por sua vez, reagir gerando novos saberes topológicos”, visto que, dialeticamente, os habitantes do lugar, por força de preservar seu modo de ser e de viver, opõem-se à investida do colonizador, tanto pelo poder das armas, quanto pela força de suas próprias visões e descrições do lugar que historicamente lhes pertenceu.

Para manterem-se, novos saberes, sobre o mesmo *topos*, são construídos, única forma do mesmo espaço, o mesmo lugar, comportar diversidade, inclusão e subsistência.

2.2 O roteiro de um português no limite do sertão maranhense

A razão última do limite entre a Capitania do Maranhão e a de Goiás já que ambas eram terra do Rei, era o controle da região, uma vez presentificada e cartografada pela comissão designada para este fim. Comissão, já amplamente descrita, liderada pelo Capitão Paula Ribeiro, conforme ele mesmo acrescenta em seu roteiro:

A dilatadíssima extensão do distrito que pertence a esta freguesia consta de fazendas de gados, sem outra alguma espécie de estabelecimento considerável, assim porque tem muitos e próprios campos para esta imensa criação, que deveria sustentar fartamente o talho principal da capitania e toda a escravatura do baixo Itapecuru, ainda mais considerável, como por não poder exportar outro qualquer gênero enquanto a navegação do mesmo alto Itapecuru, Alpercatas, alto Miarim e Grajaú, se lhe não facilitar. Cortado não só por estes quatro rios navegáveis, que oriundos do seu seio podem fazer o principal motivo da sua riqueza, mas participando também da navegação do Parnaíba, promovendo-lhe uma e outras imediatas relações com a sua metrópole, deve considerar-se como *parte a mais nervosa da Capitania do Maranhão*, e participar por isso daquela atenção que em prejuízo de todo seu público ainda se lhe não tem seriamente aplicado” (PAULA RIBEIRO, 2002, p. 87; Grifo nosso).

Pelo que expõe o Capitão Paula Ribeiro, em seu Roteiro e Mapa da missão, transparece uma intenção que vai além das instruções: conjectura subtrair parte da produção ganadeira que descia para a Bahia e outros centros para atender o “talho” da capital da Província, em um primeiro momento até a viabilidade e estabilidade das rotas que os rios da região possibilitassem para manter e ampliar este comércio. Se si ampliasse em mais uma rota, para o norte o comércio do gado oxigenaria as relações da região numa rota que ligasse o alto sertão ao engenho central e com isto se poderiam acalmar o nervosismo sentido na região pelo Capitão.

Esse “aproveitamento estratégico” daria segmentação do espaço que até então vinha se mantendo isolado político e economicamente e impondo a capital da província como centro gravitacional, fazendo-se não totalmente – a ordem inversa do que ali havia sido construído, enquanto campo de força, pelo menos se atenuaria, pelas práticas, as diferenças sentidas no jogo pela disputa do “botim de guerra”.

Os dois documentos, Roteiro e Mapa, não se restringem ao caminho e à área em litígio, pois oferecem um panorama de toda a Capitania como escreveu no mapa o autor “que pode servir de memória sobre população, cultura, e cauzas (*sic*) mais notáveis da mesma Capitania”.

Entre o período de 23 de fevereiro a 24 de maio de 1815, exatamente 91 dias foram gastos pelo Capitão para fazer – segundo seus apontamentos – 288,5 léguas (1.731 km). Desses 91 dias, são relatados no Roteiro apenas 33, muito embora desde 23 de março tenha ele principiado a viagem por terra. A descrição da marcha é registrada do dia 30 de março. O percurso que vai da capital da província até a Freguesia de Caxias, navegando pelo rio Itapecuru, é, portanto, 118 léguas ou 708 km que em suas contas consumiram 28 dias.

Todos estes dias são concentrados no primeiro longo parágrafo da Introdução, destacando nele as cinco primeiras observações igualmente longas que vão consumir (32) páginas, ou seja, metade das páginas do Roteiro. As 16 observações restantes constam em 24 páginas diluídas nos 33 dias, estes descritos em oito páginas. De sorte que as observações consomem 56 das 64 páginas do relatório; sendo as duas partes separadas: nas oito, páginas iniciais que descreve as ações diárias dos 33 dias, as chamadas para as observações são feitas por caracteres alfabéticos e estas estão reunidas em um corpo só no restante do Roteiro.

Portanto, a narrativa divide-se em duas partes também no que descreve. Na primeira parte descreve detalhadamente, com o auxílio de consulta de outras obras, todas as características de sua viagem: as povoações, a natureza dos terrenos, os locais de travessias dos rios, as léguas que percorriam e os socorros de boca e de monta, como diz (RIBEIRO, 2002), bem como os locais de pernoites, fazenda e sítios.

Na segunda parte, ou seja, nas observações, o autor se mostra e se desdobra em recurso argumentativo testemunhal e demonstra seus conhecimentos sobre os sertões, de resto, pouco conhecidos pelos habitantes da zona litorânea do Maranhão.

É importante ressaltar que sobre o termo sertão é quase sempre designado pelo autor como lugar deserto, distante, desabitado e principalmente inculto como é sentido na literatura colonial em todo o século XVIII. O sertão, assim poderia ser composto por caatinga, por rios, cerrados ou florestas e chapadas. Mas o que o caracterizava mesmo era o isolamento, o pouco povoamento, o afastamento da civilização.

Ressaltam a leitura duas proposições indicativas no interior do roteiro e de maneira geral, em todas as três obras aqui analisadas: a visão eufórica positiva é uma constante do discurso pontuado por opinião setorizada de inflexão sobre as ações do governo; já na outra, notas disfóricas, ficam claras as opiniões do autor e sua preocupação em elaborar de maneira precisa uma narrativa que se restringissem aos interesses administrativos da Coroa, mais que sutilmente é perfurado por suas impressões pessoais:

Não me demoro analisar as viagens diárias que fiz pelo Itapecuru porque sendo aquela sua navegação já muito conhecida, seria supérflua o tratar de circunstâncias que geralmente se sabem.

.....
 Dia 30 de março. Andei três léguas entre os rumos leste e sudeste, até o pequeno sítio do Rosário, estrada parte plano e parte montanhosa, e duas por estrada bem seguida até o lugar da Pindova, deixando neste caminho, em direção ao rumo de leste, a que vai à barra do Poti, cuja estrada (F) passa do rio Parnaíba ao Piauí. Todo este caminho acima dito é agradável pelo meio de campos cobertos de dispersos arvoredos, areia, pedras miúdas e variáveis cor (RIBEIRO, 2002, p. 30-31).

Como se pode perceber, a natureza descrita pelo Capitão é aquela que tem o propósito e a função para o caminho, servindo de referência para contar as léguas percorridas e igualmente aponta para o objetivo do projeto de colonização.

Esta descrição é tarefa e processo fundamental do bom roteiro, e sendo assim, é parte constitutiva do gênero de uma época. Esses roteiros são representações de novos mundos que contavam com uma tradição discursiva de mais de dois séculos. Para citar apenas dois documentos do gênero no Maranhão, temos: *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Peauhi*, produzido no fim do séc. XVIII, uma narrativa de um viajante anônimo, copiado por Frei Vicente Salgado em 1800 e publicado em 1900 pelo IHGB; e o *Roteiro e Mapa de Sebastião Gomes da Silva Berford* de 1810.

No livro *Brasil: formação do Estado e da Nação*, organizado por JÁNCÓSÓ, contém um artigo de Iara Lis “*Imagens do Brasil: Entre a natureza e a história*”, em que a autora ressalta a participação do sábio Vandelli na fundação da Academia de Ciência de Lisboa (1779). Esse erudito produziu referenciais científicos e textuais para a elaboração dos roteiros, uma vez que fez um manual dissertativo de como relatar a viagem filosófica, gênero intimamente próximo dos Roteiros.

Nessas viagens buscava-se, para além da descrição do percurso, a representação das análises para capturar a essência da colônia. A autora conclui que os modelos de roteiros estão vinculados à nova épisteme, (conhecimento compartilhado de alguma coisa) numa concepção da história natural como chave para compreensão e análise do mundo, e com a doutrina econômica da escola francesa dos fisiocratas, como já frisamos anteriormente.

Independente do caráter pragmático, o que se vê no Roteiro são descrições da natureza com conseqüente constituição de imagens. A paisagem fértil de uma nova terra é então formada a partir das próprias referências imagéticas já existentes

e desta forma a constituição da paisagem é um todo humano e, portanto cultural, é um *construto* da imaginação projetada sobre rocha, mata e água, como afirma o historiador Simon Schama. É como narra Ribeiro (2002, p. 37) dois dias antes de alcançar a povoação de São Pedro de Alcântara:

Dia 22 de maio. Entrei na pequena travessa que por esta estrada ainda se acha deserta, a leste do rio Tocantins, nos distritos da Capitania do Maranhão. Andei seis léguas no rumo oeste e por dilatados campos despido de árvores sombrias, sertão de fastidiosa jornada até as margens daquele rio, exposto sem abrigo aos intensos ardores do sol, atravessando repetidos bancos de areia solta, que atola a meia perna das cavalgadas, e às vezes com poucas águas para saciar ao menos as sedes que promovem em semelhantes jornadas os calores do sol do meio-dia.

A travessia trás na alma o medo, a sensibilidade e o estranhamento, deserto sem água é fadiga, é o sertão, e este é travessia à procura de outros lugares - é o que persegue o Capitão em sua missão de fronteira como bem afirma Normano (1945 p. 87) procurando precisar o local onde encontrar o sertão “sertão é onde a fronteira ainda não esta” e mais “a localização geográfica do sertão não é estável, mudando com o movimento ou deslocação da fronteira, produto do desenvolvimento econômico”.

Conforme a vontade do Rei desde o tratado de Madrid (1750) complementado pela ilustração com o espírito e linha de força de institucionalizar vastas regiões ainda não apropriadas cartograficamente, visto que (1815) é ainda grande a insegurança, e delicada é a posição de Portugal no cenário internacional, mas como historicamente a saída para os portugueses em qualquer situação sempre foi navegar (pois tanto estes como muito povo natural do Brasil tem seu mito fundador profundamente vinculado às águas) como diz todo e 5º conto de Os Lusíadas e igualmente na representação mítica do cabo das tormentas.

Aqui, por estes tempos é o rio que comanda a vida, em que naquelas condições materiais são os percursos feitos pelas águas que imprimem velocidade e estabelecem as novas relações desejadas pela colonização. Não se deve estranhar que depois do tratado, uma onda de expedições de demarcação de fronteiras se instale no norte do Brasil para compor o teatro. Como se sabe, o alto Rio Negro, lugar extremo da Capitania de Grão-Pará e Maranhão foi visitado em uma dessas

expedições pela sua maior autoridade o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dado a importância das expedições de demarcação de fronteira.

Basta ver que a Carta Régia que pede providência no sentido de relacionamento do rio Tocantins é de 12 de março de 1798; o aviso régio que cumpre o Capitão Francisco de Paula Ribeiro e de 11 de agosto de 1815. O que, na verdade, tratava-se na maioria das vezes de uma espécie de um redescobrimto, já que os rios da região e o que era a razão da empreitada já eram concluídos e seus percursos já feitos antes, por homens em circunstâncias distintas e com outros fins.

As lugarizações agora nomeadas e rios descritos de forma pragmática são, portanto distintos das outras nomeações anteriores feitas por populares; por ser obra do Estado, que passa a ser a partir de então paisagem da imaginação dos homens da Coroa. Nesse processo de desenvolvimento do interior do continente, os grandes rios do Norte do Brasil e até mesmo os rios de pequeno porte assumem uma importância fundamental para suas províncias. É por eles, e a partir deles que se dá a constituição de todas as paisagens do interior. Mesmo os caminhos têm, quase sempre, o rio como referência, como bem mostra o mapa de Paula Ribeiro que percorreu quase sempre margeando o rio Itapecuru. São os rios que principiam os dois primeiros dos 64 parágrafos da primeira observação apontados por Ribeiro (2002, p. 38-9) em seu Roteiro:

A capitania do Maranhão, que está dividida da Capitania do Piauí pela margem oeste do rio Parnaíba, da do Pará pela margem leste do rio Turi, e da do Goiás ao sudoeste pelo rio Manoel Alves Grande, até este desembocar no rio Tocantins, que correndo de sul ao norte lhe fecha com a do Pará aquela sua divisão de oeste, se estende no seu comprimento, linha nordeste-sudoeste desde o mar até o dito rio Manoel Alves Grande, a distância pouco mais ou menos de cento e oitenta léguas, com a maior largura ou longitude de noventa a cem. Desde a Parnaíba ao Turi e ao Tocantins.

Entre as bocas dos referidos Parnaíba e Turi postos limítrofes entre Piauí, Maranhão e Pará, saem ao mar pelo longo da costa do Maranhão, percorrendo leste para oeste, os principais rios que acompanham quase toda a latitude da capitania, e que vêm a ser o Munim, o célebre Itapecuru, o Mearim e o Pindaré, todos eles com suficiente largura, e mais ou menos navegáveis. A estes se juntam os de Balsas, Balsinhas, Alpergatas, Neves, Macapá, Canela, Grajaú e Farinha, regando o porte superior dos sertões da mesma capitania no distrito de Pastos Bons, o mais extenso e o mais precioso espaço dela e no qual todos estes rios nascem.”

Francisco de Paula Ribeiro (2002) descreve nas suas observações em várias passagens da narrativa a direção de suas cabeceiras, preocupa-se em corrigir esse conhecimento sobre as nascentes em relação a outros roteiros, considera fundamental a descrição do trajeto até a nascente, seus afluentes e cachoeiras, e da mesma forma descreve o povo que os habita. Acima da vazante pragmática das luzes, pode-se extrair representação moldada pela sensibilidade. No final da última citação, se reportando sobre a Capitania, se extrai de suas palavras que “no distrito de Pastos Bons o mais extenso e o mais precioso espaço dela”. O que da margem a indagar: Por quê? Em função de que? Com quais critérios? Porque o sertão maranhense lhe é tão caro em simpatia, a ponto de abdicar do litoral, já que o mar é seu mito fundador em navegar e navegar como disse o grande poeta português, mas que foi este mesmo poeta que disse também depois do descobrimento do Brasil, segundo Lisboa (1990, p. 98) “Que toda terra é pátria para o forte”.

Será que este foi à instintiva compreensão do Capitão em abdicar do mar, do litoral, pela guarida dos altos sertões, sensibilidade que somada à diferença de si para com seus pares, se recente da diferença de conduta do sertanejo e do Estado Português, quando no final do primeiro parágrafo descreve e publica o rasgo generoso, de Francisco de Moura Queiroz, morador na feitoria Sucuruju e Bonito, lhe cedeu as seis bestas para percorrer o caminho por terras e o mais difícil da jornada, sem lhe cobrar nenhum valor.

Quando fez saber o fato às autoridades superiores, oficiais da missão, estas não deram nenhuma importância e tomaram o ato com indiferença, fato que aborreceu o Capitão que como denúncia quase velada publicou o acontecido em seu roteiro justificando-o como forma de agradecimento a Francisco de Moura. Quer parecer que a generosidade sertaneja marca profundamente este militar, pois aponta este mesmo elemento, costumes, práticas e relações, como traço maior de diferenciação dos sertanejos quando se põe a descrever estas gentes, ao saudar os criadores pelo fato da pouca exigência de gente assalariada e por usar os próprios filhos nas lidas da criação de gado em vez de escravos “a fazer-se como método, seria muito louvável”.

Ou seja, a gente sertaneja, por sua índole solidária, mesmo quando prestava serviços a terceiros e recebia remuneração por apenas uma diária, muitas vezes

empregava os próprios filhos nas mesmas tarefas de forma graciosa, sem nada receber por isso. Por outro lado, porém, Ribeiro (2002, p. 88-99) declara que:

Esta ocupação grosseira, a que somente os aplicam, e os costumes agros a que os habitam, sem outra espécie de educação, faz com que se não encontre nestes sertões nascido um homem cujo modo de pensar o constitua nessa qualidade por outra circunstância que não seja a do instinto natural não tem a sua alma ornato que a iluminem, mesmo dos mais ricos, deixam de viver quase nus, de comer e de dormir sobre a terra como os selvagens apesar disso, não tem em si, além do seu adestro modo de tratar, outros defeitos que escandalizem a humanidade: ao menos prudentemente os dirigem, porque enfim são hospitaleiros, agasalhadores, e tratam aos passageiros, de que sempre tem concorrência, com aquele agrado próprio de sua rusticidade, porem sincero e de boa fé, facilitando tudo o que possuem àquele que carinhosamente os sabem enganar, e sem que se acautelem contra os prejuízos que muitas vezes se lhe têm seguido da sua credulidade: finalmente, entre os povos sertanejos este foi o menos desumano que em outro tempo conheci.

Essa paisagem, conforme Ribeiro (2002, p. 88-99), da “ocupação grosseira, a que somente os aplicam, e os costumes agros a que estão habituados, sem outra espécie de educação” essa noção de rural-agricultura, englobando aspectos culturais, sócio-ambientais e políticos dos espaços rurais, esse substrato material-simbólico (objetivo-subjetivo) parece ser a mesma força imagética com a qual se esculpia diferentemente uma realidade distinta da visão de mundo de Francisco de Paula Ribeiro, é nomeada como arte quando apareceu nas vitrinas das principais livrarias do Rio de Janeiro, numa tiragem de mil exemplares no dia primeiro de dezembro de 1902: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Esta suave aproximação que, a princípio parte do Estado esclarecido na pessoa do Capitão, na construção da verdade e esta verdade consubstanciada pela capacidade de ver com o máximo de objetividade, remetem ao testemunho de Paula Ribeiro e o submete. Pois testemunhar afirma Kolleritz (2004, p. 48) é estar por conta de sucessivas “operações de racionalização que devem domesticar as emoções e os sentimentos, assombro, indignação, euforia, o que for, [...] Requer-se isenção”.

Os vinte anos de sertão deixam transparecer que sua “ilustração” sofreu fortes avarias. Sua narrativa resulta de um espírito lúcido, não dogmatizado, em que o verniz das luzes não foi capaz de ofuscar totalmente sua sensibilidade. O viajante traçou um amplo panorama das imagens negociadas em riquíssimas e multifacetadas informações, com juízo criterioso, perpassado pelo assombro,

indignação, sentimentos e emoções. O roteiro e mapa é a síntese de uma realidade negociada com o que já estavam em construção num mosaico de sertanejos fazendeiros, povos indígenas, todos disputando os recursos naturais da região. Todos trazendo consigo forma simbólica que são representações da realidade sujeita a interpretação distinta.

As representações de Paula Ribeiro – grande parte delas – são narrativas que se restringem ao modelo teórico de seu tempo, mas que deixam mirar sensibilidades que escapam da distorção e de forma disfórica propunha negociar com o olhar ilustrado, outros arranjos sobre o sertão, mesmo preso pelas regras-do-jogo institucionalizadas, antevendo sobre o muito que escreveu de forma crítica João Francisco Lisboa, pioneiro na análise da legislação colonial indigenista: a violência da diferença dos “litigantes” nessa confluência semântica de complexos culturais em nomear, configurar, reconfigurar o espaço às suas práticas – pois afinal, estas zonas de incertezas faz com que – como afirmou Mello (1984) restaura no sujeito a convicção de está criando um estado da natureza onde “cada ser humano é um geógrafo informal capacitado para discorrer sobre a sua geografia, sobre a alma dos lugares”.

Às vezes no âmbito dos próprios colonizadores, pois se em 1815 o Capitão concluía ser “Os Sertões” da Capitania do Maranhão “a parte, mas extensa e a mais preciosa”, dois anos antes em 1813, o governador da Capitania vizinha Goiás escrevia com entusiasmo a parentes em Lisboa de sua “próxima saída desses infernais sertões”, e que para o sertanejo e o índio o “sertão” pelo contrário, era querido amado e representava liberdade e esperança.

Portanto, reler Paula Ribeiro, impregnado pelas idéias colonialistas de feição ilustrada, renovada, que propunha formas racionais e práticas de exploração da riqueza natural e humana da colônia é aprofundar o estudo e atualizar as razões do contexto histórico que as produziu. É ampliar o atual debate separatista da região descrita por Paula Ribeiro, questionando a própria idéia de região e a teia de poder que a instituiu. Intenta ainda localizar essas relações de poder, que mesmo “renovadas”, produziram e inventaram o menosprezo pelos sertões, reforçando a imagem de que não são importantes, ainda que, por dentro de nós, seja parte da topografia discursiva que produzimos. Construções imagético-discursivas que se quer espaço regional como placenta epistemológica e jaula de ilusões referenciais.

2.3 Fronteiras e espaços

Pelo sistema de ação histórica (S. A. H) de Touraine (1997) ele afirma ser este sistema a maneira cultural e social que tem a capacidade humana de transformar as condições de existência. Isto para Touraine (1997, p. 11) “é reconhecer que uma sociedade não se define, unicamente, pelo que é, mas sim pela superação que a leva para além de si mesma e que, portanto, a opõe a si mesma”. Nesse seu sistema importa o esforço de superação, e em tal esforço está inclusa a apropriação dos recursos naturais disponíveis.

Em sendo permanente essa busca, os homens oriundos da Bahia e Pernambuco transpuseram o rio Parnaíba na parte oriental da região Sul do Estado e numa leitura relacionada com suas atividades nominaram essa parte do Maranhão de Pastos Bons, estabelecendo novos limites no uso privado da natureza. De fato, como já se abordou anteriormente nesta pesquisa, a região era distinta do Sul do Piauí, do Oeste baiano e do Sul de Goiás.

Era tão recente ao tempo de André João Antonil, (1711) que a quarta parte de sua obra *Cultura e opulência do Brasil*, que trata da grande extensão de terra para pastos e crias de gado, ele registra apenas o Oeste do Piauí, a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, numa distância de cento e sessenta léguas até Olinda. Não constando, portanto, o Sul do Maranhão.

A transposição do Parnaíba foi um evento curto e isolado, mas que promoveu mudança na história maranhense na medida em que dá sentido na dinâmica dos fluxos imaginário da história do Maranhão, que como afirma Durand (1999) reúne numa frente colonizadora, as relações históricas concretas (o diurno) bem como o transcendental, o mágico e misterioso (o noturno).

O autor para situar tais movimentos de colonização usa a metáfora da “bacia fluvial”. Esta seria semelhante ao curso do rio cuja dinâmica sócio-cultural é formada por diversas influências e por um curso principal. Pode haver e quase sempre há como ele diz, uma corrente central, o leito do rio, mas a imagem é a de águas que se interpenetram continuamente, longamente derramando-se umas sobre as outras num fluxo contínuo com todas as suas voltas de inter-influências e contaminações. Para o autor, a vantagem do uso desta metáfora é que ela ajudaria integrar as evoluções do imaginário de uma região, seus estilos, estéticas, mitos condutores,

utopias, sua moral, motivos pictóricos, modas, temáticas literárias e, por fim suas tradições orais.

Ao nomear a região de “Pastos Bons” e seus arredores: Balseiros, Passagem Franca, Campo Largo, São José dos Matões, Mirador, essa personagem principal concentra fluxo imaginário e se transforma num elemento simbolizador e se mitifica. Mitificado, emana e nutre os homens de forma material e imaterial. Essa condição fundadora inverte o sentido de sertão.

Se sertão para os marinheiros era inferno, deserto, terra distante desabitada; para o sertanejo fundador o sertão de pastos bons é delícias, é terra prometida, por não ter no seu passado histórico de criador da Bahia ao Pernambuco, encontrado paragens como as encontradas na região, tão repletas de recursos naturais e climatológicos, que mais tarde com a chegada para a região de intelectuais republicanos de diversas levas, denominaram a região de *mesopotâmia parnaibana*.

Por este homem *sertanejo*, nesse contexto cultural, se está a falar de um sujeito aberto e bio-sócio-sistêmico, que comporta diversidades culturais, rurais e urbanas, locais e globais, cuja historicidade, diz Moreira (2007, p. 226) “carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como, tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconsciente”.

Francisco de Paula Ribeiro (2002) em seus escritos, por ser homem do litoral e metropolitano, em várias passagens do que escreve, é tenso por perceber este mundo como sendo hostil, rústico, brutal, inconveniente e dilatado, e por isso mesmo estranha o arrebatamento desse sertanejo pela paixão e amor à terra, o apego a esse mundo rural, ao respirar e se sentir em casa, dos que eram filhos naturais do sertão.

Durand (1999) ainda afirma que todo esse conteúdo imaginário regional aflorado à superfície social, passa quase sempre a ser incorporado às práticas e discursos conscientes perdendo a lógica do pensamento selvagem ou permanecendo carregados de possibilidades riquíssimas no interior do não lógico, do mito.

Sobre a questão do tempo e duração, diz Durand (1999) que para ele seriam necessárias aproximadamente três gerações ou mesmo quatro (pelo menos 120 anos) para cobrir a amplitude de uma bacia semântica para se efetuarem mudanças políticas, e aí se transformarem num imaginário menos familiar, mais coletivo e invadir a sociedade. Os conteúdos imaginários regionais ou coletivos diversos que

por ventura afloram à superfície social podem ser dessa maneira, incorporados às práticas e discursos conscientes.

Por essa forma a região de Pastos Bons, e por extensão, o Sul do Maranhão, construíra uma visão de si mesma que ao longo do tempo passa a se constituir princípio de identidade, e confirma o pensamento de Bourdieu (1989), o qual diz que nenhuma região é natural no sentido de ter limites impostos por aspectos físico-geográficos, mas pelo contrário – continua – toda região é região a partir de uma visão que, ao longo do tempo, passa a ser reconhecida como natural.

Segundo Martins (1996) o que há de mais relevante sociologicamente para caracterizar a fronteira no Brasil é a situação de conflito social, que para ele é justamente o mais negligenciado entre os pesquisadores, mas que – para ele - é precisamente no interior desse conflito que a fronteira é o lugar da alteridade. Acrescenta Martins ⁸ (1993) que,

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, apud MARTINS, 1996, p. 27). Grifo do autor.

Assim, no Brasil a fronteira se arrasta por mais de 500 anos, mas no caso do Sul do Maranhão no início do século XIX, ela é essencialmente a história das lutas étnicas e sociais. Diz Francisco de Paula Ribeiro (2002, p. 110) que “[...] em 1718, vivia ali amontoado o peso enorme do gentilismo emigrado da nossa beira-mar, e isto pela mesma forma que hoje vive também aqui amontoado”. E em sua longa pesquisa Cândido Mendes (1852) estabeleceu a data de 1730 por já haver registros de currais na região. Da mesma forma Capistrano de Abreu (1982, p. 131) confirma que em 1751 a Capitania contava com “duzentas e três fazendas a criar gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas”.

O “amontoado” de índios na região se dava pelo fim das campinas e chapadas, campos naturais para se criar gado; daí por diante começava a grande floresta amazônica, florestas densas e profundas que funcionavam como uma

⁸ Cf. seu ensaio sobre “Antropofagia e barroco na cultura latino-americana”. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p. 15-26.

grande muralha natural. Quase que ao mesmo tempo migravam para ali os povos indígenas oriundo das fugas das caçadas dos litorâneos, chegavam também da Bahia os criadores e lavradores e a conquista se deu por extermínio, de forma mais feroz pelo contingente ali encontrado.

Uma serra cravada nesta região ficou sendo denominada de “serra da desordem”, conhecida e registrada na memória dos sertanejos por terem sido travados no topo da serra, os mais violentos combates e também pelos “brancos” terem sofrido ali a maior derrota dos colonizadores (1813).

Diz Carvalho (2000, p. 75) que tomando, ocupando a invasão “avançou de Nordeste a Sudoeste e chegou ao Tocantins em setembro de 1806” e que “Elias de Barros e outros tantos fizeram horrorosas matanças nos mamecrans, paremecrans, xavantes e caraçatagês [...] nesse extermínio degolavam e sangravam sem dó, sem piedade, sem consideração a sexo e idade”.

Os paisanos chefiando exploradores, outros comandando grupos armados e algumas vezes com o apoio da força militar de Pastos Bons, tomaram terras selecionadas em todas as direções nos meses em que duravam as caçadas. Informa Carvalho (2000, p. 77) que por esse tempo fundaram diversas fazendas nas regiões de, Macapá, Lapa, Carolina, os dois lados da serra da Cinta, Porto da Chapada (1811) e Antonio Moreira da Silva transpôs o Tocantins junto com seu bando e fundou, “em 1816, na margem esquerda, lado de Goiás, a povoação de Santo Antônio das Três Barras, nome que foi substituído por Carolina em 1823”. No lado meridional desta, edificaram o povoado de Riachão em 1808 inspirados pela fé.

Seguindo o divisor da bacia do Parnaíba e Tocantins, a Sudoeste foram para além das cabeceiras do Mearim, Neves, Farinha e Macapá e depois os rios Pico e Sereno, alcançaram a Lapa. Segundo a autora essa é a melhor fração dos Pastos Bons.

Os escritos de Carvalho (2000, p. 87) ainda dão conta de detalhes da agricultura: “Nessa terra privilegiada o café (árvore, planta) parece não morrer nunca e o algodão vive 40 anos e a mandioca (raiz tuberosa) conserva-se em bom estado 5 e 6 anos!”

Cento e vinte e dois anos transcorreram, desde 1730 quando os vaqueiros, mulheres, crianças, empreendedores, boiadeiros, fazendeiros, caçadores, agricultores e remeiros transpuseram o Parnaíba para a região maranhense de pastos bons. Atravessaram do Parnaíba às nascentes do rio Gurupi, devassaram de

Leste a Oeste a porção Sul do Estado indo de encontro aos colonizadores paraenses na pessoa do baiano Frei Manoel Procópio, que financiado pelo Estado do Pará, havia fundado em 1852 uma povoação às margens do rio Tocantins com o nome de Santa Teresa da Imperatriz.

Em função disto ocorreu depois uma disputa política na construção deste espaço. Conforme Monteiro (2002), o espaço é uma produção social, implicando jogos de forças e relações de poder.

Em 1854-5 em conferência de limites ficaram evidenciados que a povoação de Santa Teresa pertencia de fato ao Estado do Maranhão. Segundo Carvalho (2000, p. 164) foi uma decepção para o governo do Pará, “iludido e ludibriado por frei Manoel (...) astuto e hábil” ele manobrou deputado e presidente da província do Maranhão a seu favor com documentação adulterada, fazendo com fosse seu povoado passado a Vila e não o povoado vizinho de Porto Franco, que de fato este era o que estava previsto e era este espaço onde estavam localizados os últimos currais impulsionados pela ocupação de Pastos Bons e Grajaú, mas que por essa época era politicamente dirigida por dois comerciantes, um oriundo de Caxias e o outro, um português que ficou rico comercializando com o Pará, ultrapassando, portanto os 120 anos que segundo Durand (1999) seria o tempo necessário para operar algumas mudanças políticas, por envolver algumas gerações.

Durand (1999) acresce ainda no contexto de sua metáfora, que se podem distinguir vários subconjuntos da bacia semântica. Dentre os vários subconjuntos destacam-se algumas que muito se assemelham ao leito deste rio humano que começara em Pastos Bons: a) divisão das águas: momento da junção de alguns escoamentos que podem formar uma oposição mais ou menos acirrada contra os estados imaginários anteriores e outros escoamentos atuais; b) confluências: correntes sócio-culturais diversas fluem para o caminho de um leito principal, uma corrente nitidamente consolidada começa a receber apoios mais densos, e que se fortalece inclusive com apoios institucionais; c) organização dos rios: se consubstancia numa consolidação teórica dos fluxos imaginários quando ocorrem exageros de propósito ou não de certas características da corrente pelos “segundos fundadores”; d) deltas e meandros: ocorre quando a corrente que transportou o imaginário específico ao longo de todo o curso do rio se desgasta, satura-se por fatores internos e externos, deixando-se penetrar por novos escoamentos anunciadores de outra bacia semântica potencial em curso.

3 A DESORDEM DAS VERDADES NUMA FESTA SANGRENTA

A campanha pela independência e especialmente pela República fazia-se surdamente por todo o interior do Norte, escreve Abdias Neves (1985, p. 52) em 1907:

- e nem se podia fazê-la de outra forma, numa época em que o bacamarte sobrepunha-se à lei, como o argumento mais convencedor. Conspirava-se no remanso morno das fazendas, no grande silêncio negro das noites sem estrelas, fora, nos terreiros, às vistas dos pátios. E portadores de confiança chegavam dia e noite de Pernambuco e da Bahia, trazendo cartas que eram incentivos para ousados cometimentos.

Complexa era a rede dos democratas em fazer uma independência dentro da independência; instalar um regime republicano em ruptura com a monarquia brasileira e portuguesa; aprofundar uma cisão dentro de uma política quase que de continuidade imperial. Seria de maneira geral, fazer uma revolução aproveitando os abalos sísmicos e as fissuras que a conjuntura internacional impingia no império português, quando o máximo dos dirigentes conservadores que detinham o poder na província, alcançava visualizar uma separação invertida como bem expressava seu ponto de vista no jornal ligado a esse corpo dirigente:

Quem desconhece ser mais interessante para as províncias do Norte do Cabo de S. Roque obedecer antes a Portugal que ao Rio de Janeiro? Os imensos sertões que entre si medeiam, as faz crer em tão longínqua distância, como se ali fosse um outro mundo. Que dificuldade para daqui se obter uma graça ou um recurso. Pela direção dos ventos, e correntes, pode-se ir a Lisboa, e voltar, enquanto navegando para o Rio de Janeiro, apenas se teria chegado à meia travessa. [...] Haverá por ventura alguém tão louco, que troque o certo, pelo duvidoso? Acaso não temos nós já os nossos direitos declarados, a nossa propriedade garantida, e o que é mais apreciável, os nossos nomes de homens livres inscritos, nas bases da constituição que abraçamos e juramos? (*Conciliador*, nº 88, 15/05/1822, p. 3).

O livro 1822: *Dimensões*, cuja organização foi feita por Carlos Guilherme Mota (1986, p. 11) tinha como preocupação central compreender os “diferentes encaminhamentos regionais (e mesmo locais) dos processos de independência”, procurando capturar as especificidades que se apresentavam distintas no interior do processo de independência. A citação do jornal *O Conciliador* supracitada exemplifica bem uma das diferenças do processo da independência do Maranhão.

O argumento do jornal o *Conciliador* (nº. 88, 15/05/1822, p. 3) é de convencimento, procurando, pela razão exposta estabelecer uma sensatez para os que habitavam no Norte. O discurso se apóia inicialmente explorando o imaginário sobre o interior do país, tratando “os imensos sertões” entre o Maranhão e o Rio de Janeiro de “longínqua distância, como se fosse outro mundo”. Tal realidade assim descrita não correspondia mais à realidade da época, eram somente restos de visões, memória de um passado recente sobre os sertões.

No que tange à cartografia e ao seu devassamento, o Estado já havia concluído, conforme a demarcação do Capitão Francisco de Paula Ribeiro em 1815, por força de delimitar o vasto território do sul da província ocupada por fazendeiros e as correntes migratórias advindo das demais províncias do norte. O argumento depreciativo visava valorizar a rota marítima, argumentando uma economia do tempo, pois a rota Maranhão-Portugal consumiria somente $\frac{1}{4}$ do tempo do percurso até o Rio de Janeiro e que, portanto, na primeira rota o tempo era menor para “se obter uma graça ou um recurso” além do que não se poderia deixar o certo pelo duvidoso, afinal já temos “os nossos direitos declarados [...] e nossa propriedade garantida, [...] e os nossos nomes de homens livres inscritos” (*Conciliador*, nº. 88, 15/05/1822, p. 3).

Essa opinião é corrente ao mês em que D. Pedro assinava o decreto do “Cumpra-se”, e bem antes da proclamação. Isso implicaria que qualquer transação legal teria que fazer os dois percursos. Mas, tal argumento ainda não passava de especulação e alinhamento de uma posição no jogo da disputa do controle do poder da região. A assertiva do jornal, ao alinhar a visão de um segmento que dava sustentação à Junta Provisória presidida pelo bispo D. Joaquim de Nazaré que durante a sua presidência encaminhava todos os papéis vindos do Rio de Janeiro para as Cortes em Portugal, enquanto buscava uma unidade entre exportadores ingleses, produtores e a rede governamental.

Por outro lado já haviam se firmado os partidários das novas idéias da independência na sede tendo em vista a alternância do poder que permitiria uma nova onda de inclusão no setor produtivo e exportador e no preenchimento dos cargos militares e administrativo do governo da província e a possibilidade de anistia das dívidas. O jogo jogado abriria um universo de novas relações para os que estavam alinhados à visão de uma independência conservadora como era a posição de José Bonifácio.

Em 30 de março São José dos Matões, distrito de Caxias, foi o primeiro município do Maranhão a proclamar a independência, apoiados pelas forças vindas do Ceará e Piauí. Registrava-se dessa forma a presença de mais um jogador com mais um propósito sobre a independência. Assim, o Maranhão e o Brasil inteiro, afirmou Ellis (1973, p. 701) “palpitou diversamente no processo da cristalização da Independência”.⁹

A Corte em Lisboa, por seu lado, uma vez fracassado o projeto de recolonização, pleiteava remarcar o território do Norte pela conveniência de manter parte do território conquistado em seu poder e dessa forma garantir em menor proporção parte do propósito recolonizador.

A percepção de tamanhas diferenças em movimento convergindo para o pólo da independência, terminou por levar o historiador István Jancsó (2000, p. 129) a propor o conceito de “mosaico” para refletir uma enorme região tão distinta “onde suas peças mal se acomodavam”. Este historiador mais tarde, ao organizar uma coletânea com o título *Independência: historia e historiografia* em 2005, em sua apresentação chama a atenção e enfatiza a importância de se olhar mais detidamente o “espaço de poder e mando”.

Esse tópico tem como manto de construção o conceito de “mosaico” e a mira no “espaço de poder e mando” apontado por Jancsó, como forma de dialogar com as diferentes interpretações que foram dadas sobre a Independência e a “balaiada” no Maranhão.

Deve-se frisar historiograficamente que as diferentes molduras discursivas dos fatos “passam a existir quando é escrito e toma grande ressonância pelo aumento das impressões das testemunhas para ilusões dos historiadores”, afirma Locroix (2006, p. 61). A historiografia maranhense confeccionou três molduras representativas da sua independência, porém as duas primeiras, na sua interlocução com a última constituíram num manto que encobriu essa última.

Mesmo a produção recente sobre a independência maranhense não consegue – pelo estágio atual da pesquisa – afastar-se do campo gravitacional imagético do que se produziu. A tese de doutorado de Galves (2010) que tem como

⁹ Cf. fala da historiadora Myriam Ellis, registrada em seu pronunciamento no I Encontro Regional de São Paulo – ANPUH, cujo tema era a “Independência do Brasil”, 1973.

título: “*Ao público sincero e imparcial*”: imprensa e independência do Maranhão (1821 – 1826) sintoniza bem seu campo magnético com a citação do jornal O conciliador, epigrafado neste tópico. Uma vez que seu “imparcial e sincero” traduz muito bem a sensatez do mesmo jornal. Em seu importante trabalho de examinar as diferentes interpretações que foram dadas aos fatos ele procura historiar as visões fundacionais da independência maranhense. Extrai dois autores que, segundo ele, foram os principais protagonistas das molduras atuais sobre a independência.

Somente pouco mais de uma década depois do episódio, começam a aparecer as interpretações. Primeiro as representações dos vitoriosos. John Armitage publica sua *Historia do Brasil* em 1835, onde encaixa a situação maranhense e indagando o autor em seu “antilitanismo”, não entender por que as tropas “indianas” tomadas no Piauí e Ceará marcharam sobre o Maranhão, já que não tiveram trabalho algum na adesão à Independência, uma vez que esta brotou do desejo da maioria oprimida pelo jugo português.

Uma segunda representação dos fatos somente vai aparecer em 1862, quando Luís Antonio Vieira da Silva publica o livro *História da Independência da província do Maranhão (1822 – 1828)*. Esta obra apresenta a “adesão” à independência como resultado de uma guerra travada por brasileiros advindos de diferentes províncias que progressivamente avançaram angariando apoio dos próprios maranhenses e dessa forma adentraram sobre o território até o cerco da cidade de São Luís. A narrativa de Vieira da Silva é centrada na perspectiva da libertação e tem o conflito como força propulsora do cerco da cidade.

É interessante observar que a obra de Vieira da Silva é escrita 27 anos depois da obra de Armitage. No entanto, é exatamente sobre essa visão de tropa marchando em guerra para a libertação do Maranhão que Armitage diz não entender o porquê e que era exatamente esse ponto de vista que ele procurava dissolver, quase trinta anos antes da obra de Vieira da Silva.

Galves (2010, p. 17) afirma que Armitage se tornou “a matriz interpretativa que balizou as narrativas sobre o tema até 1970”. Vale lembrar aqui, como se afirmou no parágrafo anterior, que o contraponto de Armitage é com as idéias de guerra de libertação circulantes no seio popular. Pois a “adesão” mesma foi um negócio discreto, seis tripulantes do navio do lorde almirante britânico juntaram-se aos membros da Junta de Governo e da Câmara e demais autoridades que somados ficaram em 97 pessoas que discretamente saudaram o Governo do

Imperador, o Senhor Dom Pedro I, sem a presença de populares brancos, índios, pretos livres, pretos cativos e nem mulatos livres e nem cativos.

Sobre Vieira da Silva acrescentou Galves (2010, p. 19) que “com o autor, inaugura-se não apenas a historiografia, sobre a Independência do Maranhão, mas também uma interpretação que predomina por mais de um século: a narrativa da ‘libertação do Maranhão’, em grande parte creditada à atuação das tropas cearenses e piauienses”. Nenhuma referência faz o autor sobre o jornal *O farol Maranhense*, como cooparticipante, uma vez que era esse jornal o porta-voz de duas tendências no interior do partido dos independentes.

Voluntariamente a pesquisa deste autor parece não perceber a zona de atrito ideológico entre os independentes. Daí por diante Galves esvazia a obra de Vieira da Silva e não desconstrói historicizando como seria próprio da desconstrução. Apenas põe em dúvida “o conflito”, “as tropas” a “violência”, questiona a existência dos independentes e as tropas formadas por estes no interior maranhense. E por essa maneira, sua interlocução com Vieira da Silva é recorrente à matriz de Armitage em questionar o porquê do conflito e das tropas.

Parece que Galves não teve acesso ao clássico livro *O Sertão* (1924) da historiadora maranhense Carlota de Carvalho (2000, p.105), que escreveu um capítulo sobre a independência:

Aagitada e turbulenta foi desde o começo a vida social do Porto da Chapada, 1813, (hoje Grajaú). Querendo arrogar-se o poder de dono do lugar, Manoel Valentim, por chefiar colonizadores na retomada do lugar (...) viu insurgiram-se os habitantes, que todos se julgavam com iguais direitos por terem igualmente feito a vila e construído a igreja do Senhor do Bonfim. (...) Fatores de rápido crescimento da povoação, a servidão do rio e as vantagens comerciais atraíram muita gente. Para aí vieram elementos estranhos à conquista (os republicanos), homens imbuídos de princípios sociais que os primeiros ocupantes não conheciam e assuntos em que ninguém falava no interior do Brasil, em 1811.

Releva dizer - afirma Carvalho (2000, passim):

“que esses ideais eram o constitucionalismo inglês saturado do democratismo da Revolução Francesa, que produzisse ‘representante do povo’ investido de poderes da Convenção. Esse era o ideal [...] liberdade de consciência, liberdade de palavra, garantias individuais, habeas corpus e júri seria o seu programa do direito do povo, *jacobinismo* no dizer desse tempo; pensamento de igualdade e liberdade dos homens, isto é *demagogia*”.

Prossegue a autora ao descrever o círculo mais alto apoiado nos escritos de Mello Moraes que José Bonifácio fizera a carreira por favores da Corte e que fazendo parte numa comissão de estudos, percorreu a Europa e que na sua volta foram criadas duas cadeiras na Universidade de Coimbra para combater o jacobinismo, ou seja, as idéias liberais. Era ferrenho inimigo do demagogismo; quando foi intendente da polícia, perseguiu cruelmente o jacobinismo. Quando veio para o Brasil foi acusado em sessão das cortes por Borges Carneiro, de ter vindo ganhando um conto de réis por mês para fazer propaganda da unidade de Portugal. Ela também lhe atribui essa frase que contribui para o perfil conservador: “Com maus materiais e piores mestres não se levanta um edifício majestoso... nem pode prosperar e ser respeitada uma nação dominada e influída por anarquistas e revolucionários”. Mais adiante – continua ela - quando Bonifácio vai para o partido da independência onde fervilhava a visão mais progressista liderada por Gonçalves Lêdo que queria o regime parlamentar da Inglaterra, contrária a posição de Bonifácio que queria a monarquia absoluta. Entre Gonçalves Lêdo e José Bonifácio, diz ela, o príncipe não hesitou na escolha, e dessa forma, Gonçalves Lêdo cedeu o primeiro lugar na direção do partido. Ali, naquele momento estariam criadas duas tendências no interior do partido da Independência.

José Bonifácio em seu Ministério não se entendeu com muitos dos que haviam colaborado ativamente para a Independência. Temia Bonifácio as idéias republicanas de seus companheiros Joaquim Gonçalves Lêdo, Luis Pereira Nóbrega Coutinho e Januário da Cunha Barbosa e promoveu severa perseguição aos que não concordavam com suas orientações políticas para conduzir o Império. Pela violência, fechou a Maçonaria e deportou a maioria dos colegas de seu Ministério. Gonçalves Lêdo, para não ser preso fugiu para Buenos Aires. No Maranhão as duas tendências lutaram juntas, no sertão da mesma forma:

Comandadas pelos chefes piauienses Salvador Cardoso de Oliveira e Pedro Paulo de Moraes e Rego e chefes maranhenses Joaquim Carvalho, Pedro Matruá e João Ferreira Couto, os independentes apoderaram-se das vilas São Bernardo, Brejo, Icatu, Manga do Iguará, Itapecurú-Mirim e Rosário, perto da capital (...). Militão Bandeira Barros, filho bastardo do capitão-mor Antonio Bandeira, que lhe legou grande riqueza em dinheiro, escravos e fazendas de gado, situadas no distrito da Chapada, chefou nessa parte o partido dos independentes e levou sua ação ao longo do Tocantins até o Riachão, acordando o nativismo nessa Lapa, onde só eram ouvidos os aboios dos vaqueiros e os mugidos das vacas (CARVALHO, 2000, p. 108).

Ao final da luta pela a “adesão” negociada com lord Cochrane feneciam as esperanças de um regime democrático, enquanto grupos de oportunistas sem fé, sem crença, e absolutistas por conveniência, preparavam-se para colher proveitos e serem deputados. Os absolutistas conservaram as posições oficiais, o poder com que tirariam a vingança perseguindo a tendência dos independentes que não faziam parte dos independentes protegidos por Bonifácio, pela humilhação que sofreram. É a autora ainda que saudosamente vai descrevendo:

Pouco tempo depois da adesão do Maranhão, liberais do Ceará, Paraíba e Pernambuco – independentes de 1823, fragmentos da Confederação do Equador em 1824 – fugindo à “morte paternal” fraternalmente dada pelas comissões militares, passavam o Parnaíba e internavam-se no sertão do Maranhão – naqueles “pastos bons”, delícias de nossos ancestrais. [...] Muitos desses fugidos tinham pertencido à *Coluna Libertadora* comandada por José Pereira Filgueira [...] agora proscritos, e tinham vindo, no ano anterior, *libertar* o Piauí e o Maranhão. Sabiam os ‘caminhos e conheciam o país em que vinham homiziar-se’ [...] Um dos muitos lugares em que os fugidos se domiciliaram foi o Campo Largo, arraial e campo do mesmo nome entre os riozinhos Alpercatas e Capim [...] em 1827 meu avô trasladou sua residência, sua família e bens para perto da vila Chapada e fundou com os escravos de sua propriedade, a fazenda São Benedito. De 1822 a 1850 esta família baiana, emigrada para os pastos bons, viu o desenrolar dos acontecimentos, o desfazer das ilusões dos independentes em 1824; a sua espantosa vitória nas eleições de juizes de Paz em 1833, prova de que eram ainda a maioria absoluta da população [...] aí o nativismo dos independentes de 1823, enganados e ludibriados pela adesão, sonharam, em 1835, uma república nacional e democrática, que ficou em idealizações abstrata. Pastos Bons é uma reminiscência histórica mal zelada por seus filhos. Existe quase esquecida. Tem o valor de um monumento, que desperta recordações, umas sentimentais, bucólicas; outras prazenteiras, alegres; algumas tristes, dolorosas como o suplício dos prisioneiros de 1840; e até entusiasta como esse sonho da Republica de Pastos Bons” (CARVALHO, 2000, p. 105 – 111, passim).

Páginas adiante, Carvalho (2000, p. 121) se referindo à posição de alguns em relação à Balaiada (1838), taxou João Francisco Lisboa de um conservador da ordem estabelecida, e que era um metafísico da escola de Benjamin Constant “desesperado da regeneração dos costumes governamentais” e que “censura para corrigir e não para demolir” por aspirar ser deputado e popularizar-se combatendo as injustiças e o abuso do poder, “quando para subirem conhecem a necessidade de derrocar, ora esmagando as reivindicações proletárias quando têm trocadas as posições”.

A escritora tem João Francisco Lisboa como traidor, por não ter assumido responsabilidades na guerra da Balaiada, quando esta de fato se alastrou por todo o Estado, quando este no início se colocava a favor da luta como direito do povo

contra a tirania praticada no Estado, mas que se afastou no momento em que os balaios mais precisavam de articuladores.

Nasceu João Francisco Lisboa em 22 de março de 1812 – dez anos antes da proclamação da Independência, no modesto vilarejo de Pirapemas ribeirão do Itapecuru-Mirim no Maranhão; Luís Antonio Vieira da Silva nasceu em Fortaleza em 2 de outubro de 1828, portanto seis anos após a Independência.

Essa visão de Carlota de Carvalho é indicativa da posição de Lisboa no que tange à luta da Balaiada. Vale ressaltar que a autora não faz o mesmo juízo de Luís Antonio Vieira da Silva, deputado que escreveu a *Historia da Independência da província do Maranhão* em 1862 e que ocupou vários cargos no Império, mesmo que ele escrevesse visando à autopromoção. Parece que havia por parte da escritora, certa aceitação de seu escrito. Vieira tinha 34 anos quando escreveu o livro e 40 anos o distanciava dos acontecimentos ocorridos no Maranhão sobre a independência. Era neto materno do tenente Coronel Raymundo José de Souza Gayoso; foi deputado provincial pelo Maranhão (1860-1861); Ministro dos Negócios do Império em 1861; deputado à Assembléia Geral Legislativa pelo Maranhão (1867-1868 e 1869-1871); Presidente da província do Piauí (1869-1870); 1º Vice-Presidente da província do Maranhão em 1875; Presidente da província do Maranhão em 1876; em 6 de maio de 1861 obteve mercê de Fidalgo Cavaleiro. Sua versão externava uma visão positiva, heróica dos independentes, e em particular, retrata de forma generosa os independentes republicanos.

O livro de Vieira Lima foi publicado no período da “conciliação” entre o Partido Liberal e o Partido Conservador. A historiografia tem o ano de 1853 como o marco da conciliação e o seu término em 1868, pela perda do ideal conciliador entre os parlamentares. Seu livro o tornava mais popular no Maranhão, que se constituía na sua referencia política e o impulsionava com identidade na conjuntura conciliadora entre os partidos políticos a nível nacional. O livro em sua ressonância aumentou as impressões das testemunhas para ilusões dos historiadores.

A articulação clandestina dos independentes republicanos pelo o que é coligido parece ir além do sertão de Pastos Bons, pois o mesmo livro de Vieira da Silva (1972, p. 242) registra que o Padre Cascavel, como era apelidado o padre Domingo Cadávila Veloso, acusa o presidente da segunda junta provisória independente, Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce e seus filhos, da impressão, na

Tipografia Nacional do Maranhão de uma cartilha contendo a proclamação de Pais de Andrade, um dos líderes da Confederação do Equador. Na acusação, “Cascavel” cita textualmente que:

Na Tipografia do Maranhão só se imprimiam papéis com ordem expressa do Governo e sabe-se, porque existem, que ali se reimprimiram as Cartilhas Democráticas da Paraíba, de Pernambuco e do Ceará. Qual seria o motivo de se fazer esta escandalosa reimpressão? Para que fim se reproduziam as vozes incendiárias desses loucos, que deviam ser energeticamente sufocadas? (VELOSO, apud Silva, 1972, p 242)

É fato que um filho de Bruce havia estudado em Pernambuco e como amigo, foi hóspede de Pais de Andrade, vivendo seu tempo de estudante na casa deste. É sobre este histórico dos Bruce que levou o mesmo Cascavel a exclamar – cita o mesmo Veloso (apud SILVA, 1972, p. 243):

Grande menino, digno filho de seu pai! Fundar uma república! Que projeto! Muito podem as lições da casa paterna e os vapores das universidades! [...] o pai queria, o filho queria, o compadre queria, o barbeiro queria. Por que não se lançariam mãos à obra?”.

Vieira da Silva em suas notas faz a defesa de Bruce e reclama melhor estudo desse momento maranhense. Já o livro de Carlota de Carvalho se ressentido de pesquisas arquivistas atuais para aprofundar melhor o entendimento de como estas forças se acomodaram. Independente da derrota e do banimento de atores desse processo Carlota contribui por apresentar uma interface da luta da independência caracterizando outra interpretação da composição da luta e da “adesão” indo além – quer parecer – da “sincera imparcialidade”, ao permitir uma leitura do encontro do Norte e do Sul numa dada conjuntura de um evento curto e mais ou menos isolado. Do visível primeiro encontro entre a rede do norte e a rede do sul disputando espaço de poder e de mando.

Vieira da Silva escreve a sua obra abarrotada de fontes documentais e fazendo citações como comprovação; Carlota de Carvalho escreve meditativa, procurando cicatrizar as feridas das perdas de ideais, das energias fadgadas, das recordações dos sacrifícios; são textos memoriais da realidade de seu tempo de uma República (1889) de negociações espúria; escreve sem biblioteca e de forma ambulante, seus poucos livros e documentos perambulam em surrões nos costados dos burros e vagam de leste a oeste pelos altos sertões do sul do Maranhão. É uma

visão encantadora e ressentida nutrida das páginas da memória da família. É com esse passado que ela dialoga.

As duas obras, quando reunidas, se transformam em capítulos de uma mesma história, se complementam, se fundem na imanência.

O leito principal da Independência no Maranhão convergiu correntes sócio-culturais diversas. No interior dos “independentes maranhenses” duas tendências disputavam a correlação de forças e estratégias de poder. De um lado os independentes monarquistas, de outro os independentes republicanos. As duas eram separatistas e combatiam a recolonização, como almejava Portugal, mas divergiam na forma monarquista e republicana. Grande parte destes últimos comportava idéias mais radicais, pois desejava duas independências, em relação a Portugal e em relação ao sul do país onde estava instalado o governo brasileiro, uma vez que havia indicativos da simpatia que estes nutriam pela Confederação do Equador. Isso fica bem ilustrado na venenosa denúncia de Cascavel ao mostrar que veladamente o presidente da Segunda junta provisória Independente, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce mandavam imprimir na Tipografia Nacional do Maranhão, as Cartilhas Democráticas contendo a proclamação de Pais de Andrade, um dos chefes da Confederação do Equador, como já foi frisado.

Esse fato não caracteriza Bruce como um Independente democrático, pelo contrário, quando muito a impressão desse material atendia aos democratas no interior dos independentes ou retribuição de gratidão a Pais de Andrade, pois Bruce por ser por três vezes presidente da junta provisória é prova cabal de que era monarquista, (será?) certo é que era hábil em conduzir uma adversidade de forças em disputa, que sempre o colocava entre a “cruz e a caldeirinha”. Vale lembrar que em 17 de fevereiro de 1824, Bruce recebeu do Imperador a mercê de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.

Escreve Carvalho (2000, p. 108) que “mais dois dias, (se não fosse a chegada de Thomas Cochrane, mercenário inglês) os independentes teriam instalado governo em São Luís do Maranhão e dado execução ao seu plano de reformas institucionais”. E na página seguinte traduz o sentimento dos independentes ‘ilusoriamente vencedores’ uma vez que os absolutistas ao aderirem à independência, conservaram as posições oficiais, com o que se voltaria para a vingança e humilhação dos liberais: “Os independentes ficaram na posição de

oprimidos, dessa data em diante, sob o guante de um governo inimigo de manifestações liberais e sem mais ocasião de libertarem-se”. Assim, diz ela:

Quando soavam em palácio as aclamações e os vivas à Sua Majestade o Imperador, à Religião Católica Apostólica Romana e à nação brasileira, feneciam as esperanças de um regime democrático, que não podia ser obra de sectários da doutrina oposta, e, sob a poeira dos festejos oficiais, passava, obumbrada pela desgraça, uma procissão de mártires, em cujo número eram contados os prisioneiros do navio São Pedro, caminhando para o Esquecimento (sic), lugar dos sinceros e abnegados, enquanto grupos de oportunistas sem fé, sem crença, e absolutistas por conveniência, preparavam-se para colher proveitos e serem deputados” (CARVALHO, 2000, p. 109).

Essa adesão inicial não cessaria a violência e nem estabelecia a paz; bem muito pelo contrário, acirra-se a disputa política pelo poder na guerra dos três bês, ou seja, entre as famílias dos Bruces, os Belforts e os Burgos procurando todos apossarem-se dos cargos públicos decorrentes da demissão dos portugueses. Em meio à desordem e distúrbios, os independentes num último esforço procuraram livrar o Maranhão do conflito pernicioso causado por estas famílias na disputa pelo botim da guerra.

Para tanto, elegeu uma Comissão Expedicionária no final de maio e 1824 com o objetivo de destituir a junta e assumir as rédeas do governo mais não logrou êxito imediato, pois por decreto do Imperador, foi nomeado Presidente, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce que tomou posse no início de julho de 1824 permanecendo por meses o impasse até início de novembro quando pela segunda vez aporta o lord Cochrane para dirigir o teatro das operações e receber o produto de sua rapinagem – portanto ficando os independentes novamente sem lastro para tomar decisões que corrigissem a condução política do Estado.

Como se registra pela segunda vez o inglês, por coincidência ou não, o lord barra o projeto dos democratas independentes, marcadamente pela demora no tempo da execução das medidas. Na primeira, segundo Carvalho (2000, p. 109) “por dois dias”, na segunda, por demorar-se mais de mês.

O presidente seguinte (1825-1827) foi Pedro José da Costa Barros, tenente-coronel, posto galgado nos episódios republicanos ocorridos no norte combatendo estes em nome da causa imperial. Recebeu a indicação do cargo de governador do Maranhão como prêmio pelos relevantes serviços prestados em combates na luta contra a Confederação do Equador.

É Carvalho (2000, p. 110 -111) que ainda dá notícia desse tempo por intermédio da memória de sua família:

De 1822 a 1850 esta (sua) família baiana, emigrada para os 'pastos bons' viu o desenrolar dos acontecimentos, o desfazerem das ilusões dos independentes em 1824; a sua espantosa vitória nas eleições de juizes de Paz em 1833, prova de que eram ainda a maioria absoluta da população; a proclamação da revolta armada contra a lei provincial dos prefeitos policiais porque invalidavam a autoridade do juiz de Paz, única instituição democrática que houve no Brasil, revolta em que exalou à vida o partido da independência. [...] Os vencido seriam, em breve tempo, no Pará, os cabanos, trucidados por Andréa; no Maranhão, os bem-te-vis garroteados por Luiz Alves de Lima”.

Derrotados os revolucionários; morto Tristão de Alencar Araripe, rendem-se os últimos combatentes no dia 28 de outubro de 1824. Era o fim da Confederação do Equador. Ano de infinitas possibilidades visionárias, mas que terminou com um forte sabor acre para os mesmos revolucionários. Estaria, portanto suspensa temporariamente a desordem das verdades. E conclui Carvalho (2000, p. 110 -111):

Pouco tempo depois da adesão do Maranhão, liberais do Ceará, Paraíba e Pernambuco – independentes de 1823, fragmentos da Confederação do Equador em 1824 -, fugindo à 'morte paterna' [...], passavam o Parnaíba e internavam-se (nas matas) no sertão do Maranhão – naqueles 'pastos bons' [...] e no arraial Campo Largo.

Quase que como para demarcar posições em relação à capital da província e outras regiões do Estado em 1827 - é fundado um movimento sedicioso que publica um manifesto em pleno alto sertão, criando a República de Pastos Bons. E como afirma Cabral (2008, p.127): “Foram líderes desse momento, ao que parece, João da Costa Alexandre e Militão Bandeira Barros que haviam participado das lutas de independência; Francisco Germano de Moraes, um dos cabeças da guerra dos Três Bês e ainda o fazendeiro Diogo Lopes Araújo”.

Carlos de Lima (2008) ao escrever sobre o separatismo da independência parte da premissa de mundos diferentes, tomando como apoio as palavras de Gaioso e Holanda de que a realidade social maranhense se constituía em dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial. Tomar essa idéia como

ponto de partida das razões separatista é tomá-la mais como hipótese de potencia e não como ato.

Como ato, a busca de novas pastagens e transpor o Parnaíba era, estabelecer uma fronteira, desconhecida do Estado, era assim, um ato separatista. No caso maranhense o próprio governo quando procurava moldar a administração de acordo com as circunstâncias sociais e geográficas, recebeu sugestões da criação de uma nova província abarcando o sul do Maranhão, norte de Goiás e sul do Pará, conforme o *Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí* (1770, texto anônimo), como forma de melhor administrar a região até então, pouco conhecida do Estado.

Em Goiás registra a historiadora Cavalcante (1999, p. 49) que a primeira cisão de cunho separatista ocorreu em 1736

[...] no contexto da economia de mineração, surgiu concretamente à primeira manifestação de oposição do norte ao centro-sul de Goiás. Tal fato aconteceu em razão da determinação do imposto de capitação às minas do norte, mais elevado do que às "Minas dos Goyazes".

Como se vê, as cisões se davam por motivos os mais diversos em diferentes regiões. Daí em diante, segunda a historiadora, (1999, p. 57) o Norte e o Sul de Goiás passaram a conviver em permanente conflito, fosse de ordem reivindicatória, social ou econômica, as relações estavam sempre estremecidas em episódios que se arrastaram até quando "os anos 20 do século XIX enunciaram os ventos do liberalismo no Brasil e, com este, a certeza de que a secular condição de colônia estaria prestes a sucumbir". E conclui Cavalcante (1999, p. 61)::

Em 14 de setembro de 1821, exatamente um mês após a frustrada tentativa de deposição do capitão-general Sampaio da Província de Goiás, instalou-se o governo independencista do norte, com capital em Cavalcante. Concretizava-se, assim, a ruptura política entre o norte e o centro-sul goianos – mantida até 1823, momento em que foi manifestado pelo Príncipe Regente seu parecer contrário àquela decisão, negando-se a reconhecer como legítima a instalação desse governo provisório.

O esforço feito quase que em todas as províncias por esta época como o apontado por Cavalcante, mesmo em províncias desprovidas de litoral como Goiás, a principal preocupação era reordenar o sistema colonial pondo-o dentro de uma nova ordem, dentro de uma justa ideia, na qual independência, monarquia,

república, revolução e democracia recebiam as cores liberais ou conservadoras, mas a não recolonização era palavra de ordem do ser colonial. Vale aqui citar Sodré (1965, p. 203) num esforço para compreender esse momento de lutas pela a independência:

A passagem da situação colonial à situação autônoma constituiu profundo abalo na estrutura brasileira. Importava em abandonar todo um sistema, que vigorava durante três séculos, por outro, que apenas se ensaiava, e que deveria buscar, por aproximações sucessivas, adaptar-se à realidade. (...) Nessa vastidão povoada de contrastes ter-se-ia que empreender a gigantesca tarefa de edificar um país, isto é, de armar um sistema que unisse as partes dispersas, que as fizesse gravitar em torno de um centro deslocado das áreas econômicas mais desenvolvidas, que as subordinassem a tal centro, encontrando traços comuns, que todas respeitassem como válidos e significativos, úteis a cada uma e não impeditivos.

Para tão grande demanda se recorreu aos mercenários para cobrir os levantes das províncias alinhadas ao litoral e no interior uma sequência de ações programáticas, como bem visa Sodré em seu ensaio que estudara o esforço da autonomia. Nessa ordem, em janeiro o príncipe afirmou que ficaria; no mês seguinte o Rio de esvazia das tropas portuguesas; meses depois, em setembro a separação foi oficialmente confirmada e em seguida, em outubro, foi aclamado Imperador e no último mês do ano foi coroado.

Para este mesmo autor estas eram decisões preparatórias, que definiam a separação e garantiriam a autonomia como desejava o povo brasileiro e lentamente situava tal realização no quadro internacional, ou seja, espaços de tempo de acomodação em que forças favoráveis e forças contrárias à separação entravam em lutas. Pois, como afirma Mota (1979, p. 33), “importante será observar que o levante era esperado em toda Capitania e, em alguns casos em todo o Brasil”. Esse movimento definia o sentido da separação tornando o Brasil um país autônomo sobre o domínio da classe senhorial, os proprietários de terras e de escravos e que, portanto, permaneceria assim intocada a estrutura de produção.

Corroborando com essa linha de entendimento Carvalho (2000, p. 112) afirmara que “desde a independência, os acontecimentos políticos nas províncias são a repercussão dos do Rio de Janeiro. Não são mais que os resultados da política da Corte. Fora dessa perspectiva, não tem explicação possível. Seriam efeitos sem causas”.

Afastando-se da visão geral e retornando ao torrão maranhense, o fato é que a essa fase histórica tida como uma das mais importantes da história do Maranhão

não foi ainda estudada em profundidade, nem nos compêndios de história, nem mesmo nos ensaios de interpretação se tem uma visão mais ampla de todas as interfaces da luta pela independência, seja pela carência de teoria, seja do lugar de onde se escrevem os clássicos. Como já foi frisado em capítulos anteriores, na grande maioria, os autores limitam-se a enumeração dos acontecimentos e à sequência deles enfocando e destacando personagens sem buscar as razões das linhas de forças que moviam a luta, caracterizada pela violência na conformação entre conservadores e os liberais.

3.1 A Balaiada

Em retiro pelos interiores, na baixada maranhense e no Sul do Estado, os independentes se reorganizam para operarem agora na legalidade estabelecida pela constituição outorgada, como oposição constitucional, pois contavam com certo alcance para alcançarem uma fatia do poder uma vez que estavam convictos que eram maioria numérica. O triunfo eleitoral nas eleições de juizes de Paz era estratégico para gradativamente os despojados independentes, pouco a pouco irem conquistando o poder para exercitarem seus ideais políticos.

Apelidados de bem-te-vis por ser este o nome do jornal com que se identificava em seu editorial com os independentes, obtiveram uma vitória eleitoral esmagadora diante dos cabanos/saquarema nas eleições dos juizes de Paz. Triunfaram em quase toda a província.

Cientes do desastre dos resultados das eleições, os cabanos apelam para a arbitrariedade e alegam alguns historiadores, que guiado por Francisco Sotero dos Reis, o presidente da província Vicente T. P. de Figueiredo Camargo instituiu uma lei que criou o cargo de prefeito com poderes superiores ao de juizes de Paz com atribuições para tudo, ficando o juiz apenas como autoridade figurativa. Esta lei foi criada em 26 de julho de 1838.

Significa dizer que à época a luta pelo poder político no Maranhão, utilizava-se todas as armas. Se o adversário, com o apoio popular, ascendeu ao poder pelo voto do povo, toma-se medida administrativa arbitrária para modificar as regras do jogo. O adversário, uma vez o jogo ganho, não tinha a menor garantia de ascensão

poder, porque os detentores do poder, através de manobras casuísticas, quase sempre o impedia de assumir os cargos conquistados, ou diminuía o poder do cargo, tornando-o ineficaz.

Ato seguinte adota medidas de repressão, onde em diversas localidades os juízes foram assassinados inclusive o de Caxias, Raimundo Teixeira Mendes, líder político dos bem-te-vis e juiz do maior distrito do Estado. Carvalho (2000, p. 117) cita o professor José Ribeiro do Amaral escrevendo em 1898 sobre a época:

Despotismo autoritário, prisões sem crime algum, trabalhos forçados, como a capina das ruas, infligidos a bem-te-vis de destaque social para humilhá-los; violências, injustiças, irresponsabilidades dos depositários do poder, assassinatos, recrutamento permanente, em princípio, para a guerra da Cisplatina por fim usado como instrumento de perseguição, extorsões do fisco, impunidade e acatamento oficial aos assassinos de Caxias e de outros municípios, os quais eram chefes governistas e matavam para se fazerem temer e suprimir bem-te-vis ousados.

E conclui Carvalho (2000, p. 117), “dessa situação de desespero irrompeu a revolta popular de 1839, apelidada ‘a balaiada’”. A revolta estava em cozimento desde a independência, e para ser servida, chega ao ponto na primeira quinzena (13) de dezembro de 1838, conforme ofício do coronel Henrique Pereira da Silva Coqueiro, prefeito da Manga (atualmente Nina Rodrigues) ao presidente datada de 15 de dezembro de 1838, cujo teor da comunicação oficial é transcrito por Carvalho (2000, p. 118):

Ilmo. E Exmo. Sr.

A 13 deste mês apareceu Raimundo Gomes acompanhado por nove homens e, sem respeito às autoridades, arrombou a cadeia, soltou os presos e apresentou um papel em que dizem que não querem o atual presidente da Província nem prefeitos e subprefeitos e só sim juízes de paz. Os malvados mandaram avisar os camaristas para com resolução da Câmara levantarem os juízes de paz e cuidou que assim farão porque são todos bem-te-vis.

No entanto, pelo menos neste caso específico, os que ganharam a eleição, tendo o poder diminuído pela outra facção, não ficaram de braços cruzados, mas tomaram medidas, por vezes drásticas, para reverter o quadro construído nos salões e corredores do poder. A trama da razão deste ofício é explicada por Carvalho (2000, p. 118), expondo a subjetividade do fato e merece a longa transcrição para melhor juízo do fato. Diz Carvalho (2000, p. 118):

Eis o que tinha acontecido:

Rico fazendeiro de gado e cavalariço, o padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, vigário da freguesia do Arari e encarregado da de Vitória, ambas no baixo Mearim, tinha um administrador de fazenda, homem de reconhecida probidade e merecedor de toda confiança para depositar na mão dele o valor monetário das boiadas.

Raimundo Gomes Vieira é o nome desse empregado do padre Inácio e o incumbido de levar às feiras e vender as ditas boiadas.

No exercício desse mandato, Raimundo Gomes teve de passar nas imediações da vila da Manga do Iguará, onde o prefeito policial, adversário político e inimigo do padre Inácio, no propósito de dar prejuízo a este, mandou prender e meter na cadeia número de tangedores de bois que impossibilitasse a marcha.

Não se portando com o devido acatamento e dizendo palavras inconvenientes, foi também preso um irmão de Raimundo Gomes, seu imediato no comando, sob o pretexto de ser criminoso não se sabe onde.

Temendo as iras do prefeito, ninguém se alugava para substituir os boiadeiros presos.

Raimundo Gomes não pode achar homens para prosseguir nem em número suficiente para pastorear o gado e começou a sofrer prejuízo resultante fuga e da morte pela fome.

Depois de esgotar os meios persuasivos e as atitudes humildes, pedidos de súplicas, ameaçado de prisão por se tornar aborrecido pela insistência, Raimundo Gomes e nove companheiros, que restavam soltos, praticam uma audaciosa surpresa.

Subitamente invadiram e tomaram o quartel e cadeia guardada por 23 soldados sob o comando de um oficial inferior, soltaram os presos e apoderaram-se do armamento, deixando livres os soldados desarmados.

Depois de muita reflexão, os soldados, temendo castigo militar, voltaram e aderiram.

Estava iniciado a revolta.

Por vezes adiado o rompimento, a revolução, preparada no interior do Piauí e do Maranhão, teria ficado eternamente embrionária se o acontecimento imprevisível da Manga do Iguará não fizesse explodir como um incêndio de grisu.

Sempre ameaçados em suas vidas e liberdade e querendo desforra, os bem-te-vis da cidade de Caxias chamaram Raimundo Gomes.

Na província, os bem-te-vis esperavam a palavra de ordem dos chefes da capital. O caso da Manga e o chamado de Caxias, reputada segunda capital, persuadiu-os que a palavra de ordem, impacientemente esperada, havia sido dada.

Assim pensaram os juizes de Paz e vereadores de comarcas de comarcas bem-te-vis; assim pensaram o chefe liberal e fazendeiro do Piauí Lívio Lopes Castello Branco e outros que aderiram logo ao movimento de reação iniciado na Manga; depuseram os prefeitos e destituíram de cargos públicos os portugueses, que os conservavam desde a adesão.

Como se força elétrica a espalhassem, o levante foi geral e ao mesmo tempo. Em grande parte do Piauí e em todos os municípios, vilas, distritos, paróquias do interior do Maranhão, os bem-te-vis, nativistas, independentes de 1823, pegaram em armas, expulsaram portugueses e depuseram prefeitos.

Não foram menos entusiastas nesse movimento, que lhes parecia uma reparação ou vingança, os legionários da Coluna Libertadora de 1823 e fragmentos da Confederação do Equador de 1824, homiziados no sertão e Piauí e incorporados no partido bem-te-vi – arca de sua fé.

A soma das frações municipais atingiu número superior a 20 mil homens, corajosos, intrépidos, leais, dedicados, saídos de classes laboriosas e honestas – agricultores, vaqueiros, fazendeiros e trabalhadores rurais, brasileiros muito nativistas.

Faz-se necessário aqui uma breve análise dos eventos para melhor se absorver essa versão da “Balaiada”. A comunicação oficial do prefeito da Manga, o ofício do dia 15 não dá um histórico das razões de Raimundo Gomes em relação ao prejuízo da boiada, do seu irmão e menos ainda dos boiadeiros da sua companhia detidos na prisão.

Mais ainda, o teor sugere que Raimundo entregou um documento (um papel) cujo conteúdo era o principal ponto de reivindicação dos bem-te-vis: ‘revogação da lei dos prefeitos e o restabelecimento dos juízes de Paz menos a parte “que não querem o atual presidente da Província”. Curioso é que o documento (Declarações e propostas que deviam apresentar a deputação ao presidente da Província) emitido pelo conselho militar dos bem-te-vis, reunidos em Caxias, é de 10 de julho de 1839, portanto quase sete meses depois do ofício do prefeito de Manga. O ofício do prefeito suprime a rixa pessoal e política deste com o padre Inácio, como quer fazer crer Carlota de Carvalho.

Era de costume no Estado se destruir o inimigo pela violência e se apossar dos bens destes. Costume herdado das lides com os índios. Neste caso seria o de se apoderar do resto da boiada, que de certo, pelo evoluir da questão é evidente que forças maiores gravitavam os interesses para outras questões.

Há de se indagar: Quando os bem-te-vis convidaram Raimundo Gomes. No interregno da prisão de seus boiadeiros e no período que procurara por meios persuasivos de conseguir a liberdade de seus homens ou após a tomada do quartel para libertar seus vaqueiros?

É possível que a prisão tenha se constituído tão somente numa isca da armadilha montada pelo prefeito de Manga para atingir seus inimigos – se os bem-te-vis convidaram Raimundo Gomes somente tempos após a tomada do quartel. Coqueiro, como autoridade máxima, foi tomado de surpresa – ao que parece – uma vez que seu ato mesquinho rapidamente tomou outra proporção com o ataque de Raimundo Gomes.

Dois dias depois para fugir de sua delinquência, oficia ao presidente pondo a culpa nos que eram partidários dos bem-te-vis, como está expresso em sua comunicação. Neste caso, como em muitos outros, culpou-se as vítimas pelos sucessos de atos de membros do próprio governo. Diz Amaral (apud LIMA, p. 183) que o prefeito Coqueiro, de Mangas:

em vez de cumprir nobremente o seu dever, consumiu inutilmente, tempo em fazer recriminações e acusações de toda sorte, e em pedir e esperar auxílios de todas as prefeituras, e por último, abandonando a vila e deixando-a à mercê dos facciosos, e não se considerando seguro sequer em sua própria casa, veio procurar abrigo no lugar Água Fria, onde residia se pai!

Claro está desde a Memória sobre a “Balaiada” escrita pelo secretário de Luís Alves de Lima (mais tarde Duque de Caxias) quando aqui esteve para combater a revolta, Domingos José Gonçalves de Magalhães (2001) escrita em 1848, que a denomino de “Revolução” – como ele a classifica – os republicanos da independência já não tinham mais em seu “programa” a questão separatista, suas reivindicações todas estavam ligadas ao estado de direito consignado pela constituição, conforme consta nos documentos proposta de negociação tentada levar a termo pela deputação autorizada pelo Conselho Militar da Revolução, instalado em Caxias.

Sumariando o fim da revolução na conformidade do pensamento de Carvalho (2000. p.130) ela expõe as razões da derrota buscando elementos no próprio interior do movimento. Alega que:

Tendo trabalhado mais que todos, coberto de serviços e laureado pro glórias literárias indestrutíveis, João Francisco Lisboa era o chefe bem-te-vi de maior prestígio e o homem mais popular do Maranhão em 1839. Erguido pelo seu talento e recomendado à gratidão pelo povo pelo seu civismo, ninguém poderia com êxito competir nas urnas. Esse destaque gerou a rivalidade que o perdeu e perdeu a Revolução.

Mas, Francisco Lisboa, apesar destes méritos, no momento decisivo da luta, em vez de chamar pra si o comando da Revolução concentrando-a para o desfecho final da tomada do poder, fraqueja, e como bolha o frenesi do ato revolucionário vagueia (pela força dos líderes regionais mais sem a absoluta direção Estadual) pelos campos largos e altos sertões, à espera da consecução final da tempestade!

Lisboa, aterrorizado, em vez de dirigir a arca da fé, foge, retira-se assombrado, o medo o invade e o paralisa. Abandona a luta no momento capital, no momento em que não se pode mais fraquejar, momento em que a potência é puro ato. Justificava e se escondia Lisboa por trás de argumentos do horror que tinha da violência praticada por todas as partes e de ambos os lados da peleja – por esta forma abandonava a luta em que tanto se tinha empenhado em construir como líder dos bem-te-vis. Deixava-os ao ostracismo em pleno ato inconcluso. Afastava o cálice

da guerra, coroação do arrebatamento, do êxtase coletivo da experiência em curso. Lava as mãos, e se recolhe. Excusa a guerrilha como a violência necessária e que no Maranhão fora a cultura de sua existência enquanto poder, desde Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Faltou-lhe a fímbria desse talento; abdicou do que estava cravado no seu mais profundo do ser, o *ethos* sertanejo da honra, negando o que afirmara Astolfo Serra (1942, p. 43), “A honra é o patrimônio maior do sertanejo. Para lavá-la só sangue, para repará-la só a morte”, e acrescenta Carlos Lima (2008, p. 188-189):

Fiel até à (sic) morte à palavra empenhada, (e a maior arma de Lisboa era exatamente a palavra) não suporta o caboclo maranhense a ofensa ou a traição. Nem sempre reage de pronto, mas, quando o faz, com o risco calculado, com o ataque certo e indefensável. Traça no ar com a faca afiada e companheira o gesto preciso, desconcertante e rápido; ora arremete, ora se esquiva e é, no mesmo instante, um diabo ágil e dançarino, obstinado e terrível na consumação do crime. Outras vezes, engole o agravo, sério e tenso. Passa então a viver da ruminação da vingança. Calado e taciturno, planeja a desforra, premedita a tocaia, espera paciente e infatigável o momento propício; escolhe minuda e cuidadosamente o local, a posição favorável, e, quando se faz azada a hora, dorme na pontaria para o disparo certo da lazarina papo-amarelo.

Esta quase vocação do sertanejo para a luta, indômito e bravio, acostumado às duras lides diárias em defesa do patrimônio e da vida, torna-o um ser belicoso disposto a tudo, cuja violência foi por vezes, dirigida contra vítimas inocentes, não distintas dos culpados no calor dos embates, como é demonstrado por Carvalho (2002, p. 133), que embora reconheça o valor do sertanejo e o direito à defesa, condena a violência empregada:

A guerra é uma monstruosidade.
Nela o homem retrograda ao papel de fera. É fera devorando fera. O guerreiro é uma espécie de assassino cuja vesânia é explorada pelos que sofrem desvairadas ambições e vaidade de mando, poder, orgulho.
Atirado como matéria bruta e inconsciente, o soldado mata a quem não conhece, e nunca lhe fez mal e nem motivos para odiar, Na batalha, é menos consciente que o tigre e a pantera.

Acrescenta ainda a autora que este mesmo erro vai se repetir na composição da Junta provisória de governo da revolução, pois foram incluídos na sua direção muitos “homens reputados bons”, mas que não haviam passado, e testado a ferro e fogo da guerra da revolução, com isto se consubstanciava um caráter democrático, por outra foi – na prática um desastre:

Naquele momento não carecia medalhões para ornato e sim de verdadeira capacidade para os dirigir. Careciam de um Carnot para organizar a vitória e de um Jourdan para consumá-la.

Seu erro consistiu em pôr à testa de sua direção homens que nenhuma solidariedade de causa tinha e que nada tinham a temer do desastre.

Sem o espírito de sectarismo ninguém fará prodígios de habilidades e energia. Os postos supremos só devem ser ocupados pelos que maior perigo corram no desastre (CARVALHO, 2000, p. 123).

Anos depois, João Francisco Lisboa, reconduzido ao cargo de deputado em 1848, em um discurso proferido na Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, na sessão de 12 de novembro de 1849, expõe:

Meus Senhores, [...] Estou, é certo, profundamente convencido da conveniência, da verdade, e da justiça de minhas idéias; mas em tempos como os nossos, quando a denominada política anda tão desgarrada, sem regra ou rumo certo, mal posso eu saber se a minha intervenção nestes debates produzirá o bem ou o mal; uma **triste experiência** me tem ensinado que as mais das vezes, **buscando um, só conseguimos dar ocasião ao outro: e assim, uma abstenção completa e absoluta é preferível.** [...] Mas antes de tudo, e para não desvirtuar, e enfraquecer por nenhum modo a pouca autoridade das minhas palavras, sinto a imperiosa necessidade de declarar-vos que **não tenho a honra de pertencer atualmente a nenhum dos partidos em que se retalha a Província e o Império; a nenhum, senhores, nem mesmo a um certo partido imparcial, que não é por ventura mais que uma nova parcialidade igual às outras, verdadeira caricaturas do justo meio,** aliás, tão espiritualmente descrito por Lafaiete [...].

Desde 1840 apartei-me da política; apenas em todo esse tempo, que de então para cá tem decorrido, tenho uma ou outra vez repellido as agressões que mesmo no meu retiro me iam molestar. E dessa longa abstenção, vós sabeis, fiz uma única exceção em 1847. Supondo a Província fatigada dos erros em que se transviara, e dos alcunhados sistemas políticos que até então seguira, deixei-me vencer pelos projetos brilhantes de um maranhense hábil, ilustrado, e sinceramente patriota (LISBOA, 1991, p. 357-358 – Grifo nosso).

Come se percebe desta citação, em seu discurso Lisboa confirma o que Carlota de Carvalho diz sobre as atitudes do mesmo. Diz ele o seguinte: “desde 1840 apartei-me da política”, momento em que abandona os Bem-te-vis, e argumenta da “triste experiência” se reportando ao evento da Balaiada “que as mais das vezes, buscando um (a justiça, a prosperidade e a paz), só conseguimos dar ocasião ao outro (a violência da guerra, assassinatos, corrupção e atraso)”. Nessa agonia da sua não imanência com a prática do processo produtivo, cai em desespero traído pela certeza da dúvida. Obstruído pelo pessimismo da razão, se transforma numa placenta do nada – por lhe faltar o otimismo da prática. E acrescenta: “e assim, uma abstenção completa e absoluta é preferível”.

A razão primária de tão brilhante e memorável historiador em seu discurso é recair em desgraça novamente quase dez anos depois da trágica experiência da rebelião popular praticada pelo povo na Balaiada. É o que se vê repetir em 1849 ao retornar ao cenário político vinculando-se à Liga Progressista Maranhense, para militar novamente junto aos seus mais afetos companheiros bem-te-vis.

Antes mesmo que o quadro se configurasse igual ao que ele tinha como trágico episódio, novamente decide abandonar a arca da fé. Contrito, e definitivamente derrotado consigo mesmo, por não ser capaz de derrotar o seu algoz interior, resta-lhe não celebrar o sangue derramado que continua trêmulo entre os que pelejam na batalha. E declara novamente em público: “sinto a imperiosa necessidade de declarar-vos que não tenho a honra de pertencer atualmente a nenhum dos partidos em que se retalha a Província e o Império; a nenhum, senhores”. Assim afirma o monarquista conservador e seu inimigo número um Francisco Sotero dos Reis, conforme Lisboa (1991, p. 430):

esse prodigioso engenho foi unicamente filho de suas obras, tanto na cultura de espírito, como na aquisição dos bens da fortuna, e posição social. Lisboa é o gênio resplandecendo, e dominando por sua mesma força, e só por ela, sem o auxílio das escolas para formá-lo, e sem as recompensas populares, nem oficiais, para animá-lo [...]. Até 1840 figura este homem extraordinário como jornalista eloqüente, órgão e chefe de um partido; mas tendo-se por esse tempo retirado das redações e da cena política, por haver sido a sua candidatura de deputado à Assembléia Geral Legislativa rejeitada pelo mesmo partido.

Dessa forma, esse hipocondríaco, esta lúcida inteligência tão vasta como pronta abandona em momento crítico o palco do evento naquilo que estava além da sua condição; mas que sem ele igualmente perdeu-se muito da tempestade.

A tendência dos independentes republicanos democratas e simpáticos à Confederação do Equador, e que lançaram o manifesto da “República de Pastos Bons” que viviam e atuavam no Sul do Maranhão não receberam a devida visibilidade no contexto historiográfico maranhense. O livro de Carlota Carvalho que comporta 80 páginas tratando da participação destes, desde a conquista do território, independência e a Balaiada – e que registra um outro olhar destes episódios distanciando-se da visão litorânea foi relegado ao esquecimento até muito recentemente, ou quando muito é citada naquilo que é em geral elementos secundário de sua obra.

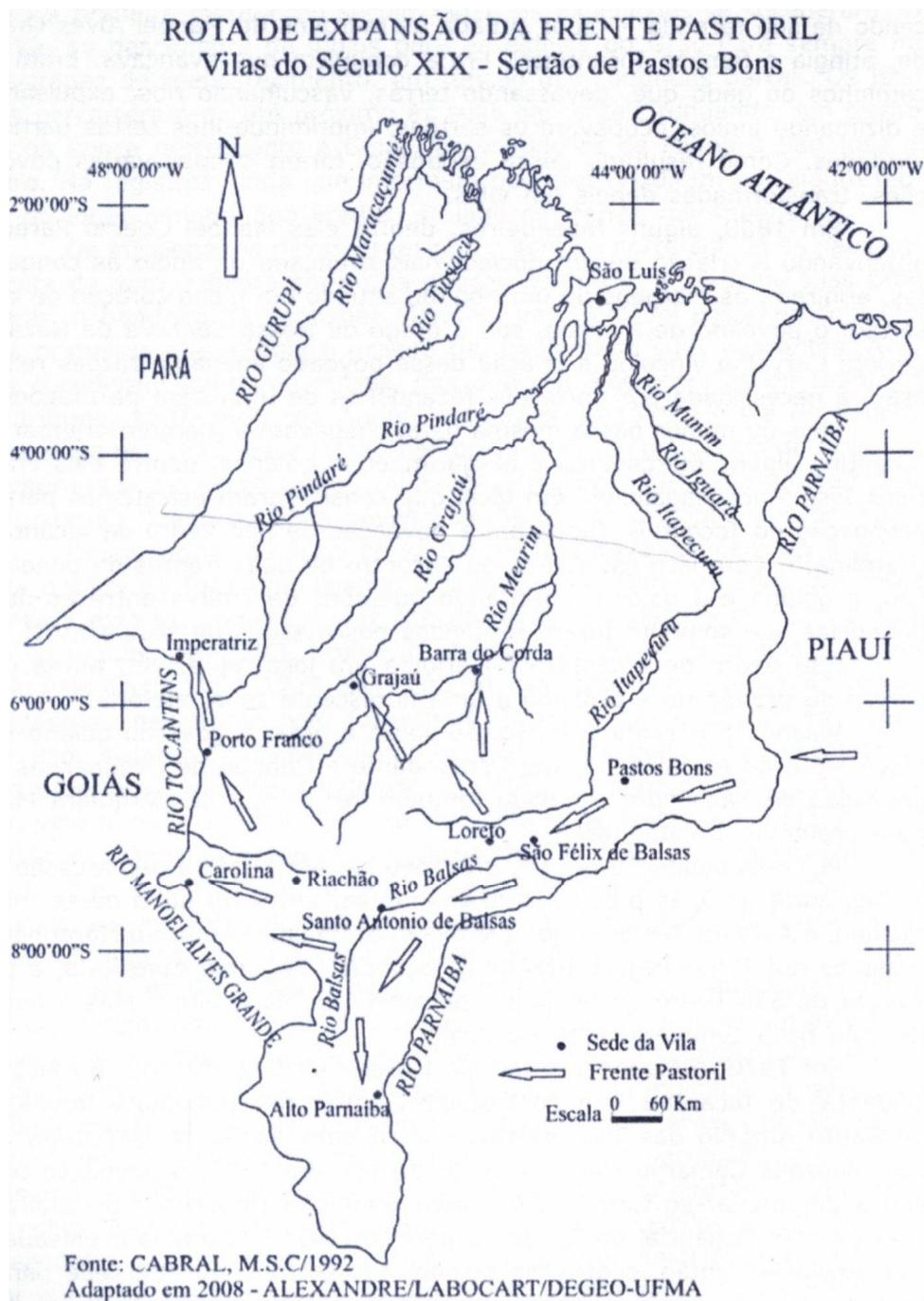


Figura 06: O sentido da expansão pastoril
Fonte: Cabral (2008, p. 56).

3.2 Configuração da política regional

A formação e montagem do sistema de dominação da política maranhense na parte Norte, requer fazer distinção preliminar de três momentos. O primeiro, marcado

pela ausência econômica do Estado; o segundo, com a presença rigorosa da participação do Estado no controle político e econômico (a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão); e o terceiro, após o surto pombalino em que um bom número de famílias, nutrido pelo desenvolvimento dele decorrente enriqueceu e pleiteou participação no poder. Nessa mesma disputa intra-regional se inclui o esforço do Sul para sentar-se à mesa do poder.

Interessa para essa pesquisa, sobretudo o período de 1800-1850 por apresentar uma extrema fragmentação das facções políticas pela luta entre várias famílias que se destacaram economicamente e grandes proprietários rurais espalhados pelo Itapecuru, pela Baixada e pela participação popular, militar, segmentos intelectuais e as primeiras tentativas do Sul na busca de inserção política.

Esse é um período ainda muito marcado pela dominação local, cujo padrão de lideranças ainda é o chefe de clãs que exercia o poder de mando como atividade subsidiária, por não haver ainda consolidado um setor que cuidasse exclusivamente da política. Disputa violenta que vai propriamente ocorrer nessa primeira metade do século XIX, e que somente começa a atenuar na política de *conciliação* movida na esfera nacional. No sertão maranhense a violência arrasta-se até o advento da República, como registra Parsondas de Carvalho em seu livro, *O Grajaú* de 1902.

Não há como dissociar a formação do Estado de um grupo que seja responsável pela organização, exercício e controle do espaço político¹⁰. As características dos que ocupam as funções de mando são um dado fundamental para o tipo resultante no conjunto das relações entre representação política e o corpo do Estado.

As convulsões políticas no Maranhão desde a guerra da Independência até a Balaiada demarcam bem o exercício na formação dos grupos que procuravam se afirmar como os atores dirigentes. Carlota Carvalho (2000) afirma que desde a independência os acontecimentos políticos que se davam nas províncias decorriam dos que se processavam no Rio de Janeiro, na Corte. De fato, o movimento de descentralização do poder na Corte (1834) e dois anos depois (1837 e 1838) a reversão para a centralização, provocaram infinitas instabilidades nas províncias, marcadamente no Maranhão.

¹⁰ WEBER, Max. **A política como vocação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, (ensaios de sociologia), 1982, p. 102.

Nessa direção, desde a implantação na Capitania da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, por volta da segunda metade do século XVIII ou talvez um pouco antes, com a revolta de Bequimão grupos regionais buscavam participar do processo procurando romper ou reunir-se à tradicional organização do poder familiar português.

Importante atentar para o que afirma Edylene Moraes dos Santos Lima, ao esclarecer que:

A reorganização política em torno de uma possível separação de Portugal requereu uma conjugação de esforços dos grupos, no sentido de viabilizar as pretensões particulares em meio às demandas do momento. Para tanto, a formação de 'redes de cooperação ou associações familiares' foi essencial na conjugação das ditas pretensões. O envolvimento de determinadas famílias, consideradas como pertencentes à fina flor da sociedade maranhense, demarcou uma tentativa no sentido de se forjar uma identidade (seja ela 'nacional' ou portuguesa) encabeçada por esses grupos (LIMA, 2010, p. 202).

Decorrida a adesão do Maranhão à independência, os portugueses, em sua grande maioria, permaneceram no controle do exército, da justiça e da administração, resquícios da fidelidade de D. Pedro em se apoiar nestes – o que impedia e/ou dificultava a ascensão política dos grupos locais do Norte e tornava impossível esse acesso aos do Sul que viviam espalhados pelo interior da província. A Setembrada, motim de 1831 fora uma reação a essa posição do Império.

Conforme Meireles (2001), a Setembrada, se caracterizou como um movimento que ocorreu meses depois da abdicação de D. Pedro I ao trono, em 7 de abril de 1831. Ficou conhecida por esse nome por ter iniciado neste mês. O movimento que reuniu populares e militares liberais no Campo d'Ourique no dia 14 de setembro, dirigidos por José Cândido de Moraes e Silva e Frederico Magno de Abranches, exigia do Conselho Geral da Província que fossem atendidos com a pauta de cinco pontos nos quais constavam suas solicitações, dentre estas, a primeira exigia a expulsão de todos os oficiais portugueses, mesmo naturalizados brasileiros das tropas de 1ª e 2ª linhas; demissão de todos que não fossem brasileiros natos, do funcionalismo da Fazenda e da Justiça; a expulsão da província, de todos os reconhecidos inimigos da independência. Como se percebe, dos cinco pontos, quatro tocava diretamente sobre a questão dos portugueses.

O governo cedeu nas exigências, mais não cumpriu; no mês seguinte ocorre a partir do dia 19, o segundo momento da setembrada. Era a novembrada. Revolta

armada que percorreu diversas localidades acometidas sempre de derrotas, na luta pelas forças do Estado. No esforço de se afirmar a força de 400 rebeldes liderada por Damasceno marchou para ocupar o povoado Brejo. Foram vencidos no Boqueirão, doze léguas antes do povoado, e seu líder morto nessa batalha. Era julho de 1832.

Por um lado, os “cabanos”, grupo composto de famílias apoiadas pelos comerciantes portugueses que se enfileiravam junto às posições dos políticos “conservadores” no cenário nacional e local, por outro, as famílias que peitaram pela independência, acrescidas de intelectuais identificados com os “liberais” que gravitavam regionalmente e junto à Corte. A esse conflito por posições oficiais se superpõe outro, a luta pelo poder político na região ao Sul do Estado, entre os grandes proprietários e populares num alinhamento junto aos liberais da Capital para ganharem inserção no governo da província.

É entre estes últimos que se encontra, em seis de novembro de 1822, Militão Bandeira de Barros, grande apreciador das letras; expressão maior da liderança política da Chapada (Grajaú), conforme Coutinho (2006, p. 100),

Lavrando o seu documento de propriedade de 108 milhões de metros quadrados no riacho da Cunhãs, fronteira com as terras do pai e uma das últimas sesmarias expedidas no Maranhão, para se tornar, junto a seu pai, o maior proprietário de terras na beira do Grajaú.

E tem seus feitos sumariados em 1933 por Abranches (1993, p.115) onde consta sobre este proprietário, o seguinte:

Filho bastardo do Capitão-Mor Antonio Bandeira, fazendeiro de largas posses, tomou parte ativa no movimento emancipador de Pastos Bons, aonde se chega a proclamar a República. À frente de bandos armados, em que se vêem até escravos combatendo com admirável ardor patriótico, propaga a insurreição contra a metrópole ao longo do Tocantins até o Riachão. O levante nativista da Setembrada, promovido em São Luís por José Cândido, Frederico Magno, os irmãos Launé e outros jovens exaltados, encontra nele um fervoroso adepto. Na Revolta dos Balaios, forma com a sua gente a vanguarda dos sertanejos que estenderam vitoriosamente a insurreição além das margens do Araguaia. Nas suas fazendas agasalha os bem-te-vis que conseguem escapar aos horrendos massacres das forças repressoras, compostas em boa parte de estrangeiros mercenários, ignominiosamente violando as cláusulas da capitulação e desrespeitando a anistia prometida aos que depusessem as armas.

Acrescenta ainda Abranches (1993) que as atitudes violentas que lhe eram peculiares, terminaram por atrair sobre ele o ódio dos cabanos, reconhecidos nos meios sertanejos, como socós, detentores do poder na província. Mesmo diante de constantes assédios dos inimigos, reage sempre com bravura, o que certamente contribuiu para lhe granjear a fama de assassino, lhe sendo imputado inclusive o assassinato do

Vigário Antonio do Rosário Cardoso. Este (socó), em uma sessão tumultuosa do Júri, na Vila da Chapada, opusera-se a que participasse do Conselho por ser liberto e impedido assim por lei de exercer tão elevada missão. E, dias depois, era ferido de morte na sua própria casa por uma escolta, enviada para prendê-lo em nome do juiz de paz da localidade. Militão já era nesse tempo coronel da Guarda Nacional e chefe do Partido Bem-te-vi ou Liberal naquela revolta região [...]. (ABRANCHES, 1993, p. 115).

Com sua influência junto ao governo na capital, o primeiro juiz de paz da Chapada é inquestionável quanto a sua força oficial e militar em decorrência da natural liderança que manteve até o governo de Francisco Bibiano de Castro (1837-1838). Era março deste último ano.

Para melhor situar a questão no plano regional e nacional, tome-se a regência una de Feijó (1835-1837) que como liberal moderado, favoreceu os bem-te-vis no Maranhão e que também já havia beneficiado a província, pois em 12 de agosto do ano anterior com a promulgação do ato adicional à Constituição que buscava conciliar os interesses das facções no plano nacional. Com a aprovação dessa emenda, criava-se as Assembléias Legislativas Provinciais, o que, dito de outra forma, significa a concessão de autonomia às províncias.

Vale lembrar que o parlamento de 1836 tinha maioria conservadora e que era contra Diogo Antônio Feijó, tendo chegado ao ponto de responsabilizá-lo pelas rebeliões que eclodiam a cada momento no país. Com isto ele renuncia em 1837, ficando em seu lugar, o ultraconservador Araújo Lima, que organizou um movimento voltado exclusivamente para a anulação das medidas descentralizadoras; o movimento tinha como lema “Retorno à ordem” e com isto veio à promulgação a Lei interpretativa do Ato Adicional de 1834, suprimindo as conquistas liberais e recentralizando o poder. O governo de Pedro Araújo Lima é todo voltado para a implantação da reversão como já se disse anteriormente.

Decorre desse momento de cunho centralizador a aprovação no Maranhão da lei que ficou conhecida como a Lei dos prefeitos. Com isto, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo, que substituiu Bibiano de Castro da presidência propôs esta lei que o faz governar sozinho sem a participação dos juízes de paz, maior autoridade do interior. A Lei nº. 79 é de junho de 1838. Começa aí uma experiência dura e amarga que passa a viver aquele Juiz de Paz que marchou com força militar para Carolina, a nova, e chegando lá na companhia de homens armados, chama o povo à rua e profere um forte discurso subordinando a vila ao Governo do Maranhão e autoriza ao povo a plena desobediência às autoridades de Goiás.

A província agitou-se. A maioria dos Juízes de Paz, espalhados pelo Maranhão gravitava em torno da visão liberal e a Lei lhes tirava boa parte dos poderes. Ocorreu então, uma batalha no cenário da política.

O presidente Camargo na implantação dessa lei no Sul, não peitou de frente com o juiz de paz e filho de escravo Militão Bandeira, pois este, além de notável popularidade e influência política, tinha riqueza, liderança e personalidade forte. Assim, promoveu-o ao posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional e Juiz Municipal, de Órfão e interino de Direito, e indicou para prefeito de Pastos Bons, alguém que não fosse inimigo deste.

Fato é que em 13 de janeiro de 1839 o padre Antonio do Rosário Cardoso, pároco da Vila da Chapada é assassinado em sua residência por quatro soldados alegando os mesmo que assim o fizeram tal homicídio pelo padre ter resistido à voz de prisão. Poucos dias atrás, esse mesmo padre havia impugnado a candidatura de Militão ao cargo de juiz de paz da Vila da Chapada, argumentando que por lei, tal cargo não podia ser preenchido por Militão, porque mesmo alforriado, havia saído do ventre de uma escrava.

Os quatro soldados que diligenciaram o padre pertenciam à guarda particular do tenente Coronel Militão que por direito legal tinha sob o seu comando. Diante da evidencia de serem os soldados do comando de Militão, correu a notícia (espalhada pelos inimigos deste) de que o Tenente Coronel havia mandado matar o pároco por impugná-lo.

Mais de 172 anos depois de ocorrido o crime, até os tempos atuais, o caso não foi totalmente esclarecido. Na versão oficial como consta no ofício do “bem-te-vi” e juiz de Paz da Chapada João Paulo Cortez, datado de 14 de janeiro enviado ao Presidente da Província, do dia seguinte do crime consta que mandara diligência

para intimidar o falecido que era inimigo confesso de Militão, mais Manoel Antonio de Farias e Francisco de Freitas Solotto, para depor por motivos de rumores de que os dois últimos haviam sido encomendados para assassinar Militão, e vendo-se descoberto, o padre lançou mão das armas de um soldado e ao disparar nos outros estes lhe fizeram fogo de que lhe resultou a morte.

Noutra comunicação do Juiz de Paz do Segundo Distrito, Capitão Diogo Lopes de Araújo Sales, “cabano” e severo inimigo de Militão, ao presidente Camargo, relata que, como afirma Amaral (1900, p. 83-84),

É costume daquele Militão praticar iguais delitos mesmo dentro da vila, publicamente, com o maior escândalo, e sempre impune, e mesmo indo deste Juízo para aquela vila um assassino de um homem e uma mulher, com o competente sumário, ali foi solto sem o menor processo de justiça [...] É certo que qualquer devassa que ali se tira pelo juiz de paz daquela vila, será ele sempre absolvido, visto ser um miserável sapateiro que lhe faz às vezes de escravo, ainda mesmo no mais grosseiro serviço de sua casa. Pelo que rogo a V. Exa. Ponha seus olhos benignos na miséria deste país.

Ao que tudo indica, pelo que expõem as duas testemunhas oficiais, estava armada com artimanhas a trama oficial do evento. Certo é que documentalmente é pouco provável saber qual dos dois, Camargo que era presidente da província ou Militão com astúcia montou o teatro e a armadilha. Camargo havia como tática, nomeado Militão com a patente de tenente coronel, como início de uma estratégia para ir minando o seu poder e popularidade. Acusá-lo como mandante da morte de um padre, seria algo que em muito reduziria sua popularidade. Ou se tudo corresse bem, com esse golpe poderia eliminá-lo de uma vez.

Inimaginável que Militão utilizasse seus soldados domésticos para a execução do crime, logo após poucos dias da apelação do padre. O Tenente Coronel se desejasse executar o padre, pela cultura sertaneja, esperaria o momento exato para o crime. Ademais poderia contar com inúmeros matadores dos quatro cantos da Chapada sem comprometer sua guarda pessoal – já que era mestre em jogar o jogo político. Por outro lado, não estaria fora de propósito e sim em consonância com o meio, se tamanha autoridade em seu excesso de arrogância e poder deixando de lado qualquer cautela e por pura prepotência, houvesse se extremado no costume da impunidade do poder e tenha, de fato, assassinado o miserável, o que pode muito bem ser factível.

Militão vai preso e transferido para Pastos Bons. Uma poderosa força ligada a esta liderança viaja para essa localidade invadem a prisão da comarca e solta os

presos e Militão. O mundo se mistura e se desorganiza no interior da experiência de uma nova ordem, a ordem da guerra. Difícil distinguir o que era mais particular na violência do que era geral na guerra da Balaiada, facções de todas as ordens; de quilombos a bem-te-vis se interpenetram na luta – sangrou a Província com o perecimento de milhares. Solto Militão, ele passa a sustentar e nutre os nervos da revolução.

Em três de março de 1839, outro presidente Manoel Felizardo de Sousa e Melo assume a Província (já se vivia em plena guerra da Balaiada). Militão se aproveita do momento que como disse João Lisboa (1969, p. 276):

É inegável, porém que o Sr. Felizardo prestou um imenso serviço quando no mais forte da crise se colocou no centro dos partidos, cerrou ouvidos a sugestões da intriga e da vingança, e pôde assim coligar e dirigir toda a força da sociedade legal contra a desordem, Ao homem particular rendemos esta justiça que por vezes fizemos ao presidente.(João Lisboa já no campo da “legalidade”,pois abandonara a ação revolucionária que lutou pra construir. Pra ele nesse momento – que mudara de posição – a violência já era “desordem” e não direito sagrado dos povos contra a tirania).

Viaja Militão para a Capital da província e aproveitando-se da contingência do tratamento que o presidente esta dando para as intrigas partidárias conforme Lisboa, e se entrega, mas ao que parece, esperava anistia pelo que constava nos autos do processo, ou por outra reconhecia o auto risco de vida que estava correndo em meio a tempestade. Preso, estaria de certa forma blindado temporariamente. O presidente aceita, e ele passa ao presídio com as regalias de tenente coronel com acompanhante militar, mais sem poder sair da capital. Mais tarde é recambiado em grande aparato de segurança de volta ao sertão para ser julgado em processo do crime na Chapada.

Esperava o então presidente João Antonio de Miranda que o notório julgamento do assassinato do padre envolvendo uma forte liderança da região serviria como exemplo para frear a onda de crimes, pois seria motivo de temor e mostra de que não havia impunidade para os mais destacados. O tiro saiu pela culatra – conforme o dito popular.

A popularidade de Militão impressionava a todos e fazia temeroso o seu grande adversário, Bento Moreira, que para o réu teria sido o executor da trama em cumplicidade ou não com o presidente da província. Comenta Coutinho (2006) que este comandante do destacamento usou de todos os meios e modos para garantir a condenação de Militão. E que exerceu pressão sob o júri em veladas intimidações e

que por fim fez explícita coação. Diz-se que a fragilidade do libelo acusatório era tanta que se concluíra por não haver nenhuma prova, e que parte das testemunhas arroladas se quer residiam na época do crime na localidade. Diz ele ainda que os fatos e a grande aclamação popular suplantaram o intento de Bento Moreira, e a vila entrou em festa por Militão que vencera a renhida batalha. É absolvido no ano de 1841.

Diga-se de passagem, para que não fique fora de sintonia o regional com o nacional que no período de 1841/44 o domínio nacional foi conservador e de 1844/48 o domínio foi liberal.

Afirma Flávio Reis (2007, p. 53) que ao fim da Balaiada a fragmentação das forças políticas era ainda maior entre os cabanos e bem-te-vis. Os bem-te-vis:

Tinham três facções fortes: os Franco de Sá (famílias de proprietários rurais de Alcântara); os Jansen Pereira (donos de terras e comerciantes em São Luís); a de Ângelo Carlos Muniz (grande proprietário). Do lado dos cabanos, o núcleo familiar mais importante era o dos Viveiros, comerciantes e fazendeiros de Alcântara.

É nessa quadra dos acontecimentos posteriores que faremos leitura do Relatório do Tenente Coronel da Guarda Nacional, Militão Bandeira de Barros ao Presidente da Província do Maranhão. O Relatório escrito em 26.04.1847. Portanto ao sopro do primeiro quinquênio liberal. No confronto das datas, o documento foi encaminhado ao Franco de Sá que era o presidente no momento e que como vimos acima era a mais forte facção dos liberais bem-te-vis. Até então o conflito do alto sertão entre Militão e Bento Moreira já havia passado por nada menos que seis presidentes da província.

O documento de seis páginas é uma peça de seu punho que faz uma síntese histórica do conflito na perspectiva pessoal, cuja introdução expõe o vexame de uma nova ordem de prisão assinada pelo presidente em razão da acusação de que Militão havia assassinado, por envenenamento, uma filha sua para se apropriar como herdeiro das propriedades que seu pai havia deixado para a menina.

Cartas vindas da capital enviadas de amigos se anteciparam em avisá-lo do mandato de prisão expedido, pelos motivos já exposto. Em sua defesa, Militão se apressa em relatório a dar conhecimento ao presidente da improcedência da acusação, certamente atribuída à conta de perseguição política por parte de adversários que teimavam em lhe imputar a autoria de fatos delituosos:

Ilmo. e Exm^o Senhor.

Achando-me neste lugar formando o meu novo estabelecimento, recebi cartas dessa Capital em cujas me avisa de que V. Ex.^a dera ordem ao delegado desta vila para me prender, a meu genro o Cap. Manoel Mariano Bandeira da Gama, a meu cunhado o Alferes Manoel Garcia de Souza, e mais pessoas e que nos fizesse processar pelo falecimento de uma menina que criei, e casei com Manoel Esteves da Rocha e que dera mais ordem para Caxias e mais pontos próximos que a qualquer movimento fizesse marchar força para a Chapada.

Esta ordem Exmo. Senhor Não pode ter nascido senão de acusação caluniosa e inexata nascida de meus inimigos que já de anos trabalham para perder-me, e já de muito o teriam conseguido se eu não tivesse me conduzido com moral e prudência porque desgraçadamente o governo sempre vive iludido a respeito dos negócios desta Comarca, porque substituem a mentira pela verdade. Roubam a correspondência das autoridades, substituem-se esta por outra como a pouco se praticou comigo, e porque vi em apreço nos periódicos as respostas... Ao que não redigi, e, no entanto releve V. Ex.^a que lhe relate a marcha da entrega desde 1839: Neste ano fui prezo dentro da Vila acusado por assassinato do padre Antonio do Rosário Cardoso. Atiraram contra mim um processo oculto fora da vila com testemunhas supostas e outras habitantes a 3 léguas fora do termo e fui retirado de improviso para Pastos Bons em cujo lugar rebelando-se o povo fui solto pelos empregados e na ocasião fui visitado pela força rebelde para me unir a eles o que não aderi e vim para a Chapada onde achei João Bento Moreira e Martiniano José Moreira de posse de vários objetos de minha casa sem que até hoje os tenha querido me entregar sendo isto o motivo de me quererem assassinar. Assim estive sem que com a minha estada perturbasse o sossego de hum só de meus inimigos, e embarquei para a Capital onde me fui apresentar ao governo que me mandou recolher. Se ou fosse homem de desordem, que melhor ocasião se me oferecia para a vingança porem pelo contrário procedi e sabendo que tinha de ser preso na Capital como fui. Em 1841 fui remetido prezo para ser julgado na Chapada e os meus inimigos que se achavam no poder formam outro processo e sendo submetido ao júri fui absolvido (APEM. Setor de Avulsos. Fundos da Secretaria do Governo. Série: Correspondência da Guarda Nacional. 1845 – 1848).

É de se perguntar: Porque um bem-te-vi de Alcântara na presidência despacha uma ordem de prisão contra um bem-te-vi da Chapada sem que se tenha uma sindicância no âmbito militar ou julgado em processo? Antes de se indagar sobre uma resposta que seja plausível, veja-se o que diz o presidente e autor da ordem de prisão Joaquim Franco de Sá em 1847:

Na comarca da Capital e a Oeste da Província é satisfatório o estado público por este lado; [...] O mesmo, Senhores, não se pode infelizmente afirmar das **comarcas do Sul; sobretudo da Chapada**, os sagrados direitos da humanidade não tem encontrado ainda nas leis, e na força das Autoridades quase nenhuma proteção: o terror tem sido até hoje o estado ordinário dessa **infeliz porção da Província**, a violência e o assassinato quase o único meio de influencia e dominação. [...] **Espero que com as últimas providências**, e constante atenção do governo Provincial, terá de melhorar consideravelmente a segurança individual **nesse ponto, o mais obscuro sem dúvida da Província**. (GOBAL RESOURCES NETWORK, 2010, [on-line] - Grifo nosso).

Para melhor ajuizar o conflito buscaremos uma outra representação anterior a esta de Franco de Sá, escrita em 1819, pelo Major Francisco de Paula Ribeiro, comandante do destacamento de Pastos Bons sobre o Sul do Estado a qual se reporta Franco de Sá. Trata-se de um longo texto com o título: Descrição do Território de Pastos Bons – a região da Chapada ficava no interior desse território, pois ainda não estava desmembrada, o que é demonstrado por Ribeiro (2002, p. 112):

Finalmente, **entre os povos sertanejos que conhecemos, é esse o menos desumano.** Por maiores que sejam os despotismos que se lhes faça sofrer, não conhece como recursos contra as intrigas nem as representações populares; e temos observado que se algumas vezes aparecem dessas produções, não é porque ele entre nelas, é, sim, porque sucede ali, em proporção, o mesmo que acontece nesta capital ou em qualquer outra parte **onde haja meia dúzia de intrigantes rábulas com algum dinheiro que, lá para seus instintos sinistros fins particulares, façam figurar o miserável público como testa-de-ferro sobre objetos de que ele não se lembra,** e que nem ao menos conhece, porque **são na maior parte fantásticos.**

Duas visões distintas. A Chapada para Ribeiro (2002) é o mundo sertanejo menos desumano que ele conhece – isto é anterior aos grandes conflitos; grandes fazendas, largos espaços e continua:

Seus habitantes [...] não tem contudo de si mesmo, por influencia de uma índole má, maiores defeitos que escandalizem a humanidade, passados que sejam alguns momentâneos acessos de furor [...] porque enfim são de uma condição dócil, hospitaleiros, agasalhadores, e tratam os passageiros, de quem sempre têm concorrência com agrado próprio sim de sua rusticidade grosseira, porém sincero e de boa-fé (RIBEIRO, 2002, p. 111).

Duas visões da Chapada, uma “quase” sem violência e a outra marcada pela extrema violência. Uma e outra, escritos oficiais do Estado; uma do topo do poder, a outra, um espia oficial na fronteira do domínio ao Sul. Ribeiro descreve o Sul ocupado pela frente pastoril tal qual ele a encontrou, virgem por assim dizer da influencia da frente litorânea e seu governo. Uma população distinta cujas relações mais profundas ainda eram com a Bahia e Pernambuco. O firmamento das relações desta rede mesmo ríspida ao exterminar índios (grau de violência dos colonizadores) permitia fluir e prosperar os habitantes da região recém-ocupa de tal forma que o

grau de violência não obstruía a apropriação dos recursos naturais e nem o fluxo da auto-suficiência das atividades ganadeira.

Nem mesmo o ofício de 1815 do então governador do Maranhão, Paulo José da Silva Gama dirigido a Francisco de Paula Ribeiro contendo longas instruções para que o mesmo na condição de chefe da comissão demarcatória dos limites entre Goiás e Maranhão ao tratar da população, afirma “em toda a sua marcha [...] aproveitara todas as ocasiões para explorar [...] a sua diversidade de braços que se intrometem por aqueles sertões, [...] a qualidade dos terrenos, as povoações que se descobrirem e todos os vestígios notáveis”, e assim não antecipa visões mais graves do Sul (APEM. Objetos Diversos: 1814-1816 (Códice 05, Doc. 755).

Para além do litoral e do sertão, as duas regiões haviam praticado violências ao extremo na matança e escravização dos índios e mais tarde negros. Claro está que o litoral recebera um lustro a partir da implantação do projeto Pombalino. Resultando daí a distinção material e imaterial entre as duas frentes.

Infere-se, portanto que a representação taxativa que os nortistas do litoral construíram sobre o Sul decorreu das violentas lutas pela independência e da revolução da Balaiada. O terror foi praticado tanto no Norte como no Sul, porém a ameaça de tomada do poder veio do Sul. A derrota nestas lutas e o não empoderamento do Sul na participação do governo da província resultaram na luta fratricida entre os líderes da região Sul pelos diminutos cargos do poder local.

Os arroubos de paladino da lei contra o Sul comunicado em seu Relatório ao seus pares da Assembléia, especialmente “com as últimas providências e constante atenção do governo” como consta na fala do presidente parece ser de fato, os mandatos de prisão expedido contra os Bandeiras. As impressões construídas sobre o Sul no período de 22-41 acentuaram ainda mais as diferenças no interior dos próprios liberais, onde Bem-te-vi prende Bem-te-vi.

Os inimigos de Militão, João Bento Moreira e Martiniano, líderes também – pelo hábito da região – se apossam de parte dos bens do inimigo antes mesmo que ele se dê por totalmente eliminado, como argumenta o réu em seu Relatório. Não se dando por vencido, Militão reclama a devolução de seus bens. Não atendido ele não se acovarda e protocola a denúncia contra os irmãos Moreira. Foi o suficiente para sofrer um atentado de assassinato no final de 1841 do qual consegue escapar do matador e que era pessoa muito próxima e ligada aos Moreira. O autor dos disparos, Lourenço Martins Jorge é preso e em seguida condenado pelo júri a “vinte anos de

galés”. Mas, o sentenciado foge da cadeia e poucos dias depois passa a andar junto com as próprias autoridades da vila em um total desrespeito e afronta à Lei.

Diante disto e pelo perigo eminente decidem os Bandeira a arribar da vila para lugar distante – aonde somente ia ali quem tinha negócios – isto feito como forma estratégica de se protegerem. Deram o nome da nova morada de Leopoldina. É deste lugar que Militão principia o relatório que escreve em 1847 ao presidente. Esse afastar-se, mudar para lugar ermo sempre foi da ancestralidade dos sertanejos, mediante a ameaça do perigo, como afirma em seu relatório: “[...] neste lugar só povoado de gentio... tratei de criar uma povoação para onde conduzi algumas famílias e para formar um asilo mais seguro a minha pessoa e me por independente às intrigas da Vila” (APEM. Setor de Avulsos. Sec. Do Governo. Série Correspondência da Guarda Nacional, 1847).

Mas quem era João Bento Moreira e Martiniano? Os inimigos mortais de Militão. Este esclarecimento é dado por Parsondas de Carvalho (1902), conforme publicação no jornal *A Pacotilha*. Diz ele que os dois eram filhos de Bento José Moreira que chegara ainda jovem em companhia de seu pai um comerciante natural de São Paulo; casou João Bento cedo com uma rica fazendeira de Pastos Bons que era sede da comarca a que pertencia a Vila da Chapada e com ela teve sete filhos; Martiniano e João Bento eram os dois primeiros filhos dos “Moreira”.

João Bento Moreira era (cabano sectário) e subprefeito de Pastos Bons colocado pelo presidente da província como estratégia para que assim que a conveniência permitisse removeria o Prefeito (saquarema moderado) e empossava João Bento Moreira que no seu entender seria o homem capaz de enfrentar Militão. Sendo instruído e apoiado pelo governo da Província, João Bento Moreira partiu para o ataque, fora uma voz legalista durante o período do protesto armado contra a Lei dos Prefeitos; este combateu fortemente os Bem-te-vis, em especial Militão por ser o chefe do partido bem-te-vi na Vila da Chapada.

Prossegue Militão em seu relatório descrevendo ao presidente que num curto espaço de tempo sofrera quatro atentados de assassinato de sua pessoa, todos arquitetados pelos irmãos Moreira; alega que desgraçadamente “o governo vive iludido a respeito dos negócios desta Comarca” e acrescenta que mesmo se afastando da vila, os Moreira querendo se aproveitar do conflito que corria o país, informou ao governo que seu retiro era um núcleo de rebeldes com mais de duzentos homens, que se reunia ali para fins “sinistros”; o que o governo autorizou

uma revista à Leopoldina pelas tropas sob o comando dos Moreira. Era a ocasião de alegar reação e assim assassinar o chefe da Vila. As espias de Militão na Vila e nas estradas participaram do que estava sendo armado na vila, a tempo do mesmo fugir para a Capital, onde em audiência com o governo a revista fora suspensa. E diz textualmente:

De 1844 e 45 passaram a perseguir-me com assassinos de que com precaução sempre me fui livrando, sem que eu em nada os incomodasse nem ao menos mais em procurar o que me devem a fim de ver se com o tempo e o meu obrar desistam de suas pretensões, porém foram baldados os meus passos que em fevereiro de 1846 fui apunhalado por três indivíduos [...] os 3 todos por mandado de João Bento Moreira.

De toda a maneira, o recuo adotado como estratégia vinha dando efeito a intrépida ação dos inimigos. É percebido que Militão agia em sintonia com a gangorra da política partidária na província decorrente dos acontecimentos em alternância no Rio de Janeiro.

Contudo, ainda no final de 1847 assume o vice-presidente Dr. Carlos Fernando Ribeiro, médico e agrônomo, também filho de Alcântara. Essa troca na presidência alterou completamente a correlação de força da luta judiciária e política a favor de Militão. O novo presidente decide por apurar minuciosamente o caso, por ver em Militão um baluarte da resistência liberal no Sul da província.

Fica comprovada a contradição nos autos. Em documentos é o próprio Militão que da prisão pede ao pai para deixar algum bem de raiz para sua filha adotiva, por ver seu futuro como algo incerto, pois uma vez preso, sentia não poder garantir o futuro da filha, se algo grave viesse acontecer. E esclarece que o amparo da filha legítima ela já o tinha feito legalmente. E assim em desacordo com a denúncia, e por haver farta documentação e testemunha de toda uma vida dedicação dadas as duas filhas. O processo foi arquivado. Vence a peleja o Tenente Coronel, mas a botija da guerra ficara para as gerações posteriores da Chapada. Ainda nos reportando ao relatório ele diz encerrando-o:

V. Ex.^a poderá conhecer que me conduzo com moral porque pelo contrário já algum deles teria tido fim, que se os mais tem meios de o mandar fazer que não estão em minhas circunstâncias a mim sobrarão me os meios porém falta-me a prática e só me limito a defesa o que sempre tenho feito; e é o que continuarei fazer em quanto o atual delegado que não tardará que com sua pratica não conheça o governo a escolha que fez; não me oculto de crime nem das autoridades, oculto-me e defendo-me de assassinos. Que V. Ex.^a com conhecimento de causa me faça a justiça que mereço. Deus guarde a V. Ex.^a, Leopoldina 26 de abril de 1847.
Militão Bandeira Barros, Tenente Coronel agregado à Chapada.

Informa Parsondas de Carvalho (1902) que:

Militão era liberto possuidor de grande riqueza e de maior talento. Gostava da leitura, amava os livros e tinha-os em grande quantidade. A literatura e a jurisprudência eram bem representadas em sua casa. Fizera-se advogado, não para viver disso, mas conveniência partidária e interesse próprio, nas muitas questões em que andou envolvido. Grande corpo, cor quase preta, fala mansa e insinuante. Era dissimulado e astuto. No íntimo desse homem civilizado, havia, dizem os que de perto o conheceram, péssimos instintos (Jornal A Pacotilha, 21.01.1902. Biblioteca Benedito Leite. São Luís – MA).

Como acréscimo vale demarcar que a derrubada dos liberais em 1848 registra o início do predomínio dos conservadores por um longo período na política imperial.

Anos mais tarde, em 1855 Militão no leito de morte, exânime em suas últimas palavras reclama aos amigos do seu pesar de não deixar alguém capaz de substituí-lo no trabalho de derrubar os Moreira. Um seu aprendiz retirante piauiense criado desde menino pelos Bandeira mesmo não sendo da família foi seu secretário particular que havia recebido durante anos orientação do mesmo para advogar no foro da Vila da Chapada (hoje Grajaú). Este jovem, quando ainda em vida do padrinho, se afasta dos liberais passando para as fileiras dos conservadores. Seu nome era Francisco de Araújo Costa que muito rapidamente passa a liderar os conservadores. Com isto os Moreira, como afirma Carvalho (1902), terminam se ligando ao partido liberal e se tornando seus chefes políticos no Grajaú.

Em contrapartida a Francisco de Araújo Costa, assume a chefia dos Moreira o Capitão Leão Leda, em decorrência do falecimento do coronel Francisco Moreira; jovem educado na Capital, altivo e rico. Os dois seriam os principais nomes que passariam a receberem os créditos da extrema violência que viria ocorrer em Grajaú e que se arrastará até o advento da República, configurada no conflito denominado A Guerra do Leda, com trágicos resultados para a população de Vila da Chapada e de grande parte do sertão. Isto é, a violência se estendeu desde Aldeias, até alcançar os extremos Sul e Sudoeste do Estado do Maranhão.

Dois livros escritos em datas diferentes que tratam dessa violência, “A guerra do Leda” de Parsondas de Carvalho (1902) e “A esfinge do Grajaú” de Dunshee de Abranches (1940). Nos dois autores transparece a defesa dos liberais sob o comando de Leão Leda. Embora a posição de ambos os autores possa ser justa,

como pelo menos até onde se sabe, não houve outras reflexões sobre o tema, de sorte que não há parâmetros para um contraponto.

Interessante notar é que a primeira armadilha em que cai Leão Leda, em muito se assemelha em astúcia com aquela utilizada na cilada armada para Militão. É essa intriga que vai gerar os novos enredos das décadas seguintes, o que se apresenta como uma espécie de círculo vicioso quanto ao que se refere às manobras políticas com o intuito de sempre evocar, por palavras e/ou por atos, os benefícios da lei em favor do demandante.

Duas questões são relevantes para uma leitura das representações do Sul: a primeira é que as redes de poder das famílias gravitavam na organização do processo produtivo na sua forma mais clássica, produção x distribuição x consumo quase que de forma independente da presença do Estado; a segunda é que o realinhamento do poder para além do espaço local implicava outra complexidade.

Para análise inicial desse quadro em que duas famílias em luta na busca de ascendência, disputam e caracterizam toda uma região, por convergir na sua ação política e militar, as possibilidades do poder, pois de acordo com Richard Graham (1997 p. 27-35):

O poder das famílias tem suas raízes em um sistema social antigo, que remetia aos primórdios da colonização, embora seja claro que, ao longo do tempo, as redes familiares foram se modificando. A família é uma instituição que vai se transformando, lenta e gradualmente, nas suas práticas sociais, e era vista como unidade básica da ordem política.

.....
As famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar sua propriedade, e, ao longo de várias gerações sucessivas, famílias bem-sucedidas acumulavam recursos significativos. Os vínculos que levavam homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos e através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias.

Afora as derrotas acumulada desde a independência ate a Balaiada, o máximo de avanço político ficara no campo institucional quando “o cristo do Grajaú”, leia-se, Francisco de Araújo Costa, que por pouco tempo foi presidente da Assembléia da província. De resto, o máximo de composição de poder que se verificava na Capital, era consigo mesma, ficando de fora de tais composições, todo o restante da província, de resto, sempre lembrada no momento da busca do poder, mas sempre esquecida no momento da divisão dos louros de possíveis vitórias.

A presença portuguesa na capital fora o fator de maior impedimento da ascensão do Sul em se coadunar com o Norte nos interesses particulares junto às necessidades políticas em vigor. Haja vista que o tom dos empenhos envolvidos para compor o governo não era resultado da negociação entre o Norte e o Sul; as famílias ricas do Norte disputavam entre si para sentarem à mesa com os Portugueses, presença marcante na província. Em sendo assim, o atraso da tomada da capital na independência pelas forças do Sul, entre outros fatores, se dava pelo marca-passo do alinhamento das elites que funcionou como um freio que obstruía um e outro ator no teatro da negociação do poder; nesse momento o almirante inglês fez as mesmas funções de obstrução da mesma forma como funcionava os portugueses e as famílias ricas na ilha.

De certa maneira igualmente foi o vagar da revolução da Balaiada, sua unificação se deu pela lenta sutura das forças internas em formar o conselho de guerra e pelo abandono da luta pelos participantes da capital por serem homens de imprensa e legalistas que não maneжaram a violência da guerra para romper o ciclo de aço entre as famílias portuguesas e maranhenses, aproveitando momentos importantes em que este ciclo ficou paralisado de pavor aguardando o golpe de minerva.

Há que se destacar que o “mata marinheiro” sintonizou, ao que parece, aos independentes republicanos e ou monarquista a clareza do entrave do poder na estratégia do jogo jogado, pois diante da questão internacional, e somente aí poderia rachar o ciclo “matando os portugueses” e passar a ter como aliado as famílias ricas da capital, eliminando claramente o inimigo que por tabela impedia o Sul da aliança de poder com o Norte.

Essa visão captada no interior do concreto pensado da prática, ao que parece escapou à historiografia tradicional que aponta como razão direta dessa palavra de ordem, o furor da brasilidade e o arrojo do nativismo¹¹, já amplamente desenvolvido no amplo domínio sertanejo. Há já no povo dos sertões, um sentimento territorialidade, de pertencimento à terra, um sentimento de brasilidade.

Avançando um pouco mais, no Maranhão antes e depois da adesão à Independência, das cinco Juntas Provisórias para administra a província, todas elas

¹¹ Necessário lembrar a forte insistência nos dois anos que antecede a independência, 1821/22 para que fosse realizado o ato simbólico em todos os lugares onde os mais honrados da sociedade jurassem, em espaço público a Constituição portuguesa.

tinham representantes que almejava manter o predomínio dos Portugueses no Maranhão.

De todos os lados, de Norte a Sul, a metáfora de Schwartz (1979, p. 292) despacha imagens que supomos apalpar a realidade da época ao traduzir a administração dirigida pela metrópole bem como aqueles meses de condução da guerra como “um complexo sistema de veias e nervos criado pelos relacionamentos primários interpessoais baseados no parentesco, amizade, apadrinhamento e suborno”.

3.3 A botija da guerra

A violência foi a botija, o prêmio recebido pelo Sul, herança de todas as guerras, de todas as pelejas das lutas sociais, indígenas e político-partidárias na reconfiguração do espaço pelo Estado. Essa operação exigia a fusão de redes distintas e que, portanto, prescindia de uma estância de poder com participação daqueles que haviam estabelecido os firmamentos da rede mercantil do Sul. Este esforço debalde, consignado desde a Independência até a República, se constitui na gênese do movimento separatista dos tempos atuais.

Não por acaso, um dos líderes dos bem-te-vis na Capital, João Francisco Lisboa, defende publicamente a violência apoiando-se num aporte historicamente já consolidado. Referencia seus escritos com autores que tratam do tema, como Pero Vaz de Caminha, Claude d’Abbeville, Gabriel Soares Moreno, Hans Staden, Aléxis Tocqueville e outros, desde a violência praticada com os índios, ao seu tempo, às que o vento vinha soprando do Sul para o Norte. Sobre os primeiros faz concluir:

À vista de tantos fatos, atestados por tantos autorizados escritores, que os nossos antigos selvagens eram não somente um povo bruto, feroz, cruel e sanguinário, senão indolente, inerte, profundamente corrompido, dado à devassidão, e já entregue no meio daquela branca barbaria e todos os vícios e torpezas da mais refinada civilização tiberiana (LISBOA, 1990, p. 97).

Neste contexto, ele acata que a violência foi cometida em nome da civilização, foi algo necessário e que os fins justificavam os meios, a “vitória do

arcabuz e da espada” em confronto com o “tacape e a flecha” foi benéfica por permitir nascer uma “nação grande, civilizada e hospitaleira” e que diante destas “miseráveis aldeias” a civilização jamais poderia “cruzar os braços”, e completa “de resto, o que se observa na América do Norte, o que se observou nos primitivos tempos da conquista, observa-se ainda hoje, e entre nós, isto é, a invencível antipatia dos selvagens para com a vida sedentária e civilizada” (LISBOA, 1990, p. 113).

E quando fala dos “civilizados” reclamando da administração destes, afirma Lisboa (apud CARVALHO, 2000, p. 121): “Receais a guerra civil e não existe ela já quando se assassina e os matadores à frente da tropa estão ainda brandindo os punhais ensangüentados? (na região Sul) Não poderá ela acaso rebentar do criminoso abandono em que se deixa uma população inteira?”.

Mais tarde, ao abandonar a política provisoriamente ao sentir o tremular do conflito armado da Balaiada, volta atrás sobre a violência e da razão ao poeta Gonçalves Dias em reconhecer que houve excesso e que a senda assassina já acompanhava os portugueses de outras plagas.

Já vimos em páginas anteriores alguns aspectos da população do Sul do Maranhão, colhidos e descritos resultado da longa permanência e observação de Paula Ribeiro (2002) no tocante a alguns aspectos da sociabilidade do sertanejo desta região não muito diferente do que também ocorria em outras partes do Brasil onde o Estado não se fazia presente. Afirma ele que a população não é proporcional à área ocupada por serem seus campos repartidos em fazendas de gado e que estas fazendas ocupam áreas que tem entre si uma média de três léguas e meia “e não admitindo cada uma dela mais do que as poucas pessoas necessárias ao seu fabrico, é muito diminuto o número que por este lado importa no seu total de habitantes” (2002, p. 111) e acrescenta ainda que os nascidos no distrito em grande parte são rústicos e brutais, mas que não comportam nenhuma índole má, passados que sejam alguns momentâneos acessos de furor.

Detalha que muitos dos mais ricos dali não deixam de viver quase nus em camisa e ceroulas de algodão grosso confeccionada em casa e de comer ou dormir no chão sobre o couro seco de um boi. Ressalta que esse povo sertanejo, por maior que seja o despotismo que se lhe faça sofrer, não conhece como recursos contra ele as “intrigas” nem as “representações populares”, ou seja, desconhece a Lei e os procedimentos mínimos necessário para usá-la como instrumento regulador da

sociedade – além do que o costume e o hábito de como resolver as diferenças na região esta presa na tradição de uma outra rede de relacionamento e por outra, para usar deste recurso implicaria viajar mais de 100 léguas até Caxias, único lugar contendo Comarca. O que levaria meses o uso deste recurso. Além do que teriam que se afastar por muito tempo para acompanhar processos o que implicaria abandonar seus afazeres diários necessário à sobrevivência.

A fragilidade do pouco equilíbrio que ali existia entre as famílias estava pautada na honra e no compromisso. Afora isto, tudo ali é resolvido no pouco diálogo, renegociados em novos compromissos. Quando não há acordo – se resolve na “peita” usa-se a violência para zerar as divergências, sem os recursos das “intrigas” ou os subterfúgios da Lei. Conhecedor destes costumes, Ribeiro (2002, p. 145) comenta com pesar que “a mais pequena das suas intestinas diferenças, à qual uma providencia pronta, se a houvesse ali, poderia logo ocorrer e prevenir funestas conseqüências”. Supõe estas medidas como forma de prevenir, proteger o maior patrimônio cultural do sertanejo, como lembrou Astolfo Serra (1946, p. 43) “A honra é o patrimônio maior do sertanejo. Para lavá-la só sangue, para repará-la só a morte”.

Para o sertanejo era quase impossível a transição desse firmamento de sua rede cultural e a delegação de poderes para o Estado que respaldado pela Lei e na autoridade estabelece a justiça. Historicamente essa sociedade conhecia na prática que tal preceito era um jogo que resultava num despotismo e a autoridade resvalava em impunidade.

É possível entender que somente as lideranças dessa rede supunham poder transportar de forma confiável essa herança, fazer o descentramento para o interior de uma rede mais ampla com outro “poder disciplinar”¹² pelo impulso das lutas travadas e já expostas. Lutas estas carregada de um patrimônio fundido no espírito de autonomia que parecia esta contemplada em palavras de ordem como

¹² Sobre o “poder disciplinar”, trata-se de um termo utilizado por Michel Foucault no interior de vários estudos ao buscar uma genealogia do sujeito moderno, onde ele destaca esse novo tipo de poder e que segundo ele se desdobra mais que rapidamente ao longo do século XIX. Cujo objetivo deste consiste basicamente em manter as atividades, as vidas, o trabalho os prazeres e infelicidades do indivíduo, bem como também sua saúde moral e física e sua vida familiar sobre total controle e disciplina executado pelo poder e das redes montado pelos regimes administrativos (cf. Stuart Hall, 2006, p. 42).

“república”, “independência”, ou mesmo termos como “liberdade”. Afinal estes termos obtiveram sentidos diferentes em distintas regiões do País.

O foco principal de poder na província se definia, naquele momento, pela correlação de força entre as famílias ricas do litoral (Norte) e o seguimento dos portugueses ali também estabelecidos (e nesse ponto a rede construída por esses dois seguimentos compunha uma mesma relação). O Sul (pelas derrotas) havia ficado a meio caminho e que, portanto, passaria a ser apenas forças complementares. De alguma forma esta é parte da razão porque o presidente da província demonstrava estranhamento em sua fala perante a Assembléia, sobre a segurança pública no restante da província:

Senhores, não se pode infelizmente afirmar das **comarcas do Sul; sobretudo da Chapada**, os sagrados direitos da humanidade não tem encontrado ainda nas leis, e na força das Autoridades quase nenhuma proteção: o terror tem sido até hoje o estado ordinário dessa **infeliz porção da Província**, a violência e o assassinato quase o único meio de influencia e dominação. (Relatórios e falas do presidente das províncias (GOBAL RESOURCES NETWORK, 2010, [on-line] - Grifo nosso).

A percepção das representações do presidente esta pautado única e exclusivamente no poder disciplinar, é que esse hibridismo, ou seja, a fusão entre diferentes tradições que estava ocorrendo, deveria ser tratado com a mesma correção. Desse modo na sua leitura não há espaço para a impureza, a mistura e assim nem para a transformação. Demonstra ele, em sua fala o sentir-se ameaçado pela presença da outra cultura em seu absolutismo étnico. Nesse discurso de permanência não há espaço para moldagem e remoldagem, o Norte permanece o mesmo ossificado no mesmo núcleo duro de uma rede obsessiva pela exportação beirando a crise interna em que se forjara. Se o discurso é uma forma de construir sentido e solidariedade, tal pronunciamento somente detectava e renomeava o Sul com aquilo que ficara como herança da guerra. A violência.

O Major Francisco de Araújo Costa (o líder conservador) se elege deputado da província em 1884. Recebera o título de “Major” pela liderança que exercia. Pela primeira vez tem Grajaú um representante. Reelege-se na legislatura seguinte, 1886/1887 e numa manobra interna dos conservadores se torna presidente da mesa Diretora da Assembléia. No ato de posse em 13 de março 1886, se apresenta com a

cabeça ainda enfaixada do tiro que tomou numa emboscada com o objetivo de assassiná-lo.

Ao sentar-se na Mesa Diretora ao lado do vice e do primeiro secretário, apelidaram-no com motejo de “Cristo da Chapada”, a razão dessa ironia, era que o presidente da mesa diretora teve dificuldade para assumir por receber forte contestação da plenária por se achar pronunciado em processo por crime de morte; os outros dois também se encontravam nas mesmas condições, por serem citados por desvio de dinheiro público. Por essa alcunha ficou popularmente conhecido na Capital da Província.

Quarenta e cinco anos depois a Assembléia continua palco dos mesmos depoimentos sobre a Vila da Chapada, como fizera o presidente da província em 47. Agora a Vila é a cidade de Senhor do Bonfim do Grajaú, criada pela lei provincial nº 1225, de 7 de abril de 1881, com a participação do esforço do Major Francisco de Araújo Costa. O deputado conservador Aristide de Lobão eleito em 1892 usa da tribuna para manter as mesmas denúncias de violência que há meio século se repete naquela região:

As victimas gemem, soffrem, desaparecem da sociedade dos vivos, os sicários ostentão as suas ensangüentadas façanhas, affrontão o pudor público acobertados com o manto da impunidade, da protecção dos liberaes do alto-sertão, da indifferença do governo. [...] scenas que espantão, que horrorizão. E mostrão a decadência, das nossas insstituições naquella **infeliz comarca**; mostrão que ahi só **imperava o punhal e o bacamarte**, que não há segurança pública individual, que nem mesmo a primeira autoridade da comarca se julga garantida diante dos faccinoras que, sedentos, ali levantarão as suas barracas de destruição e morte, (sic) (Anais da Assembléia Legislativa Provincial, 1892. – APEM, Grifo nosso).

Recém empossado na presidência da província, Dr. José Moreira Alves da Silva (28.4.1888 – 29.6.1889), dois meses depois recebe o dossiê do atentado de assassinato do Juiz de Grajaú e os jornais divulgavam diariamente que a cidade de Grajaú vivia uma verdadeira guerra civil com espancamentos, saques e mortes acontecendo em plena praça pública provocada pelos litigantes.

Em análise com assessores e lideranças conservadoras e liberais na busca de como dar encaminhamento para esta questão crônica, toda a conversa catalisou para a proposta similar a de como se vinha conduzindo aquela “infeliz comarca”. Fora sugerido,

A organização naquelas paragens, de um grêmio maísta¹³ sob a chefia do Capitão Alexandrino Ferreira Lima, que lhes disseram ser um matuto esperto e sagaz, meio liberal e meio conservador, isto é, comum de dois. Jogando assim com pau de dois bicos, esse novo chefe iria marombando e pescando adeptos nos dois grupos irreconciliáveis de Araújo Costa e Leão Leda até que, de posse de todas as posições oficiais, pudesse [...] garantir ali de vez a ordem e o prestígio do governo dominante (ABRANCHES, 1993, p. 52).

Sem estudo ainda completo de Grajaú o presidente escolheu outra estratégia em função de outros pressupostos enquanto melhor refletia o caso. Para tanto convida um amigo de confiança pessoal para esse serviço e a ele declara que em sua opinião, no dizer de Coutinho (2006, p. 173 - Grifo nosso),

Os distúrbios dos altos sertões maranhenses não se lhe afiguravam simplesmente como o resultado único da exploração e manejo dos chefes dos partidos tradicionais da Província, ávidos de exterminarem os seus adversários e ficarem com o domínio absoluto naquelas riquíssimas paragens. **Dentro da questão partidária, deveria fatalmente existir uma questão regional.**

Essa visão do presidente Dr. Moreira Alves destaca pela primeira vez a questão regional. Com isto nomeia um novo promotor público de sua confiança para Grajaú, pessoa de espírito aberto, dinâmico na lida com conservadores e liberais e que em confiança, o presidente lhe declara, segundo o próprio Abranches (1993, p. 56):

aquela gente há de convencer-se de que não estou aqui no Governo para servir aos ódios e vinganças de um Araújo Costa ou de um Leão Leda, os dois régulos do Grajaú, mas, sim, para restabelecer ali, custe o que custar, a ordem e o domínio da Lei e da Justiça.

Debaldes foram todos os seus esforços. Dessa experiência ficou o livro *A esfinge de Grajaú*. A questão se revestia de elementos para além do regionalismo. Ou seja, as questões de ordem local reproduziam na micro-esfera, o que também se passava em nível macro.

O modo de utilização do poder público em sua composição e sustentação político-partidária na composição de alianças não estava em dificuldade e nem estava em questão. A crise – neste caso – era do sistema político que concentrado

¹³ José da Silva Maia, filho de Alcântara, médico e bacharel em Letras e Ciências, governou o Maranhão em 1869 e por falecimento do titular em 1870. Como médico criou fama de miraculoso; ingressa na política em 1846 e em 1862 refunda o Partido Conservador em oposição ao de Franco de Sá.

no Norte não conseguia absorver para o centro a crescente demanda em competitividade intra-oligárquica que vinha do Sul.

Em não ocorrendo à expulsão dos portugueses, em não conseguindo instalar uma República, em não conseguindo o domínio separatista e criar a República de Pastos Bons, as dissidências partidárias dos bem-te-vis não alcançaram construir uma forma alternativa de poder e lideranças com a sua base, caindo, portanto nas mesmas práticas dos conservadores através de conseguir benefícios e nomeações para as regiões que representavam. Essa forma clientelista servia à reprodução da oligarquia e à perda de identidade política que para o povo era tudo a mesma coisa: troca de favores.

A prova cabal no Maranhão é que todos aderiram à forma política republicana sem nenhuma contestação. Foram-se as instituições degeneradas e, no entanto, todos os corruptos permaneceram estáveis em seu adesismo. O que se poderia denominar de desejo de pacificação e unificação, fecha os olhos aos meios utilizados para alcançar tal fim.

No final de 1899 um líder que se forjou na Chapada, membro do Partido Federalista, Jefferson Nunes, na intenção de ampliar seu raio de ação política, escreve a um seu amigo de Grajaú a convite,

Sr. Nicolau

Embora sem título algum para lhe exigir favor todavia tomo a liberdade de convidalo (sic) a tomar parte no trabalho que estamos empenhado para passificar [...] o sertão.

O governo autorizou o capitão Bibiano para organizar (sic) dois batalhões patriotas e então lembrei-me de sua digna pessoa para commandar um dois batalhões, percebendo o mesmo vencimento que percebe os capitães da polícia. O capitão Bibiano garantiu-me que lhe nomeará capitão no dia que vocemecê aqui chegar. Quer apenas que o amigo se apresente com uma diferença no sobrenome que é para não ser ele censurado. Finda a revolução o amigo poderá ficar como oficial ou ao contrário eu garanto-lhe dar um abono para o amigo negociar.

Certo de que o amigo não deixará de postar seus serviços a cauza glorioza que defendemos desde já agradeço-lhe e o espero como sem falta.

Sou de vmc. Amigo, obrigado e criado. (NUNES, apud COUTINHO, p. 280).

O líder estadual por esse tempo do Maranhão era Benedito Leite que colocou João Costa no governo do Estado (1898 – 1902). Jefferson Nunes, autor do bilhete citado tornara-se – com o apoio de Benedito Leite – líder na região da chapada com o objetivo de caçar Leão Leda que fora acusado de mandar assassinar o promotor da cidade Estolano Eustáquio Polary, (16.8.1898). Leão rebate as acusações e reagem militarmente em luta aberta e, com força menor recua da luta, Jefferson

Nunes que novamente solicita do governo uma força maior e mais equipada pelo governo e novamente sobe ao sertão e se retoma a luta. A batalha é travada e os homens de suas várias propriedades não são suficientes. Leão Leda termina por desistir e se retira para Goiás com aqueles que faziam questão de segui-lo.

As tropas legalistas depois da expulsão de Leão, permaneceram por muito tempo em Barra do Corda, onde continuaram praticando a mesma violência da guerra insistindo nos desmandos e arbitrariedades com a população. O governo retira as tropas.

Em suma, estava encerrada a longa batalha destes litigantes. Abranches (1993, p. 210) ainda se reporta a estes homens, da seguinte forma:

Os ânimos mais indomáveis e menos transigentes como Leão Leda, Carlos Leitão, José Dias e outros caudilhos valorosos, empreendiam, afinal, a sua ambicionada marcha para o Alto Araguaia onde não seriam mais felizes e veriam uma vez ainda malogrados os seus sonhos fantásticos de fundar um Estado Livre e Independente, aliado do Brasil, no qual a Justiça, a Lei e o respeito à vida e à propriedade fossem uma verdade!

Novamente em menos de dois anos, em 13 de março de 1901, a população indígena Guajajaras de Grajaú e Barra do Corda inicia um levante e extermina a vários missionários e populares ligados aos padres e ocupam a missão do Alto Alegre, numa revolta contra os maus tratos das missões para com seus filhos. Calculam em 200 os números de mortos da missão. Do lado oposto, os índios perderam várias centenas, ou mesmo milhares, pois o governo fez questão de não oferecer os números.

O governo reage de pronto com um contingente em muito superior ao que combatera Leão Leda. Ninguém foi poupado à fúria avassaladora dos militares e populares nesta última bandeira que durara longos meses. A perseguição é implacável. Várias aldeias e acampamentos indígenas como “Lagoa do Cipó”, “Cocal”, “Muçum”, “Cana Brava” são exterminados ou parcialmente destruídos, O que sobrou eram restos famintos e mutilados, do êxtase da matança que nem os urubus deram conta. O grande líder dessa revolta, o tuxaua Cauré lamana (vulgo Caburé) muito tempo depois é preso e exposto publicamente pelos vários povoados e cidades por onde passavam. Morre na prisão, dois anos depois, barbaramente torturado. Era o troféu da botija!

3.4 A confluência das redes

Na abertura de seu ensaio, *Construindo uma nação no Brasil do século XIX*, Graham (2001), arranca velhas indagações para abrir as cortinas de seu ponto de vista. Alega a questão comparativa de saber por que a América espanhola foi fragmentada em 18 países e a América portuguesa não, permanecendo uma entidade única? Depois de manejar uma historicidade para esta questão e de revolver uma larga historiografia nacional e de não nacionais, Graham aponta o seu convencimento que se associa ao de vários outros historiadores: o de que a unidade do Brasil foi assegurada por “preocupações econômicas e sociais” (GRAHAM, 2001, p. 25), porém se distancia de Prado Júnior e Mattos. Do primeiro, por ter atribuído um vínculo direto a estes dois fatores; do segundo, por afirmar que fazendeiros e homens ricos das cidades, que para além do Rio de Janeiro foram cooptados a aceitar uma autoridade central.

Para o autor a ligadura, porém, se dera através da “política e da cultura política” que fizeram destes homens “agentes ativos do processo” enquanto influência das lideranças de outras partes do Brasil que apelam para uma monarquia legítima como forma de conter a forte onda de desordem social, e garantir que não haja perda das propriedades e demais interesses imediatos a proteger. A sutura para estas ações se dera no conjunto das vantagens especiais e individuais “que os homens prósperos distantes do centro obtinham do estado”. Segundo afirmação do mesmo autor:

A chave para se entender o comportamento dos poderosos locais residia no firme propósito de quase todo proprietário em formar a sua clientela. A partir de sua própria família, membros da casa, meeiros, negociantes [...] e seguidores de todo tipo, um fazendeiro ou estancieiro reunia aqueles que dependiam dele e ofereciam, em troca, sua lealdade. [...] Ser dono de vastas terras e de muitos escravos mostrava seu sucesso e ajudava a ampliar seu séqüito, mas o recurso crucial era sempre a lealdade dos outros. O seu projeto era também cultural. [...] O que poderia um governo centralizado oferecer àqueles que desejavam expandir sua clientela? Ser legalmente fortalecido em ser nomeado para uma posição oficial como autoridade local (GRAHAM, 2001, p. 35-36).

Além das nomeações de autoridade local, outros vínculos também consubstanciavam a sutura de poder local e o Estado, como bem mostra o ofício do

Tenente-Coronel da Guarda Nacional Militão Bandeira ao Presidente da Província do Maranhão:

Não tenho até hoje recebido resposta dos officios que dirigi ao antesseñor de V. Ex., sendo o ultimo de n 73 de dezembro do anno passado sobre os gentios pacificados neste termo, no lugar denominado Leopoldina já habitada, e onde conservo numero de gente empregada em servisso de lavoura e estabilidade do porto de tão grande utilidade ao comercio desta Comarca, torna ce cada dia mais penozo o despendio com susstento, e objetos de brinde, pelo maior numero que se tem apresentado, buscando a nossa comunicação; rogo por isso a V. Ex. de providenciar quanto antes sobre este objeto, aproveitando as boas desposiçoens em que se achão os índios confiando elles em nossa amizade, que até nesta Vila tive um deles dois meses, concordei levar nas aldeias sircunstancia esta contras mais [sic] que os tem feito adquirir de má fé a nosso respeito. Deos guarde a V Ex. Vila da Chapada 3 de março de 1847. (Apud COUTINHO, 2006, p. 249).

Ao desbravar uma área e fazer fazendas, mesmo estando ali por razões bem pessoais, o autor do officio não perde a oportunidade de cambiar recursos e poder com o governo para monitorar a numerosa população indígena que por esse tempo ainda era encontrada em qualquer paragem. Em não havendo fiscalização, os brindes, que no geral eram ferramentas e outros apetrechos para o campo, tinham grande parte desviada para sua clientela, de acordo com a demanda de sua propriedade, de parentes e apadrinhados e os próprios interesses circunstanciados dos índios que trocavam os produtos por aguardente ou qualquer outro objeto sem valor.

Deve ser esclarecido que essa relação tem sua origem, conforme Lisboa (1990), no Alvará de 17 de agosto de 1758 que confirma os Diretórios, e que mais tarde, pela degeneração destes diretórios em corrupção, o governo autoriza que os “homens bons” a seu custo dê civilidade e progresso aos índios, amparados na lei.

O próprio título de tenente coronel de Militão Bandeira era fruto de seu poder econômico e liderança na Chapada, que a pedido e, concedendo os cargos o Estado tanto mantinha o seu equipamento, como sustentava sua própria razão de ser.

Ao fazer esse elo entre o poder local e o estado, Graham se aproxima do pensamento de outros autores, no tocante ao estado, ao afirmar que:

O estado, como Philip Corrigan e Derek Sayer juntamente com Mattos, têm argumentado, é um artefato cultural, construído precisamente para legitimar o que poderia ser visto como ilegítimo, isto é, o domínio de uns sobre os outros. Além de contar com a força que tenta monopolizar, seus principais instrumentos são culturais, ou seja, a criação de uma visão de mundo, de atitudes e noções através das quais seu domínio vêm a ser tido como conveniente e certo.” (GRAHAM, 2001. p. 35).

Anterior a esta citação Graham explora a ameaça da desordem social como forma de justificar as forças e interesses visíveis e invisíveis que moveram e uniram os interesses do poder central aos interesses do poder local. No rosário das revoltas regionalistas nordestinas por ele citadas, há destaque para as ocorridas no Maranhão:

Revoltas regionalistas ocorreram, mais notadamente no Maranhão, onde líderes políticos que se opuseram às medidas centralizadoras encorajaram, inicialmente um luta guerrilheira popular que se diz ter mobilizado em torno de 11.000 mil homens entre 1838 e 1841, abrindo caminho para a rebelião escrava. (GRAHAM, 2001, p.27).

Embora merecendo corretivo em sua opinião sobre a Balaiada, com base nos escritos de Carlota de Carvalho sobre a mesma revolta, ao apresentar fatos indicando elementos, mostra que desde época anterior à Independência até a Balaiada, o palco da articulação de força destas lutas tinha por base o sertão, ou seja, o Sul do Maranhão. Nesta, como nas demais regiões do Brasil, os chefes locais tinham poder fundamentalmente baseado nas suas condições econômicas e na propriedade da terra, via de regra, era um dos fatores que assegurava a liderança da política local.

O Maranhão até 1750 tinha a pecuária como a sua principal base econômica, a frente litorânea no norte reunia 238 fazendas; a frente pastoril do sul, na região de Pastos Bons, ficava com 44 fazendas, pelas contas de Capistrano de Abreu (1982, p. 131). Com a instalação destas fazendas que datam de 1730 aproximadamente pelas mediações de Pastos Bons, se considera a fase inicial da ocupação da região.

É desta data (1750) em diante, com a implantação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão que de fato vai se estabelecer a distinção entre o Norte e o Sul, em função da implantação do sistema agroexportador, que durante vinte e um anos dará um rápido surto de desenvolvimento a região Norte, que a tornará distinta do Sul.

No Sul, segundo Magalhães (1935), antes mesmo dos vaqueiros transporem o Parnaíba, seis potentados baianos através de requerimentos, receberam concessões de datas de terras entre os rios Itapecuru e Guerguéia, e que estas terras, de acordo com Basílio de Magalhães, localizavam-se na região de Pastos Bons. A desordem gerada pela distribuição de sesmarias indiscriminadamente, sem

mesmo ser ciente da cartografia da região, e a não descrição do tamanho do sesmo, levou ao conflito documental e demarcatório por parte de baianos, pernambucanos, piauienses e maranhenses.

De 1815 em diante, conforme Almeida (2007) ocorre uma rápida aceleração no devassamento das duas regiões. No Sul o número de fazendas cresceu e mais que duplicou pelas contas do autor, ocupando e nominando novas áreas além de Pastos Bons. Nas ribeiras do rio sereno (Lapa) constam 25 fazendas; no rio Farinha, 14; no rio Grajaú, 20; no rio Neves outras 20 e no rio Balsas são 47; o que todas somam 123 fazendas.

Essa política de doação de dilatadas áreas de terra por serviços prestados à Coroa por meio de expedições, somente vai ser modificada mediante as situações conflitivas dessa desordem de terra que o reino procurou estancar com a carta régia de 1695, cuja recomendação era de que não mais se concedesse aos moradores sesmarias maiores superiores a quatro léguas de comprimento e uma de largo, remendo que em nada resolveu o problema em curto prazo, uma vez que a mesma carta manteve as sesmarias que já haviam sido outorgadas com medidas acima de quatro léguas.

Dois anos depois, tendo em vista que tais medidas não amainaram as pressões dos conflitos de terra, uma outra Carta Régia datada de sete de dezembro de 1697, reduziu a extensão das sesmarias para três léguas de comprimento por uma de largura. Isto posto, tais medidas, foram novamente reafirmadas dois anos depois pela provisão de 20 de janeiro de 1699 e dilatando o prazo para a demarcação pela via judicial, por dois anos.

Mas o problema tinha maior profundidade, uma vez que a coroa tinha até então atacado a questão reduzindo a área – medida que não passava de solução de gabinete. No campo prático, as imanências dos que viviam nas áreas permitia ver problema para além do tamanho das sesmarias. Isto ficou bem registrado na Representação que Valério Xavier Campelo, abastado agricultor que habitava o Maranhão, dirigiu em 1770, a Dom José, que em certa altura do documento apresenta as dificuldades da produção:

Os muitos, e perniciosos inconvenientes[de que fallei no 3 ponto desta Representação] q'tem impedido, e podem embaraçar a agricultura daquelle Paiz, são os seguintes.

1. Pedir-se huma Sesmaia de 3 legoas de terra [q' são as ordinárias] com o fundamento de serem Campos apropriados p.a criação de gados: e acontece dentro deste Continente não se achar tudo Campo em q'seja inteira toda aquella Data, porq' Se topa com terras de mattas virgens, donde há madeyra Reaes q' são de V. Mag. De, e não serve p.a gados pastar, mais do q'para se cultivarem Lavouras. E sem mais nova mercê, concedida por V. Mag.e são inteirados os sezmeiros daquellas Datas, em q' pedem Campo, pelas ditas mattas dentro, sem o dono daquela Sesmaria, Lavrar a dita terra de matto, e nem precisar della para o beneficio do Gado; ficando assim inútil, q' devia fabricar-se com proveito dos frutos p.a o uso das Gentes; e menos as querem arrendar, ou aforar a quem as pode cultivar. E por esse modo ficarão as ditas terras incultas, porq' não há quem as queira pedir novamente, por ver estão toleradas debaixo daquela Data, e demarcação daquelle Sesmeyro.

Este inconveniente se evitará mandando V. Mag.e expressamente aos Provedores da Fazenda Real, sob pena de nullidade do procedimento contrario, q'do dia depois de advertidos em diante, nunca já mais demarquem Campos ao Sesmeiro, q'pedir mato, e nem mato ao q'pedir Campo, ainda q'hum, e outro, se encontre dentro dos Limites da mesma Sesmaria; porq' somente deve ser esta feita, e demarcada, ou em puro matto, ou em puro Campo, como foi pedida aquella Sesmaria de sorte q' nunca se possa inteirar com as matas a Sesmaria de Campo, nem também a Sesmaria de matto com a parte de Campo, ainda q' de huma, ou outra couza se necessite p.a acabar de inteirar a demarcação da Sesmaria pedida, pelos inconvenientes ponderados a V. Mag.e nesta Representação [...] E q'isto mesmo também se haja de entender com aquellas Sesmarias, q' estejaõ já confirmadas e por demarcar".(apud TORRES,2006, p.30-31).

É evidente que a visão deste experimentado agricultor, remexe fundações muito distintas, este olhar processa duas dimensões: por um lado tenta desobstruir o processo produtivo, por outra, dar imanência na lei de terra que emperra a produção circunscrita à Capitania. Essa situação vazava o litoral maranhense e toda a vasta chapada do sertão, onde o esquitejamento da terra se impunha de dois procedimentos. Para os homens da capital da Província, senhores de condições ou mesmo homens de trâmite do governo bastava o prestígio político e linhagem para se tornarem donos de terra, título ou dinheiro. Fica claro o labirinto das possibilidades, e como a sutura se fazia no poder.

Já os que viviam mais afastados da sede do governo e de condições menores para conseguir posse e título como criadores, sofriam toda sorte de preconceitos em virtude da lide dura de como tocavam a vida no interior da Província e da falta de manejo urbanos. Para uns, como Isabel Carneiro da Silva Henriques, senhora do engenho Boca da Mata, que em 1755, escrevera para sua irmã em Portugal:

Nestes sertões não existe nem ordem nem justiça, todos mandam ou governam como querem ou podem. Estas terras servem de refúgio de contraventores da lei num escalão que vai do ladrão, do galé ao assassino; do contrabandista, do desordeiro ou do assaltante de caminho ao jogador e beberrão. Nesta capitania, a calma é falsa e suspeitosa. Na mata, esconde-se o medo que traz o sopro da morte nas surpresas dos índios ou das emboscadas feitas entre fazendeiros contra posseiros.” (BANDEIRA, 2007, 335.)

Para outros, como o inglês Koster que chegou ao Brasil por volta de 1809 e que ficou impressionado com o isolamento do sertanejo, e que fez uma descrição do modo de vida no interior nordestino:

Os sertanejos são muito ciumentos e há dez vezes mais mortes por este motivo do que por qualquer outro. Essa gente é vingativa. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, na falta de lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos. [...] O roubo é pouco conhecido. [...] Os sertanejos são corajosos, sinceros, generosos e hospitaleiros. Quando se lhes pede um favor, não o sabem negar. Entretanto em negócios de gado, ou qualquer outro, o caráter muda. Procurarão enganar-vos olhando o sucesso como prova de habilidade, digna de elogio. (KOSTER apud GOMES, 2007, p. 267).

No tocante à terra, Raymundo Faoro (1997, p. 407) em *Os donos do poder*, cita que o regime de sesmo fora infundido visando acentuar o caráter dominial, mas que na prática gerou exatamente o contrário de seus propósitos iniciais, ou seja, gerou a grande propriedade, como ele mesmo diz, resultado do “influxo da escravidão e da condição extensiva da pecuária” (FAORO, 1997, p. 407) e que por ser a propriedade uma afirmação aristocrática onde para se ter acesso à sesmaria, requerer e obter “era necessário o prévio prestígio político, confiada a terra, não ao cultivador eventual, mas ao senhor de cabedais ou titular de serviços públicos”.

Mesmo como se viu na Representação de Valério de 1770, já se fazia uso da posse conflitiva, pois o sesmo durou até 1822, e a posse até 1850 e depois desta data a venda e a concessão dão continuidade pela disputa da terra pelos donos de sesmarias e os posseiros. Cabe ressaltar que a luta pela posse da terra, se deveu em grande parte às correntes migratórias provenientes de outras províncias do Nordeste que adentraram ao Maranhão, propriamente na região compreendida como o médio Parnaíba, entre Aldeias Altas e Pastos Bons.

Mas, de maneira geral, prossegue o autor: “Tantas foram as liberalidades nas concessões de sesmarias, com áreas de 10, 20 e até 100 léguas, com diversas

doações a um mesmo requerente, que, em 1822, não havia mais terras a distribuir.” (FAORO, 1997, p. 407).

Mas toda essa pulsão humana de adentrar o interior do país, amparado nas dispersas ações do Estado pelos portugueses do litoral maranhense, e por outro, a agressiva voracidade dos criadores que de décadas oriundo da Bahia e Pernambuco em perfurar os altos sertões do Sul do Maranhão, tinha seu fundamento na Carta Régia de 1798, pois nela havia disposições que garantiram diversos prêmios àqueles que por vontade própria realizassem os famosos descimentos dos índios.

Neste caso, com o amparo do próprio Estado colonizador, qualquer pessoa poderia praticar qualquer ato contra indígenas: apreensão, escravidão e até a supressão da vida, e ainda poderia requerer benefícios por isso. Ou seja, legitimou-se a violência e até o assassinio em nome da posse da terra, portanto, da riqueza material em detrimento de todos os valores humanos.

Ou mais propriamente, como dizia a lei, que aquele que reduzir qualquer nação de gentio ou a receber Sacerdote ou o quem a souber aliciar e conduzir a estabelecer-se junto a qualquer Paróquia para o mesmo fim, os prêmios eram as concessões de sesmarias, declaração de nobreza e habilitação para cargos e isenções no que concernia aos dízimos por seis anos ou por maior prazo dilatado, conforme consta na proposta de Coutinho que se institucionalizou, pois já havia, em 1780 sido autorizados, no que consta do texto: *Condições em que são concedidos aos particulares os Índios silvestres dos novos descimentos*. Documento do ANRJ – Códice 99 – Vol. 5, Doc. 282. Afirma Carvalho (2000, p. 75), num enfoque regionalista que:

Numerosos contingentes paisanos de ambos os lados do Parnaíba e de Caxias, comandados por chefes interessados em fazer escravos e na partilha das terras que tomassem aos autóctones [...] marchou para fazer efetiva a ocupação até o Tocantins. [...] Dessa empreitada foram principais agentes o comandante Manoel José de Assunção, Manoel Coelho Paredes, Antonio Pimentel, Elias Ferreira de Barros, Pedro Gomes de Goveia, Antonio Francisco dos Reis, Antonio Moreira da Silva, Sigismundo Rodrigues Chaves, Alexandre Marinho e Manoel Henrique. Tomando e ocupando, a invasão avançou de Nordeste a Sudoeste e chegou ao Tocantins em setembro de 1806.

A isto estão somados os 24 anos que eram de doação de sesmarias até 1822 e desta data até 1850 que reúne mais 28 anos de pura luta de posse pela terra – sendo assim, mais de meio século. Isso dentre outros possíveis motivos foi provocado por um vazio legal. Ou seja, durante pelo menos um quarto século, não

havia legislação que regulamentasse a posse da terra, o que possibilitou, de forma rápida, a apropriação das terras devolutas do Centro-Sul e do Sul do Maranhão.

Afirma Moreira (2007, p. 07) que o dado identitário do brasileiro “está fundado, territorializado, na crença de que o Brasil é a nossa terra, nosso território, nosso ambiente, nosso domínio”. Salta aos olhos, portanto, a indagação de como se deu esse pertencimento que construiu esse “nosso” domínio territorial e ambiental marcadamente no Sul do Maranhão que é limite desta discussão. Graham (2001, p. 45-46) quase que discordando, destas posições, conclui o seu ensaio afirmando a razão de seu argumento:

Em uma sociedade escravocrata, a possibilidade de tal desordem ameaçava tudo. Líderes locais apoderaram-se da legitimidade que a monarquia oferecia como uma tábua de salvação, e o estado monárquico central que eles construíram os trouxe a terra firme. [...] a nação resultou do exercício da autoridade de um estado baseado numa aliança de elites classistas. [...] o estado transformou o poder dos líderes locais em autoridades e aumentou o domínio dos proprietários de terras sobre os demais. Com a indicação para cargos públicos tivesse os ajudado a estender sua clientela, eles vieram a considerar o governo central como apropriado e útil para fins pessoais. (GRAHAM, 2001. p.11-47)

Como se depreende da assertiva de Graham (2001), Uma política de Estado, a saber, da Coroa Portuguesa, terminou por aumentar os níveis do poder local, com algumas conseqüências. Na primeira delas, uma tentativa de suprir, através de líderes locais, a ausência do Estado. Na segunda, o aumento do poder local, terminou por resultar numa confusão entre o público e o privado. Na terceira se verifica uma forma de controle local, pelo poder central através da concessão de títulos.

O domínio territorial, como se percebe se constitui com o fundamento basilar de todos os demais tipos de domínio sobre as gentes e o sobre o ambiente natural em território brasileiro. A conseqüência disso foi a consolidação de uma visão patrimonialista, a divisão estamental da sociedade brasileira em classe dos proprietários e dos despossuídos, o que resultou na conquista do poder econômico e político por parte de alguns, com as benesses do Estado e na desvalorização da maioria. Isto resultou na formação das oligarquias e no que se reconhece como coronelismo. No espólio de Manoel Paes de Affonseca, viúvo e natural do Mearim, já, portanto no médio sertão, que fez seu testamento por volta de 1754, afirma:

Declaro que the o prezente pessuo vinte e quatro cabescas de gado vacuum alto e [ilegível] // [...] dous cavallos de sella e mais duás egoas sllolteyras e huma poldra de três annos [...] hum boy de carro, possuo mais hum carro e mais duas canoas huma de trinta palmos ambas em bom uso possuo mais huma negra por nome Antonia, do gentio da terra [ilegível], possuo mais duas armas de fogo huma de cinco palmos outra de seis palmos mais duas [ilegível] foices grandes, e dois cavadores e duas enxadas mais duas exós de canoa, e huma de martelo, e juntamente vários ferrinhos aqueles que se acharem; pessuo mais uma frasqueyra com dous frascos mais duás redes de varandas novas, mais uma sella bastarda já uzada com estribos de bronze possuo mais duas cangalhas, mais um crucifixo de metal e assim mais huma caxa que está em poder de Manoel Fernandes Pestana para acabar, possuo mais humas cazas em q'vivo com huma portão e duas janellas, e mais hum taxo pequeno de cobre, e mais hum freyo e hum par de esporas e hum bofete já uzados." (Apud MOTA, 2004, p.59. in: Wagner Cabral Costa).

Pelo perfil do espólio se percebe que se trata de uma pessoa de posses bastante elementares, mas de posse de uma negra gentia, que em geral, encontramos no alto sertão ainda por longas décadas. Embora a Lei de Libertação dos indígenas e descendência venha ocorrer no período das Reformas Pombalinas em 1755, tais práticas não se modificaram pela imposição da lei, mas prevaleceu o costume.

O Estado, nessas condições fez-se com agentes que detinham de fato os meios da administração, possibilitando fundição do patrimônio do Estado e os sesmos privados, terminando por introduzir a influência pessoal junto à autoridade oficial. Nesse contexto a violência assume um padrão de moralidade cujo sistema de valor centra-se na coragem pessoal, como um código do sertão em que em não havendo a presença da regulamentação do Estado, a visão de si mesmo se constitui na capacidade de preservar o próprio indivíduo de qualquer forma de violação, como fez Militão, conservar intocada a sua independência e manter a coragem necessária para defender sua vida das tocaias, são condições muito caras ao sertanejo, das quais ele não pode jamais abrir mão.

Mesmo em regiões distantes, o sertanejo não escapou ao ponto gravitacional, como agente ativo no processo da unidade nacional, seja pelo sertanismo de extermínio, seja através da "política e da cultura política", também suturada por lideranças do Norte. A política de expansão das fronteiras do sertão, a qualquer custo, concorreu para o extermínio de nações indígenas e para o fortalecimento do mandonismo local corporificado na figura dos coronéis. Expõe Graham, o que está

em concordância com o pensamento conclusivo de Maria Odila Leite ao afirmar que isto espelha:

[...] a própria consolidação do sistema político do Império, sob os conservadores: um eleitorado artificial de funcionários públicos, rigidamente controlados, eleições violentas, câmaras unânimes; o pacto do mandonismo local com o governo central, que emprestava o apoio das forças oficiais às formas costumeiras de banditismo, que caracterizava a violência pré-política do Brasil, em meados do século XIX. (DIAS, 2005, p. 149).

Por fim e ao cabo, numerosos sertanejos não fizeram outra coisa, senão manter *o equilíbrio trabalho-consumo*, como foi dito por Chayanov (1986) - e nisso está incluso o que foi negociado, de forma explícita ou não, com o poder central.

3.4.1 Relações e poder

A implantação da Companhia Geral do Comércio no litoral maranhense provocou, logo na primeira década, a busca de novas áreas para plantio e obrigou a reorganização do espaço. O governo de Melo e Póvoas (1761 – 1775) consolidou a navegação pelo rio Itapecuru até Aldeias Altas, (mais tarde Caxias) tornando as terras das margens deste rio agricultáveis; em contrapartida estas medidas favoreceram a comercialização do couro, para atanados. Aldeias Altas foi o primeiro entreposto comercial entre o Norte e o Sul. Até essa data o gado da região de Pastos Bons era vendido com exclusividade para a Bahia e Pernambuco, numa distância de quase 300 léguas, o que significa que havia pouco aproveitamento do couro na região e que por meio deste entreposto passa a ser comercializado para São Luís.

Começava nesse ponto a circulação dos indivíduos e a interdependência das duas redes no esforço entre si da manutenção das relações sociais, da busca de privilégios, configurando uma interface do poder. Dessa forma se dera, conforme Cabral (2008, p. 112),

O rompimento da dicotomia litoral/sertão resultou da inserção, a partir de meados do século XVIII, da economia maranhense no mercado internacional. [...] O transporte até essa vila era feito por Cia. terrestre até Caxias e daí a São Luís, pelo rio Itapecuru.

Durante muito tempo Caxias foi a única rota comercial do sertão com o litoral, por ali era escoado o que poderia ser negociado e ao mesmo tempo era ali onde se abastecia o sertão com manufaturas e sal. Lentamente estas relações foram sendo ampliadas e o sertão passou a abastecer de gado o litoral. Importa ressaltar, que antes da implantação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, a região litorânea, ao contrário do que muitos pensam, que também se dedicava à pecuária, passou a importá-lo da região Sul.

A teia da rede neste ponto comercial foi ficando mais complexa ao ponto de deslocar fração da rede governativa do centro gravitacional do poder para Caxias e Pastos Bons. Francisco de Paula Ribeiro em seu Roteiro de 1819, (2002, p. 75) escreve:

É a vila de Caxias uma continuada feira, onde de muito distante os povos dos sertões confinantes trazem à venda os seus efeitos, que constam de algodãos, solas, couros de veados e cabras, tabacos de fumo, gados. Escravaturas da Bahia, cavalarias e tropas de machos, a que chamam burredas, levando em troco toda a qualidade de gêneros da Europa. Assim, por isso, como por ser uma escala dos viajantes do Maranhão e Pará por terra para quase toda a América portuguesa ou ainda espanhola, é nela considerável a concorrência da muita gente e de muito comércio, em comparação da insignificante importância do seu local.

Tal descrição testemunhal contrasta, de certa maneira, com as representações que foram construídas no Norte após a montagem do sistema escravista agroexportador e que ainda se encontra presente no autor do roteiro, que mesmo vendo e descrevendo impressionado com a dinâmica em que o ambiente se encontrava carregado, se surpreende com a 'insignificante importância do seu local' como era visto por ele e os demais do litoral.

Nesse interregno a pecuária dilata-se e alcança o extremo Sul e Sudoeste do alto sertão e diante dela novas rotas comerciais surgem nas margens do rio Tocantins se integrando ao mercado do Pará. Do Grajaú (Vila da Chapada) alcançava-se todo o médio sertão, Mearim, Balsas e por fim, Carolina atingindo significativa região de Goiás.

Pesquisas realizadas por Cabral (2008 p. 102) que resultaram nos Relatórios da Província permitiram estimar que por volta de 1861 a região de Pastos Bons possuía cerca de 131.000 cabeças de gado, o que correspondia a 44,5 % do

rebanho de toda a província; e da mesma forma, 32.000 mil bezerros eram produzidos anualmente, contando com 43,9 % da produção do estado.

E que segundo a autora, “se compararmos esses dados, verificaremos que as fazendas dos cinco maiores municípios sertanejos detinham 78,2 % da totalidade do gado vacum e 64,2% da produção anual de bezerros de toda a província” (CABRAL, 2008, p. 102).

Essa movimentação, não era de todo desconhecida da Coroa, muito embora, vagamente conhecesse o território, desde 1733 com algumas ações legais foram tomadas no sentido de intervir nestas áreas. Uma destas teve o fito de proibir novos caminhos visando o escoamento clandestino do ouro pelo rio Tocantins, do que se deduz o descontrole sobre este vasto espaço. Esta mesma medida é novamente reforçada em 1737 e no ano seguinte revogada. Mais de meio século (Carta Régia de 12 de março de 1798) depois é que de fato se reconhece a vida ativa da região, e autoriza oficialmente o reconhecimento pormenorizado, e logo depois em 1811, por cobrança também de Goiás, reforça o estímulo à navegação do Tocantins, como descreve Cavalcante (1999).

Afora Caxias o governo apenas tinha estendido sua força militar até Pastos Bons. Somente em 1815, por determinação Régia é que nomeia uma comissão militar para junto ao governo de Goiás demarcarem os limites entre Maranhão e Goiás. É a primeira embaixada oficial de reconhecimento da região. Não havendo acordo das partes, esta questão arrastou-se até 1854, quando foi oficialmente reconhecido o limite adotando o rio Tocantins como o divisor, como constava no auto da Demarcação de 1815.

Para além das questões comerciais, o entreposto de Caxias foi o grande encontramento inicial das redes. Ficava distante 180 léguas de São Luís, o que correspondia à metade do percurso da Bahia, e destas 180 léguas, 118 eram navegáveis descendo o rio Itapecuru. Esse ganho de tempo por si só representou muito para o sertão. Com isto passava a população que colonizou o Sul do Maranhão a procurar a Capital da Província, não só para o comércio, mas também para resolver questões relacionais e legitimar sua situação na Província. A questão fundiária foi uma das principais. Interessava ao governo cooptar para si a força econômica da região e com isto doou seismarias em desordem aos novos proprietários, como forma também de legitimar seu poder.

Para muitos era uma forma de fugir das garras dos potentados da Bahia e Pernambuco que alegavam serem proprietários de datas (e uma data podia reunir

diversas fazendas) na região; recorrerem contra as violentas cobranças dos comissários; requerer posses, já que todo o oeste do sul do estado era terra devoluta, como consta no mapa elaborado por Francisco de Paula Ribeiro em 1819; buscaram-se igualmente honras, graças, franquezas, liberdades, privilégios, foro militar e isenções. Pois estavam nutridos de que esse era de fato dever do estado, uma vez que por esforços próprios haviam executados todo o processo da colonização do Sul do Estado, uma vez que entendiam ser essa a função principal do governo concedendo-lhes tais posições e cargos. Comenta Cabral (2008, p. 104) que,

Por meio do Registro Geral de Datas e Sesmarias, pode-se verificar que, durante o último quartel do século XVIII e primeiras décadas do oitocentos, foi distribuído grande número de datas de terras no Distrito de Pastos Bons. Observou-se que, ao longo do rio Grajaú, foram distribuídas quarenta e cinco datas, vinte e cinco na ribeira do Itapecuru e doze, na do Alto Mearim.

Um levantamento feito por Coutinho (2006) nos registros de Sesmarias, se conferiu um total de 148 sesmarias doadas em Grajaú, no período de 1785 -1822. Sendo na sua grande maioria por serviços prestados à província do Maranhão.

A Capital ávida se beneficiou longamente do comércio que inicialmente Caxias e mais tarde as novas rotas proporcionaram, dado ao fluxo que a malha da rede alcançou vindos do sul da província através dos menores núcleos comerciais o que de certa forma oxigenava o desequilíbrio financeiro da capital e regulava melhor o mercado interno do litoral pelo abastecimento dos produtos oriundos do Sul e por outro lado a própria região Sul se constituiu num grande mercado consumidor.

Dessa forma, por esse sistema de mercês que atendia aos conquistadores da região ia se estreitando a fusão do Norte e do Sul no que estabelecia estreitas relações entre a propriedade fundiária e os postos de comando das tropas locais. O Estado através de concessões de títulos e honrarias atendia as reivindicações solicitadas pelos conquistadores que munidos de ambição, bacamartes e espingardas, haviam tangido para o Sul, gados e tropas. Por essa forma o Estado tentava se institucionalizar, e assim, garantir sua intervenção na estrutura da sociedade estabelecida no local, como já ficou amplamente demonstrado acima. O Estado ausente, se faz presente através de benefícios a uma pequena parcela da população havida em legalizar suas posses, pois isso significava, não apenas riqueza material, mas também a possibilidade de acesso ao poder político.

A guerra contra os índios, a um só tempo, foi estratégia dos moradores para se apropriarem das terras destes e alcançarem mercês régias e posto de distinção, fazendo por conta própria o trabalho sujo de limpar a presença “Bárbara” da região. Com isto requeria por meio de certidões assinada por alguma autoridade local reconhecendo o feito, e dessa maneira o Estado retribuía aos serviços prestados, doando terras e postos, e dessa forma ir mantendo o equilíbrio das tensões que ia se formando entre o Norte e o Sul.

Caxias foi o portal inicial, o espaço de negociações entre os colonos e as autoridades metropolitanas de São Luís. Por ali escova o complexo equilíbrio de poderes, entre o poder local e o poder da Capital da província. As relações entre essas elites eram permeadas por uma complexa rede de alianças; nesse empenho buscava-se quase sempre a honra, os cargos e os privilégios que a relação permitia extrair. A razão e desejo maior entre as partes era ao mesmo tempo encontrar espaços e mecanismos de negociação que viabilizasse uma posição de destaque na hierarquia social. Nesse jogo, de concessões/negociações o Norte suturou a manutenção das fronteiras remotas da Província.

Desde 1770 quando Caxias começa a se tornar um entroncamento comercial entre o Norte e o Sul até 1820, havia transcorrido meio século. Nesse período se dera a confluência entre as duas correntes sócio-culturais que fluíram para formarem um leito principal onde o mercado interno tencionava o mercado externo.

Após meio século, esse intenso fluxo Norte-Sul que havia transportado o imaginário específico do sertão, se desgasta. Saturam-se em tensões por fatores internos e externos e é quando novos remansos começam a se formar e o Sul começa a se deixar penetrar por outros escoamentos anunciadores de uma outra bacia semântica potencial em curso. Era a divisão das águas – eram as lutas pela Independência - que iriam dilacerar legalistas conservadores e liberais republicanos e separar novamente o Norte do Sul, de onde surge uma oposição mais ou menos acirrada contra as condições e imaginários anteriores e outros escoamentos ao seu tempo.

Essas tensões estavam presentes com frequência nos discursos dos líderes sertanejos. Esses descontentamentos aparecem em palavras, cujos discursos estavam carregadas destas expressões como este líder se pronuncia:

Os nossos próprios conterrâneos e, com eles as figuras mais em evidencia dos círculos políticos e sociais do Maranhão nos desconhecem. Para eles, os que vivem nestas esquecidas paragens não são criaturas humanas, são animais menos tratáveis e mais ferozes do que os índios que vegetam mais ou menos domesticados por estas bandas. Ignoram inteiramente as nossas origens e tradições... (Para eles) a Barra do Corda foi uma povoação fundada por um troço de retirantes cearenses, fustigados da terra natal pela miséria e pela fome... (Da mesma forma) a Chapada (Grajaú) e todos os povoados do alto sertão tiveram os seus bandeirantes, constituídos por assassinos, ladrões e bandidos de toda sorte, fugindo das cadeias de Caxias e do Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia. E, com tão mentirosas e pérfidas novelas, acabaram por justificar os freqüentes motivos que têm provocado sucessivas missões de chefes de polícia e remessas de tropas de linha e de polícia para subjugarem tão façanhados inimigos da Ordem e da Lei (ABRANCHES, 1993, p. 99).

O trecho do comentário desse líder expõe o ressentimento da região não ser reconhecida pelo que havia contribuído na consolidação da colonização do Maranhão, e da mesma forma expressa o grau de violência pela qual a região sempre fora tratada, ou seja, como um caso de polícia, e não como uma questão política. As representações que se forjaram sobre o Sul foram inspiradas na representação do livre pobre tido como indolente (improdutivo), elaborada pelos letrados do Maranhão apoiando-se num forte determinismo geográfico como conta na obra *Poranduba Maranhense* escrita pelo Frei Prazeres¹⁴. Há ainda representações com nuances de que estes são inúteis, perigosos criminosos, facínoras e mesmo vadios que tiravam a tranquilidade do interior da Província.

O insucesso da luta pela Independência entre o Sul e o Norte resultou numa experiência que provocou rearranjos nas representações. O Norte transfere ao Sul as representações que tinha dos pobres livres; aqueles passam a representar estes como os traidores e inimigos da independência; eram sem escrúpulos “homens de conveniências”. Tais representações se mantiveram sem grandes mudanças ao longo do século XIX, onde a sociedade maranhense permanecia hierarquizada e extremamente preconceituosa.

¹⁴ Cf. PRAZERES, Frei Francisco de Nossa Senhora dos. *Poranduba maranhense*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1890, p. 7. O Frei acreditava que o clima da região retirava as forças das pessoas, e por ser também o clima um tanto frio e pestilento estragavam as comidas e que por isso mesmo quase todas as pessoas brancas do Maranhão são descoradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seus primórdios, o processo de colonização do Maranhão teve início no litoral, o que de maneira geral se iguala ao da colonização de todas as Províncias litorâneas, uma vez que o mar se constituiu como o grande caminho por onde chegaram, em terras brasileiras, os colonizadores europeus. A conquista do continente foi sempre muito limitada por dificuldades de diversas ordens: a resistência do homem autóctone, o desconhecimento da geografia e a falta de estrutura para a abertura de caminhos e para o transporte de pessoas e de cargas.

Os caminhos que conduziam ao interior do continente eram os rios que faziam foz no oceano, nem sempre de fácil navegação. Assim, as terras continentais, por muito tempo, foram tidas na conta do mistério, e o processo colonizatório, estendeu-se devagar até alcançar as Aldeias Altas, terras reconhecidas hodiernamente como o município de Caxias, ainda no Norte, mas já fazendo fronteira com o Bioma Cerrado o que o habitante do Sul do Estado denomina de sertão.

No entanto, o Sul não ficou imune à colonização, mas diferente do Norte, não foi colonizado pelo homem litorâneo, mas sua povoação teve início com os prepostos da Casa da Torre de Garcia d'Avila, ou seja, por baianos e pernambucanos que tocavam o gado em busca de alimento rumo ao interior do Brasil, até atravessarem o rio Parnaíba e alcançaram o Sul do Maranhão nos denominados Pastos Bons.

Esses nordestinos, embora estranhos ao lugar, foram se aclimatando até construírem povoações e se tornarem maranhenses, em quase tudo, idênticos aos maranhenses do Norte, exceto pelo fato dos segundos se dedicarem à pecuária e os últimos, com maior força, reduziram a pecuária e passaram às atividades agrícolas e em maior escala ao comércio após 1755. Significa dizer que os maranhenses das duas frentes eram idênticos, e se alguma coisa os diferenciava, eram as atividades a que cada região se dedicava de um certo tempo em diante. Se estavam separados, não era exatamente por culturas específicas, mas por condições geográficas limitadoras do tráfego de pessoas de uma região para outra e pelo desnível nas relações de poder.

Tal situação perdurou pelo menos até a década de 1750 quando, a título de incentivo ao progresso da Província, foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, instalada na capital do Maranhão, a qual incentivou a produção agro-exportadora e incrementou as atividades comerciais com a Europa, e mais especificamente, com Portugal, detentor da posse da Colônia. Com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, as diferenças que separavam o Norte e o Sul do Maranhão, que eram apenas de ordem geográfica, ganharam novos contornos. O Norte tornou-se mais rico, mais dinâmico, o Sul, continuou isolado e “atrasado”. Isto leva a concluir que o primeiro fator diferenciador que se estabeleceu entre o Norte e o Sul, se caracteriza, guardadas as proporções, como uma política pública de incentivo ao progresso da Província, cujo progresso não se estendeu para além dos limites já conhecidos, ou seja, mais ou menos até a bacia do Pindaré.

O Norte então, em maior contato com a Metrópole, ganhou, além de alguma riqueza material, alguns laivos de civilização européia e passou a construir um discurso, no qual a população do Sul aparecia como mais primitiva, mais grosseira, como diferente. Tal discurso perdura ainda na atualidade e conduz a concluir que o fator que diferenciou historicamente as duas regiões, encontra-se mais na dimensão semântica do que na construção de identidades diferentes.

Se o Norte sempre se considerou superior e fez pouca questão de maior contato com o Sul, por outro lado, a população da última região, em princípio tentou uma aproximação e lutou pelas benesses que poderiam ser propiciadas pelo progresso econômico e pelo reconhecimento político, o que é comprovado pelo surgimento de diversas lideranças importantes, como por exemplo, Militão, importante liderança do Porto da Chapada, atual cidade de Grajaú.

Seja como for, o certo é que de todos esses fatores resultaram em diferenças que possivelmente possam explicar o desejo da população sulina, ou pelo menos de algumas de suas lideranças, de se desligar política e administrativamente do Norte e criar uma unidade federativa autônoma. Esse desejo poderia ser justificado pelo eterno estado de abandono a que se viu relegado o interior do Maranhão pelas lideranças da capital. Para se ter uma idéia, somente no final da década de 1960 se construiu uma rodovia a BR 222 ligando o Sudoeste maranhense à Ilha de São Luís.

Essa rodovia não foi construída exatamente com o desejo de integração das duas regiões, mas porque no final da década de 1950 o governo federal construiu a

rodovia Belém-Brasília ligando o Brasil central ao Norte, a qual cortou o Sudoeste do Maranhão, dessa maneira a BR 222, em princípio, teve como finalidade, permitir o acesso dos litorâneos a novos mercados através da rodovia Belém-Brasília. Cabe ressaltar que esta rodovia, embora de maneira não proposital, terminou por consolidar a ligação comercial e até afetiva, que historicamente foi estabelecida entre a região Sul do Maranhão e Belém, a capital do Estado do Pará.

Em face de tudo isso, neste estudo apresentou-se dois momentos da construção das representações e práticas sobre a colonização no Sul do Maranhão antes e após o conflito da Independência e a Balaiada envolvendo o Norte e o Sul do Estado. Primeiro discute-se as representações do Norte e as suas mudanças mediante as transformações ali ocorridas e como passaram a representar os litigantes do Sul após os dois conflitos, ao se sentirem derrotados pela não garantia da institucionalização do poder emanado do Norte e capital da Província.

Do Sul foram analisadas suas representações e práticas, tomando os municípios de Grajaú e Pastos Bons como a referência da região por se proclamarem porta-vozes do alto sertão, que ao se proclamarem fizeram-se misturar no discurso regional a visão separatista, independentista e republicana e se auto-reconhecerem como os verdadeiros sujeitos históricos deste território, insistindo no caráter nacionalista reforçando o conflito da luta pela participação no poder da Província.

Três discursos examinados formaram a base da análise das representações e das práticas envolvendo Raimundo José de Sousa Gaioso; Francisco de Paula Ribeiro e Militão Bandeira de Barros. Os dois primeiros identificados com a Capital da província e o último relacionado com o imaginário do alto sertão.

O conflito se dera também por causas dos interesses econômicos imediatos do sul, bem como pelas diferenças de concepções e atitudes por parte da metrópole no litoral em não reconhecer novas representações que a conjuntura e a realidade dos conflitos passaram a exigir. Desta forma, a elite econômica do Norte por influência portuguesa não reconheceu a participação do sul forjando um novo discurso que os distanciavam dos interesses reivindicados pelo Sul.

A radicalidade dos litigantes não chegou a permitir reuniões que visassem à solução das divergências para controle e manutenção do equilíbrio sócio-político da Província. Pois para isso havia uma única solução que era a composição política do

poder político da província em alinhamento com a centralização/descentralização e com a alternância liberal ou conservadora dos ministros da Corte.

Em razão destes eventos as representações da elite da capital do Estado sobre os livres pobres passaram a ser transferidas em discursos dessa elite para representar as lideranças, e por extensão, todo o povo do Sul da Província.

Em síntese, quando o Maranhão alcançou a primeira metade do século XIX, esse era o posicionamento das elites. Novas representações e novas práticas são construídas, elaboradas e reelaboradas, resignificando os antigos imaginários do sertão caracterizado como uma região violenta e sanguinária, sociedade menos civilizada, sertanejo ambicioso e rude. Ou mesmo o esforço de representar o Sul como culturalmente distinto do Norte – a gênese do seu esforço separatista – tem historicamente como placenta, o período de lutas pela Independência até a Balaiada. Resultou disso, a coesão do *grão*, mas também o esfacelamento do *casco*.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge de Grajaú**. 2. ed. São Luís: ALUMAR, 1993.
- _____. **O Cativoiro**. São Luís: Lithograf, 1992.
- ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte/Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. **Capítulos da história colonial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ABRIC, Jean Claude. **Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes**. Tradução de Pedro Humberto Farias Campos, Marcos Corrêa da S. Loureiro. In: *Representações Sociais e Práticas Educativas*. Editora da UCG, Goiânia, Goiás, 2003.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **A Carolina ou a definitiva fixação de limites entre as Províncias de Maranhão e de Goiás**. Imperatriz: AIL, 2007.
- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **A Carolina ou a definitiva fixação de limites ente as Províncias do Maranhão e Goiás**. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia., 1852.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 2004.
- AMARAL, José Ribeiro do. **Apontamentos para a história da revolução da Balaiada**. São Luis: Tipogravura Teixeira, 1900.
- ANÔNIMO. **Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Peauhy**. In: *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 62, parte I, ano 1900.
- APEM, **Objetos diversos**: 1798-1800. Códice 20. Doc. 440
- APEM, **Objetos diversos**: 1814-1816, (Códice 05, Doc. 755
- APEM, **Relatório do Tenente Coronel da Guarda Nacional, Militão Bandeira de Barros ao Presidente da Província do Maranhão**. Setor de Avulsos. Fundo da Secretaria do Governo. Série: Correspondência da Guarda Nacional, 1847.
- ARMITAGE, John. (1835) **História do Brasil**. Desde a chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Tradução de Eugênio Egas. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1965..
- ARRUDA, José Jobson de A. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860)**. In: *Pergaminho Maranhense: estudos históricos* (Vol. 1). Amorim Carvalho & Germana Queiroz Carvalho (org.). São Luís: Café & Lápis, 2010.

BANDEIRA, Muniz. **O feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BERFORD, Sebastião Gomes da Silva. **Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

BERREDO, Bernardo Pereira. **Anais históricos do Estado do Maranhão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipo Editor Ltda., 1988 (Documentos Maranhenses).

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo, Ática, 1993, pp. 276- 281.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios e respostas**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, n. 13, 1994.

CHAYANOV, Alexander V. **The theory of peasant e economy**. Madson: Wisconsin University Press, 1986.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958. (Coleção Documentos Brasileiros, 22).

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros de. **Os deuses canibais**. A morte e o destino da alma entre os Araweté. In: *Revista de Antropologia*. N. 27/28. São Paulo: USP, 1984/85, p. 83-84.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídio para a história e a geografia do Brasil**. 2. Ed. Imperatriz: Ética, 2000.

CARVALHO, Parsondas de. In: Sálvio Dino. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz-MA: Ética, 2007.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás, 1821 – 1988**. – São Paulo: A. Garibaldi, Editora da UCG; 1999.

COELHO NETO, Eloy. **História do Sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos**. Belo Horizonte: ed. São Vicente, 1979, p. 209.

CONSIGLIO, Vittorio. **Fontes missionárias e história indígena**. Um inventário analítico sobre textos jesuíticos nos arquivos romanos referentes à missão em Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII e XVIII. (Dissertação de Mestrado apresentada à USP). São Paulo: USP, 1997.

COUTINHO, Márcio Augusto Vasconcelos. **Grajaú: um estudo de sua história**. São Luís: Edigraf, 2006.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

CUNHA, Manoela Carneiro da. (Org.) **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DURAND, Gilbert. **O imaginário**. São Paulo: Difel, 1999.

EAGLETON, Terry. **A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental**. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Descortinando o Maranhão Oitocentista**. In: COELHO, Mauro Cezar et al. (Org.). *Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005.

FERREIRA, Wilton Alves. **Maranhão do Sul: o estado da integração nacional**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Sertão e a idéia de República no Maranhão (1888-1889)**. In: COELHO, Moura Cezar et al. (orgs.) *Meandro da história: trabalho e poder no Pará e Maranhão séculos XVIII-XIX*. Belém: UNAMAZ, 2005.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANKLIN, A. **Breve histórico de Imperatriz**. Imperatriz-MA: Ética, 2005.

_____. **Introdução ao roteiro da viagem que fez o major Francisco de Paula Ribeiro às fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goiás**. In: FRANKLIN, Adalberto.; CARVALHO, João Renôr F. de. *Francisco de Paula Ribeiro – desbravador dos sertões de Pastos Bons: a base geográfica e humana do Sul do Maranhão*. Imperatriz: Ética, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 49.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-políticos dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Ed. Livros do Mundo Inteiro, 1970. (Coleção São Luis, 1).

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. São Paulo: PAZ E TERRA, 1979.

GALVES, Marcelo Cherche. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821 – 1826). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2010.

GOBAL RESOURCES NETWORK. **Provincial presidential reports (1830-1930)**: Maranhão. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ed. Ática, 1985.

GRAHAM, Richard. **Construindo uma nação no Brasil do século XIX**: visões novas e antigas sobre classe, cultura e estado. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 5, n. 1. P. 11-47, 2001.

_____. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima S. et al. **Uma leitura do Brasil colonial**: bases da materialidade e da governabilidade no Império. In: Penélope. Oeiras (Portugal), n. 23, 2000, p. 71-72.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 71.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. **Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org) **Viagem incompleta – formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. **Independência, independências**. In: _____. (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec – Fapesp, 2005, p. 17 – 48.

JODELET, Denise. **As representações sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Tradução Lília Ulup. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2001, p. 27-31.

JORNAL LE MONDE, 14. 12, 1979. Apud: Georges Duby. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p. 10

KOLLERITZ, Fernando. **Testemunho, juízo político e história**. In: **Revista Brasileira de História**. v. 24, n. 48. São Paulo: 2004, p.48.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerras e fundação do Brasil Colonial**. São Luís: UEMA, 2006.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LEITE, Serafim, S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro (INL) e Lisboa: Livraria Potugália, 1943, tomo III, p. 185.

LIMA, Carlo de. **História do Maranhão**. 2. ed. Vol 1. - São Luís. Instituto Geia, 2006.

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2. ed. Vol 2. – São Luís: Instituto Geia, 2008.

LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Pelo poder e prestígio: os consórcios e as origens familiares das elites maranhenses do século XIX**, P. 191 – 216. In: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; ATALLAH, Cláudia Cristina Azeredo. (Org.). *Estratégias de Poder na América Portuguesa: dimensões da cultura política, séculos XVII – XIX*. Niterói, RJ: PPGH-UFF. São Luís: UEMA/Imperatriz, MA: Ética, 2010.

LISBOA, João Francisco. **Crônica do Brasil Colonial, apontamentos para a história do Maranhão**. Petrópolis: Vozes/Brasília: INC. 1976.

_____. **Jornal de Tímon**. São Luís: Academia Maranhense de Letras/ALUMAR, 1990, t. 2, v. I.

_____. **Crônicas maranhenses: estudos e documentos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1969.

_____. **Obras de João Francisco Lisboa**. São Luís: v. IV. 3. ed. ALUMAR, (Coleção Documentos Maranhenses), 1991.

_____. **Vida e obra de Padre Antonio Vieira**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2007. (Coleção Documentos Maranhenses, 21).

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

MAGALHÃES, Domingo José Gonçalves de. **Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MAGALHÃES, Basílio de. **Expansão geográfica do Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935. (Coleção Brasileira, 45).

MARANHÃO, Secretaria do Governo. **Registro da correspondência do governador e capitão-general da Capitania do Maranhão com o Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros, 1812-1819**. São Luís, 15 de outubro de 1816. Doc. 16.

MARTINS, José de Souza. **Antropofagia e barroco na cultura latino-americana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

_____. **O tempo da fronteira**. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 8 (1): 25 – 70, maio de 1996.

MAXWELL, Kenneth R. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 4. ed. rev. Imperatriz-MA: Ética, 2008.

_____. **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MONTEIRO, R. C. **Cartografias socioambientais e formação de identidades culturais: descrição e análise de casos no meio rural brasileiro**. CPDA, Ruralidades, nº. 3, out., 2002. In: José Ferreira Irmão (org.) **Desenvolvimento Sustentável. Agricultura e Meio Ambiente**. Recife: Ed. dos Autores, 2006.

MOREIRA, Roberto José. **Terra poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614**. São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Antônia da Silva. Família e fortuna no Maranhão Setecentista. In: **História do Maranhão: novos estudos**. COSTA, Wagner Cabral (Org.). São Luís: Edufma, 2004.

MOTA, A. S. **Cripto maranhense e seu legado**. São Paulo: Siciliano, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme. **Idéia de revolução no Brasil, 1789 – 1801**: estudos das formas de pensamento. – Petrópolis: Vozes, (Coleção História brasileira; 3), 1979.

_____. **Preliminar às dimensões**. In: _____(Org.) 1822: *Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 9 – 12.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NASCIMENTO, M. N. **História do Maranhão**. Editora FTD, São Paulo, 2001.

_____. **Geografia do Maranhão**. São Paulo: FTD, 2001.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié**. 3. ed. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985.

NORMANO, J. F. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1983, p. 117.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **Francisco de Paula Ribeiro**: um militar a serviço da coroa portuguesa no sul da capitania do Maranhão. In: CORRÊA, Helidacy / Maria Muniz (org.). *Estratégia de poder na América Portuguesa*: dimensões da cultura política. Niterói-RJ: PPGH-UFF/São Luis: UEMA/Imperatriz. Ética 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. **A idéia republicana no Brasil através dos documentos**: textos para seminários. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

POMBO, Rocha. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1953 (vol. 5).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUADROS, Eduardo. **A letra e a linha**: cartografia como fonte histórica. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1. M. 1, p. 27-40, jan/jun., 2008.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: UNIGRAF, 2007.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memória dos sertões maranhenses**: reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Siciliano, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. **A classificação do tronco lingüístico Tupi**. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, 1964, Vol. 12.

SCHWARTZ, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. **Raízes do latifúndio em Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004, (Série Raízes; 5).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. **Revista semestral, Estudo Sociedade e Agricultura (ESA)**, número 8, 1997, p. 119-156. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SILVA, Francisco de Paula. **Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão**. Bahia, 1912.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão – (1822/1828)**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1972 (Coleção São Luís, v. 4).

SOBRINHO, Barbosa Lima. **O devassamento do Piauí**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946 (Coleção Brasileira, 255).

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da Independência**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Laura de Melo e. **Formas provisórias de existência**: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. (Org.) Laura de Melo e Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TORRES, Milton. **O Maranhão e o Piauí no espaço colonial**: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva. São Luís: Instituto Geia, 2006. (Valério Xavier de Campello).

TOURAINÉ, Alain. As classes sociais. In: ZENTENO, Raúl Benitez. (Org.). **As Classes sociais na América Latina**: problema de conceituação. Tradução de Galeno de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 11 – 33.

VIEIRA, Padre Antonio Vieira. In: COSTA, LUÍS CÉSAR AMAD. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Apontamentos para a história da instrução pública no Maranhão**. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís, 1954.

ZANNONI, Claudio. **Conflito e coesão**: o dinamismo tenetehara. Brasília: CIMI, 1999.

WEBER, Max. “**O significado da disciplina**”. Ensaios de sociologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.